

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

A MANCHESTER EM CHAMAS: EMPRESARIADO, TRABALHADORES E
DITADURA (JOINVILLE, 1964-1985).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof.^a Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS 2024

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

A MANCHESTER EM CHAMAS: EMPRESARIADO, TRABALHADORES E DITADURA (JOINVILLE, 1964-1985).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof.^a Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS 2024

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Freire, Izaias de Sousa
A Manchester em chamas: empresariado, trabalhadores e
ditadura (Joinville, 1964-1985) / Izaias de Sousa Freire. --
2024.
276 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2024.

1. Joinville. 2. Autoritarismo. 3. Empresariado. 4.
Movimentos operários. 5. Ditadura. I. Lindolfo Lohn, Reinaldo
. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

A MANCHESTER EM CHAMAS: EMPRESARIADO, TRABALHADORES E
DITADURA (JOINVILLE, 1964-1985).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Orientador
FAED/UDESC

Membros:

Dr. Clóvis Gruner (UFPR)

Dra. Ilanil Coelho (UNIVILLE)

Dr. Emerson César de Campos (UDESC)

Dra. Roberta Barros Meira (UNIVILLE)

Dr. Filipe Noé da Silva (UDESC)

Dra. Daniela Pistorello (UNIVILLE)

À minha filha Clara, hoje com oito anos, que acompanhou, sem entender direito, desde os três, o que papai fazia. Entre choros e afagos, vencemos.

AGRADECIMENTOS

Ter chegado a este momento, após longo percurso desde meu ingresso no segundo semestre de 2018 no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da FAED/UDESC, foi uma conquista. Como professor do ensino básico em regime de 40 horas semanais, levar adiante um trabalho dessa natureza em uma universidade pública foi um enorme desafio.

O trabalho de escrita, como normalmente ocorre, foi um exercício muito solitário, o que exigiu, sobretudo no último ano, longo período de afastamento do convívio com amigos e familiares. Por isso, gostaria de iniciar agradecendo aos que souberam compreender minhas ausências, principalmente meus pais, que me apoiaram nessa árdua tarefa.

Agradeço ao professor Reinaldo Lohn, que generosamente acolheu-me como orientando após a repentina partida do professor Luiz Felipe Falcão: uma perda irreparável para todos nós. Guardo a lembrança do último encontro com o professor Felipe, pouco antes de seu falecimento. Era uma tarde ensolarada de dezembro de 2019. Chegou sozinho. Deslocou-se de Florianópolis a Barra do Sul, onde realizamos importante entrevista para minha pesquisa. Jamais esquecerei, especialmente porque passava por um momento crítico em minha vida. Após seu falecimento, fiquei um período sem orientador e acalentei em silêncio a ideia de ser orientado pelo professor Reinaldo. Algum tempo depois, soube que em reunião do colegiado minha orientação havia sido assumida pelo professor Reinaldo. Considero importante esse registro.

Agradeço a gentileza do professor Clóvis Gruner em aceitar participar dessa banca. Suas valiosas contribuições na banca de qualificação, na medida do possível, foram incorporadas ao trabalho final. Aproveito para estender esse agradecimento à professora Mariana Joffily, que igualmente esteve na qualificação, mas em razões de outros compromissos não pôde estar na banca final.

Agradeço à professora Ilanil Coelho que gentilmente aceitou participar dessa banca. Nos conhecemos já há alguns anos, desde quando fui seu aluno na graduação em História na Universidade da Região de Joinville.

Agradeço à professora Roberta Barros Meira pela aceitação e a pronta disponibilidade em se deslocar de Joinville à Florianópolis para participar dessa banca.

Agradeço ao membro interno do programa, professor Emerson Cesar de Campos, pela gentileza em aceitar compor a banca. E através de sua pessoa estender meus agradecimentos a todos os professores e professoras do programa que foram fundamentais nessa minha passagem pela Faed.

Convivi com colegas no doutorado nesse percurso aos quais sou grato pela amizade e companheirismo. Destaco especialmente Victor e Hudson pelo encorajamento a não desistir diante de dificuldades e percalços encontrados no caminho.

Ao secretário do PPGH, Piter Kerscher, pela competente condução das atividades administrativas e prestimosa atenção dispensada, sempre pronto a sanar dúvidas e auxiliar em questões burocráticas ou acadêmicas.

Ao Arquivo Histórico de Joinville, na pessoa de Dilney Cunha. Fui recebido e atendido inúmeras vezes durante a pesquisa com muita atenção e dedicação pelos funcionários do órgão.

Aos depoentes que confiaram a mim suas memórias, compartilhando lembranças que foram fundamentais para o resultado deste trabalho.

RESUMO

Este estudo enfoca as relações políticas e os movimentos sociais em Joinville (SC) durante a ditadura militar (1964-1985). A discussão envolve a análise de indícios de práticas e representações sociais recolhidos na imprensa diária, em periódicos fabris, em dossiês dos aparelhos de informação e repressão da ditadura, bem como em depoimentos orais de trabalhadores. A tese está construída na perspectiva de perceber as manifestações do autoritarismo em âmbito local, o que contou com a ação indispensável de políticos e empresários comprometidos com o regime. Por tratar-se de uma cidade com grande peso do setor industrial, sendo a maior economia de Santa Catarina a partir da década de 1960, o empresariado teve atuação central nas relações com a ditadura e na implementação de mecanismos coercitivos, influindo nas representações sociais então construídas sobre Joinville, a chamada “Manchester catarinense”. Tais mecanismos tiveram sua eficácia questionada em um episódio, em particular, ocorrido entre 1977 e 1978: uma série de incêndios de autoria desconhecida que mobilizou as estruturas autoritárias e repressivas do regime nas esferas nacionais e locais. As disputas políticas e sociais em torno das representações sociais atribuídas à “Manchester” foram parte estruturante do cenário de lutas sociais que se descontinava. Em contraponto ao empresariado e suas relações com a ditadura, outros personagens, sobretudo ligados ao mundo do trabalho fabril, passaram a ganhar consistência e voz em Joinville por meio da Pastoral Operária, Centro de Defesa de Direitos Humanos e lutas para encampar o sindicalismo sem a tutela dos patrões. Defende-se aqui, que na concretude das relações de trabalho em uma cidade como Joinville, as práticas autoritárias foram estruturantes como formas próprias de mediação social, arranjos políticos e eficácia econômica. Em âmbito local, o autoritarismo ganhou materialidade na forma não apenas de estruturas institucionais, mas em imposições repressivas que atravessaram o cotidiano de trabalhadores, impactando os caminhos a partir dos quais o processo de transição e democratização entre as décadas de 1970 e 1980 foi experimentado na cidade.

Palavras-chave: Joinville. Ditadura civil-militar. Empresariado. Autoritarismo. Movimentos Operários.

ABSTRACT

This study focuses on political relations and social movements in Joinville (SC) during the military dictatorship (1964-1985). The discussion involves analyzing evidence of social practices and representations collected from the daily press, factory journals, files of the dictatorship's information and repression apparatus, as well as oral testimonies from workers. The thesis is developed from the perspective of understanding the manifestations of authoritarianism in the local sphere, which counts on the crucial actions of politicians and business leaders committed to the regime. As a city that stands out for its significant industrial sector, being the largest economy in the state of Santa Catarina from the 1960s onwards, the business community played a major role regarding the dictatorship regime and the implementation of coercive mechanisms at the local sphere, thus having an impact in the social representations promoted about Joinville, the so-called "Manchester of Santa Catarina." The effectiveness of these mechanisms was questioned in one episode that took place between 1977 and 1978: fires of unknown origin occurred and mobilized the authoritarian and repressive structures of the regime at both local and national spheres. The political and social disputes over the social representations connected to the "Manchester" were a fundamental part of the emerging social turmoil. In contrast to the business community and its relations with the dictatorship, other individuals, especially those linked to the industrial labor environment, started to gain consistency and utterance in Joinville through Worker Ministry, Human Rights Defense Center and actions to adopt unionism without the guardianship of employers. This study argues that in the profound labor relations in a city like Joinville, authoritarian practices were becoming structured as specific forms of social negotiation, political arrangements, and economic effectiveness. Locally, authoritarianism materialized not only in institutional structures but also in repressive impositions that pervaded everyday life of workers, having an impact in the ways through which the process of transition and democratization in the 1970s and 1980s was experienced in the city.

Key-words: Joinville. Civil-military dictatorship. Business community. Authoritarianism. Labor Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Campanha da ACIJ pelo *impeachment* de Dilma Rousseff
- Figura 2 - Representação em alto relevo e placas de fundação do Edifício Manchester
- Figura 3 - Delfim Netto e o Diretor presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt
- Figura 4 - Edmundo de Macedo recebe explicações em maquete do parque industrial Tupy
- Figura 5 - Quadrinho anticomunista, *Correio da Tupy*
- Figura 6 - Discurso de Carlos Lacerda no jubileu de prata da Fundição Tupy
- Figura 7 - Discurso de Dieter Schmidt diante dos operários após o golpe
- Figura 8 - Petrobrás inaugura o navio petroleiro Joinville
- Figura 9 - Conjunto coral Viva Gente canta para Costa e Silva
- Figura 10 - Médici distribui autógrafo a populares em Joinville
- Figura 11 - Estudantes aguardam passagem da comitiva presidencial
- Figura 12 - Geisel cumprimenta escolares defronte à catedral São Francisco Xavier
- Figura 13 - Operários concentrados no Centro Social Urbano do Itaum
- Figura 14 - Figueiredo no palanque do Centro Social Urbano do Itaum
- Figura 15 - Marcha de operários e entidades sindicais em abril de 1964
- Figura 16 - Recibo da campanha Ouro de Joinville para o Brasil
- Figura 17 - Instalação 437 sob o olhar de Costa e Silva
- Figura 18 - Incêndio no Hotel Tannehoff
- Figura 19 - DSI/MJ nº 325/78
- Figura 20 - Manuscrito de Armando Falcão ao seu Chefe de Gabinete
- Figura 21 - Edson Machado e os industriais
- Figura 22 - Cartão de Natal do Comando de Caça aos Comunistas
- Figura 23 - Plano de Contingência Fundição
- Figura 24 - Plano de Contingência Fundição

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIJ	Associação Comercial e Industrial de Joinville
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI-5:	Ato Institucional nº 5
AJORPEME	Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
13º BC	13º Batalhão de Caçadores
62º BI	62º Batalhão de Infantaria
CDH	Centro de Direitos Humanos
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CENIMAR	Centro de Informação da Marinha
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Informação do Exército
CISA	Centro de Informação da Aeronáutica
COMDEC	Comissão Municipal de Defesa Civil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSI	Divisão de Segurança e Informação
DPF	Departamento de Polícia Federal
DOI-CODI	Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social

EMBRATEL Empresa Brasileira de Telecomunicações

ESG	Escola Superior de Guerra
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUCABEM	Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
FURJ	Fundação Universitária da Região de Joinville
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ISPERE	Instituto Pedagógico de Reabilitação do Menor
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Joinville Esporte Clube
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PF	Polícia Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SINSEJ	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região
UCF	União Cívica Feminina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

UDN União Democrática Nacional
UJES União Joinvilense Estudantil
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVILLE Universidade da Região de Joinville

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Presos da Região Norte de SC logo após o golpe de 1964.....	81
Quadro 2 - Lugares que referenciam a ditadura de 1964 em Joinville.....	137
Quadro 3 - Personalidades, políticos, empresários que nomeiam lugares.....	141
Quadro 4 - Incêndios em Joinville.....	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A MANCHESTER CATARINENSE E A DITADURA DE 1964.....	40
1.1 A IMPRENSA LOCAL E O PERIÓDICO FABRIL COMO FONTE.....	61
1.2 A GUARDA ANTICOMUNISTA.....	71
1.3 O GOLPE: PRISÕES E TENSÕES NA CIDADE	81
1.4 JORNAL A NOTÍCIA E O GOLPE DE 1964: DO DISSENTO A ORDEM...	92
2 A URBE AUTORITÁRIA: “COMUNISTA AQUI NÃO SE CRIA”	104
2.1 GENERAIS-PRESIDENTES EM JOINVILLE.....	111
2.2 UNIÃO CÍVICA FEMININA JOINVILENSE.....	125
2.3 OS “LUGARES DE MEMÓRIA” DA DITADURA EM JOINVILLE.....	134
3 A MANCHESTER NA DISTENSÃO AUTORITÁRIA.....	144
3.1 EIS QUE INCENDIARAM A CIDADE.....	150
3.2 OS INCÊNDIOS E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO.....	156
3.3 OS INCÊNDIOS NA VITRINE NACIONAL.....	161
3.4 VERSÕES, CONTROVERSIAS E INTRIGAS	169
3.5 OS DESOCUPADOS, ESSES “HOMENS INFAMES”	182
3.6 O EMPRESARIADO E A ABERTURA POLÍTICA.....	193
3.7 A “OPOSIÇÃO CONSENTIDA” LOCAL.....	199
4 SOB AS CINZAS HAVIA FOGO: SURGEM NOVOS PERSONAGENS.....	205
4.1 O “COMBUSTÍVEL”: NASCE A IGREJA DOS POBRES.....	208
4.2 HISTÓRIA ORAL: A MILITANTÂNCIA COMO FONTE.....	214

4.3 TENSÕES SOCIAIS NA MANCHESTER DA ORDEM.....	223
4.4 REPRESSÃO PATRONAL.....	237
4.5 “QUEM ENTRAR METE O PAU, O PÁROCO QUE MANDOU”: É GREVE!.....	244
4.6 DA IGREJA AO PARTIDO: SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NO ALVORECER DE NOVOS TEMPOS.....	250
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256
6. REFERÊNCIAS.....	261

INTRODUÇÃO

Situada na Avenida Aluísio Pires Condeixa, a Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)¹, maior cidade do Estado de Santa Catarina e importante polo industrial da região Sul do Brasil, certamente não passou despercebida ao transeunte naqueles agitados meses do primeiro semestre de 2016. A faixa escura, medindo aproximadamente quatro metros de comprimento (figura 1), estendida junto à identificação da associação empresarial, figurou durante o período em que se seguiu ao acolhimento do pedido de afastamento da presidente, Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados e sua posterior votação no Senado. A campanha pelo “impeachment” era mais uma manifestação pública que descortinava o comportamento político da entidade naquele contexto.

Figura 1 - Campanha da ACIJ pelo *impeachment* de Dilma Rousseff



Fonte: acervo particular de Milton Wendel, cedido ao autor

Durante todo o processo político que resultou na deposição de Rousseff, colunas semanais da associação empresarial, escritas como artigos de fundo, sem assinatura, representaram a opinião e o posicionamento público da entidade na arena política de 2016.

¹ A associação trocou de nome em 2005. De Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), passou a se chamar Associação Empresarial de Joinville, embora tenha mantido a sigla original. Atualmente conta com aproximadamente 1.700 empresas associadas, divididas em 25 núcleos empresariais.

Embora a ACIJ² não se defina como ator político, a associação manifestou o pensamento e a efetiva ação política empresarial numa conjuntura em que o Estado brasileiro era ainda conduzido por forças antagonizadas com uma fração da chamada burguesia nacional representada pela entidade. Na contramão de tornar público seu código de ética, implantado no início de 2016, a entidade manifestou patente descompasso ante a proposição de uma filosofia supostamente apartidária e neutra politicamente. Em sua coluna semanal do jornal *A Notícia* do dia 14 de março de 2016, a associação trazia a seguinte nota:

A ACIJ implantou seu Sistema de Ética em fevereiro de 2016, quando completou 105 anos. O sistema inclui o Código de Ética, documento que reafirma a ACIJ como uma entidade apartidária e neutra diante de qualquer manifestação ou opinião de ordem política.³

A flagrante distância entre intenção e gesto mostrava-se no fato da entidade vir atuando de modo concreto como ator político nos episódios de 2016. Durante as tensões da crise política instaurada, a entidade deu evidentes sinais de seu desacordo com o projeto político de país, conduzido pelo Partido dos Trabalhadores, e fez coro, ao processo que culminaria com o “impeachment” ou, para muitos, golpe parlamentar, manobra que destituiu uma presidente eleita democraticamente no pleito de 2014.

Em sua coluna publicada no jornal *A Notícia* do dia 28 de março de 2016, ao anunciar a abertura de novos empregos no setor industrial da cidade, o texto da entidade assegurava ter dado “alegria a 856 joinvilenses”, não obstante o desemprego alavancado pela crise econômica, imputada às “maldades” do governo do federal:

Bom seria imaginar o quanto seríamos capazes de fazer se o governo federal nos desse uma mãozinha e parasse de fazer maldades, seja através dos esquemas de corrupção, mentiras, aumentos de impostos, da burocracia, etc. Na verdade, bastaria que se deixasse a classe empreendedora fazer seu trabalho de forma honesta, pagando seus justos impostos, sem que o governo federal atrapalhasse, a reação da economia seria imediata.⁴

² Em 1927 as três entidades empresariais existentes em Joinville (Associação Comercial, Centro Industrial e Associação de Varejistas) se unificaram. Da fusão nasceu a ACIJ. Em 1965 foi criado o Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) por dois empresários, atual Câmara dos Dirigentes Lojistas. Em 1984, 35 empresários decidiram criar a Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas (AJORPEME).

³ *A Notícia*, 14 de março de 2016, p. 7.

⁴ *A Notícia*, 28 de março de 2016, p. 15. As matérias da ACIJ ocuparam nesse período uma página inteira de *A Notícia*. A página enquadrava-se na categoria publicidade e era veiculada

Contornando elementos que poderiam ser adicionados ao diagnóstico sobre a crise econômica, como a desigualdade social e os meios limitados para enfrentá-la, o texto emaranhava questões morais, econômicas e fiscais, apontando para o que seria a origem do problema: o governo federal.⁵

A sequência do texto da associação empresarial trazia uma questão de fundo relacionada ao projeto de Brasil ante o seu horizonte de expectativa:

Só conseguiremos ser realmente livres quando conseguirmos diminuir o tamanho do estado brasileiro, que interfere em tudo, controla tudo e acaba sendo responsabilizado por tudo o que de ruim acontece no Brasil. Quanto maior o tamanho do estado, menores nossas opções e, portanto, nossa liberdade. Esse não é um fato novo ou do governo atual. Isso foi construído ao longo dos últimos 15 anos, com o estado interferindo cada vez mais na vida do cidadão, a ponto de querer alimentá-lo e tutelá-lo como se fossem menores incapazes.⁶

Na base da argumentação é possível identificar um engajamento político a um tipo de interpretação sobre a condução da economia e do conjunto da sociedade que há algumas décadas vem sendo chamado de neoliberalismo: uma visão das práticas político-econômicas segundo a qual o bem-estar social e humano pode ser melhor promovido, assegurando as liberdades empreendedoras individuais, amparadas por uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade, livres mercados e livre comércio. De acordo com essa percepção, o papel do Estado deve ser o de promover e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, mas seu poder de interferir na economia e nos mercados deve ser mantido a um nível mínimo. Suas funções precisam estar restritas à esfera da defesa, militares, policiais e legais, com o fim de garantir o direito de propriedade individual e

sempre às segundas-feiras. Os elementos eram geralmente distribuídos em fotografias, notas, agendas e um artigo de fundo. Os textos não possuíam assinatura, e portanto, são entendidos como expressas opiniões da entidade empresarial.

⁵ O abismo que separa ricos e pobres do ponto de vista das contribuições fiscais está ancorado na secular desigualdade social brasileira. Lilia Moritz Schwarcz, em sua obra, *Sobre o autoritarismo brasileiro*, traz alguns números com base no relatório da Oxfam Brasil, de 2017, chamado “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, segundo o qual Os 10% mais ricos pagam 21% de sua renda em impostos, enquanto os 10% mais pobres pagam 32%. Os impostos indiretos consomem 28% da renda dos 10% mais pobres e apenas 10% da renda dos 10% mais ricos. O relatório ainda aponta a baixa incidência do imposto sobre herança na arrecadação nacional praticado no Brasil, comparado a países como o Reino Unido, entre outros. (SCHWARCZ, 2019, p. 130-131).

⁶ A Notícia, 28 de março de 2016, p. 15.

assegurar, se necessário pela força, o funcionamento dos mercados (HARVEY, 2008).

Tal pregação neoliberal no discurso empresarial, reclamando a diminuição da ação do Estado, não chegava a ser uma surpresa. O Estado é considerado ruim quando se abre numa direção que não seja a de aprofundar os privilégios da elites econômicas. Vale ressaltar que, historicamente, o liberalismo no Brasil não se caracterizou pela luta contra as amarras do Estado, mas sim por usar a máquina pública do Estado a seu favor. Palavras revestidas de nobreza como “liberdade” e “autonomia” escamoteiam a reação que essa elite econômica manifesta ao modelo de Estado que impõe a força da lei na proteção dos mais frágeis. Na maquinaria que moveu o golpe parlamentar em 2016 havia o anseio de uma elite econômica em “capturar” a agenda do Estado para os seus interesses (SOUZA, 2016).

Politicamente, na história da república brasileira, o liberalismo manteve uma profunda relação com o autoritarismo. Hélvio Trindade (1985), ao analisar as singularidades do sistema político brasileiro observou que existe uma tendência em coexistir liberalismo e autoritarismo numa mesma estrutura política, denominada pelo autor por “lógica liberal e práxis autoritária”. Trindade observa que nosso liberalismo não evolui, salvo em momentos transitórios e de forma limitada, numa direção democratizante, mantendo relações muito complexas em nossa história política.

Essa perspectiva converge com a de Alfredo Bosi (1992) sobre o período que precedeu a república. Em *Dialética da Colonização*, Bosi percebe que era possível ser liberal e defender um sistema que pressupunha a posse de uma pessoa sobre outra. Ser monarquista e liberal era igualmente possível no Brasil. Não houve, como se poderia supor, uma convergência natural entre liberalismo e ideias abolicionistas ou republicanas. Para Bosi, o advento do liberalismo no Brasil não pavimentou o caminho para a democracia. O liberal brasileiro foi tão somente um “conservador de liberdades”, incapaz de construir um liberalismo democrático. Ao longo do século XIX, para classe dominante brasileira, liberal significou ser um conservador das liberdades adquiridas: de submeter o trabalhador escravo por coação jurídica; de produzir, vender e comprar a partir

de 1808; de representar-se politicamente a partir de 1822; de adquirir novas terras a partir de 1850 (BOSI, 1992, p 199-200).

O enraizamento profundo do autoritarismo no Brasil tem fundamentos sólidos. Por outro lado, Florestan Fernandes (2019) considera que a noção de autoritarismo, em abstrato, torna-se amorfa por nela caber uma quase infindável diversidade de situações políticas e projetos. Isso vai pouco além de uma crítica liberal que não é capaz de compreender suas próprias contradições. Nas condições do capitalismo monopolista em sociedades como a brasileira, uma concepção genérica e abstrata de autoritarismo pouco define e muito esconde. Daí a necessidade do estudo de caso e da interpretação de processos históricos em que seja possível verificar a operacionalização de práticas sociais em torno da junção entre relações políticas e interesses socioeconômicos.

Centrado no espaço privado, mantenedor de privilégios, o argumento dos liberais do século XXI, e sua pequena fração encastelada na ACIJ, era a da criação de novos espaços físicos, sociais e orçamentários para ganhos privados às custas da redução do Estado e de sua ação em promover políticas sociais que alcançassem parcelas da sociedade que vivem sob condições de pobreza extrema.

Na coluna do dia 2 de maio de 2016, sob o título “Distribuição de pobreza”, o argumento liberal-autoritário avançava na mesma direção:

Há 13 anos o Brasil é governado por um partido que propaga sua inclinação para proteger, abrigar e ajudar os pobres e pelos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Sem Terra, dos Sem Teto e um terceiro, dos Sem Teto e Sem Terra. Treze anos já se passaram e as pessoas continuam sem teto e sem terra. Será que não deu tempo para resolver o problema? A impressão que esse quadro transmite a todos nós é que o governo federal tem interesse em que aquelas pessoas continuem exatamente como estão, já que, se arrumarem teto, terra e, sobretudo, trabalho, deixarão de ser utilizados como “exército” e manobrados. Deixarão de usar camisas e bandeiras vermelhas. Será que nesses 13 anos não conseguiram arrumar um pedacinho de terra para o Stédile trabalhar? Ele está pedindo isso há mais de 13 anos (...). Como diz a Bíblia Sagrada, os pobres sempre existirão, mas não precisam necessariamente ser os mesmos. Um pedacinho de terra para o Stédile e os demais por favor. Queremos vê-los trabalhando. A alternativa é o governo cuidar dessas minorias, mas deixar de distribuir pobreza por meio de tantos programas sociais e, ao contrário, vinculá-los a formação profissional ou pessoal, não apenas garantindo o sustento sem contrapartida.⁷

⁷ A Notícia, 02 de maio de 2016, p. 7.

O texto reitera a lógica discursiva da crítica à ação do Estado protetor, mencionando supostos usos eleitoreiros que o governo federal estaria fazendo de um “exército” de “despossuídos” por meio dos programas sociais. Tem-se aí uma percepção da pobreza e dos pobres que atravessa a lógica política desses setores empresariais.

A pobreza e a grande proporção de pobres no conjunto da sociedade, marca evidente da desigualdade social brasileira, parece encontrar justificativas no discurso liberal das elites joinvilenses, como se estivessem inscritas em alguma determinação social intangível. A existência da pobreza, a crer no discurso da associação empresarial, teria razões teológicas, bíblicas: “os pobres sempre existirão”. A desigualdade ancorada em um tempo longínquo e inatingível seria uma fatalidade de acordo com a lógica discursiva da associação. A inclusão econômica e política dos desfavorecidos, era indissociadamente descartada em nome de uma ordem temporal mítica. A existência do Movimento dos Sem Terra e dos Sem Teto seria tão somente o resultado da ignorância, preguiça e incompetência dos miseráveis.

Manifestações liberais autoritárias dessa natureza e sem pudores, foram preconizadas publicamente naquele contexto de 2016. A partir da segunda semana de março, a ACIJ vinha veiculando produção audiovisual na qual convocava a população de Joinville para manifestações de rua contra o governo federal sob o título: “Por um Brasil Melhor!”. Empresários ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL) foram protagonistas dessas manifestações em Joinville. A produção audiovisual trazia ao fundo a bandeira nacional com mensagem de animação em carrossel narrando o que a locução dizia:

A mobilização deste domingo, as quatro da tarde, é mais um passo fundamental para que o Brasil possa acordar e mudar a situação em que vivemos, de crise política, institucional e econômica. Mais do que contribuir com todos os setores da economia, a **ACIJ** valoriza sua comunidade e cidadania. Somos apartidários, mas não podemos deixar o país de lado. Pelas empresas, pelas pessoas, pelos empregos, pelo país. **VAMOS PRA RUA, POR UM BRASIL MELHOR!**
13 DE MARÇO, 16 HORAS NA PRAÇA DA BANDEIRA (grifos do vídeo).⁸

⁸ Vamos juntos por um Brasil melhor! Pelas pessoas, pelos empregos, pelas empresas, pelo país. Associação Empresarial de Joinville. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/ygFUBKDaycUwBwZE/?mibextid=tUvUA8>. Acessado em 16/10/2018.

No dia 18 de março da semana seguinte, nova produção audiovisual da associação mostrava a multidão presente da citada manifestação em imagens aéreas e depoimentos de pessoas vestidas em verde-amarelo ou enroladas à bandeira nacional. O vídeo com a logomarca da ACIJ, dizia: “pelas empresas, pelas pessoas, pelos empregos, pelo país.”⁹ Em imagens que circularam pelas redes sociais, mensagens mesclavam pedidos de afastamento da presidente Dilma e de intervenção das Forças Armadas.

A coluna do dia seguinte à votação do “impeachment” na Câmara dos Deputados foi emblemática ao comemorar a vitória parcial no seguinte tom:

Deputados mal preparados, alguns de baixíssimo nível cultural, outros fanáticos, alguns votando contra a sua forma de pensar e muitos remando a favor da maré, e, para alguns, a primeira oportunidade de falar em microfone durante todo o mandato. Evocações ao nome do terrorista Carlos Marighella, morto há mais de 45 anos, Zumbi dos Palmares, que morreu em 1655, ou à causa LGBT. O que isso tem a ver com pedaladas fiscais? Se dar cusparadas em colegas da Câmara Federal, chamar colegas de ladrões, covardes, canalhas e outros elogios não for quebra de decoro parlamentar, aí a moral do nosso congresso estará comprometida para sempre (...). Esse é o Congresso que votará as reformas política, da Previdência, fiscal, tributária, da Consolidação das Leis do Trabalho e outras mais. Por isso é que por lá são aprovadas algumas matérias que não conseguimos entender, como a Lei 13.272 de 16 de abril deste ano, que passou pelo Congresso e foi sancionada pela presidente Dilma, instituindo 2016 como o “ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte” (...). Que o Senado Federal cumpra o seu papel.¹⁰

Embora supostamente o texto aparentasse uma crítica distanciada à sessão parlamentar, era nitidamente seletivo. Suas críticas endereçadas às bandeiras de esquerda, em tom jocoso, demostravam as opções político-ideológicas da associação. E mais: o silêncio sobre o episódio protagonizado pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro, naquela mesma sessão, era notório. Ao proferir seu voto, Bolsonaro disse:

(...) Perderam em meia quatro, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror

⁹ Pelas pessoas, pelas empresas, pelos empregos, pelo país. Por um Brasil melhor! Associação Empresarial de Joinville. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/opojKsJ6azT5nD1v/?mibextid=tUvUA8>, acessado em 16/10/2018.

¹⁰ A Notícia, 25 de abril, 2016, p.7)

de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias. Pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos (...)¹¹

A homenagem ao notório torturador, primeiro chefe do DOI-CODI em São Paulo, órgão sucessor da OBAN, significava a relativização da última ditadura militar (1964-1985), não em um espaço qualquer, mas no centro do parlamento brasileiro. O voto do parlamentar representado naquela sessão era a expressão mais contundente da crise da Nova República e da reabilitação da narrativa do período histórico entre 1964 e 1985 (AVRITZER, 2019, p. 10-11).

Como nos ensinou o antropólogo Joel Candau (2014), é preciso atentar para os silêncios. O silêncio no texto da associação sobre o voto de Bolsonaro, espelhava seu posicionamento na arena política e, possivelmente, sua aquiescência ao voto autoritário do parlamentar. A adesão a um discurso truculento que fazia a apologia da tortura, caracterizado pelo desprezo aos direitos humanos, por mais paradoxal que possa soar ao pensamento clássico do liberalismo, é um indício da plasticidade que a lógica liberal assume entre as nossas elites, configurada em uma práxis autoritária.

Tal lógica liberal convive com uma noção de autoritarismo instrumental localizada por alguns intérpretes consistentes do pensamento político brasileiro, segundo a qual o autoritarismo seria uma espécie de “engenharia social” para viabilizar o caminho do capitalismo brasileiro (CARVALHO, 2019). Essa razão estivera diretamente atrelada ao consentimento com que essas mesmas elites econômicas nacionais, a exemplo da ACIJ em Joinville, aderiram ao projeto de poder instaurado em 1964. A máxima que melhor representou a conduta dessa tradição liberal nas últimas décadas, não por acaso, proferida por um economista liberal da ditadura, um dos ideólogos do regime, Roberto Campos (1976), que defendia a ideia de que, na ausência de eleições e participação popular, a ditadura assegurava uma “legitimização pela eficácia” (CAMPOS, 1976, p. 227), a qual vencia “uma situação caótica” e impunha o “ímpeto reformista”. Tal noção de eficácia e de “competência” como base para a legitimidade política e social e para a imposição de estruturas de dominação foi percebida por Marilena Chauí

¹¹ Transcrição da fala do deputado federal Jair Bolsonaro *Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> . Acessado em 20/03/2023.

(2003) na forma do que chamou de um “discurso competente” de elites autoritárias, mas que se percebem como liberais.

Tendo em conta várias interpretações disponíveis, portanto, liberalismo e o autoritarismo não são excludentes no Brasil. É parte da formação do liberalismo nacional ser autoritário, alimentá-lo e alimentar-se dele. Assim, é fundamental escapar às armadilhas do discurso liberal e entendê-lo em sua operacionalização, a qual a história não tem cessado em dar testemunho. É nesse sentido que o empresariado liberal joinvilense acomoda-se ao olhar da presente investigação: liberais que em 1964 se alinharam ao golpe e à ditadura militar, um regime que censurou, perseguiu, matou e torturou.

Se, de um lado, vivemos momentos de conquistas democráticas no Brasil, e, particularmente, em Joinville, também é verdade que o autoritarismo é passado que não passa. Nesse sentido, deve ser encarado como fenômeno que se inscreve na temporalidade. Tais apreciações, no que dizem respeito a este trabalho, suscitam uma questão: é possível construir uma narrativa que dê conta de uma história sobre o autoritarismo em um passado recente? E mais: por onde começar?

Uma primeira tomada de atitude para um estudo historiográfico com tal motivação é a de evitar generalizações e abstrações, dando concretude ao objeto a partir de experiências sociais e históricas que remetam ao tempo presente. É este desafio que envolve a construção da presente tese. Pretende-se dotar de materialidade tais práticas e representações sociais que alinham liberalismo e autoritarismo, percebendo sua operacionalização histórica em tempos recentes. Para tal, toma-se como lócus de observação e análise uma cidade com evidente peso da indústria local. Diferentes expressões autoritárias de relações sociais aparecerão neste trabalho como componentes de uma estrutura de dominação que não se reduz ao Estado, mas que atravessa uma lógica de poder político com capacidade de reprodução no tempo presente.

Os resultados da investigação histórica apontam para aspectos sociais presentes em Joinville em que é possível perceber a centralidade do autoritarismo. Defende-se aqui que, na concretude das relações de trabalho, as práticas autoritárias foram estruturantes de formas próprias de mediação social, arranjos políticos e eficácia econômica na cidade.

Em depoimentos de trabalhadores na cidade, coletados durante a investigação para um trabalho anterior¹², frequentemente emergiram lembranças de perseguição patronal e criação de “listas negras”¹³ de trabalhadores que não conseguiam emprego em Joinville a partir do final da década de 1970, adentrando a década de 1980. Esta questão despertou o interesse de melhor compreender essas práticas autoritárias. Cabe destacar que no período mencionado estava em curso uma transição política no país, apontando para um processo de democratização. Assim, no exato momento que o país começava a se abrir para novas demandas sociais, bem como surgiam novos personagens na cena nacional, incluindo a organização de trabalhadores, mecanismos autoritários eram repostos na cidade.

A prática persecutória vinculava-se a uma representação social de cidade sem conflitos, em especial no âmbito capital-trabalho. A subordinação dos trabalhadores assalariados aos interesses patronais em Joinville estava na base dessa representação e, portanto, tentativas de organização da classe trabalhadora que fugissem aos interesses patronais não eram bem-vindas. As greves não eram entendidas como elementos endógenos à uma sociedade que se democratizava, mas como tentativas exógenas de “aventureiros” que vinham tumultuar o ambiente de harmonia social que supostamente reinava em Joinville e, portanto, precisavam ser combatidas.

De modo a delimitar seus alcances, cabe destacar que o ponto de observação do processo histórico que é alvo deste trabalho está situado na escala da cidade de Joinville num período que compreende a instauração da ditadura militar até meados dos anos 1980, privilegiando um expressivo segmento social da cidade: a classe empresarial.

Joinville é uma cidade localizada na região Sul do Brasil, encravada na serra do mar, entre Curitiba e Florianópolis. Em relação ao Estado de Santa Catarina, localiza-se mais precisamente na região Nordeste, próximo ao litoral. A cidade foi objeto de uma empresa colonizadora na metade do século XIX com

¹² FREIRE, Izaias de Souza. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis: 2015.

¹³ Esta é uma expressão de época. Seu emprego neste trabalho não configura sua aceitação tácita, naturalizada no senso comum em função do preconceito racial que a engendra. Usaremos tão somente como uma expressão datada que emerge das fontes.

a introdução de imigrantes alemães, suíços e noruegueses (CUNHA, 2003). Ficou caracterizada pelo processo de industrialização no pós-guerra e pelo marcante processo migratório à partir da década de 1960, transformando-se na década seguinte, na mais populosa cidade catarinense. Segundo dados do censo do IBGE realizado em 2022 sua população supera os 600 mil habitantes.

A partir do golpe de 1964, a cidade moveu-se sob a sombra da ditadura, a incerta transição que envolvia a abertura política proposta pelo regime e o período de democratização, o que envolveu a organização do movimento de trabalhadores na cidade. Durante esse período são observados recuos e avanços de práticas autoritárias. O recorte temporal da pesquisa compreende algumas lacunas que não foram preenchidas ao longo desta investigação. Dada a abrangência do recorte temporal, não é intenção que o trabalho preencha todas as lacunas do período em questão, mas proporcionar uma interpretação.

Esta tese se inscreve na interconexão de domínios historiográficos distintos, mas que dialogam entre si ao longo da narrativa. Como observou, José D'Assunção Barros (2013), todo estudo historiográfico, não raro, clama por certa conexão entre campos históricos. Nesse sentido, o presente estudo, tendo como panorama a cidade de Joinville, situa-se nos domínios da História Local, mas estabelece conexões em alguns aspectos com a História da Ditadura e a História do Tempo Presente.

A História do Tempo Presente tem estimulado profícios diálogos com a nossa contemporaneidade. Considerando a curta distância temporal e as questões contemporâneas persistentes no debate de passados recentes e inacabados, que conservam elementos no presente, não ignoramos as paixões que a narrativa histórica pode suscitar. A História do Tempo Presente, embora em alguma medida esteja assentada sob a metáfora das “moradas provisórias”, como lembrou Bédarida (2016, p. 121), nem por isso deve soar menor seus esforços de leituras sobre cenários e contextos da contemporaneidade.

Dentre tantas objeções críticas à História do Tempo Presente, uma das mais evidentes é a da inexistência de distanciamento temporal na reabertura de passados históricos de processos em andamento. Contudo, é indispensável considerar que nas últimas décadas cresceu o interesse por entender processos mais recentes, o que não deve ser confundido com apreciações imediatistas. A

História do Tempo Presente distingue-se por suas balizas epistemológicas e o regramento da disciplina que impõem interpretações fundadas em parâmetros metodológicos que ampliam a noção de “tempo presente”, entendido não como tempo imediato, mas como a proximidade de um tempo extensivo que remete ao que “é do passado e ainda nos é contemporâneo” (DOSSE, 2012, p. 11). Cabe, assim, alargar a temporalidade de um acontecimento próximo para entendê-lo em sua espessura histórica.

A contemporaneidade do não contemporâneo é uma das marcas dos estudos históricos que se voltam à última ditadura militar brasileira. Esta é uma das razões por que suscita tantas disputas de memória desse passado recente em diferentes setores da sociedade brasileira. Pesquisar e escrever a história de períodos de autoritarismo faz o historiador atuar sobre terreno movediço e conflituoso. Isto porque a memória tende a colocar sob o signo da suspeição toda reconstituição temporal que a submeta como objeto de conhecimento (ROLLEMBERG, 2009). Cabe ao historiador pôr-se em desalinho com uma história vigiada e uma memória sacralizada.

Estudos sobre a ditadura militar brasileira têm se firmado nas últimas décadas como um profícuo campo temático. O crescimento do interesse e a proliferação de pesquisas permitiram uma compreensão muito mais complexa e multifacetada sobre a última ditadura brasileira. O conhecimento produzido sobre o período, que antes concentrava-se na ciência política, na sociologia e nas narrativas memorialísticas de atores que vivenciaram tais processos, atualmente firmou-se como consistente área de interesse da historiografia.

Na medida em que este é um trabalho que faz conexões com os campos acima mencionados, cabe aqui algumas considerações sobre a História Local, domínio historiográfico no qual se inscreve esta investigação sobre Joinville no contexto da ditadura militar.

Durante muito tempo na historiografia, principalmente na europeia, praticou-se uma História do Local, sobretudo numa época em que os habitantes de um lugar não ultrapassavam as fronteiras de uma cidade ou de um distrito, na medida em que a existência gravitava em torno dos limites geográficos do

pequeno espaço (GOUBERT, 1988, p 70-72).¹⁴ Entretanto, tais limites não deixaram passar despercebidas as fraquezas dessa prática historiográfica, submetida ao sabor do diletantismo, levando historiadores profissionais do século XIX e primeira metade do XX, a desprezá-la em nome de uma História Geral ou nacional. O local foi desdenhado pelos partidários de uma história com ambições maiores que desse conta do político, do Estado, das proezas militares, da diplomacia, da religião, sob um ponto de observação de uma escala maior.

Na segunda metade do século XX, porém, a História Local ressurgiu com um novo significado, tornando-se um campo de investigação consistente, estabelecendo evidências que contestavam certos preconceitos e ideias presentes no domínio da História Geral (GOUBERT, 1988, p 73-74).

O conhecimento produzido no campo da História Local vem, desde então, deslocando hierarquias e sobreposições. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, dotado de múltiplos espaços internos e marcado pela diversidade regional, a História Local tem ganhado cada vez mais importância, ao perceber-se que os limites de uma história dita nacional deixam de ser o centro das análises, cedendo atenção ao local e ao microssocial. Essa mudança de postura tem permitido que o vetor do conhecimento histórico seja pensado da periferia para o centro.

Nessa perspectiva, o local é entendido como o vetor principal e não como mero prolongamento do nacional, numa relação de causa e efeito, como se a ele pudesse “encaixar-se” de modo harmônico como uma peça de um “quebra-cabeça” (CAVALCANTI, 2018). Por outro lado, essa chave interpretativa não desconsidera as redes de relações entre o local, o nacional ou o global, pois a História Local não é uma realidade autoexplicativa, bastando-se a si mesma. Desse modo, se não se pode pensar o local tomando-o como dimensão homogênea, como fenômeno inteiramente distinto e separado, por seu turno, é preciso considerar como a periferia se relaciona com o centro (CAVALCANTI, 2018).

¹⁴ Esta abordagem do local era frequentemente praticada por padres, magistrados, notários, professores e membros da pequena nobreza, resultando, na maioria das vezes, em emaranhados genealógicos e histórias de “glórias usurpadas” em âmbito local (GOUBERT, 2018, p. 71).

Nesse sentido, a história de Joinville sob a ditadura civil-militar mantém relações de proximidade com a nacional, mas também de distanciamento. Desse modo, o leitor não encontrará um recorte em miniatura do nacional, como se a história da cidade durante esse período pudesse ser compreendida tão somente como apêndice do que se passava no restante do país, ainda que possamos reconhecer traços e semelhanças.

Tendo em vista essa perspectiva, a história aqui contada sobre Joinville não é independente ou alheia ao que se passava no restante do país, e nesse sentido, manifesta também ressonâncias, embora a realidade experimentada na cidade guarde suas especificidades. O importante é ter em mente que homens e mulheres que habitaram seus espaços de experiências (KOSELLECK, 2015) foram sujeitos que atuaram e modificaram percursos, na medida em que, os seres humanos interferem no processo histórico.

Na História Local, a tessitura narrativa traz as marcas do lugar de sua produção, por isso a esquina, a rua, a fábrica, a escola, os nomes e os atores soam familiares ao leitor que habita o espaço da cidade. A presença do passado é identificada nos vários espaços de convivências e sociabilidades joinvilenses, muitos dos quais se mantêm no presente.

Algumas questões metodológicas. Os estudos acerca do empresariado e suas relações com a ditadura vêm se tornando mais frequentes no Brasil nos últimos anos. O interesse sobre o tema ganhou visibilidade em numerosos eventos e seminários acadêmicos, sobretudo quando da passagem dos 40 e 50 anos do golpe de 1964. Outro acontecimento que criou uma atmosfera para pesquisas, despertando renovado interesse sobre o tema, foi o resultado da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada em 2011, que representou a ação concreta mais contundente do Estado brasileiro no acerto de contas com o passado recente. O relatório teve comissões em âmbito estadual, municipal e setorial, tornando fértil o ambiente para pesquisas acerca do suporte e da presença empresarial no regime de 1964 (CAMPOS, 2020).

Por outro lado, os pesquisadores têm se deparado com uma série de percalços para acessar a documentação primária produzida por empresas e associações durante o regime autoritário no Brasil (NAGASAVA; CORRÊA, 2019). Boa parte dessas entidades e empresas criam obstáculos ou vedam o

contato de pesquisadores do campo acadêmico a essa documentação. A razão de tal postura tem a ver com o fato de que estes documentos vinculam relações dessas empresas e associações com o regime, trazendo para a cena pública, uma incômoda memória que durante anos esses grupos buscaram silenciar. Como demonstra, a historiadora Heloisa Maria Murgel Starling (2015), desde o final da ditadura militar, em 1985, e da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira não quis mais ser atormentada pela desconcertante questão acerca de quem promoveu, apoiou ou sustentou a ditadura.

Três silêncios organizam a memória do Brasil sobre os anos da ditadura militar. O silêncio sobre o apoio da sociedade brasileira e, em especial, sobre o papel dos empresários dispostos a participar na gênese da ditadura e na sustentação e financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla que materializou, sob a forma de política de Estado, atos de tortura, assassinatos, desaparecimentos e sequestros. O silêncio sobre as práticas de violência cometidas pelo Estado contra a população e direcionadas para grupos e comunidades específicos – em particular, as violências cometidas contra camponeses e povos indígenas. O silêncio sobre os responsáveis pelo financiamento e pela construção de uma complexa estrutura de informação e repressão que deu autonomia aos torturadores; prevaleceu, em muitos casos, sobre as linhas de comando convencionais das forças armadas; utilizou do extermínio como último recurso de repressão política; alimentou a corrupção; produziu uma burocracia da violência; fez da tortura uma política de Estado (STARLING, 2015, p. 38).

Silenciar sobre esses anos tem o significado de produzir esquecimento sobre os atores que fizeram parte das redes de sustentação da ditadura, e muitos dos quais, continuam aí. Impedir que documentações desse período tornem-se públicas é parte da estratégia de silenciamento, mas também de autoritarismo.

O processo de investigação que envolveu a realização deste trabalho demonstrou, precisamente, a barreira da interdição à pesquisa histórica no âmbito das empresas privadas. Tanto a Associação empresarial de Joinville quanto a Fundição Tupy S.A, sendo esta uma das mais expressivas empresas na cidade durante a ditadura, vedaram-nos o acesso a documentos importantes. É sabido que nos arquivos de ambas existem atas produzidas durante o período, porém os contatos que fizemos foram recebidos com desconfiança.¹⁵ A ACIJ doou um livro sobre o centenário da associação, o que seria sua única forma de

¹⁵ Sabe-se da existência de tais documentações, pois os livros que contam a história institucional da ACIJ e da Tupy fazem referência a tais fontes. Ver: GEHLEN, Joel. *O Século Singular: participação empresarial na formação de Joinville*. Joinville: Letradágua, 2011. TERNES, Apolinário. *A Estratégia da Confiança*. Joinville: S. ed., 1988.

contribuir com o presente estudo¹⁶. A Tupy, embora tenha afirmado, inicialmente, por meio de assessoria, estar aberta a contribuir com trabalhos acadêmicos, não mais retornou contatos ao tomar ciência da documentação que pretendíamos acessar.¹⁷ Os sindicatos patronais em Joinville, a maioria vinculados à ACIJ, igualmente, não oferecem receptividade aos pesquisadores acadêmicos.

Os percalços, por outro lado, não inviabilizaram a pesquisa, ainda que possam trazer alguma limitação ao objeto de análise. Foi possível contornar algumas barreiras por meio de fontes indiretas. No caso de Joinville, além de periódicos fabris, a imprensa local manteve vínculos fortes com o empresariado, exercendo papel de porta-voz de seus interesses. Estas fontes encontram-se disponíveis no arquivo público da cidade.

Outra possibilidade complementar foram as fontes das comunidades de informação do regime militar, tornadas públicas através de legislação federal, assim como o próprio relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014. Estes fundos documentais do período, disponibilizados no acervo público do Arquivo Nacional, também lançaram luz sobre o objeto de pesquisa. De igual modo, o depoimento de trabalhadores na cidade contém indícios claros do papel de empresas na repressão ao movimento operário.

Para contornar os percalços dos arquivos e seguir no percurso da investigação, optamos por abordar fontes diferentes em cada um dos capítulo. Nos primeiro e segundo capítulos foram privilegiadas as fontes impressas. Analisamos a série do jornal *A Notícia* entre 1964 e 1982 e o periódico fabril, *Correio da Tupy*, em concomitância.

Destacamos aqui alguns aspectos da materialidade das fontes impressas utilizadas. Primeiramente em relação ao jornal *A Notícia*. Entre 1964 e início da década de 1970, *A Notícia* funcionou regularmente com edições diárias

¹⁶ Foi protocolando pedido via programa de pós graduação na associação empresarial, porém sem sucesso.

¹⁷ Na fundição Tupy, após contato presencial na portaria, foi solicitado pedido formal encaminhado por e-mail à assessoria de comunicação da empresa. Houve troca de e-mail em 2014, porém quando informado sobre o assunto a ser pesquisado, não houve mais respostas. Foram feitos novos contatos em 2016 e 2019, porém sem respostas.

impressas em 8 páginas¹⁸. Sua linha editorial era marcada por expressivo noticiário esportivo, um noticiário político nacional e internacional, além das questões mais regionais e locais. O editorial do matutino era escrito no espaço denominado “Comentário do Dia” e debruçava-se, invariavelmente, sobre questões nacionais e locais. Nesse período, o matutino editou uma página denominada “Cidade de Blumenau”, voltada para o noticiário proveniente da cidade do Vale do Itajaí, outro importante centro industrial regional, onde o jornal também possuía assinantes. Em 1969, a partir de um consórcio com empresários de Blumenau, essa página foi transformada em um segundo diário, intitulado *Cidade de Blumenau*¹⁹, impresso na gráfica de *A Notícia* (TERNES, 1983, p. 119).

Na década de 1960, *A Notícia* possuía sucursais e correspondentes em cidades da região Norte de Santa Catarina, como São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Porto União. O matutino circulava nessas cidades, onde igualmente possuía assinantes. Segundo Ternes (1983), que ingressou no jornal escrevendo crônicas diárias entre 1970 e 1973, o matutino possuía uma tiragem de aproximadamente 3.800 a 4.500 exemplares diários no início da década, passando a imprimir entre 9 a 11 mil ao seu final (TERNES, 1983, p. 115 e 133).

Até 1965, o chefe de redação, que escrevia o editorial do matutino, era o jornalista Heráclito Lobato. Com o seu falecimento no início de 1965, o posto de redator principal foi assumido por Nerval Pereira, que já havia sido funcionário do empresário e político Helmuth Fallgatter, proprietário do Laboratório Catarinense e que fora prefeito da cidade no período do golpe civil-militar de 1964. Com a aposentadoria de Nerval Pereira, em 1977, os editoriais foram escritos por Alaor Lino da Silva e Jorge Antônio da Silva até 1979. Neste ano regressou ao diário, depois de um tempo ausente, Apolinário Ternes, que passa a ser o redator dos editoriais de *A Notícia* desde então. Embora esses tenham sido os principais nomes que moveram a redação do jornal nesse período, os

¹⁸ O número de páginas vai aumentando durante a década de 1970. Em meados desta década as edições aumentam para 16 páginas tornando-se um jornal mais volumoso até ingressar em sua fase de impressão off-set no início da década de 1980.

¹⁹ O jornal *Cidade de Blumenau* era impresso nas oficinas de *A Notícia* na rua Abdon Batista, no centro. A experiência foi curta. O diário *Cidade de Blumenau* encerrou sua circulação dois anos depois (TERNES, 1983, p. 119).

responsáveis pela linha editorial de *A Notícia* possuía nomes que extrapolavam sua influência para além do jornalismo. A linha ideológica de *A Notícia* até 1980, foi dada pelos seus acionistas maiores: Helmut Fallgatter, Wittich Freitag e Baltazar Buschle (TERNES, 1983).

Procuramos analisar o jornal como um todo, porém fizemos uma abordagem qualitativa da fonte. A investigação coletou matérias, editoriais e imagens veiculadas em *A Notícia* tendo em vista as categorias liberalismo e autoritarismo no âmbito dos empresários capitalistas da cidade. Isso nos impede de qualquer pretensão de estabelecimento de uma visão homogênea ou de produzir uma síntese explicativa sobre o golpe e a ditadura em Joinville. Contudo, o jornal *A Notícia* era uma empresa societária que estava nas mãos de políticos e empresários locais, aliás, como os demais meios de comunicação, incluindo as três rádios AM. Portanto, o periódico representava interesses políticos e econômicos definidos. A postura de *A Notícia* tendia, portanto, a ser uma espécie de porta voz desses interesses junto ao seu público leitor, não esquecendo que as grandes empresas da cidade estavam entre os seus principais anunciantes.

Procuramos categorizar e analisar o conteúdo do jornal partindo do pressuposto de que- nenhum documento é inocente. Como nos ensinou o historiador francês, Jacques Le Goff (2003), é preciso atentar criticamente para o “discurso da fonte”. O pesquisador deve cercar-se de cautelas e ler o discurso jornalístico a contrapelo, desestruturando-o, desmontando-o, de modo a não se deixar enredar por ele.

Embora tenhamos optado em trabalhar com a série de *A Notícia*, em dois momentos pontuais estabelecemos um contraponto com outros dois diários que então circulavam. O primeiro momento refere-se à visita do Ministro da Fazenda Delfim Neto a Joinville em 1970, no primeiro capítulo. O *Jornal de Joinville* foi utilizado em razão da publicação integral do discurso do ministro e do industrial Dieter Schmidt. O segundo momento, refere-se à visita de João Batista Figueiredo a Joinville em 1982, no segundo capítulo. A cobertura feita pelo jornal *Extra*, ligado ao grupo do MDB local, permitiu fazer um contraponto a *A Notícia*,

permitindo identificar diferentes tendências sobre a passagem do general-presidente pela cidade.²⁰

Em paralelo ao diário comercial *A Notícia*, utilizamos ainda como fonte para o primeiro e segundo capítulos, o periódico fabril *Correio da Tupy*. Dentre os periódicos empresariais locais, foi o que circulou em maior volume e teve existência mais duradoura. O *Correio da Tupy* foi editado por quase três décadas ininterruptamente entre 1961 e 1989. As edições analisadas da década de 1960 possuíam aproximadamente 16 e 20 páginas e uma tiragem variável entre 8 e 10 mil exemplares. No início da década de 1970, o *Correio da Tupy* filiou-se à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE). As tiragens desse período foram aumentando exponencialmente ao longo da década. Os números de impressos variaram entre 11 e 18 mil exemplares mensais.

Em momento específico em que abordamos o “milagre econômico”, mobilizamos em paralelo ao *Correio da Tupy*, o *Atualidades Tigre*, periódico do Grupo Hansen, que circulou entre os anos de 1968 e 1981. Trabalhar em paralelo este momento com os dois periódicos, possibilitou entender como os dois maiores grupos econômicos matizaram aquele momento de euforia e expansão de suas atividades.

Ao mobilizarmos esse volume de fontes impressas tivemos o cuidado de distingui-las em dois tipos: o jornal comercial e suas particularidades e o periódico fabril, marcado por um tipo de jornalismo voltado aos interesses internos da empresa.

Ao trabalhar com a fonte jornalística de um diário de notícias, é preciso ter em mente que essa modalidade de fonte possui interesses plurais, seja de acionistas, anunciantes, consumidores, entre outros, sendo portanto, destinada a um público bastante heterogêneo. O periódico empresarial, por sua vez, destina-se a um público interno em que se conhece de antemão seu perfil. O leitor operário, diferente do leitor de um jornal comercial, pode engajar-se ao discurso do veículo por adesão tanto voluntária quanto involuntária. As linhas editoriais de ambos são bastante distintas, desde a linguagem, passando pelo

²⁰ Traremos mais informações adiante sobre esses órgãos de imprensa no subcapítulo: A imprensa local e o periódico fabril como fonte.

formato, até o repertório de conteúdos. São formas distintas de imprensa, com demandas próprias e modos específicos de relacionar-se com o público leitor. Retomaremos esse debate oportunamente, adiante.

O terceiro capítulo terá como fonte os arquivos da repressão. As questões relacionadas à cidade de Joinville, no período da abertura política, são tratadas a partir da documentação produzida pelas chamadas “comunidades de informação” do regime. A mobilização desse fundo documental foi possível graças à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) de 2011 que estabeleceu a abertura de arquivos sigilosos, produzidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura. A Lei de Acesso à Informação contribuiu significativamente para a emergência na esfera pública de acalorados debates acerca da “memória do arbítrio”, mas propiciou à comunidade de historiadores abordar informações secretas produzidas pela ditadura, presentes nessa documentação, como também entender o know-how dos aparelhos repressivos por meio de seus procedimentos.

Analisamos quatro dossiês do Fundo Serviço Nacional de Informação (SNI) e um do Fundo Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça²¹, que são custodiados pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Estes arquivos integravam a produção e difusão interna das chamadas “comunidade de informações”. Por meio de uma teia de informações produzidas nas redes de espionagem e repressão, fizemos uma incursão nessa

²¹ Os arquivos seguem a ordem em que aparecem na busca da base de dados do SIAN. O primeiro está no Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Os quatro seguintes estão no Fundo: Serviço Nacional de Informações. Todos são localizados pelo termo de busca: incêndios em Joinville.

FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0002de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0001de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0004de0004.pdf

fonte a fim de entender o que se passava na cidade a partir do olhar da “ditadura documentada”.

Para a escrita do quarto capítulo foi necessário mobilizar uma investigação histórica sustentada em depoimentos, considerando a abordagem metodológica que requer a história oral. Os indícios de memória e as narrativas foram coletados em entrevistas que vêm sendo realizadas há alguns anos.²²

Tomada como um gênero específico de discurso, a história oral como o movimento da palavra e da memória, evidenciou a consciência política dos novos personagens que entraram em cena na cidade durante o processo de abertura política. É nesse jogo dinâmico e fascinante, que a narrativa oral se constitui como um processo em aberto, ao invés de uma urdidura inteiramente acabada.

Consolidado como um inestimável campo de investigação social, a história oral tem ampliando horizontes do conhecimento histórico, dando consistência às indagações sobre a realidade social e histórica de sujeitos que vivenciaram processos que continuam a reverberar no tempo presente, através do campo da memória.

Reconhecendo as múltiplas fontes e abordagens metodológicas para uma questão ampla e para encampar de modo pontual um processo histórico concreto, reiteraremos as suas problematizações pertinentes a cada capítulo da tese, respectivamente, de acordo com a documentação arrolada.

O presente trabalho é resultado de uma longa trajetória de investigação iniciada em 2013. Diferentes atividades e trabalhos envolveram a investigação da imprensa local e de periódicos fabris, além uma série de quatorze depoimentos orais coletados em Joinville. Do volume de fontes, uma parte foi trabalhada na dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). As preocupações iniciais eram entender como a cidade deu início ao processo de democratização. Tomando como mote a festa de 1º de maio de 1975 na Fundição Tupy com a presença de Ernesto Geisel em Joinville, problematizamos o congraçamento das elites locais com os ideais do regime de 1964, enquanto a

²² FREIRE, Izaias de Souza. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis: 2015.

cidade era governada por uma oposição moderada sob o governo de Pedro Ivo Campos (MDB). Ainda sob a temática da democratização, procurou-se demonstrar o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) como elemento de democratização a incidir sobre a experiência operária.

Com o ingresso no doutorado em 2018, o enfoque da investigação passou para as possíveis relações de colaboração e pactuação do empresariado da cidade com setores das Forças Armadas, tanto em relação às políticas econômicas quanto repressivas, indícios que já apareciam na pesquisa para a dissertação. No presente trabalho, embora siga linhas de continuidade temática com o anterior, foi aberta uma frente de discussões inteiramente distinta: a documentação primária produzida por empresas locais e sua principal entidade de classe, a ACIJ. Diante das dificuldade em acessar tal documentação, como já mencionado anteriormente, retomamos o percurso iniciado na pesquisa em 2013. De modo que algumas questões que norteavam a dissertação de mestrado foram recuperadas no presente estudo, aprofundando-as e trazendo novas problematizações, resultando em um trabalho renovado, suscitando outras questões por meio de nova abordagem. Se, por um lado, algo de continuidade permanece em relação ao trabalho da dissertação, por outro, a discussão segue caminho diverso, ao centrar-se na materialização de práticas autoritárias e repressivas locais como parte do processo de disputas em torno da legitimação do regime imposto em 1964, sobretudo lançando mão de fontes produzidas pela ditadura que foram incorporadas ao longo da investigação.

A narrativa foi construída em quatro partes que podem ser lidas separadamente, mas que se conectam entre si para contar uma história local de uma cidade solidificada sob o peso da indústria nos anos da ditadura.

No primeiro capítulo, ao explorarmos a representação da cidade como a “Manchester Catarinense”, abordamos a pactuação de classe do empresariado com o regime de 1964 em relação às suas políticas econômicas e, ao mesmo tempo, procuramos criar uma moldura de época acerca da recepção e legitimação do golpe em Joinville por parte de suas elites políticas e empresariais, bem como algumas tensões de natureza trabalhistas relacionadas ao ambiente do operariado fabril.

No segundo capítulo, mobilizamos a noção de afinidade eletiva para discutir a ideia subjacente à representação da “Manchester” como o espaço regrado do trabalho, que convergia com o ideal dos militares. Na esteira dessa problematização tratamos ainda das visitas oficiais dos generais-presidentes a Joinville, do papel da União Cívica Feminina na cidade e dos lugares de memória da ditadura em Joinville.

O terceiro capítulo é o núcleo da tese. Trata dos acontecimentos ligados a uma onda de incêndios em Joinville entre o segundo semestre de 1977 e início de 1978, no período da abertura política. Procuramos mostrar como os mecanismos estatais empregados em âmbito local transformaram um caso comum de crime contra o patrimônio em uma atmosfera de forte repressão e controle social na cidade, permitindo uma compreensão das reações envolvendo atores de sustentação do regime, sobretudo o empresariado, e da oposição consentida que governava a cidade. O episódio dos incêndios é central, pois estabelece uma quebra temporal, um marco entre um antes e um depois nas relações políticas e nas formas de mobilização social na cidade.

O quarto capítulo demonstra o cenário social depois dos incêndios. Trata-se do momento em que a cidade revela-se mais plural no contexto da abertura política e da redemocratização. Nesta parte abordamos a entrada de novos atores sociais ligados a igreja progressista e suas tensões com as elites locais. Em um contexto aberto e incerto, novas disputas entram em cena através da luta de trabalhadores por melhores condições de vida, culminando com a fundação do Partido dos Trabalhadores em Joinville entre militantes da igreja progressista na cidade.

Transitar por caminhos sinuosos e diversos em uma cidade como Joinville, percorrendo espaços de sociabilidades, memórias, atores e temporalidades que tangenciam passado e presente numa mesma urdidura, é colocar-se sobre procedimentos de tensão. Lidar com o passado pode despertar paixões vinculadas a primazia da experiência, dimensão inescapável de uma trama histórica que narra processos ainda em andamento. Eis o desafio a que nos propomos ao contar essa história sobre Joinville: mover-se sob terreno de tensões, consensos e dissensos que normalmente integram a história de uma cidade, revolvendo um passado, não raro, tangenciado por idealizações nostálgicas

1 A MANCHESTER CATARINENSE E A DITADURA DE 1964

Em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e opimir o povo. Destes dois apetites diferentes nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade, desordem.²³

Nicolau Maquiavel

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.²⁴

Italo Calvino

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classes.²⁵

Karl Marx & Friedrich Engels

Cidades não nascem por vontade divina ou por uma ordem natural. Cidades são construções sociais e históricas que se caracterizam, entre outras coisas, por acentuada divisão do trabalho, por uma densidade demográfica e por esforços empreendidos por seus habitantes, sejam eles autoridades locais, representantes políticos, lideranças empresariais, entre outros, em atribuir-lhes identidades distintas. Tais empreendimentos não são uníacos, nem homogêneos ou monolíticos seus resultados, ainda que busquem se mostrar assim, seja para esconder ou negar a existência de dissenso social. A cidade é um ambiente assimétrico por definição, em que classes mais abastadas ou grupos sociais mais habituados ao exercício da hegemonia tendem a tirar melhor proveito do poder material e simbólico ao seu dispor.

²³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 45.

²⁴ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 44.

²⁵ MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 45.

Joinville, nas décadas de 1960 e 70, era uma cidade de porte médio²⁶ e o polo industrial mais dinâmico de Santa Catarina, sediando número superior a pouco mais de quinhentas fábricas de variados setores produtivos.

Historicamente, a industrialização catarinense está ancorada no processo de colonização a partir da segunda metade do século XIX, com destaques para as cidades de Blumenau, Joinville e Brusque. Joinville e Blumenau desenvolveram desde cedo uma indústria local, tornando-se, após a Segunda Guerra Mundial, nos polos industriais mais consistentes do Estado. Até 1958, Blumenau exerceu o protagonismo, seguida em importância e dimensão econômica por Joinville (MAMIGONIAN, 1965, p. 65). Blumenau especializou-se na indústria leve e tradicional de bens de consumo, voltados, sobretudo, para produtos têxteis e alimentícios. Em Joinville²⁷, por sua vez, os empreendimentos industriais foram sendo voltados, sobretudo no pós-guerra, para a metalurgia, o setor eletromecânico e a indústria química. Essa tendência da indústria joinvilense favoreceu o crescimento de uma indústria local pesada que ganhou maior robustez a partir da década de 1960, quando o país consolidou importante parque industrial de bens de capital e de consumo duráveis.

Assim, um dos fatores que leva a indústria joinvilense a ganhar protagonismo na década de 1960, mantinha correspondência com sua adaptação ao novo padrão de desenvolvimento econômico do capitalismo brasileiro, sobretudo com o advento do golpe civil-militar de 1964 e os investimentos estatais na indústria de base. Favorecida por circunstâncias históricas, os anos por vir manteria a cidade no pódio da indústria catarinense.

²⁶ Ao contrário do Paraná e do Rio Grande do Sul, Santa Catarina é um estado caracterizado por cidades de porte médio. Na década de 1970 não havia uma metrópole regional no Estado catarinense, mesmo a capital, Florianópolis, caracterizava-se por ser uma cidade de porte médio. No ano de 1970 Joinville, Blumenau e Florianópolis estavam na casa de 130 mil habitantes, aproximadamente. Em primeiro lugar estava a capital, em segundo vinha Blumenau e Joinville em terceiro, com uma margem muito pequena de diferença de uma cidade para outra. Com a intensificação do fenômeno migratório para suprir a carência de mão de obra na indústria, Joinville ultrapassou Blumenau e a capital.

²⁷ A gênese da industrialização em Joinville remonta o modelo agrário-exportador. A criação da Estrada Dona Francisca no início da década de 1870 dinamizou o comércio através do impulso do ciclo da erva-mate na região Norte do Estado. A industrialização do mate em Joinville, adequando-se ao modelo agrário-exportador, favoreceu uma acumulação primitiva de capital local. Outros fatores que favoreceram a dinamização da economia na cidade foram a construção da estrada de ferro ligando Joinville e o porto de São Francisco do Sul e introdução da energia elétrica na primeira década do século XX (TERNES, 1986).

O novo ciclo econômico industrial nesse período, foi puxado pelos quatro grandes grupos empresariais da cidade: Tupy, Hansen, Cônsul e a Embraco, sendo que esta última juntou-se ao grupo dos grandes na década de 1970²⁸. Joinville tornou-se naquele contexto um centro fornecedor de produtos destinados a setores básicos da economia brasileira.

O Grupo Tupy esteve na vanguarda, fornecendo diversos produtos para o setor secundário da economia que crescia vertiginosamente no país. A Tupy cresceu e consolidou sua marca, fundindo peças para a indústria automobilística nacional a partir de 1956, tornando-se a maior fornecedora da Volkswagen no Brasil. Em 1970 bateria a marca de 3,5 milhões em tambores de freios automotores produzidos para indústria de carros (TERNES, 1988, p 124). Com a expansão da empresa nessa década, passou a fabricar também blocos de motores e cabeçotes.

Do mesmo modo, o Grupo Hansen, no setor químico e de plásticos, foi igualmente favorecido. Afinal, a urbanização crescente, vivenciada país afora, criou as condições adequadas para o tipo de indústria praticada pela Companhia Hansen Industrial, fornecendo tubos e conexões de PVC para milhões de residências, prédios e construções que demandavam produtos hidráulicos. Raciocínio semelhante deve ser feito em relação ao consumo de geladeiras e condicionadores de ar fornecidos pela Cônsul para residências e estabelecimentos comerciais, bem como prédios do setores públicos e privados.

Foi nesse contexto que a eleição do epíteto de Joinville como a “Manchester Catarinense” ganhou lastro e aderência social. Em meio à expansão da indústria local na cidade, a elite do empresariado joinvilense passou a tirar proveito do poder material e simbólico dessa representação.²⁹

²⁸ A Embraco não participou desse primeiro momento, tampouco obedeceu o mesmo itinerário das primeiras três grandes, galgando sua galeria apenas no final da década de 1970. Para além dos grandes grupos econômicos, outras empresas foram se tornando muito expressivas a partir da década de 1960, como a *Nielson Carrocerias*, fabricante de ônibus; *Metalúrgica Douat*, *Metalúrgica Shultz*, *Metalúrgica Wetzel*; *Indústria Schneider*, *Buschle & Lepper*, entre outras. Afora isso, havia um setor têxtil bastante expressivo com diversas fábricas e malharias na cidade.

²⁹ O conceito de representação é empregado a partir da acepção de Roger Chartier. Nesta abordagem, as representações sociais constituem modos subjetivos a partir dos quais uma “determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.17), mobilizando imagens, discursos e outras formas de expressão sobre o “real”, de acordo com o que acreditam ser ou gostariam que fossem os interesses, agentes e grupos sociais envolvidos em sua produção e reprodução.

A representação da cidade como a “Manchester Catarinense”, numa tentativa de equipará-la a um símbolo por excelência da industrialização inglesa, a cidade de Manchester na Inglaterra, não deve ser entendida como mera atribuição ingênuas de sentido. Designava a aspiração de uma elite local de forjar uma imagem de cidade laboriosa, ordeira e progressista, onde a subordinação do operariado era um ponto indiscutível. Ao longo do século XX, ao menos outra cidade brasileira utilizou tal designação, a “Manchester mineira” Juiz de Fora.³⁰ Mas, no caso da cidade de Santa Catarina, a designação passou a circular assentada sob interesses de identificação social e política.³¹

Embora a designação de Joinville como a “Manchester Catarinense” seja anterior ao regime de 1964, foi a partir de sua vigência que esta representação ganhou força, gozando de grande prestígio na imprensa e periódicos da cidade, em função do peso, cada vez maior, da indústria. Segundo o álbum comemorativo *Termotécnica 60 Anos*, indústria fundada em 1961 como Plásticos Tupiniquim, filiada ao grupo Tupy, foi durante a década de 1960 que a cidade conquistou o título de “Manchester Catarinense”.³² Desde então tornou-se cada

³⁰ Disponível em: *Diário Regional Digital*. Por que Manchester Mineira? <https://diarioregionaldigital.com.br/?p=71370>. Acessado em 03/08/2023.

³¹ Não deixa de ser paradoxal que a elite joinvilense tenha se apropriado de uma alcunha que possui um sentido histórico estarrecedor do ponto de vista das condições sociais e desumanas dadas pela industrialização em Manchester. A descrição que Engels faz das mazelas sociais na Inglaterra do século XIX, com especial destaque para a cidade de Manchester, é no mínimo chocante: “cada um explora o outro e o resultado é que o mais forte pisa no mais fraco e os poucos fortes, isto é, os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto aos muitos fracos, aos pobres, mal lhes resta apenas a vida (...) Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando. Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia” (ENGELS, 2010 p. 68-69).

³² BAÚ DE RECORDAÇÕES: *Termotécnica 60 Anos*. Extraído de fotografias do grupo do facebook, *Joinville de Ontem*. Não foi possível consultar dados editoriais do álbum comemorativo da empresa por meio das reproduções publicadas no grupo. Trataremos com maiores detalhes desse grupo virtual adiante.

vez mais comum o uso do epíteto nas falas de lideranças políticas e empresariais da cidade.

A construção discursiva da cidade como a “Manchester Catarinense”, feita pelas elites dominantes foi acolhida, sobretudo, pelos setores médios da população. Pequenas e médias empresas, a partir do final dos anos de 1960 e início de 1970, passaram a nomear estabelecimentos comerciais por esta alcunha, contribuindo assim, para uma difusão ainda maior no cotidiano dos joinvilenses. Assim, surgiu a *Manchester Veículos*, concessionária da Chrysler, que vendia carros da marca Dodge para a classe média joinvilense. *Manchester S/A Corretora de Câmbio e Títulos*, empresa credenciada a bolsa de valores de São Paulo. *Manchester S/A Processamento de Dados*, empresa cooperativa ligada ao ramo de coleta, organização e análise de dados. A *Transportadora Manchester*, que passou a operar no transporte de sucatas e peças para a Fundição Tupy, mantendo-se em operação ainda hoje na cidade.

A cidade ainda continua sendo referenciada no presente por esse signo em seu cotidiano. Em uma busca simplificada pelo provedor de pesquisa, Google, verifica-se o quanto ainda essa alcunha povoa o comércio de Joinville na atualidade: *Panificadora Manchester*, *Agropecuária Manchester*, *Refrigeração Manchester*, *Ótica Manchester*, *Gráfica Manchester*, *Comercial de Armarinhos Manchester*, *Manchester Investimentos*, *Manchester Imóveis*, entre outros. A nomeação dessas pequenas e médias empresas é uma alusão a esse passado recente.

Vale destacar ainda que, nas ocasião de aniversário de Joinville, comemorado nas datas de 9 de março, a cidade continua sendo lembrada pelos joinvilenses como a “Manchester Catarinense”,³³ indício do quanto esse imaginário ainda tem força.

A inauguração, em 1970, da edificação que abrigaria a nova sede da ACIJ³⁴ (Associação Comercial e Industrial de Joinville), não por acaso, batizada de Edifício Manchester, representou a fase mais emblemática dessa

³³ Outras denominações populares de Joinville são: “Cidade das Flores”, “Cidade do Príncipe”, “Cidade das Bicicletas” e a “Cidade da Dança”.

³⁴ As tratativas de construção de uma nova sede para a ACIJ vinham sendo feitas desde o golpe de 1964, quando o industrial Dieter Schmidt foi eleito presidente da associação empresarial, mas sua efetiva materialização se deu no governo Costa e Silva.

representação como um marco do poder material e simbólico da classe empresarial na época. Segundo um periódico fabril, tratava-se de uma “edificação moderna e à altura do progresso da Manchester Catarinense”.³⁵

O empreendimento foi apresentado ao público como a maior área construída e o mais alto edifício do Estado de Santa Catarina. Imprimia-se um ar de grandeza para os habitantes da cidade, afinal, os poucos edifícios que existiam em Joinville, não ultrapassavam quatro pavimentos. Era o primeiro prédio a ter elevadores na cidade e galeria de lojas em dois pavimentos. Sem contar que tratava-se de um condomínio na região central. Adquirir um apartamento no Edifício Manchester, em moradias verticalizadas, era um signo de progresso e modernidade para a classe média local. O edifício tornou-se uma espécie de atração na cidade num tempo em que não havia shopping centers.

O Edifício Manchester, atualmente, não mais abriga a centenária associação empresarial, tampouco conserva sua aura de progresso e modernidade, comparado aos edifícios do século XXI ao seu entorno. No momento de sua fundação, entretanto, dizia tratar-se da “prova evidente que a MANCHESTER CATARINENSE” ingressava “na fase dos arranha-céus”.³⁶

Figura 2 - Representação em alto relevo e placas de fundação do Edifício Manchester



Acervo pessoal do autor

O transeunte que atravessa a galeria interna do Edifício Manchester que liga as ruas do Príncipe e São Joaquim, certamente irá se deparar com o artefato

³⁵ Boletim Stein, Janeiro, 1965, p. 8.

³⁶ Boletim Stein, Maio/Julho, 1967, p. 1.

em alto relevo (figura 2) com as placas de bronze de sua fundação em uma das paredes laterais de sua alameda. Passados meio século, a marca temporal do símbolo de que tirou proveito a classe mais abastada da cidade continua lá, testemunho desse passado recente e da representação que durante anos designou os desejos dessa elite joinvilense.

Em uma das placas lê-se a inscrição COMASA (Construtora Comercial e Industrial S/A), empreiteira proveniente de Curitiba, Paraná, responsável pelo edifício, mas também por outros empreendimentos imobiliários na cidade, como a construção dos conjuntos habitacionais que serviriam à indústria joinvilense, provendo moradias aos seus operários: o Comasa I, aos trabalhadores da Fundição Tupy, no Distrito do Boa Vista e o Comasa II, na Zona Industrial, ao norte da cidade, batizado posteriormente de Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva.

Como demonstrou Pedro Henrique Campos (2014), durante o regime militar, grupos empresariais ligados a empreiteiras, sobretudo de obras públicas, cresceram imensamente, beneficiados por políticas estatais favoráveis. O ramo da construção civil teve ascensão inédita no período. Políticas benéficas iam de isenções fiscais a financiamentos facilitados, o que acabou por enriquecer esse segmento, cujo poder econômico estender-se-ia, inclusive, aos anos que sucederam o regime.

Inaugurado em 24 de julho de 1970, com a presença do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, o Edifício Manchester era parte do otimismo crescente do empresariado sobre os rumos político e econômicos no país. Vivia-se a euforia dos índices anuais do Produto Interno Bruto (PIB), o “milagre econômico”, que na prática traduziu-se nos “anos de ouro” no acúmulo do capital privado do empresariado nacional.

Para presenciar o dinamismo da indústria catarinense, o Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, veio a Joinville, a convite da associação empresarial, inaugurar a nova sede da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville) e simultaneamente, visitar a VI FAMOSC (Feira de Amostras de Santa Catarina). O diário *Jornal de Joinville*, que mantinha vínculos muito próximo com a burguesia local, trouxe como manchete de capa: “VI FAMOSC

mostra ao Brasil a pujança do parque industrial do Estado de S. Catarina". O texto editorial do dia seguinte ao início da feira afirmou:

Numa apoteose ao trabalho do homem que constrói a grandeza do Brasil, a VI feira de amostras de Santa Catarina ontem inaugurada oficialmente pelo Governador Ivo Silveira, constitui um marco histórico na vida social, cultural e econômica do Estado, pela pujança, pelo espírito empreendedor e pelo esforço construtivo e patriótico do povo catarinense. (...) na consecução da obra de integração nacional.³⁷

O editorial do matutino creditava ao empresariado a força motora na construção da grandeza do Brasil, cujo parque industrial catarinense era a prova. O diário acentuava o que em Joinville, durante muito tempo, fora atribuído à classe empresarial: aparecer como uma espécie de locomotiva da história da cidade. Joinville teria sido fruto do desejo e da "obsessão visionária" do homem de empresa. O empresário seria a "dádiva" da urbe industrial, um ente acima da "maioria dos demais mortais" (TERNES, 1986, p.188).

O diário ainda procurou destacar as principais autoridades civis e militares presentes ao evento e as atrações que os pilotos da Força Aérea Brasileira fariam com shows acrobáticos da esquadrilha da fumaça, apresentados durante o final de semana ao público. Pela cobertura dada aos eventos pela imprensa, depreende-se contudo, que a presença mais esperada dentre todas as autoridades era a do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto.

Figura 3 - Delfim Netto e o diretor-presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt



Acervo fotográfico: Arquivo Histórico de Joinville

³⁷ *Jornal de Joinville*, 19 de Julho, 1970, p. 1.

Delfim Netto era naquele momento, uma das figuras mais expressivas do segmento “civil” dentro do regime. Delfim foi Ministro da Fazenda por duas gestões (1967-1974) e Ministro do Planejamento (1979-1985) no Governo Figueiredo, no final da ditadura³⁸. Delfim era celebrado pela burguesia industrial. Seu sucesso na pasta da Fazenda representava, no momento de sua visita a Joinville, o contentamento da burguesia industrial com a dinâmica social e econômica imposta pela ditadura. Delfim acumulou capital político no regime, adquirindo o status de superministro. Seu poder sobre outras áreas do governo militar, segundo o historiador Pedro Henrique Pedreira Campos (2020), foi a expressão máxima do poder empresarial no regime, sobretudo em sua interface com a grande burguesia industrial, hegemônica sobre outras frações da classe dominante brasileira no bloco de poder do período.

O poder de Delfim em suas gestões como ministro e a certa intocabilidade das áreas sob sua responsabilidade por outros agentes do aparelho de Estado, inclusive militares e o presidente da República, eram expressão do poder central que o empresariado detinha na ditadura, corroborando a tese de que se tratava de um regime civil-militar. Esse elemento civil do sistema político era composto predominantemente por segmentos empresariais, com posição privilegiada em largos períodos para a fração industrial paulista, que se reunia em torno da figura de Delfim (CAMPOS, 2020).

Importante ressaltar que reinava uma atmosfera de pessimismo generalizado sobre os rumos da economia no país antes da Era Delfim. A renda *per capita* no governo Castelo Branco manteve-se num nível próximo ao do início da década de 1960 e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) muito aquém do que se esperava. A indústria nacional refletia grande insegurança. A política de atração de investimentos externos mostrava-se pífia. Havia um desapontamento da burguesia com o regime e uma evidente frustração das classes médias. Os modestos resultados da economia em face da austeridade imposta pelo programa de estabilização da dupla Bulhões-Campos foi avaliada negativamente quando houve a troca de ministérios na passagem para o governo Costa e Silva.³⁹ A condescendência posterior na avaliação da política

³⁸ Delfim iniciou o governo Figueiredo no Ministério da Agricultura, mas com o pedido de demissão de Mario Henrique Simonsen em agosto de 1979, foi convocado a ocupar seu lugar, o que teria sido motivos de comemoração do empresariado nacional. Acontece que os tempos seriam outros e o cenário internacional, igualmente.

³⁹ A dupla Otávio Gouvêa Bulhões e Roberto Campo nos Ministérios da Fazenda e Planejamento, respectivamente, possuíam importância equânime. Com a mudança de comando na troca de

econômica do governo Castelo Branco foi beneficiada por um olhar retrospectivo. Sob o clima eufórico dos anos do “milagre”, a austeridade do governo anterior teria sido o sacrifício pelo surto de prosperidade vivenciado na Era Delfim (TAVARES & ASSIS, 1986, p. 25).

O fraco desempenho da economia entre 1964 e 1967 fora atribuída a obsessão anti-inflacionária da política monetária do governo e a restrição da política de créditos. Com a mudança de governo e de Ministérios, na primeira troca na guarda da “revolução”, operou-se uma inversão de orientação sobre as escolas do pensamento econômico. A escola da FGV (Fundação Getúlio Vargas)⁴⁰ foi preterida pela escola “desenvolvimentista” da USP (Universidade de São Paulo). Foi através dessa mudança que o jovem, professor Delfim Neto, Secretário da Fazenda do governo paulista, foi guinado ao Ministério da Fazenda do governo Costa e Silva (TAVARES & ASSIS, 1986, p. 26).

A ideologia desenvolvimentista foi posta em prática a partir de 1930, tendo no Estado brasileiro o centro decisório dos rumos da política econômica. Consequentemente, desenvolveu-se entre 1930 e 1964, um vigoroso setor industrial no Brasil. O poder público orientou, mas também executou programas de desenvolvimento para dinamizar a economia nacional. A industrialização vivenciou sob a Era Vargas sua diversificação e expansão. Em sua primeira fase o ciclo desenvolvimentista assentou-se sobre o modelo de substituição das importações. Embora marcado por crises e flutuações, em boa parte por seu caráter improvisado e imediatista, ditou os rumos de acordo com os diferentes interesses envolvidos e criou as bases e as condições para a fase do desenvolvimentismo associado, posto em prática por Juscelino Kubitschek (IANNI, 1975, p. 27- 28).

O governo de Juscelino Kubitschek implementou um programa de desenvolvimento baseado na associação de capitais externos e nacionais. O

governo, em que João Paulo Veloso foi para a pasta do Planejamento, este Ministério perdeu completamente sua influência, tornando-se tão somente, como expressou Maria da C. Tavares e J. C. de Assis, um “centro de reflexão técnica e um agente encadernador de propostas dos outros órgãos da administração pública” (TAVARES & ASSIS, 1986, 29). A hegemonia foi do Ministério da Fazenda.

⁴⁰ A Fundação Getúlio Vargas também possuía uma ala desenvolvimentista, porém a ala mais conservadora, aos poucos, adquiriu hegemonia sobre a entidade. Ver: Bielschowski, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 268.

desenvolvimentismo nacionalista do padrão getulista foi substituído por um modelo de internacionalização da economia, significando o fim do ciclo anterior.

Os governos Jânio e Jango, embora tenham ensaiado audaciosamente uma retomada do padrão getulista por meio de uma política externa independente, foram incapazes de restaurá-lo plenamente. O tiro de misericórdia sobre o padrão getulista havia sido dado durante o governo JK. Embora não tenha sido possível um golpe que liquidasse inteiramente com o padrão desenvolvimentista nacionalista, JK viu-se forçado a conciliar em um padrão diferente (IANNI, 1975, p. 70-71). A partir do abandono do modelo de desenvolvimento autônomo a favor do associado, combinou-se em bases heterogêneas e contraditórias o sistema econômico brasileiro. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 significou um arranjo político que viabilizou o modelo de desenvolvimento posto em marcha a partir de 1955. O golpe civil-militar reestabeleceu o paradigma do desenvolvimento associado direta ou indiretamente, visível ou dissimulado, entre capitais nacionais e estrangeiros.

Essa digressão sobre o padrão desenvolvimentista e os rumos da economia nacional é importante para situar a realidade da indústria local. Isto porque o crescimento e expansão do setor industrial em Joinville não esteve desconectado desse realidade nacional.

A industrialização de Joinville deu-se nos pós guerra, mais foi a partir do governo de Juscelino Kubitschek que o crescimento se acelerou. Foi nesse período que a expansão da indústria metalúrgica local, com destaque para a Fundição Tupy, puxada sobretudo, pela indústria automobilística, acompanhou a evolução industrial brasileira e as demandas da indústria pesada.

O novo surto de crescimento da indústria joinvilense, deu-se a partir de 1968, na medida em que o golpe havia viabilizado o modelo de desenvolvimento proposto no governo JK. O reestabelecimento daquele paradigma da associação direta ou indireta entre capitais nacionais e estrangeiros, fomentado pela flexibilização da política de créditos na era Delfim, através da parceria público privada, impulsionou a economia industrial da cidade a uma nova fase de expansão.

A política econômica posta em marcha em 1964 valia-se do modelo inaugurado por Juscelino Kubitschek, mas foi com Delfim Netto que o paradigma efetivamente alçou voo. A política econômica fomentou bens de consumo duráveis, cujo controle era exercido pelo capital multinacional, beneficiado pelos últimos momentos do ciclo internacional de expansão econômica, após a Segunda Guerra Mundial. Este ciclo se apresentava através de abundantes ofertas de créditos a taxas reduzidas. A elevação da produção foi generalizada, mas o protagonismo foi da grande indústria, quem mais se beneficiou das políticas estatais (CAMPOS, 2020).

Durante o período que Delfim esteve na condução da economia houve um boom no crescimento industrial em Joinville e a afirmação dos mencionados quatro grandes grupos empresariais. Em 1968 e 1973, a Tupy recebeu empréstimos do governo federal para os planos de duplicação e triplicação, respectivamente, dos quais falaremos adiante.

A imprensa local assegurava que Delfim teria ficado impressionado e entusiasmado com o progresso do parque industrial catarinense. Em seu discurso, Delfim saudou os esforços das classes produtoras catarinenses em acompanhar o ritmo que o “governo revolucionário” vinha dando ao “processo desenvolvimentista” do país, cujo alicerce era a livre empresa, que recebia do governo estímulos e garantias à sua vitalidade.

O discurso de Delfim evidenciava o que pode ser denominado como “consórcio governamental-empresarial”, cuja a ideia assentava-se sob o fulcro de que os empreendedores privados fossem merecedores das políticas de incentivo e crédito do governo por serem promotores do desenvolvimento (LOHN, 2014, p. 17-19). Lohn argumenta que tal relacionamento entre políticos e empresários sustentou o regime em Santa Catarina e permaneceu como fórmula ao longo do processo de redemocratização.

As palavras de boas-vindas ao Ministro da Fazenda dadas pelo diretor-presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt, representando as classes produtoras, corroboram. A mesmo tempo que demonstram o entusiasmo com os rumos econômicos do país e como vinham sendo sentidos e vividos na cidade:

Saudamos a presença de V. Exa. Sr. Ministro Prof. Delfim Netto, com o entusiasmo e a admiração que merece dos homens da livre empresa.

Para todos nós, é V. Exa. o símbolo do Brasil recuperado, do Brasil progresso e desenvolvimento, do Brasil economicamente saneado. (...) Hoje, Ministro Delfim Netto, gostaríamos, de sem presunção, afirmar que a *Manchester Catarinense, com seu extraordinário parque fabril* (grifos meus) que já conta com mais de 500 indústrias, trabalha, sem medir sacrifícios, a fim de contribuir, com a parcela lhe cabe para os planos e metas de desenvolvimento econômico traçados pelo Governo Revolucionário (...) Aos empresários compete fazer com que os resultados alcançados cresçam ano após ano e suas empresas melhorem a estrutura técnico-administrativa- o que significa em última análise, o cumprimento de *um dever para com o Brasil e a confiança em seu destino* (...) reconhecemos que a Revolução Brasileira tem a ventura de contar com uma equipe de homens como V. Exa., emprenhada numa *luta implacável contra a corrupção, contra a subversão*, contra o inadequado aproveitamento da terra, contra o empreguismo e demagogia política, contra o desequilíbrio orçamentário (...) Nesta associação não temos apenas apoiado e divulgado as medidas concretas do Governo Revolucionário no campo econômico-financeiro. Temos seguido a orientação e sugestões que os líderes tem dado quer em reuniões com empresários, quer de público em manifestações.⁴¹

O industrial Dieter Schmidt foi uma liderança empresarial expressiva em Joinville durante o regime militar. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), manteve desde muito cedo intenso contato com a capital paulista, centro dinâmico do país. Dieter foi um empresário sintonizado com as questões nacionais de seu tempo. Habil com as palavras, era comum falar representando seus pares da associação empresarial. É através de suas falas, geralmente publicadas na imprensa ou no periódico *Correio Tupy*, que podemos abordar o pensamento do empresariado em Joinville durante o período do regime militar.

Nas palavras do industrial, a “Manchester Catarinense, com seu extraordinário parque fabril” estaria inteiramente comprometida com os objetivos do “Governo Revolucionário”. Reiterava o discurso de que a “cidade industrial” do norte catarinense estaria cônscia de seu “dever para com o Brasil e a confiança no seu destino”, uma sentença comum nos meios militares. Não seria a única vez que a fórmula “Brasil e seu grande destino” apareceria em uma fala do industrial joinvilense.

A confiança de que o Brasil teria um destino reservado era parte da maquinaria militar de “reinvenção do otimismo”. Com base em antigos conteúdos fundados num imaginário secular, a propaganda militar promoveu a ideia de que o destino do país era ser grande potência (FICO, 1997, p. 81-84). O ambiente

⁴¹ Jornal de Joinville, 25 de Julho de 1970, p. 3 e 6

nababesco para o capital, tornava o empresariado joinvilense partícipe dessa crença.

A “luta implacável contra a corrupção, contra a subversão”, outra sentença presente no discurso do industrial joinvilense, estaria sendo travada, a bem da verdade, desde 1964 e com maior eficácia, a partir do final de 1968 com a imposição do Ato Institucional número 5 (AI-5). Medidas encaradas como necessárias para extirpar os “óbices”, no jargão militar, que serviriam ao ideal do *Brasil grande*.

O discurso do industrial mantinha evidente “correspondência” com o ideal do Brasil grande e sua contraface: a luta contra a “subversão”. Vale ressaltar que combater a “subversão” significava para setores mais exaltados das forças armadas, eliminar quaisquer formas de dissenso. Entre tais setores vicejavam a crença de que a “revolução” tinha um viés saneador, e portanto, necessário como finalidade última de sarar o organismo social, extirpando “a corrupção”, “a subversão”, “o elemento comunista” (FICO, 2004, p. 39). Descobertas recentes apontam que mesmo generais como Geisel, tido desde então como um moderado, não somente sabia, como deu “carta branca” à continuidade de práticas de extermínio de opositores.⁴²

A inauguração do Edifício Manchester coincidiu com os anos de euforia vividos pelo ciclo do “milagre” em Joinville. As páginas dos jornais e periódicos locais estampavam seu otimismo crescente. O *Atualidades Tigre*, periódico da Companhia Hansen Industrial, evocou o otimismo em reiteradas matérias. Em sua edição de agosto de 1969, sob o título “Otimismo”, o periódico fabril destacava em letras de caixa alta: “elimine de seu vocabulário a palavra... “CRISE”. (...) TENHA OTIMISMO! TENHA CONFIANÇA NO NOSSO GOVERNO! TENHA FÉ NO FUTURO DE NOSSA PÁTRIA! TENHA FÉ EM DEUS!”⁴³ A edição de abril trazia a seguinte recomendação como título editorial:

⁴² Em 2018 o pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelou um memorando produzido pela CIA em 1974 em que tratava de uma reunião entre Geisel, Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino, ambos na ocasião no Centro de Inteligência do Exército (CIE). O documento revelava a continuação de uma política de assassinato dos opositores do regime. Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/para-ex-membro-da-cnv-documento-sobre-geisel-e-estarrecedor-e-forcas-armadas-deveriam-reconhecer-responsabilidade.ghtml>. Acessado em 20/09/2023.

⁴³ *Atualidades Tigre*, agosto, 1969, p. 1.

“Sejamos Otimistas”. O texto abaixo de uma fotografia que ilustrava a visita do general-presidente Costa e Silva à “Manchester Catarinense” no ano anterior procurava ressaltar o “progresso marcante experimentado pela Nação” naquele período. O *Atualidades Tigre* empregou um tom de exortação:

Se o ano de 1968 foi pontilhado de grandes realizações, tanto mais será este período de 1969, porque a palavra de ordem é OTIMISMO: otimismo no duro! (...) os objetivos programados para êste (sic) ano são ainda mais animadores e elevados. O ano de 1969 está aí como que difundindo esperanças de fé e de otimismo sobre todos nós brasileiros. É a evolução nacional que se anuncia, pressagiando um futuro promissor; é a evolução dos tempos modernos. E, para acompanhar êsse progresso, a nossa indústria vem se empenhando ativamente no setor industrial, ávida de esperanças e segura de que a demanda do mercado continuará crescendo. Queremos é progredir, avançar e estar sempre ombreando com o desenvolvimento brasileiro. E haveremos de acompanhá-lo, se Deus quiser. (...) A Cia. Hansen Industrial precisa da colaboração decidida, do otimismo e da atuação entusiástica de nós todos. Afinal o benefício oriundo nosso trabalho nunca se fêz esperar; contamos decididamente com êle à medida que a nossa Emprêsa cresce e se desenvolve. Acreditamos que todos querem progredir e confiam, assim como nós, no grande destino deste País maravilhoso.⁴⁴

Com Delfim na pasta da Fazenda, a economia havia entrado em franco crescimento. Ao final de seu primeiro ano dirigindo a pasta, em 1968, a taxa de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) atingiu, inesperadamente, o índice de 9,3%, a despeito do pessimismo reinante sobre o desempenho econômico dos anos anteriores, que havia legado algum descrédito sobre o regime (TAVARES & ASSIS, 1986, 27-28). O “otimismo”, em fontes de caixa alta, que o periódico fabril da Cia. Hansen Industrial trazia impresso sobre o ano de 1969, representava o horizonte de expectativas que abria-se para a burguesia nacional.

Ao tratar do otimismo que impregnou grande parte da sociedade brasileira no governo Médici, Janaina Cordeiro argumentou que a memória da resistência, que passou a ganhar visibilidade durante o período de redemocratização teria ganhado a batalha, firmando-se a partir da década de 1980, como “memória nacional” (CORDEIRO, 2012). Esse momento teve um papel fundamental sobre o silenciamento dos apoios dados a ditadura, sobretudo, durante a euforia desenvolvimentista do início da década de 1970. Sem negar o peso de que estes anos foram também os *anos de chumbo*, Cordeiro aponta para uma

⁴⁴ *Atualidades Tigre*, abril, 1969, p. 1.

complexificação maior a partir da categoria de *consenso social* em que o apoio civil daqueles que vivenciaram o milagre como os *anos de ouro* ganha relevância.

Normalmente identificado ao período de maior repressão e violência do regime, este foi também o momento em que a ditadura brasileira foi mais popular. No plano econômico, foram anos de grande prosperidade, o tempo do Milagre brasileiro, quando os índices de crescimento econômico chegavam a 10% ao ano. Grandes obras foram previstas – e muitas realizadas –, criando, país afora, um clima de grande euforia. Falava-se – e a propaganda oficial potencializava este discurso – nas possibilidades de construção do Brasil potência. O Presidente Médici foi admirado por muitos e querido por tantos outros. Uma vasta onda ufanista tomou conta do país. Algo muito semelhante, sob diversos aspectos, ao que ocorreu no país na segunda metade da década de 1950, durante os anos dourados do governo Juscelino Kubitschek (CORDEIRO, 2012, p. 84).

Cordeiro segue a análise de Fico, para quem o otimismo está ancorado num antigo imaginário da sociedade brasileira. O “milagre” tão somente o reinventou sob novas bases: reativou-se uma tradição otimista secular e pré-existente no Brasil. Em particular a isso, o editorial do *Atualidades Tigre* da Cia. Hansen Industrial, acabou por estabelecer uma ponte temporal que ligava o passado sob a tradição de “esperanças de fé e de otimismo” ao presente da “evolução dos tempos modernos” que havia chegado, e o por vir da “evolução nacional” a anunciar-se como presságio de futuro.

A Cia. Hansen industrial foi uma das pioneiras no ramo dos plásticos. Quando passou a produzir tubos de PVC roscáveis, no final dos anos cinquenta, introduzia uma novidade no mercado brasileiro.⁴⁵ As conexões Tigre tornaram-se conhecidas no mercado de obras de saneamento básico no início dos anos 1960 (TERNES, 1986, p. 157). A empresa situou-se como um dos grupos econômicos hegemônicos que mais cresceram em Joinville, ao lado de seus pares nas áreas da metalurgia e refrigeração, amplamente beneficiados pelo

⁴⁵ A primeira subsidiária do grupo foi a *Cipla* (1963). Logo após surgiram também Ciplanorte (em Recife), a transportadora Rodotrigre e a holding JHJ- Empreendimentos e Participações S/A. Na década de 1970, a Tigrefibra (1970), a Hansenmaq (1972), a Apag (1974), ramo de extintores de incêndio e a Ciplacentro (1974 em Rio Claro). Lançou-se ainda neste mesmo ano ao mercado internacional com a fundação da Exiplast (1974 em Nova Iorque). No final da década nasceu a Brastrade Comércio Exterior, a Tubopar (Paraguai) e a Profiplast, em associação com a empresa austríaca Hochleutner. O início da década de 1980 o Grupo continuou expandindo-se e diversificando-se ainda mais: lançou-se no ramo de seguros, adquiriu empresas aéreas de monomotores e diversas fazendas que foram incorporadas à administração da Hansen Agropecuária. (TERNES, 1986, p. 157-158).

surto de crescimento do “milagre”. As empresas subsidiárias do Grupo Hansen expandiram-se na década de 1970. Mesmo após o ciclo do “milagre”, o grupo continuou crescendo.⁴⁶

É válido o paralelo discursivo do *Correio da Tupy* no auge do milagre. No final de 1972, o periódico da metalúrgica trazia uma foto de uma antiga chaminé de 40 metros da fábrica, acompanhada por um aviso de demolição, justificado pela demanda de novas instalações fabris. O periódico dizia: “velha conhecida nossa, a ‘chaminé do recozimento’ acaba de ser sacrificada no altar do progresso”.⁴⁷ A seguir um pequeno texto fazia referência ao passado de sua construção em 1953, com 100.000 tijolos, mobilizando o afeto com que aquele antigo símbolo da fábrica deixaria de figurar na paisagem em nome de uma nova ordem temporal. Na metáfora do sacrifício, o passado era imolado perante os novos tempos, nos quais o progresso, representado como uma espécie de transcendência, impõe-se imperativamente ao presente.

A Fundição Tupy havia posto em marcha, desde 1968, um projeto de expansão, financiado por recursos próprios, mas fundamentalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O empreendimento visava dobrar o tamanho da fábrica e da produção: o Plano D (Duplicação). O Plano D foi inaugurado em grande evento em 1972 diante dos operários e da presença de autoridades políticas, empresariais e militares, representados pelo Ministro da Indústria e Comércio. Em matéria sob o título “...E O FERRO JORROU”, o *Correio da Tupy* ressaltou:

Feito seu pronunciamento, o Ministro Pratini de Moraes, subiu à plataforma em que se situam os fornos de fusão, de indução elétrica, e acionou os botões de controle, fazendo jorrar **o primeiro ferro maleável da nova fase industrial do importante passo que neste momento se iniciou para a Fundição Tupy**. Passo de Brasil grande. Palmas estrugiram, as sirenes soaram, enquanto a Banda do 13º BC entrava com o significativo e tão querido hino “PRA FRENTE, BRASIL DO MEU CORAÇÃO” (grifos no original).⁴⁸

Por meio do *Correio da Tupy*, podemos aferir o impressionante investimento do governo federal na expansão da fundição. Concluída a

⁴⁶ No final da década de 1970, o Grupo Hansen chegou a faturar o dobro do Grupo Tupy, o maior até então.

⁴⁷ *Correio da Tupy*, dezembro de 1972, p. 8.

⁴⁸ *Correio da Tupy*, abril de 1972, p. 11.

duplicação, 12 meses após, a Tupy dá início a um novo projeto de expansão: o Plano T (Triplicação). O presidente do BNDE, Marcos Viana, viria a Joinville, acompanhado de altos executivos e assinariam, no interior da fundição, um novo empréstimo. O *Correio da Tupy* saudou o ato de empréstimo e o lançamento da pedra fundamental da nova unidade de fundição como: “o maior empréstimo já feito pelo BNDE a uma empresa privada.”

A data de 3 de abril de 1973 marca uma etapa, nova e grande, nas atividades da Fundição Tupy que, havendo apenas há poucos meses inaugurado a fase de duplicação, foi chamada pelos poderes públicos e pelos consumidores de fundidos a aplicar sua tecnologia em empreendimento ainda maior, ou seja, triplicar sua capacidade de produção, para além da ampliação do volume da linha normal, (conexões, autopeças e ferragens eletrotécnicas), entrar firme na produção de blocos para motores, cabeçotes e peças de grande peso, visando tanto o mercado nacional como o internacional.⁴⁹

As exportações da Tupy para o mercado internacional estavam naquele momento a todo vapor. Tradicionalmente, a Tupy exportava para países sul-americanos, mas no início da década de 1970 alçou outros voos, conquistando mercados na Bélgica, Holanda, Alemanha, Estados Unidos, Tchecoslováquia, Arábia Saudita, Líbano, Nigéria, entre outros. Na edição de novembro de 1970 o *Correio da Tupy* comemorava o crescimento nas exportações das empresas joinvilenses, destacando em especial os números da fundição. Segundo o periódico, os primeiros 9 meses de 1970 havia ultrapassado em peso as exportações de 1966, 1967, 1968 e 1969, juntos.⁵⁰

Vale destacar que mesmo após a interrupção do ciclo do “milagre”, durante o Governo Geisel, setores industriais continuaram a expandir-se na cidade com destaque para os grupos econômicos mais poderosos. O Grupo Tupy aumentou seu patrimônio em 650% entre 1970 e 1981. O capital líquido da empresa saltou de 17 milhões de dólares para 125 milhões (MICHELS, 1998, 210-212). O Grupo Hansen, além do aumento de patrimônio, passou a faturar o dobro do Grupo Tupy no final da década de 1970.

As edições do *Correio da Tupy* nos anos do “milagre econômico” incorporaram a linguagem oficial do governo Médici. Frases, slogans, sentenças

⁴⁹ *Correio da Tupy*, março/abril de 1973, p. 14.

⁵⁰ *Correio da Tupy*, novembro de 1970, p. 12.

e ideias ufanistas sobre a grandeza do Brasil e o progresso fabril da fundição foram regularmente impressas em suas edições. Destacamos o compilado de algumas delas nas edições entre os anos 1970 e 1973.

"Fundição Tupy: um canteiro de obras"; "Pra frente, Brasil"; "Ninguém segura este país!"; "Brasil- ame-o ou deixe-o!"; "a educação está recebendo impulso extraordinário, como nunca se viu nesse país"; "arrancadas de progresso se evidenciam nas Comunicações, nos Transportes e outros setores, com resultados esplêndidos, que fazem com que nos ufanemos de nosso país"; "na construção do Brasil grande, ninguém segurará o progresso deste país"; "a censura à publicações deletérias foi introduzida"; "medidas coercitivas proporciona o governo meios para a elevação do nível artístico"; "o sentimento verde-amarelo do nosso povo"; "é o Plano D em marcha, colocando-se em posição de crescer com o Brasil e em posição de ajudar o Brasil a crescer"; "Fundição Tupy S.A. não parou 'para ver a banda passar"'; "clima de sadio euforismo e revestido de vibrante significado cívico"; Cresce o Brasil, também com o crescimento da Tupy"; "o desenvolvimento desse nosso Brasil, que ninguém mais pode segurar"; "estamos contribuindo para um Brasil grande, com a tradicional qualidade Tupy"; "Triplicação da Tupy...será integralmente executada na Manchester Catarinense"; "Também é minha a grandeza do Brasil"; "novo marco de progresso para um Brasil em busca de crescente desenvolvimento"; "Empenhou-se o primeiro Governo da Revolução, essencialmente na construção econômica"; "o segundo Governo da Revolução objetivou, principalmente a expansão econômica; " o terceiro Governo da Revolução vem realizando o objetivo de elevar o Brasil à categoria de dos países de alto nível de desempenho"; "somando à construção de uma sociedade industrial nos trópicos"; "estamos crescendo em ritmo de Brasil Grande"; "acreditamos na grandeza do Brasil"; "Governo promove produtividade agrícola"; "Você também é responsável!" "Transamazônica quer servir um Brasil redescoberto, integrado, novo- forte- e maior"; "o revigoramento do Nordeste e da Amazônia".

O ambiente que presidiu a inauguração da nova sede da associação empresarial, no 10º e 11º andares do Edifício Manchester, coincidia com otimismo reinante no capital da cidade. Foram anos de intensas celebrações na "Manchester Catarinense". Celebrações dos aniversários da "Revolução de 1964"; do tricampeonato da seleção de Pelé; festa cívica e desfile de carros alegóricos no sesquicentenário da Independência do Brasil na cidade; nomeações de logradouros públicos e estabelecimentos educacionais em alusão ao regime; título honorífico da cidade concedido a general-presidente; seminários da ESG (Escola Superior de Guerra) na ACIJ; liturgias católicas e luteranas que aludiam o progresso fabril. Na feliz expressão das historiadoras Cristina Ferreira e Ana Carolina Zimmermann (2023), o golpe virou uma festa na cidade.

Pra frente Brasil, o hino extraoficial da ditadura, embalou os sonhos da elite empresarial da “Manchester Catarinense”. O otimismo presidido pelo ciclo econômico respondia aos ganhos proporcionados ao empresariado. Não por menos, a indústria expandiu, auferindo do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e suas taxas inéditas de dois dígitos.

Joinville também experimentou nesse anos, o paradoxo do progresso fabril com as perdas acumuladas pelos trabalhadores. A expansão da indústria coincidia com o vertiginoso crescimento demográfico urbano. O recrutamento de trabalhadores, sobretudo, agricultores, no interior de Santa Catarina e no Estado do Paraná, foi uma constante no período. Para suprir a carência de mão de obra fabril, as empresas passaram a investir na propaganda de que Joinville era um lugar de oportunidades (NIEHUES, 2000). Trabalhadores do campo enxergavam na promessa de mudança para uma cidade fabril, a possibilidade de abandonar as mazelas do ambiente rural para uma efetiva mudança de vida. Milhares de agricultores, homens e mulheres, foram cooptados por alvissareiras notícias de empregar-se com carteira assinada, assistência médica e cooperativas para suas compras mensais de comida.

Para a mão de obra pouco qualificada de agricultores, significava, a bem da verdade, oportunidades de ganhar baixíssimos salários nas linhas de produção. Para suprir o custo de vida perante o arrocho salarial e a superexploração do trabalho, membros de uma mesma família empreendiam jornadas em regime complementar de renda. Em Santa Catarina, tal prática social foi ao longo do século XX disseminada entre um amplo conjunto da população de pequenos agricultores de áreas de colonização europeia, a ponto de Giralda Seyferth (1987) ter identificado a figura do “colono-operário”. Em uma única empresa, muitas vezes trabalhavam pai, mãe e filhos (TERNES, 1988, p. 200-202). Cada família esforçava-se por aumentar o número de membros trabalhando em chão de fábrica para garantir sua subsistência.

A migração suscitada traria sérios problemas habitacionais a cidade, ocupação de manguezais, ausências de infraestrutura, favelização, violência, marginalização. O sonho do trabalhador do campo em iniciar uma nova etapa de vida na cidade, muitas vezes transformava-se na angústia que a instabilidade no emprego gerava (GRUNER, 2002). O grande número de contratações por parte

das empresas não afugentava o fantasma do desemprego e da rotatividade que acossava o sonho do trabalhador como ameaça.

Passados os anos de euforia, a anatomia do “milagre” mostraria, cada vez mais, o seu reverso: a pobreza desoladora instalada na paisagem social da cidade. A contraface do desenvolvimento econômico em Joinville era sentida nas áreas pobres, nas casas de palafitas em áreas de manguezais, sem a mínima infraestrutura.

Para além dos custos sociais, havia igualmente os custos políticos. O país convivia com a falta de democracia, de liberdade, a censura e a realidade dos porões. Cidadãos joinvilenses também experimentaram a face sombria do regime em que pese os vestígios de um discurso negacionista sobre a repressão. A impressa joinvilense estampava otimismos, mas também dava-se a ler os indícios de um outro país: de uma resistência armada, do isolamento em que se encontrava o “terrorista Lamarca”, dos “arrependimentos” de jovens que supostamente abandonavam a luta armada,⁵¹ da contrapropaganda sobre a depravação moral dos “subversivos”, das denúncias do estrangeiro que falavam em tortura e de sua negação, a pretexto de manchar a imagem do país no exterior.⁵² Numa leitura a contrapelo, é possível identificar na imprensa local, indícios desse Brasil que não contava para os sonhos de progresso e futuro, sobretudo para aqueles que usufruíam de suas benesses.

A oferta de benesses aos empresários envolvia a aceitação do domínio político de uma estrutura repressiva do regime de 1964. Contudo, o empresariado usufruiu as benesses sem assumir-se partícipe do legado sombrio da ditadura, questão imperativa do tempo presente a interpelar o passado da “Manchester” no nível da responsabilidade política. As reflexões de Paul Ricoeur sobre a culpabilidade política e moral da sociedade ou parte dela, guarda

⁵¹ Os “arrependimentos” eram testemunhos fabricados por setores militares. Os episódios iniciaram em maio de 1970 e se estenderam até o início do Governo Geisel. Tratavam-se dos arrependimentos forjados após a prisão de jovens “terroristas”, ligados à luta armada, em que lançavam manifestos à nação. Dentre outras coisas, elogiavam o exército, negavam a existência de tortura nas prisões, elogiavam as obras do “governo revolucionário” e apelavam à juventude para que não ingressasse na luta contra a ditadura. Uma série de depoimentos passou a ser divulgada nos jornais e redes de televisão do país. Ver: GASPAROTTO, Alessandra. “O caminho da reconciliação”: Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por militantes que combatiam a ditadura no Brasil (1970-1975).

⁵² Geralmente estas notícias veiculadas nos jornais locais de Joinville eram matérias reproduzidas da imprensa do Rio de Janeiro.

relações com o “grau de aquiescência à política do Estado” (RICOEUR, 2008, p. 481), envolvendo e comprometendo grupos sociais, detentores de riqueza e poder, com o regime de terror implantado no país a partir de 1964.

Em nome da salvação de seu capital, contra um suposto “perigo vermelho” que ameaçava os valores tradicionais da família e da religião, o empresariado tomou parte no vitorioso projeto de poder instaurado em 1964. A aceitação/atuação no projeto autoritário que supostamente salvou a nação, assentava-se sob crenças e valores cultivados que consentiam na obra saneadora da “Revolução”.

O golpe de 1964 criou condições concretas para que setores militares e setores da burguesia estivessem associados sob concepção autoritária de Estado e sociedade. Nesse sentido, a ditadura não foi um corpo estranho na sociedade brasileira, a burguesia e os setores médios deram-lhe concessão. A participação civil do empresariado em Joinville na legitimação e sustentação do regime de 1964 precisa ser compreendida a partir da “convergência” autoritária e do proveito material que desfrutou durante esses anos.

1.1 A IMPRENSA LOCAL E O PERIÓDICO FABRIL COMO FONTE

Como já assinalamos na introdução, a propósito de superar as dificuldades encontradas para acessar arquivos de empresas e da própria associação empresarial joinvilense para melhor entender as relações do empresariado com a ditadura, optamos como saída possível, o uso da imprensa local e periódicos fabris, que são fontes públicas.

Não há a pretensão, contudo, de produzir uma visão ampla e homogênea sobre o golpe de 1964 e a ditadura em Joinville, tampouco se pretende construir uma narrativa única ou síntese explicativa desse processo. Por outro lado, entendemos que as relações externas e internas desses periódicos locais e os grupos a eles vinculados, bem como suas filiações ideológicas, mostram-se como uma importante fonte para perceber como tais segmentos se relacionaram com processos marcantes da vida local e da conjuntura nacional.

Ressaltamos que a mobilização dessas fontes impressas é guiada pelo objetivo anteriormente definido: entender as relações entre o empresariado

joinvilense e a ditadura. A seleção qualitativa das fontes foi guiada por este enfoque.

O uso da imprensa na escrita da história firmou-se como importante campo de investigação nas últimas décadas. Segundo Maria Helena Capelato (1988), até meados do século XX havia duas posturas assumidas pelos historiadores brasileiros em relação ao jornal como fonte documental. De um lado a suspeita, e portanto, o desprezo por uma escrita da história com base na imprensa. De outro, o enaltecimento da fonte jornalística como repositório da verdade e do relato fidedigno (CAPELATO, 1988, p. 21).

Com o avanço do debate historiográfico das últimas décadas, esse modo de se relacionar com a fonte impressa está praticamente superado. Atualmente há um farto volume de trabalhos acadêmicos que tomam a imprensa como fonte ou mesmo como objeto de pesquisa, sem embarcar na dupla via que norteou a postura da historiografia naquele primeiro momento. A história da imprensa passou a ser um campo profícuo de interesses historiográficos, assim como a escrita da história através da imprensa: história do movimento operário, história política, história de gênero, história da infância, história da ditadura, entre múltiplas possibilidades de abordagens temáticas (LUCA, 2008).

Tomando como referência, mas também como fonte, o livro *História do Jornal A Notícia (1923-1983)*, de Apolinário Ternes⁵³, que atuou como homem de imprensa durante décadas em Joinville, destaca que havia dois diários locais que circulavam na cidade na maior parte do século XX: *A Notícia* e *Jornal de Joinville*. Ambos competiam, embora *A Notícia* tenha se sobressaído em prestígio ao longo de sua trajetória (TERNES, 1983, p. 99). Nas décadas de 1960 e 1970 seguiram linha editoriais muito próximas, sobretudo após o golpe de 1964, ao qual se alinharam por longos anos. Mesmo com interesses comerciais, não deixaram de atuar politicamente, endossando o discurso oficial.

⁵³ Ternes é formado em história pela UNIVILLE, mas sempre atuou como homem de imprensa na cidade, embora tenha se tornado conhecido também como autor de diversas obras que versam sobre a história de Joinville e mais precisamente, de uma história institucional das empresas na cidade. Como jornalista iniciou suas atividades em *A Notícia*. Escreveu no jornal de 1970 a 1973, época em deixou o matutino e foi para a prefeitura ser assessor de imprensa do prefeito Pedro Ivo Campos (MDB). Foi um dos fundadores do jornal *Extra*, durante o tempo que permaneceu vinculado ao grupo do MDB. Em 1979, retornou a empresa *A Notícia*, onde foi editorialista do diário até 2007.

O *Jornal de Joinville* foi fundado em 1919 e circulou até 1980⁵⁴. No final da década de 1940 passou a fazer parte do grupo *Diários Associados*, o império jornalístico de Assis Chateaubriand. Por ocasião dos 50 anos do *Jornal de Joinville*, em 1967, Assis Chateaubriand veio à cidade acompanhado pelo diretor dos *Diários Associados*, Edmundo de Monteiro, além de extensa comitiva de jornalistas. Recebeu das mãos do então prefeito, Nilson Bender, o título de Cidadão Honorário de Joinville.⁵⁵ Ao passar a integrar o conglomerado dos *Diários Associados* no final da década de 1940, o *Jornal de Joinville* orientou-se politicamente por forte apoio à UDN local, mantendo relacionamento com a burguesia industrial ascendente. O final de sua existência está ligado à desintegração, no final da década de 1970, da corporação midiática de Assis Chateaubriand, razão pela qual, 1980 foi o último ano de circulação do *Jornal de Joinville*.

O jornal *A Notícia* foi fundado em 1923 pelo jornalista paranaense radicado em Joinville, Aurino Soares. Com sua morte, o diário passou a pertencer à família Ramos Alvim. Em 1956 foi vendido para uma sociedade acionista, mudando sua razão social de *A Notícia Ltda.* para *A Notícia S/A* (Sociedade Anônima). A empresa jornalística passou a ter 130 acionistas, com destaque para os três maiores: Helmut Fallgatter (PSD), Wittich Freitag (PSD) e Baltazar Buschle (PRP), empresários que viriam a ser prefeitos de Joinville. Segundo Ternes, os três acionistas majoritários foram os responsáveis pela linha ideológica do jornal até 1980 (TERNES, 1983, p. 110 e 149).⁵⁶

Na nova fase que inicia (1956) em *A Notícia S/A*, entre os 130 acionistas, havia interesses políticos heterogêneos. A sociedade anônima era composta por

⁵⁴ Há duas informações diferentes sobre o nome quem teria sido o fundador do *Jornal de Joinville*. Ternes (1983), diz ser o advogado Carlos Gomes de Oliveira. Gehlen (2011), afirma ser o jornalista Eduardo Schwartz.

⁵⁵ Em almoço na residência do diretor presidente da Fundição Tupy, Assis Chateaubriand foi saudado como o “jornalista vibrante, tão temível no ataque quão respeitável na defesa”, que “através de tantas vicissitudes sociais, sempre manteve inatingível o seu fervor democrático”, realizando “inesquecíveis campanhas” a favor do país. Ver: *Correio da Tupy*, fevereiro de 1967, p. 9.

⁵⁶ Em 1972, os acionistas majoritários possuíam a seguinte porcentagem da ações: Helmut Fallgatter (34,6 %), Wittich Freitag (17%) e Baltazar Buschle (10%). No final da década de 1970 e início de 1980, dois outros grandes empresários passaram a compor o rol dos dez maiores acionistas de *A Notícia*: Dieter Schmidt e João Hansen Junior (TERNES, 1983). Em 2006 foi vendido para o grupo RBS (Rede Brasil Sul). Em 2016 o grupo RBS foi vendido para o conglomerado de mídia que passa a ser conhecido como NSC (Nossa Santa Catarina).

acionistas do PSD, UDN, PRP e PTB. Os maiores acionistas, contudo, estavam no PSD, razão pela qual havia uma inclinação maior pela linha ideológica desse partido, embora PTB e UDN dispusessem de considerável espaço em suas páginas (TERNES, 1983, p. 115).

Até a metade da década de 1970, a imprensa jornalística local, inteiramente comprometida com o regime político de 1964, reinou sozinha. Em 1976, surge uma imprensa de viés alternativo, o tabloide *Extra*, que não era diário, circulando um exemplar a cada quatro dias e, ao final da década, uma vez por semana. O *Extra* foi um jornal criado por lideranças do MDB que queriam ter um veículo próprio para fazer frente a *A Notícia* e ao *Jornal de Joinville*. Ternes, que estava ligado ao grupo como assessor de imprensa do prefeito municipal, Pedro Ivo Campos, foi escalado para organizar o jornal, sendo seu primeiro diretor de redação, no primeiro ano de existência do *Extra*. A fundação do *Extra* significou um respiro na imprensa jornalística da cidade que era totalmente pró ditadura. O *Extra*, contudo, não foi pensado para ser um órgão com um viés político-ideológico combativo, mas tão somente para dar ao grupo político do MDB os benefícios de possuir um órgão midiático. O *Extra* existiu até 1982. Uma breve incursão em sua série é suficiente para constatar que politicamente foi quem mais profundamente tratou dos temas da distensão do regime, ainda que de forma nitidamente moderada. Pode-se constatar que o jornal espelhou muito bem a moderação do MDB como partido de oposição na cidade.

Ao lidar com a fonte jornalística é preciso ter em mente que, como qualquer outro documento em que está envolvida a ação humana, o jornal é marcado por subjetividades, jogos de interesses, comprometimentos políticos, ideológicos, econômicos, e portanto, sempre passível da crítica histórica da fonte documental. O pesquisador precisa estar atento ao conteúdo e o discurso jornalístico a fim de apreender as astúcias que engendram sua produção e o modo como se apresentam ao público-leitor.

Mesmo com um perfil definido, ainda assim um jornal é atravessado por pluralidades. Os posicionamentos de um jornal nem sempre são convergentes ou de fácil percepção, pois a estrutura de uma empresa jornalística comprehende um corpo heterogêneo de profissionais. De qualquer forma, é preciso ter em mente que a fonte impressa engendra interesses, às vezes conflitantes, em boa

dose ditados por fatores externos ao jornal, tais como anunciantes, acionistas, censura política, guerras, entre outros (LAPUENTE, 2016).

Nesse sentido é preciso diferenciar, como já mencionado na introdução deste trabalho, que o jornalismo praticado em um diário de notícias guarda singularidades do tipo de jornalismo praticado em periódicos dirigidos para o interior de empresas, especialmente seus trabalhadores e corpo diretivo. É possível denominar este tipo de publicação, no caso de Joinville, de periódico fabril. Este era o caso do *Correio da Tupy*.

Metodologicamente é fundamental esta distinção. As particularidades da produção jornalística guiada pelas publicações de empresas fabris são orientadas para objetivos endógenos aos seus interesses. Segundo Nassar:

Esse jornalismo tradicionalmente tem como centros de gravidade a administração, as relações públicas, a comunicação organizacional e o marketing, que estabelecem as políticas das empresas e instituições. O jornalismo empresarial, que tem sido uma correia de transmissão das políticas das inúmeras áreas organizacionais, quase sem independência, produz, na maioria de seus veículos, um material acrítico, marcado pela propaganda da produtividade e, no nível dos indivíduos, de um empreendedorismo egoísta (NASSAR, 2009, p. 128).

O periódico de empresas surgiu no início do século XX nos Estados Unidos. Sua gênese esteve marcada pela necessidade de melhorar a imagem pública patronal diante da sociedade norte-americana, assim como captar recursos de investidores para o nascente mercado de ações. Firmou-se ao longo do tempo como uma espécie de “parajornalismo”, espelhando sempre as preocupações patronais (NASSAR, 2009). A ausência de autonomia editorial moldou esses veículos como mera correia de transmissão das políticas internas das empresas. Nassar assim os caracteriza como um “jornalismo menor”.

Acompanhando a tendência norte-americana, no Brasil, no início da década de 1960, o uso de publicações internas nas empresas, destinadas aos trabalhadores, ganhou consistência. As práticas administrativas brasileiras assimilaram a importância das mensagens conduzidas por esses veículos para acessar dimensões sociais e psicológicas dos trabalhadores. A empresa deixava de ser apenas um local de trabalho, tornando-se fértil território de propagação ideológica (NASSAR, 2009, p. 134).

O *Correio da Tupy* foi criado nesse contexto. Lançado em 9 de março de 1961, circulou por 27 anos ininterruptamente (TERNES, 1988, p. 107). A análise de sua série, custodiada pelo arquivo público da cidade, permite destacar publicações eminentemente marcadas por um nítido didatismo, tanto pelos conteúdos veiculados quanto pela linguagem que pretende ser facilmente assimilável a um leitor-operário, considerado como menos capaz de constituir-se em público, conforme o modelo de jornalismo comercial prevalecente naquele período.

Vale considerar as palavras dos responsáveis pelo periódico fabril sobre sua atuação:

Este mensário é uma iniciativa que nasceu com o propósito de realizar algo em benefício dos milhares de colaboradores da “pioneira do ferro maleável na América Latina”. Esse benefício seria, antes de tudo, espiritual, pois o “Correio da Tupy” leva ao lares de todos aqueles que labutam nesta indústria lições de compreensão mútua, ensinamentos de civismo e informações sobre fatos os mais diversos, seja da própria vida da Empresa, seja de recantos os mais distantes do Brasil e da Terra.

Aqui, leitor amigo, você encontra de tudo que possa, em nosso modesto pensar, ser lhe útil e valioso, tanto para a vida dentro da coletividade, como para os problemas de seu próprio lar.⁵⁷

O periódico *Correio da Tupy*, destinava-se aos operários e seus familiares, como também aos acionistas da fundição, sendo igualmente enviado por correspondência a diferentes pontos do país. Tinha, portanto, circulação dirigida e voltava-se a um público cativo, supostamente comprometido com a visão e os interesses da empresa. Trata-se de buscar uma cumplicidade ou um engajamento que significasse a adesão aos que seriam valores e princípios das empresas. Uma ferramenta considerada adequada, portanto, por grandes conglomerados industriais em um período em que uma grande quantidade de trabalhadores frequentava as fábricas. Por meio da comunicação, gerir um operariado que deveria alhear-se a outras influências, mantendo-se alinhado aos interesses da empresa. As tiragens variaram em média de 7 mil exemplares no início de 1964, evoluindo para 10 mil no final de 1965, 15 mil em 1968, chegando até 18 mil exemplares, como na edição da visita de Geisel a fundição em 1º de

⁵⁷ *Correio da Tupy*, agosto de 1962, p. 1.

maio de 1975. No início da década de 1970 o periódico filiou-se à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE).⁵⁸

Trata-se de uma fonte serial muito útil no que diz respeito a perceber a trajetória de construção de representações sociais que balizaram as perspectivas políticas de um dos setores empresariais mais significativos de Santa Catarina em um contexto particular, ou seja, ao longo de uma ditadura. É perceptível um ciclo de conteúdos veiculados ao longo de quase três décadas em suas constâncias, em seus apelos a temas ligados à contemporaneidade e também à obsolescência de alguns temas que são substituídos por novas tendências.

De modo geral há uma grande quantidade de conteúdos com finalidades pedagógicas e moralizantes, tais como segurança no trabalho, modos corretos de manusear uma ferramenta, primeiros socorros, combate a doenças, asseio e higiene pessoal, receitas culinárias, benefícios de se acordar cedo para trabalhar, temáticas do trabalho como formas de engrandecimento, os malefícios da ociosidade, os comportamentos do bom empregado, os usos e abusos do atestado médico, etc.

Há também significativo espaço dedicado a rituais e homenagens: aniversariantes do mês, nascimentos de filhos de operários e dirigentes, noivados, núpcias, bodas de casamento, festas, jantares, brindes de natal, etc. É notória a visibilidade a valores ligados a família e a datas cristãs. Há farto espaço para homenagens, especialmente medalhas e honrarias concedidas a operários exemplares. Prêmios de distinções e reconhecimentos, tais como o “operário padrão”, com destaque para as promoções que esse tipo de trabalhador ideal conquistava dentro da empresa, ascendendo nos cargos disponíveis. Festas e congraçamentos nas datas do 1º de maio feitas em parceria entre a Associação Atlética Tupy e o Sindicato dos Metalúrgicos, elogios ao sindicalismo sadio, pregação da paz e da harmonia social.

⁵⁸ A partir do segundo semestre de 1976, começou a sair um edição suplementar do Correio da Tupy, o “Edição de Fábrica”. O tradicional Correio da Tupy, circulava não apenas dentro da Tupy, era enviado para diferentes endereços na cidade, da mesma forma, enviado por correspondência para outros lugares do Brasil. A Tupy era uma empresa de capital aberto e os acionistas recebiam também os exemplares. O “Edição de Fábrica” passou a focar exclusivamente em assuntos do dia a dia do operário dentro fábrica.

Há também os temas de natureza cívica, como semana da pátria, proclamação da república, dia da bandeira, dia do soldado, semana da marinha, desfiles, eventos ou formaturas na Escola Técnica Tupy, atividades cívico-religiosas com a presença de autoridades eclesiásticas.

Outro tipo de conteúdo bastante recorrente estava ligado ao entretenimento: humor, curiosidades, palavras cruzadas e principalmente os resultados e conquistas nos jogos promovidos pela Associação Atlética Tupy. O esporte foi um conteúdo recorrente durante toda existência do periódico.

Há de igual modo um claro viés de pedagogização política. Os primeiros anos do periódico são marcados pela doutrinação anticomunista, seja através de textos curtos ou charges que retratavam a falta de liberdade nos regimes comunistas, a escravização dos trabalhadores, bem como a inversão de valores cristãos.⁵⁹ Posteriormente, com a imposição dos militares na cena política nacional, é visível o espaço dedicado as Forças Armadas nas páginas do periódico. Variadas matérias dão destaque aos ganhos políticos da “Revolução de 1964” para a democracia e para a segurança nacional. As páginas dos *Correio da Tupy* permitem compreender a recepção do golpe pela diretoria da fundição e a permanência de seu apoio ao regime de 1964 durante duas décadas.

A presença constante de militares nas páginas do *Correio da Tupy*, nas figuras de generais, almirantes, brigadeiros, coronéis, capitães, ministros, estudantes e estagiários da ESG, mostrava ao operário-leitor uma empresa com relações bastante amistosas com as Forças Armadas. Uma notícia de destaque nas páginas do *Correio da Tupy* foi a visita do general Edmundo de Macedo Soares e Silva, em 1968, quando conheceu de perto o parque industrial da Fundição Tupy. Em seu discurso, reproduzido no periódico da empresa, o general, que tinha formação em engenharia militar, tendo, segundo ele, trabalhado durante anos no setor metalúrgico na Europa, procurou demonstrar profundo conhecimento sobre tal ramo industrial. Mostrou-se impressionado com

⁵⁹ Com o passar dos anos o apelo anticomunista vai perdendo força. Na edição de março de 1974 uma das poucas matérias dessa natureza sob o título “Malogrado em Cuba o regime marxista”, o texto esmerava-se em mostrar o fracasso do regime comunista no país caribenho, supostamente assumido pelo “barbudo líder”, Fidel Castro.

a capacidade produtiva da Fundição Tupy e ressaltou a “extrema importância”⁶⁰ que a empresa tinha para o país.

Figura 4- Edmundo de Macedo recebe explicações em maquete do parque industrial Tupy



Acervo: *Correio da Tupy*, mar/abril de 1968, p.7

Na ocasião, o general era Ministro da Indústria e Comércio do governo Costa e Silva. O general havia sido um dos fundadores do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) ao lado de um seletíssimo grupo de empresários da FIESP, oficializado logo após o golpe (LEMOS, 2018). O GPMI havia sido um projeto reunindo empresários e militares a fim de responderem ao novo momento político do país com a finalidade de preparar o parque industrial nacional para eventuais situações excepcionais. De acordo com Renato Luís Lemos:

O projeto, portanto, estabelecia uma ligação de mão dupla entre setores industrial e militar. Não se tratava, do ponto de vista da burguesia industrial, de investir na criação de fábricas de material bélico. O que estava em jogo era a montagem de um conjunto de condições que habilitassem as fábricas voltadas para o mercado civil a produzir material militar em tempo relativamente curto, sempre que necessidades da segurança nacional demandassem. Entretanto, tais necessidades não adviriam, apenas, de situações militares internas. Situado no campo capitalista da Guerra Fria, o Brasil deveria poder contar com seu parque industrial para cumprir o papel que lhe cabia (LEMOS, 2018, p. 82).

Em se tratando de ser a maior fundição privada da América Latina, a Tupy nitidamente possuía grande importância para a segurança nacional. A fábrica enquadra-se perfeitamente na noção de “mobilização nacional”, uma vez que

⁶⁰ *Correio da Tupy*, mar/abr., 1968, p.7.

possuía condições de converter em curto espaço de tempo suas linhas de produção para a indústria bélica. O grande investimento público que a empresa recebeu a partir de 1968 em seu projeto de duplicação e triplicação é sólido indício dessa aliança industrial-militar.

A aliança militar com a burguesia nacional no âmbito da montagem do aparelho de Estado tinha origem no pós-30 e nas políticas de industrialização, em que os militares se aproximaram do projeto desenvolvimentista, firmando uma nítida aliança com a burguesia industrial (CARVALHO, 2019). Para José Murilo de Carvalho, entidades como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG) serviram de instrumentos ideológicos e práticos no estreitamento da aliança entre elite militar e elites econômicas.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou a Fundição Tupy como um caso extraordinário de intervenção direta do exército no interior de uma fábrica. Segundo o relatório, por meio de um acordo com a fundição, uma sala em suas instalações teria sido usada pelos militares por 20 anos.⁶¹

O radialista Ramiro Gregório da Silva, que atuou na gerência de vendas da Fundição Tupy em São Paulo entre 1961 e 1964, onde cumpriu papel de assessor de imprensa e relações públicas da empresa, em entrevista à Izani Mustafá (2009), dá importante pista nesse sentido, ao relembrar a aquisição da Rádio Cultura AM em Joinville, logo após o golpe, pela família do diretor da fundição: “a empresa, que estava sob proteção das Forças Armadas e do Exército Nacional, se interessou para que a emissora não caísse em mãos indesejáveis” (GREGÓRIO apud MUSTAFA, 2009, p. 123).

Ao longo da investigação que deu origem ao presente trabalho não foi possível obter mais informações dessa ligação estreita da Fundição Tupy com as Forças Armadas, embora a rotineira presença de militares no interior da empresa, como atesta o próprio periódico *Correio da Tupy*, seja um indício consistente desses vínculos.

⁶¹ Brasil: *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, vol. II, p. 74.

1.2 A GUARDA ANTICOMUNISTA

O comunismo como espectro a rondar a propriedade de grupos capitalistas adquiriu poderes sem precedentes nos anos imediatamente anteriores ao golpe de 1964. Diversos setores conservadores amedrontados foram mobilizados em verdadeiras cruzadas anticomunistas. Grupos sociais atemorizados pela “ameaça”, cuja percepção moldava-se ao sabor do estado de espirito reinante, articularam verdadeiras contraofensivas que pudessem resguardá-los contra o “perigo vermelho” (MOTTA, 2020). Como instrumento de propaganda, o anticomunismo foi muito eficaz em arregimentar o empresariado joinvilense contra a miragem de um país que estaria se encaminhando para o predomínio das esquerdas.

A análise de fontes permite situar as ações empreendidas na cidade pelas elites conservadoras sob um panorama de um sentimento de “perigo real”. Considerar o anticomunismo como mero produto da fantasia, ou da manipulação burguesa, ou ainda de uma conspiração imperialista, não seria suficiente para apreender as diferentes formas assumidas em âmbitos locais e regionais. Embora tais aspectos sejam importantes para compreensão do fenômeno no panorama nacional, são insuficientes para explicar autênticas crenças locais numa “ameaça” real.

O engenheiro Raul Schmidt, um dos principais diretores da Fundição Tupy, em seu livro de memórias, assegura que havia um sentimento de ameaça real, inclusive a empresa teria montado um plano de defesa para reagir a um ataque comunista. O diretor da fundição faz uma analogia da fábrica como uma unidade militar preparada para combater o inimigo. Assim aparecia a Tupy às vésperas do golpe:

(...) um quartel que precisava ser defendido contra uma possível invasão de tropas comunistas do Rio Grande do Sul. Se isso viesse a acontecer, a via férrea da fábrica até o trapiche, que poderia ser usada como linha direta das docas, estava pronta para ser destruída (GELBCKE; SCHMIDT, 2007, p. 48-49).

Além da destruição da linha férrea da fábrica, segundo o engenheiro Raul Schimdt, a diretoria da fundição contava com um plano de fuga previamente articulado. Articular um plano só seria plausível pela crença em um perigo real,

graças a um esforço contínuo e maciço propagandístico que moldava uma verdadeira “psicose de guerra civil”. O pretenso radicalismo de Leonel Brizola dava lastros para a crença em uma possível invasão através do Rio Grande do Sul.

A revolução cubana causou grande impacto no imaginário de grupos capitalistas. Em Joinville expressou-se por um “efeito de verdade” que agiu sobre a percepção do empresariado acerca do avanço de uma marcha radical que redundaria em um processo de distribuição de renda. Obviamente, pode-se compreender que tais imagens ganhavam importância entre setores sociais com tradicionais posições privilegiadas numa sociedade marcadamente desigual.

Sabemos por fontes indiretas (GEHLEN, 2011, p. 147) que as Atas da associação empresarial joinvilense naquele contexto trazem seguidas manifestações de que o país encaminhava-se para a esquerda. O empresariado da cidade enxergava um risco real do Brasil seguir o exemplo de Cuba, instaurando uma ditadura esquerdista. Para fazer frente a tal ameaça seria necessário, mais que pensamento, ação.

O pensamento e a ação do empresariado joinvilense se inscrevem no contexto nacional analisado no trabalho clássico de René Dreifuss sobre o complexo IPES/IBAD.⁶² Segundo Dreifuss, formou-se em todo país uma elite orgânica de líderes empresariais e militares que reagiu ao que seria a possível tomada do poder pelas esquerdas. Assim, formou-se em todo país uma ampla rede unida pelo posicionamento anticomunista, numa ação política sofisticada para articular um golpe contra o governo do presidente João Goulart (DREIFUSS, 1986).

Embora não estivesse no eixo da ação política dos grandes centros do país, o empresariado da “Manchester” demonstrou bastante sintonia com a filosofia do Instituto de Pesquisa e Estudos Econômicos (IPES), que representava a coalizão mostrada por Dreiffus. Um dos mais importantes órgãos de imprensa na cidade, o *Jornal de Joinville*, estava ligado ao IPES-SP.

O fundo de documentação IPES, custodiado pelo Arquivo Nacional, traz correspondências entre o escritório do órgão, sediado no Rio de Janeiro e o

⁶² Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/ [Instituto Brasileiro de Ação Democrática](#).

Sindicato dos Empregados do Comércio de Joinville. Tais correspondências reforçam os indícios das relações existentes na cidade. A Fundição Tupy, igualmente, mantinha vínculos com o IPES. Muitos nomes de empresas e núcleos de contribuintes do IPES eram habilmente ocultados por precaução. Hernán Ramirez (2009) identificou uma teia complexa de diversas formas de contribuições que ocultavam a identificação da origem de doações (RAMIREZ, 2009). O depoimento do ex-governador de São Paulo Paulo Egydio Martins à Comissão Nacional da Verdade, corrobora tal interpretação. Segundo Egydio Martins, muitas empresas contribuíam por meio de diferentes práticas da chamada caixa dois.⁶³

Uma coisa é certa: as elites empresariais da “Manchester Catarinense” engajaram-se nas ações que visavam combater o avanço da esquerda. A propaganda anticomunista foi intensa através dos diários de imprensa locais mais importantes: *A Notícia* e *Jornal de Joinville*. Do mesmo modo, através de emissoras de rádio.⁶⁴

O periódico *Correio da Tupy* também cumpria seu papel na cruzada de pedagogização política. Isso pode ser percebido em diferentes mensagens, incluindo as ilustrações e pequenas histórias em quadrinhos que se intensificaram em meados de 1963, estendendo-se pelas edições de 1964.

⁶³ Disponível em: [Paulo Egydio presta depoimento na Comissão da Verdade-SP. https://www.abi.org.br/107339/](https://www.abi.org.br/107339/). Acessado em 09 de maio de 2024.

⁶⁴ No início da década de 1960 havia três rádios em operação em Joinville. A pioneira foi a Rádio Difusora AM, que mantinha vínculos partidários com o PSD/PTB da cidade. A segunda inaugurada em 1958, a Rádio Colon AM, era da UDN, mais moderna e melhor equipada, cujo dono era o Deputado Pedro Colin da UDN. A terceira era a Rádio Cultura AM (1959) e também mantinha vínculos partidários. Foi fundada pelo deputado estadual Jota Gonçalves do PSD e que logo após o golpe, vendida para a família Schmidt da Fundição Tupy, cuja a diretoria mantinha ligação com a UDN. Desde então a Rádio Cultura, conduzida pelo radialista Ramiro Gregório, modernizou-se tornando-se hegemônica na cidade. Com a inauguração do Edifício Manchester em 1970, passou a ocupar 11º andar do prédio central, equipando-se com o que havia de mais moderno na radiodifusão (MUSTAFÁ, 2009).

Figura 5 - Quadrinho anticomunista do *Correio da Tupy*



Acervo: *Correio da Tupy*, setembro de 1964, p.17.

O *Correio da Tupy* lançou mão da iconografia anticomunista, e com bastante frequência através de recursos imagéticos. O recurso de imagens gráficas possuía grande eficácia para a propaganda política, sobretudo, num país em que o índice de letramento da população era muito baixo. Mas, mesmo entre os alfabetizados, as imagens, inegavelmente, possuem inserção que dificilmente outras formas de comunicação alcançam (MOTTA, 2020, p. 115).

Além de pequenos textos de propaganda, os quadrinhos no formato de "tirinhas" geralmente tratavam do comunismo internacional e, em especial, do regime cubano de Fidel Castro. Destacamos acima um quadrinho (figura 5) exemplar do tipo de propaganda anticomunista veiculado pelo *Correio da Tupy*. Alguns elementos iconográficos presentes no quadrinho: a foice e o martelo, uma faixa onde se lê "viva o marxismo-leninismo" e os líderes da revolução cubana, Fidel Castro e Che Guevara. Segundo Motta, era muito comum a iconografia anticomunista utilizar imagens de personalidades conhecidas dos partidos revolucionários, assim como a foice e o martelo, símbolo soviético da união dos trabalhadores do campo e da cidade. Foram recursos imagéticos largamente empregados e que cumpriam sua função: remetiam de forma imediata ao comunismo, desempenhando a função de comunicar ideias e argumentos (MOTTA, 2020, p. 116-7).

No quadrinho mencionado, um camponês cubano é punido por manifestar opinião e submetido ao regime de trabalho escravo sob o jugo comunista. Disposto ao lado do quadrinho, um pequeno texto complementar trazia como título: "Verdade e Escravidão".

Quando alguém diz a verdade, num daqueles países "democráticos e populares" vermelhos, qual seja Cuba, então ele é, imediatamente, escravizado, colocado em ferros! Nunca em tempo algum o comunismo

quis saber da verdade, nem pode querer que ela exista, pois toda estrutura desse regime abominável se fundamenta sobre a mentira, a desonra, a fraude, a desgraça! O comunismo, como regime totalitário, não reconhece sentimentos nobres, humanos, nem aceita os princípios eternos da ética do Cristianismo! Os povos das Américas, há séculos defensores da Democracia e da Liberdade, sempre se empenharam, igualmente, para que a verdade, por mais incisiva que seja, permanecesse de pé.⁶⁵

O comunismo era apontado como uma ideologia brutal por uma lista de adjetivos que visavam despertar a repulsa no leitor. A propaganda anticomunista ainda flertava com um tema sensível ao operariado: o trabalho. As condições de trabalho nos regimes comunistas seriam degradantes e o trabalhador transformado em escravo do Estado.

A ascensão de Fidel Castro ao poder e a transformação de seu governo num modelo marxista-leninista, lançou Cuba e, por conseguinte, a América Latina, para o centro da Guerra Fria. O modelo cubano tornou-se a maior ameaça comunista em solo brasileiro, o que diz respeito inclusiva à sua influência sobre as novas organizações de esquerda que surgiam na arena política nacional⁶⁶. Os capitalistas joinvilenses, alarmados com os acontecimentos cubanos, mas também com o cenário interno, cerraram fileiras em torno da defesa de seus interesses, supostamente ameaçados pela onda esquerdista.

Na documentação do fundo IPES, disponibilizado pela Arquivo Nacional, a Fundição Tupy aparece entre as empresas que requisitavam filmes produzidos pelo IPES. É sabido que o Instituto de Pesquisa e Estudos Econômicos (IPES) foi responsável pela produção entre 1962 e 1963, de diversos filmes em preto e branco, voltados à propaganda ideológica que mesclavam mensagens dramáticas e urgentes com imagens belas e de fácil assimilação. Boa parte desses filmes eram destinados à propaganda anticomunista (CORRÊA, 2006). Não foi possível identificar na pesquisa onde e para quem esses filmes eram exibidos em Joinville, embora muitas ações de doutrinação política da Tupy fossem destinadas ao seu operariado. O discurso feito pelo presidente da empresa, Dieter Schmidt, logo após o golpe, colocando seus operários a par dos

⁶⁵ *Correio da Tupy*, abril, 1963, p. 2.

⁶⁶ O PCB vinha de um processo de reestruturação, havia também as Ligas Camponesas, a Ação Popular (AP), a Política Operária (Polop), entre outras bandeiras esquerdistas que passaram a empolgar militantes leigos católicos, movimento estudantil, sindicalismo e meios intelectuais.

últimos acontecimentos políticos, assegura que os discursos de natureza política diante do operariado eram frequentes.

A presença de lideranças de projeção nacional em Joinville, por intermédio empresarial, para proferir palestras ou conferências de cunho ideológico também fez parte do que podemos chamar de uma doutrinação anticomunista. Esta expressava um “pânico burguês” que se tornou um eficiente mecanismo de mobilização política diante da pretensa iminência da instauração do que então se chamava de uma república sindicalista no Brasil. Algumas dessas palestras foram proferidas em clubes de serviços, como a do Deputado Federal, ipeano, Hebert Levi, em 1962, sob o título “Democracia e Comunismo”. Outras diante do operariado, como foi a do Almirante Silvio Reck, logo após o golpe ou a de Carlos Lacerda em 1963.

Figura 6 - Discurso de Carlos Lacerda no jubileu de prata da Fundição Tupy



Acervo Arquivo Histórico de Joinville: Fundição Tupy S. A. 25 Anos: *álbum comemorativo*

Diante de cerca de 4 mil operários da Fundição Tupy, por ocasião da efeméride do jubileu da empresa, o discurso de Lacerda (figura: 6) pautou-se, do início ao fim, no anticomunismo e no anti-estatismo, com críticas contundentes ao governo Jango e sobrelos elogios ao empresariado da “Manchester” por seu posicionamento na arena política de combate ao comunismo.

Por fontes indiretas é possível constatar que o tema do anticomunismo foi tratado na associação empresarial joinvilense de forma recorrente em 1963. Em maio, Nilson Bender testemunhou para seus pares o que teria visto na Venezuela

em sua visita de negócios: “a infiltração comunista e atos de terrorismo praticados contra homens do governo e contra a população em geral” (GEHLEN, 2011, p. 152). No mês de julho o tema foi tratado pelo presidente da UJES (União Joinvilense de Estudantes Secundaristas), Pedro Fagundes. Sua fala foi registrada como umas das mais significativas dentro da ACIJ, alertando o empresariado sobre a política estudantil em meio às questões que afligiam o país. Seu discurso versou sobre a política estudantil da UNE (União Nacional dos Estudantes) e “suas implicações com o comunismo internacional”. Pedro Fagundes teria sido responsável pelo “movimento democrático dentro dos órgãos estudantis de Santa Catarina” (GEHLEN, 2011, p. 152). O posicionamento do líder estudantil na cidade aponta para indícios de como o anticomunismo também entranhava o movimento estudantil em Joinville naquele contexto.

Outra iniciativa trazida de São Paulo para Joinville no início de 1964 foi a criação da União Cívica Feminina (UCF), da qual trataremos adiante. Desde fevereiro daquele ano a entidade passou a atuar na agenda anticomunista, promovendo uma série de conferências com uma “exilada cubana”, trazida à cidade para testemunhar a “dolorosa situação” do país caribenho, dominado “pelos extremistas da esquerda”. A agenda contemplava empresas, escolas, clubes de serviços e entrevistas com a imprensa local. A promoção das conferências foi saudada pelo periódico da Tupy como uma “das mais felizes iniciativas tomadas pela União Cívica Feminina”.⁶⁷ Uma das ações mais significativas da UCF, envolvendo os diversos setores da “Manchester Catarinense”, foi a articulação da “Marcha da família com Deus pela Liberdade”.

Alguns funcionários do grupo Tupy, juntamente com seu diretor-presidente, participaram da marcha ocorrida em São Paulo no dia 19 de março, que havia reunido 500 mil pessoas. Em seu retorno a Joinville, logo após o golpe, Dieter Schmidt, em discurso diante dos operários da empresa, enalteceu a marcha ocorrida em São Paulo, manifestando seu desejo de que esta também se realizasse em Joinville, o que de fato ocorreria alguns dias após.

⁶⁷ Correio da Tupy, Joinville, abril, 1964, p. 6, 10.

Nos dias que se seguiram imediatamente ao golpe, não houve reuniões na associação empresarial (GEHLEN, 2011, p. 147). A preocupação da direção da ACIJ foi estabelecer contatos com as redes políticas e empresariais de Santa Catarina. No dia 1º de abril, empresários e políticos fizeram uma reunião de emergência na casa do prefeito-empresário, Helmut Fallgatter, com o propósito de discutir o novo momento político no país. No dia 6, a ACIJ participou, em Blumenau, de reunião promovida pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), cuja pauta era um manifesto das classes produtoras a favor da “Revolução”.⁶⁸ No dia 13, primeira reunião da associação após o golpe, um ofício foi endereçado ao governador, congratulando-se com seu pronunciamento favorável à “Revolução” (GEHLEN, 2011, p. 147). No dia 15, a posse de Castelo foi saudada com um ritual sonoro no qual sinos de igrejas e sirenes de fábricas ressoaram durante cinco minutos, ininterruptamente. No dia 16, houve reunião extraordinária: a pauta foi o pronunciamento público da associação a favor do novo regime e seu compromisso de colaborar ao preço de alguns “sacrifícios” financeiros. Esse último apelo foi feito em seu boletim *Carta Mensal*, dirigido aos associados:

A eleição e posse no mais elevado cargo de administração do Brasil do insigne Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, coroou com invulgar êxito o Movimento Revolucionário deflagrado no País salvando a Nação de grave ameaça. Foram desbaratadas as forças comunistas que estavam levando-nos ao caos. No entanto, precisamente nesse momento histórico, se inicia nova batalha. É necessário reerguer e reestruturar o País, pois a revolução não pretendeu apenas eliminar alguns agitadores, mas modificar profundamente a infra-estrutura até então existente, em grande parte realmente arcaica e inadequada para a atualiadade. [...]

Prezado associado, cumpre darmos um apoio efetivo às altas autoridades do País no seu patriótico intento de extinção do flagelo da inflação, cuja influência destruidora V. S. bem conhece dentro de sua própria organização. Até que sejam tomadas medidas saneadoras pelo governo democrático recém instalado, cabe a nós iniciar desde já esse combate, procurando, dentro do possível, MANTERMOS OS PRÊÇOS DE VENDAS DE NOSSOS PRODUTOS AO NÍVEL ATUALMENTE EM VIGOR, evidentemente, mesmo que se faça necessário algum sacrifício para tanto. Sabemos perfeitamente que nossas firmas não conseguirão atingir esta meta se os nossos fornecedores não adotarem medidas idênticas. Por esta consideração, PEDIMOS-LHE O OBSÉQUIO DE APELAR VEEMENTEMENTE AOS SEUS FORNECEDORES, CONCITANDO-OS IGUALMENTE A NÃO

⁶⁸ RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE- 1964. Arquivo Histórico de Joinville.

AUMENTAREM SEUS PREÇOS, possibilitando, destarte, atingir o fim colimado, que é interromper a espiral inflacionária.⁶⁹

Em colaboração com o regime, nesta fase chamada de “reconstrução nacional”, segundo o jargão de época, o empresariado joinvilense foi instado a contribuir com seu quinhão. O presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt, foi exemplar para seus pares. Havia dois anos que os impostos da empresa não eram enviados ao governo federal em razão de uma ação judicial impetrada contra o governo e sua proposta de reforma tributária.⁷⁰ O resultado dos impostos da fundição ficava retido na Receita Federal em Joinville. A rejeição à reforma tributária proposta pelo governo federal unia o setor industrial em todo o país, considerando-se prejudicado, e mesmo, excluído de ser ouvido em suas demandas (MORAES, 2010, p. 88-89)

Com o advento do golpe e o projeto de reestruturação financeira do país, Dieter Schmidt, recorreu à Receita em Joinville para que os valores concernentes à arrecadação fiscal da empresa fossem remetidos ao governo revolucionário. Segundo o industrial, a empresa havia se recusado a entregar os valores a um governo corrupto (Jango), o que certamente estaria contribuindo com a “propaganda subversiva” e a “publicidade bolchevique”. Agora, contudo, os recursos seriam entregue para colaborar com o projeto de reconstrução nacional (MAY 1998, p 137-138).

Para Patrícia Zumblick Santos May, que pesquisou as redes político-empresariais em Santa Catarina entre 1961-1970, Dieter Schmidt foi o líder empresarial catarinense que mais assumiu publicamente seu posicionamento a favor da deposição de João Goulart (MAY, 1998, p. 124). A autora sustenta seu argumento por meio da entrevista concedida pelo empresário joinvilense em 1963, na TV Cultura de São Paulo, no programa “Personalidade da Semana”. Na entrevista, transcrita e publicada na Revista da Indústria e do Comércio de Santa Catarina, o industrial fazia um apelo aberto contra o governo federal,

⁶⁹ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE. 84^a *Carta Mensal*. Joinville, 30 de maio de 1964. Arquivo Histórico de Joinville.

⁷⁰ A Reforma Tributária era uma das proposições dentro das chamadas Reformas de Base como forma de corrigir as desigualdades regionais, ampliando as receitas públicas. O aumento de alíquotas combatida pela indústria, com o advento do golpe, foi aceito como medida saneadora do novo governo, ou seja, com a vitória da “Revolução de 1964”, a opinião industrial se flexibilizou (MORAES, 2010, p. 97).

conclamando a “todos os brasileiros” para a “luta ideológica” pela “salvação nacional contra o comunismo” e o “oportunismo dos maus brasileiros” que estariam prestes a submeter o país “a um regime de força”.

Em 1964, Dieter Schmidt, eleito presidente da ACIJ, torna-se efetivamente o porta voz do empresariado na cidade, tornando pública a opção pelo pacto de classes na tomada do poder. São dele as principais falas na associação a favor do novo regime. É dele a admoestação sobre “uma nova consciência industrial” na cidade que fosse “um baluarte a serviço da consolidação do regime no Brasil”.

Uma das dificuldades em tratar o pensamento da classe empresarial por meio das falas e ideias de Dieter Schmidt são os indícios de que o empresário não era uma unanimidade na ACIJ em razão das disputas de poder com seus pares e pelas próprias disputas partidárias entre UDN e PSD. Por outro lado, há relativa comodidade em abordar as falas de Schmidt porque ele era o tipo do industrial que mantinha uma intensa vida pública. Muitas de suas ideias podem ser encontradas em acervos públicos. Isso ao contrário de empresários como João Hansen, Wittich Freitag e Udo Dohler, por exemplo, sem mencionar a própria associação empresarial, entidade encerrada sobre si mesma, que mantém um acervo documental inacessível.

Em meados de 1965, Dieter Schmidt foi designado para falar representando o empresariado de Joinville e Blumenau no 5º Distrito Naval, em Florianópolis, por ocasião do primeiro ciclo de estudos sobre Segurança Nacional promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). A fala de Schmidt foi marcada por um conteúdo enaltecedor da “Revolução de 1964”, em que o industrial conclama as lideranças empresariais de Santa Catarina a atuar em colaboração com o novo governo.⁷¹

A classe empresarial em Joinville, liderada por Dieter Schmidt, foi parte fundamental na legitimação do regime na cidade e, sem dúvida, seu braço civil mais atuante. A coalizão empresarial-militar foi nítida. A tomada do poder em 1964 teve nas elites civis da cidade um aporte social importante na formação de um consenso pró ditadura. O empresariado joinvilense manifestou pensamento e efetiva ação política.

⁷¹ *Correio da Tupy*, novembro de 1965, p. 4.

Do ponto de vista social e econômico, o regime-empresarial militar aprofundou a desigualdade entre ricos e pobres na cidade. No âmbito político, cidadãos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, inaugurando-se uma onda de perseguição aos que fossem potenciais opositores do novo regime no âmbito local. O resultado do embate político de 1964, que resultou na coalizão empresarial-militar, foi a desestabilização da democracia brasileira, levando à ruptura institucional e instaurando uma ditadura que perduraria por 21 anos.

1.3 O GOLPE: PRISÕES E TENSÕES NA CIDADE DA ORDEM

Segundo dados levantados pela *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth*, em Santa Catarina, no momento do golpe, 53 pessoas foram presas na Região Norte do Estado. O jornal *A Notícia*, nos dias que sucederam o golpe, anunciou os nomes de pessoas presas em Joinville. A cidade tornou-se um polo das prisões da Região Norte, por possuir sede do exército. Os presos eram transportados em caminhões do 13º Batalhão de Caçadores (13º BC) para Florianópolis. Violações de direitos humanos foram praticadas desde os primeiros dias da implantação do regime com a invasão de domicílios, locais de trabalho e entidades sindicais. Livros, Atas e documentos foram levados para dar respaldo à instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra os presos.

Acusados de subversão e corrupção, cidadãos joinvilenses e de cidades adjacentes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e arbitrariamente conduzidos à capital do Estado ou enviados para 5º Região Militar, sediada em Curitiba.

Quadro 1: Presos da Região Norte de SC logo após o golpe de 1964

Abelardo Lopes da Silva	Estivador aposentado e secretário do advogado Carlos Adauto Vieira	Joinville
Alceu Vidal Lopes	Comerciante/estudante	Joinville
Aldo Prada Instituto de	IAPC	Jaraguá do Sul
Alfred Darcy Addison	Advogado e prefeito	São Francisco do Sul
Antenor Rivaldo Da Silva	Oficial administrativo	São Francisco do Sul
Antônio Carlos Bahiense de Mello	Bancário/Sindicato	Joinville
Antonio de Assis	*	Joinville
Antonio Dias	Jornalista e professor	Mafra

Augusto Luiz De Brito	Oficial da Capitania dos Portos	São Francisco do Sul.
Benjamin Ferreira Gomes	Advogado/Delegado da SUPRA	Joinville
Cantidio Alves de Souza	Foguista	São Francisco do Sul.
Carlos Adauto Vieira	Advogado trabalhista	Joinville
Carlos Pedro Nascimento	Diretoria dos Correios e telégrafos	Joinville
Cassiano da Soledade	*	São Francisco do Sul
Conrado de Mira	Sindicalista	Joinville
Emilio Bonfant de Maria	Portuário	São Francisco do Sul
Estevão Emiliano Couto	Estivador	São Francisco do Sul
Genny Caldeira	Sindicato dos Arrumadores	São Francisco do Sul
Heitor Klein de Souza Lobo	Estudante	Joinville
Humberto Izidoro Maia	Assessor da Consul/sindicato	Joinville
Ilson Rosalvo Silveira	Conferente	São Francisco do Sul
Ironaldo Pereira de Deus	Irmão do pres. do Sindicato dos Arrumadores (16 anos)	São Francisco do Sul
Ivan Kitto	Estudante	Joinville
João Machado Cidral	Estivador	São Francisco do Sul
José Cedro de Athayde	Marítimo	São Francisco do Sul
José Januário de Oliveira	Arrumador	São Francisco do Sul
José Pedro de Ataíde	Marítimo	São Francisco do Sul
José Silvério da Cunha	Operário	São Francisco do Sul
Livino João Gonçalves	Estivador e advogado	São Francisco do Sul
Lucindo Costa	Interlocutor comunista no Planalto Norte	Mafra
Manoel Lucas de Quadros	*	São Francisco do Sul
Mathias Coelho Gomes	Estivador	São Francisco do Sul
Mauricio de Sena Madureira	Advogado	Joinville
Maury Muniz	*	São Francisco do Sul
Nelly Osmar Piccoli	Dentista	Joinville
Nemezio Machado Cidral	Vereador e líder do Sindicato dos Marceneiros	Mafra
Nízio Lopes	Lavrador	Araquari
Orlando Bento da Costa	Funcionário da Receita Federal	Joinville
Otávio Amorim	Estivador	São Francisco do Sul
Pedro Luy	Sindicato Mobiliário	São Bento do Sul
Pedro Oliveira Prado	Portuário	São Francisco do Sul
Pulquério de Jesus	Conferente portuário	São Francisco do Sul
Ricardo Martins	*	São Bento do Sul
Romualdo Pereira de Deus	Sindicato dos Arrumadores	São Francisco do Sul
Ruberval Estanislau de Oliveira	Estivador	São Francisco do Sul
Salvio Cunha	Estivador	São Francisco do Sul
Santino Marçal	Operário armazenador	Araquari
Saulo Ramos	*	São Francisco do Sul
Sylvio do Santos Cabral	Estudante	São Francisco do Sul

Teodomiro Fagundes Lemos	Advogado	Joinville
Turíbio de Oliveira	Estivador	São Francisco do Sul
Ulisses Tavares Lopes	Bancário	Joinville
Vitor Vidal dos Santos	Vereador/Sindicato Mobiliário	São Bento do Sul

Fonte: Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth-2014. * Sem identificação

Ao observamos a procedência funcional dos presos (quadro 1) no momento do golpe na Região Norte de Santa Catarina, verifica-se que a maioria estava ligada ao mundo do trabalho: advogados que mantinham envolvimento com causas trabalhistas, trabalhadores considerados “desordeiros”, envolvidos em greves e reivindicações ou os que possuíam vínculos com a atividade sindical com suposta orientação de esquerda. Os presos identificados no Quadro 1 foram os primeiros alvos do regime empresarial-militar instaurado em 31 de março de 1964.

Dos presos de Joinville, apenas três não possuíam vínculos com o movimento operário. Alceu Lopes era estudante e trabalhava no comércio. Heitor Lobo e Ivan Kitto eram, na ocasião, ex-dirigentes do movimento estudantil. Kitto era bancário naquele momento. Ambos atuaram na época em que a União Joinvilense Estudantil (UJES) era presidida pelo líder estudantil Polibio Braga⁷². No momento do golpe, a então direção da UJES era comandada por Pedro Fagundes, líder estudantil alinhado com o pensamento conservador e anticomunista, o que explica a ausência de prisões da então direção da entidade estudantil no momento do golpe.

Outro dado merece destaque: nenhum vereador do PTB foi preso em Joinville ou cassado pelo golpe. Nem mesmo Pedro Ivo Campos⁷³, que disputaria as eleições para prefeito municipal pelo PTB em 1965, quando perdeu para o então candidato da UDN, Nilson Bender. O PTB em Joinville era pequeno, pouco combativo e desfrutava de uma convivência bastante amistosa com o

⁷² Políbio Braga cursou o Ensino Médio em Joinville, época que foi presidente da UJES. Era um dirigente progressista e alinhado com o universo da esquerda. Após formar-se no Ensino Médio mudou-se para Florianópolis e Rio de Janeiro. Foi também presidente da União dos Estudantes de Santa Catarina e Nacional. Também foi preso no momento do golpe em Araranguá-SC.

⁷³ Pedro Ivo chegou a prestar depoimento ao 13º BC assegurando que o PTB de Joinville nada tinha com as opções políticas do advogado trabalhista, Carlos Adauto Vieira. Segundo Vieira, militares teriam lhe mostrado o depoimento de Pedro Ivo que depunha conta ele no momento de sua prisão. Adauto Vieira assegura que Pedro Ivo não era antirrevolucionário em 1964 e não havia nada que o desabonasse ideologicamente quando houve o golpe, sendo essa a razão de não ter sido preso, assim como os demais membros do partido (FREIRE, 2015).

PSD. Do outro lado estava a força política da UDN, representada como a renovação do partido em âmbito estadual.

Outro dado chama a atenção no quadro 1. A maioria dos presos era de São Francisco do Sul, sobretudo da região portuária. Isso relacionava-se ao fato de que havia uma organização sindical combativa naquela cidade e uma maior inflexão à esquerda, sobretudo ligada aos trabalhadores portuários. O sindicalismo em Joinville era muito alinhado ao patronato no pré-1964. O jornal *Unidade*, de propriedade do dirigente comunista catarinense Aldo Pedro Dittrich, fez sucessivas denúncias entre 1956/1959 acerca do despotismo fabril⁷⁴ em Joinville e o sindicalismo pelego reinante na cidade (LENCINA, 2011).

Mesmo sendo Joinville um importante centro fabril e operário, os principais adversários da classe patronal na cidade não provinham do movimento sindical, mas de alguns poucos advogados trabalhistas, especialmente Carlos Adauto Vieira e Benjamim Ferreira Gomes, o Befego.

Carlos Adauto Vieira foi o primeiro preso político em Joinville no momento do golpe. Nos dias que se sucederam ao golpe, o seu escritório foi invadido e sua biblioteca devassada em busca de provas que pudessem implicá-lo no Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado contra o advogado.

Natural de Lages-SC, viveu a infância e a juventude em Florianópolis. Formado em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Carlos Adauto Vieira mudou-se para Joinville e começou a atuar em causas trabalhistas em 1957. Ganhou notoriedade na região com uma ação trabalhista do Sindicato dos Estivadores de Araquari movida contra o Porto de São Francisco do Sul, que resultou numa indenização considerada uma fortuna à época.⁷⁵

⁷⁴ As denúncias vinculavam-se ao não cumprimento da obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo por diversos patrões na cidade; ao estabelecimento de cotas de produção sob pena de redução de proventos; recusas de atestados médicos; operários coagidos por médicos de empresas a voltarem ao trabalho, dentre outras. Empresas como Laboratório Catarinense, Indústria de Máquinas Raimann, Cônsul Refrigeração e Fundição Tupy foram alvos de denúncia do semanário *Unidade*. O proprietário do *Unidade* era formado em direito pela UFSC, foi militante no movimento estudantil e nas campanhas pela nacionalização do petróleo e atuava na advocacia trabalhista em Florianópolis. Foi candidato a deputado estadual em 1958 pelo PTB. Ver: LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dietrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.

⁷⁵ Além de advogado, Carlos Adauto Vieira era escritor. Suas crônicas foram proibidas pelo Comando Supremo do Exército. Após a censura, continuou a escrevê-las aos domingos sob o

Desde o momento em que passou a residir e atuar em Joinville, o advogado passou a ser monitorado pelas autoridades policiais. Vieira já era fichado pelo DOPS em razão de uma detenção em 1951, quando foi capturado com mais três estudantes em ocasião em que afixava cartazes relativos ao 2º Congresso Estadual de Defesa do Petróleo, quando ainda pertencia ao movimento estudantil na UFSC. Quando se mudou para Joinville, a Delegacia Regional desta cidade recebeu solicitação de envio de informações sobre suas atividades para o DOPS de Florianópolis.

Em ofício datado de 5 de julho de 1957, o delegado de Joinville responde:

Carlos Adauto Vieira, advogado, sediado em Joinville, desde fevereiro do corrente ano. As atividades deste advogado está se limitando a infiltração na massa operária, por intermédio de agenciadores seus, que sob alegação de defesa dos interesses dos trabalhadores procuram a obtenção de causas trabalhistas onde elas existem, quando não existem- são então- criadas. Já obteve neste curto espaço de tempo, com a colaboração do indivíduo CONRADO DE MIRA (Vereador) o controle dos seguintes sindicatos: Sindicato da Construção Civil, Sindicato da Fiação e Tecelagem, Sindicato do Trigo, Milho e Mandioca. A orientação hoje traçada pelo referido Carlos Adauto Vieira, é completamente diversa, salientando-se a criação de um ambiente insustentável com a classe empregadora.⁷⁶

A atuação do advogado combativo provocou reações adversas no ambiente patronal da cidade, pois além de atuar na advocacia de reclamatória trabalhista, aproximou-se de Conrado de Mira⁷⁷, então vereador pelo PTB e funcionário de diversos sindicatos na cidade. Vieira passou a empreender uma ação política em diversas frentes, realizando palestras nos sindicatos sobre direitos trabalhistas e articulando modificações na organização sindical.

O Sindicato dos Metalúrgicos, muito ligado à Fundição Tupy, denunciou Carlos Adauto ao DOPS da capital pela distribuição de boletins subversivos na cidade, incluindo o Jornal *Unidade*, do dirigente comunista Aldo Pedro Ditrich. Recortes de jornais de Joinville também foram encaminhados à DOPS para

pseudônimo de Charles D'Olengèr. Disponível em: [A trajetória de um dos mais importantes intelectuais de Joinville, Carlos Adauto Vieira \(ndmais.com.br\)](http://ndmais.com.br/2013/07/a-trajetoria-de-um-dos-mais-importantes-intelectuais-de-joinville-carlos-adauto-vieira/). Acessado em 18/12/2023.

⁶⁶ Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Florianópolis, 5 de julho de 1957. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0063/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_0063_d0001de0001.pdf, p. 12.

⁷⁷ Mira, embora possuísse posições ideologicamente alinhadas à esquerda, tinha atuação como funcionário dos sindicatos considerada “pelega” por Vieira, pois praticaria um “jogo de leva e traz”, negociando acertos com patrões e evitando levar causas adiante para a justiça do trabalho.

provar as ações do advogado, que supostamente visavam jogar operários contra patrões.

O deputado joinvilense Tupy Barreto (UDN) igualmente solicitou informações ao delegado do DOPS da capital sobre os antecedentes do advogado que estaria trazendo desarmonia entre capital e trabalho em Joinville. De igual modo, Nilson Bender enviou telegrama ao governo do Estado, solicitando providências, pois o advogado teria incitado uma “greve ilegal” (1959) na metalúrgica Douat. Em função da denúncia um delegado do DOPS foi enviado à cidade para investigar.

Ao menos até 1963, há registros de denúncias no DOPS da capital sobre as atividades de Vieira em Joinville. Quando de uma série de denúncias feitas por operárias joinvilenses⁷⁸ ao jornal *Unidade*, também foi enviado para Joinville um investigador do DOPS conhecido pela truculência nos interrogatórios, com a finalidade de descobrir quem seriam as pessoas envolvidas na difusão das queixas (LENCINA, 2011, p. 75-77). Esses deslocamentos policiais do DOPS da capital até Joinville para reprimir movimentações no meio operário demonstram que a polícia estadual estava formalmente comprometida com os patrões.

O golpe significou também, no âmbito local, a vitória dos patrões contra os “agitadores” do meio operário. O diretor presidente da Fundição Tupy citou nominalmente em seu discurso perante os operários após o golpe:

(...) quero citar apenas alguns nomes dos mais conhecidos em nossa cidade, quero referir-me ao advogado militante no Fórum de Joinville, Carlos Adauto Vieira. Esse advogado, que interpreta as leis de trás pra frente e que semeou tanta desconfiança, que semeou tanta semente de ódio e que tanto nos intrigou aqui, haverá de saber que não é possível jogar o pequeno contra o grande, como também não é possível jogar o grande contra o pequeno. (...) Citaria aqui, ainda, um outro ilustre portador de muitos títulos, ilustre entre aspas, o nosso conhecido Dr. Benjamim Ferreira Gomes (Befego), que nunca trabalhou, mas que procurou também se aproveitar da boa-fé dos nossos ou dos seus simpatizantes partidários (...) É ainda com a mesma coragem cívica que falo ao senhores do nosso vice-governador do Estado Doutel de Andrade, conhecido aqui apenas em

⁷⁸ As denúncias referiam-se a “obrigação” velada para que as operárias não se casassem, uma vez que o matrimônio subentendia gravidez e licença maternidade; demissão por gravidez; abortos como forma de manter o emprego no chão de fábrica entre outras. Ver: LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dietrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.

ocasiões eleitorais, mas que fez um plano de intervenção na vida sindical de Joinville, apenas para vir, não ele pessoalmente, que isso acontece apenas em época de eleições, mas para pôr aqui seus elementos comuno-nacionalistas, para agitar o nosso meio de trabalho, para prejudicar aquilo a que tanto valor nós damos: a boa harmonia social.⁷⁹

Doutel de Andrade, vice-governador, líder nacional do PTB, seria cassado pelo regime em outubro de 1966 por ter se empenhado na articulação da Frente Ampla (MOTTA, 1996, p. 210). No momento em que Dieter Schmidt discursava, Carlos Adauto Vieira estava preso juntamente com Benjamim Ferreira Gomes, o Befego, que também era advogado trabalhista e engenheiro agrônomo, exercia então, a função de delegado da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) em Santa Catarina.

Quando soube do golpe no dia 31 de março, Carlos Adauto Vieira levou às pressas a família para cidade Jaraguá do Sul, onde permaneceu até o dia 3 de abril. Em seu retorno a Joinville, ao chegar em seu escritório notou que havia um jeep do batalhão estacionado à frente. Quando se aproximou, observou que seu escritório havia sido arrombado: livros e papéis jogados no chão e um álbum de Pablo Picasso havia sido queimado. Segundo Viera, a queima havia sido feita por um funcionário da Fundição Tupy. Convidado a entrar no jeep, foi conduzido ao 13º Batalhão de Caçadores (13ºBC).

Na noite seguinte, em 4 de abril, soldados do 13º BC invadiram a propriedade de Benjamim Ferreira Gomes fortemente armados prendendo-o diante de sua esposa e seus três filhos pequenos (PEREIRA, 2021). Naquela semana, os presos da região norte do Estado foram transportados em um caminhão do exército para Florianópolis. Durante o trajeto foram mostrados como os “comunistas” que havia sido presos em Joinville.

A prisão de Benjamim Ferreira Gomes, e sobretudo, Carlos Adauto Vieira, foi muito bem recebida pelo industrial Dieter Schmidt. Não por menos: no pré-1964, Vieira tinha cerca de 400 processos na Justiça do Trabalho contra empresas joinvilenses. Para se ter uma ideia, entre 1960 e 1964, somente a Tupy foi alvo de 97 trabalhistas, 65 das quais foram movidas por Vieira. Esta suposta

⁷⁹Correio da Tupy, Joinville, abril de 1964, p. 1-2.

perturbação da ordem no ambiente trabalhista e o desconforto causado para o setor produtivo, fica patente no discurso do industrial Dieter Schmidt.

Após ser solto, meses depois, Vieira retomou seu trabalho como advogado. Naquele contexto, a Tupy havia reduzido a jornada de trabalho de seus operários a pretexto das dificuldades econômicas por que passava o país e a crise que havia atingindo a indústria automobilística. Para Adauto Vieira, tratava-se tão somente de aproveitar-se da força do golpe para reduzir o salário dos operários. Essa medida levou ao aumento de ações contra a metalúrgica em 1965, movidas por Benjamim Ferreira Gomes e Carlos Adauto Vieira. Foram 41 no total, sendo algumas delas, ações conjuntas envolvendo diversos operários. Do total das ações, 36 estavam a cargo de Vieira.

A disputa motivou a Fundição Tupy a produzir um extenso relatório secreto, delatando as supostas práticas subversivas dos advogados joinvilenses no meio operário. O documento vinculava a agitação do meio operário ao prejuízo de sua produtividade. Segundo o documento, tais ações vinham anulando os esforços do empresariado em cooperar com o governo da revolução e a recuperação econômica do país. Encaminhado ao Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), o relatório da fundição pedia providências do aparato policial-militar contra o advogado:

(...) sempre reinou perfeita harmonia dentro da Empresa, nunca tendo havido quaisquer movimentos perturbadores ou grevistas em seu meio operário, mesmo durante a fase de agitação por que passou o País inteiro durante os anos de 1963 e o primeiro trimestre de 1964.

3. Esta situação de tranquilidade social, no entanto, sofreu repentinamente uma profunda modificação, a começar do segundo semestre do ano passado, isto é, logo depois de terem sido postos em liberdade os agitadores fichados no DOPS, e que haviam sido alcançados pela Operação "LIMPEZA DA ÁREA", efetuada após o triunfo do Movimento de 31 de Março. Dentre os elementos presos em Joinville, destacam-se os advogados Dr. Carlos Adauto Vieira (IPM-subversão) e Dr. Benjamim Ferreira Gomes, ex-diretor da Supra em Santa Catarina (IPM- corrupção) e que depois de soltos, passaram a atuar com grande intensidade na área política e sindical. Os mencionados elementos passaram a agir no sentido de desmoralizar justamente aqueles que durante os dias difíceis de 31 de março e 19 de abril tiveram a coragem de dar cobertura pública à ação das Forças Armadas naqueles memoráveis dias.

(...) o principal objetivo dos advogados, Srs. Dr. Carlos Adauto Vieira e Dr. Benjamim Ferreira Gomes junto ao operariado da Empresa é o de promover agitação, desordem e desconfiança, além de aumentar a intranquilidade dos colaboradores, ao ponto de a Empresa sentir que essa situação vem prejudicando a produtividade e ameaçando a paz social, tanto dentro da Empresa como na Comunidade joinvilense.

... (trecho ilegível) as atividades denunciadas que citados advogados não se limitam a esta Empresa, mas também se estendem a outras dessa cidade, que legalmente tem pautado sua ação pelo respeito à legislação trabalhista, sente que deveria ser feita uma investigação mais ampla para se recolherem informações que não estão ao alcance desta Empresa. Sabe-se, por exemplo, que citados elementos também estão, a partir da última eleição, fazendo articulações que motivam a conquista da direção dos sindicatos locais quando se realizaram ... (trecho ilegível) eleições sindicais nesta cidade. Sugere-se por isso que sejam convidados os 50 dirigentes sindicais que dirigem as 7 (sete) principais entidades classistas desta cidade.

Este relatório é ... (trecho ilegível), no propósito de alertar as autoridades para a necessidade de serem fiscalizados os passos daqueles elementos comprometidos com a situação deposta pela Revolução e principalmente para que os inquéritos policiais militares contra eles instaurados sejam levados à frente, sem complacência, porque o incompreensível perdão de hoje poderá significar o advento de dias ainda muito mais intranquilos amanhã, e, o que é pior, a classe trabalhadora, na sua ingenuidade, será ainda muito mais explorada por aqueles que tanto mal já lhe acarretaram... (trecho ilegível).⁸⁰

O documento do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), que encaminhava o relatório da Fundição Tupy para o Ministério da Justiça, foi carimbado como “SECRETO”, classificando as informações recebidas pela empresa joinvilense no grau máximo na hierarquia dos aparelhos de informação: “CONFIANÇA: A” e VERACIDADE:1”.

A Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, a partir do Informe do CENIMAR, abriu então um processo de investigação contra os acusados, determinando à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina o levantamento de informações de ordem política e social sobre os advogados joinvilenses, em documento datado de 31 de janeiro de 1966.

Os DOPS estaduais⁸¹ passaram a desempenhar uma importante função no novo sistema de informações do regime de 1964. Embora os militares considerassem os policiais corruptos e sem compromissos com o patriotismo, a ditadura teria dificuldades em levar a cabo um amplo projeto de repressão sem

⁸⁰ FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/0063/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_0063_d0001de0001.pdf, p. 15, 19. Muitos trechos do relatório estão ilegíveis no documento microfilmado.

⁸¹ Para a atuação do DOPS catarinense durante a ditadura ver: PEREIRA, Juliano Cabral. *Santa Catarina sob suspeita: a atuação dos órgãos de segurança e informação da ditadura militar em território catarinense (1964-1985)*. Dissertação de mestrado em história do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

a ajuda dos departamentos estaduais de polícia política. Estes cumpriram papel fundamental no fornecimento de dados sobre instituições e indivíduos, sobretudo, acerca da atuação política pregressa de um cidadão, arquivadas em forma de prontuários (PACHECO, 2018, p. 193-194).

Após alguns meses, sem resposta, o Ministério da Justiça enviou novo ofício cobrando urgência da Secretaria de Segurança Pública catarinense. Por fim, em 27 de abril, o secretário enviou ao Ministério da Justiça um pedido de escusas pelo atraso em função da necessidade de diligências pelo interior do Estado, o que teria demandado tempo. A reposta enviada ao Ministério da Justiça apontava que os IPMs dos acusados se encontravam na 5ª Região Militar em Curitiba, sob a tutela da Justiça Militar. Junto ao processo, encaminhava-se um relatório do DOPS catarinense sobre os antecedentes ideológicos de Carlos Adauto Vieira. O relatório do DOPS cobriam de 1949 a 1964: do movimento estudantil às suas ações entre operariado de Joinville. O relatório do DOPS catarinense informava ainda que o Delegado Regional de Joinville estava vigiando a conduta dos investigados, com especial atenção ao início de qualquer movimento grevista. Toda a documentação e providências foi remetida novamente ao CENIMAR, em 13 de maio de 1966 pelo Ministério da Justiça.

Três dias após, as fichas dos advogados joinvilenses e o processo acusatório foram anexados à documentação relativa ao dirigente comunista catarinense Aldo Pedro Dittrich, proprietário do jornal *Unidade*. Esta ligação dos advogados joinvilenses com o dirigente comunista é importante, pois alguns meses mais tarde, já em 1967, Carlos Adauto Vieira foi delatado como comunista, preso e deixado incomunicável sem que a família soubesse onde estava.

Levado de sua residência para o 13º BC, permaneceu por dois dias na unidade do exército na cidade. Sua esposa levou ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a informação de que Vieira havia sido preso novamente em Joinville. O batalhão da cidade lançou nota assegurando não haver nenhum preso político em suas dependências. Carlos Adauto foi então transferido para Curitiba, onde ficou por dias preso em um banheiro, incomunicável. A OAB conseguiu descobrir o quartel aonde se encontrava preso

em Curitiba e foi impetrado um mandado de segurança no Superior Tribunal Militar.

Vieira foi solto, porém continuou sendo monitorado e processado na 5^a Região Militar. Durantes meses, a cada 15 dias, dirigia-se a Curitiba para prestar depoimentos até ser absolvido em 1º de Julho de 1968, após sua defesa perante o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5^a RM.⁸²

Em que pese ter sido solto, é preciso ressaltar que ser alvo de um processo na justiça acarretava o peso da suspeição, gerando enorme constrangimento no indivíduo e era uma forma de deslegitimar socialmente suas ações. A repressão cumpria, para além dos processos políticos pretendidos, um papel de pedagogia do medo: produzia-se o temor de envolver-se na malha policial da repressão e até mesmo de ser fichado ou convocado a prestar esclarecimentos (PACHECO, 2018, p. 200).

O papel da Fundição Tupy em colaboração com os órgãos de informação e repressão surtiram efeitos em retirar da cena operária os elementos indesejáveis de “perturbação” da ordem na cidade. Desde então não se teve maiores movimentações no fórum de Joinville que pudessem “tumultuar” o ambiente fabril na cidade, sobretudo após o fechamento do regime no ano seguinte.

As fontes documentais que identificam as ações de empresas na violação de direitos humanos no Brasil são escassas. Nesse sentido, o trabalho da

⁸² No dia 16 de julho de 1968, a AJA (Associação Joinvilense de Advogados) da qual Vieira fazia parte, ofereceu um jantar em homenagem aos dois advogados de Curitiba que haviam feito sua defesa. No mês de agosto uma carta de “desconhecido” de Joinville, denunciava junto ao SNI a existência de uma associação de advogados de Joinville no edifício Buchele & Lepper, na rua do Príncipe, como uma “verdadeira célula comunista”, cujas reuniões tratavam de assuntos subversivos e de enxovalhamento das autoridades federais. Em 2 de outubro o SNI trazia novo informe de “conceito- A” de que tais advogados de esquerda estariam agindo à sombra da AJA para promover trabalho subversivo. Os mencionados advogados tidos como comunistas e antirrevolucionários seriam: Carlos Adauto Vieira, Benjamim Ferreira Gomes, Luiz Henrique da Silveira, Luiz Carlos Meinert e Pedro Arthur Lobo. Tomado como líder do grupo, Adauto Vieira seria eleito presidente da AJA (Associação Joinvilense de Advogados) em 26 de dezembro de 1968. Em março de 1969, no “CONCEITO GERAL” do dossiê sobre Carlos Adauto Vieira, o SNI diz que o prontuariado vivia rodeado de advogados de esquerda, e que estes haviam, inclusive, ludibriado a Justiça Militar da 5^a RM para que Vieira escapasse do processo. Em seguida o SNI sugeriu a cassação de seus direitos políticos por 10 anos e suspensão de suas credenciais como advogado ante a Justiça do Trabalho com base no dispositivo do AI-5. FUNDO: Serviço Nacional de Informação:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/82003148/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_82003148_d0001de0001.pdf.

Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi fundamental na tentativa de identificar empresas que apoiaram e financiaram ações e violações direitos humanos pelo aparato repressivo do Estado (COSTA; SILVA, 2018).

O relatório, quando trata da Fundição Tupy, exemplifica como o golpe de 1964 havia instaurado um “novo regime fabril”. A partir daquele momento lutas por conquistas ou direitos seriam elevadas ao estatuto de subversão política.

Corrobora essa ideia um informe do SNI da agência de Curitiba, em 1974, cujo assunto era: “atividades subversivas”.⁸³ O referido documento informava uma série de pequenas greves espontâneas no interior da Fundição Tupy entre os meses de maio e junho daquele ano. As paralisações, segundo o informe, foram motivadas pelos baixos salários pagos pela empresa e condições ruins de trabalho. O documento informa ainda a sumária demissão dos grevistas, dando ciência de que tais mobilizações não possuíam qualquer vinculação com movimento sindical e nem por isso deixavam de ser tratados pela repressão e pela empresa como atos de subversão.

A Comissão Nacional da Verdade trouxe indícios reveladores da face empresarial-militar do regime, em que o Estado se fez presente no meio operário como “agente patronal”. O novo regime implantado em 1964 através desse pacto de classes firmado materializou-se na estreita colaboração de empresas públicas e privadas com os órgãos de repressão. A solidariedade política firmada na aliança empresarial-militar constituiu-se como um poder disciplinador no meio operário.

1.4 JORNAL A NOTÍCIA E O GOLPE DE 1964: DO DISSENTO À ORDEM

A imprensa local ao longo da década de 1960, com especial destaque para o jornal *A Notícia*, constituiu-se como um mecanismo do exercício de disciplinamento social, em uma cidade industrial que crescia e se urbanizava, o que envolvia diferentes formas de controle da informação e da circulação de representações sociais. Seu discurso serviu às elites políticas e industriais para,

⁸³ FUNDO: Serviço Nacional de Informação http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74073864/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_74073864_d0001de0001.pdf, p. 1-2.

entre outras coisas, assegurar a manutenção da ordem, disciplinar condutas e exaltar virtudes do trabalho em uma cidade que se expandia e se modernizava (Gruner, 2002).

Destinado a uma parcela privilegiada de leitores da sociedade joinvilense, a classe média, é oportuno acompanhar como o mais importante veículo de imprensa local da cidade, o jornal *A Notícia*, portou-se perante o golpe de 1964.

A análise do noticiário do matutino e seus editoriais de cobertura dos eventos que se seguiram ao acontecimento do 31 de março permite apontar alguns dissensos iniciais entre as elites locais sobre o golpe. Em pouco tempo, o alinhamento à ordem prevaleceu. Mas, é importante demarcar algumas tensões políticas existentes no cenário político-empresarial da cidade. Isto torna-se perceptível na mudança de posicionamento do jornal e de seu maior acionista, o prefeito municipal, Helmut Fallgatter (PSD).

Para acompanhar a mudança, é preciso entender como o jornal mostrou-se ao leitor a partir do acontecimento que teve início na noite de terça-feira, 31 de março. No dia 1º de abril os acontecimentos nacionais estão distribuídos na página principal de *A Notícia*. Observa-se, contudo, que a marcha desses acontecimentos já estava bem mais adiantada no momento em que saiu a edição.

Muitos dos fatos destacados na edição do dia 1º de abril, referiam-se ao dia 30 de março, momento em que *A Notícia* ainda guardava uma discreta postura editorial em defesa da legalidade, como demonstraremos a seguir. De cima para baixo, as principais manchetes de capa da edição traziam: “*Choque de Camponeses e Proprietários em Minas Gerais Foi Contornada*”. Logo abaixo, sob o título “*Governo Não Permitirá Que a Desordem Seja Promovida em Nome da Ordem*”, destacava o discurso de João Goulart no Clube dos Sargentos, na Guanabara, na homenagem que recebeu na noite do dia 30. Do lado esquerdo da página: “*De prontidão o Exército, Greve Nacional de Estudantes e Greve Geral de Trabalhadores*”. Abaixo, à esquerda: “*C.G.T. Esperava Golpe na Madrugada de Ontem*”. À direita, ocupando espaço menor, vinham as manchetes mais atualizadas, referentes já ao dia 31 de março: “*Rebelada as Tropas Federais em Minas Gerais*”, e imediatamente abaixo, “*A Sorte da República da Federação e da Democracia Está Nas Mão das Forças Armadas*”, destaque

dado ao discurso do Presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade. A seguir, uma nota de utilidade pública avisava do feriado bancário até o dia 3, em função dos últimos acontecimentos. A efetiva posição do matutino só ficaria melhor delineada na edição do dia seguinte.

Na primeira página da edição do dia 2 de abril, o diário trouxe um destaque sobre o ato ocorrido no Centro Cívico de Curitiba no dia 31, que havia reunido lideranças religiosas para reafirmar a “*Fé em Deus*”. Logo abaixo, uma nota do dia 1º, assinada pelo comandante do 5º Distrito Naval de Florianópolis, o Almirante Murilo Vasco do Valle e Silva, admoestando não ser “lícito a nenhum brasileiro se omitir”. À direita, os “*Pormenores dos Acontecimentos Nacionais*”, mostrava as repercussões em diferentes lugares do país no dia 1º de abril. Em “*Zelando pela Segurança da Cidade*”, abaixo do título do jornal, uma nota procurava tranquilizar os habitantes de Joinville sobre o deslocamento de tropas da unidade do exército na cidade para pontos estratégicos da região. Abaixo, “*Contra a Transferência do Congresso*”, trazia a posição dos presidentes das duas casas acerca da possibilidade de transferir de Brasília o parlamento para outro ponto do território nacional. Ao lado, matéria sobre a substituição do Ministro da Guerra de Jango, o Gal. Jair Dantas.

No quadro em destaque, “*Câmara Municipal Ao Povo de Joinville*”, o manifesto dos vereadores apoiando o desfecho do movimento como a salvaguarda da democracia contra o comunismo. Assinaram o documento os vereadores: Curt Alvino Monich (UDN), Nilson Wilson Bender (UDN), Wittich Freitag (PSD), Édio Fernandes (PSD), Eugênio Brüske (PRP) Guilherme Zuege (UDN), Heinz Schulz (UDN), Konrad Kaesemodel (UDN), Reinaldo Gomes de França (PSD) e Raulino Rosskamp (PRP). O manifesto da Câmara foi publicado nas edições dos dias 2, 7, 8 e 11 de abril.

Vale destacar que um dos acionistas majoritários de *A Notícia*, o empresário industrial Wittich Freitag, no exercício da função de vereador, pertencente ao mesmo partido do prefeito, havia definido publicamente sua posição favorável ao golpe desde os primeiros momentos.

Por outro lado, a posição do jornal foi definida em editorial publicado na mesma edição. Na época, os textos dos editoriais de *A Notícia* eram publicados no espaço denominado “*Comentário do Dia*”, na última página. O responsável

por redigir os textos, em geral, era o então Diretor de Redação, Heráclito Lobato. O editorial do dia 2 de abril foi incisivo, a começar pelo título: “Aconteceu o Pior”.

A radicalização das posições políticas, das forças de oposição e das forças governistas, que se vinha acentuando dramaticamente nos últimos dias, assim como os constantes apelos, de ambas as partes, para levar ao envolvimento das forças armadas nas disputas políticas, conduziram finalmente a Nação ao pior, como se previa e como se temia.

De qualquer ponto de vista que se apreciem os dolorosos acontecimentos que sobressaltaram o país, desde o anoitecer de 3^a feria última, só se pode lamentar que a incompreensão e a intransigência tenha levado a esse impasse.

Não é este o momento oportuno para voltar à análise das causas que nos trouxeram a esta perigosa crise, nem também para julgar as responsabilidades pelos acontecimentos. De qualquer forma, as suas consequências só podem ser as mais nocivas e as mais ruinosas para o país, para a unidade da família brasileira, para nosso esforço de desenvolvimento, para o crédito no exterior.

Que tenhamos o consolo de que, passadas rapidamente essas horas conturbadas e de aflição e restaurada a tranquilidade, se haja principalmente conseguido preservar as bases do regime democrático e evitar que dessa convulsão possa resultar o colapso dos princípios da democracia consagrados na Constituição da República.⁸⁴

A opinião de *A Notícia* tem um viés legalista. Isto demonstra que não havia unanimidade de que o golpe representasse o melhor para o país e os brasileiros. O editorial lamentava o desfecho da crise alimentada de ambos os lados, tanto “das forças de oposição” quanto “das forças governistas”. Avaliava ainda como “nocivas” e “ruinosas” as consequências do golpe para o país e para a sua imagem “no exterior”. E mais: apelava para a preservação das “bases do regime democrático”. Desejava em tom lenitivo que aquela “convulsão” nacional não levasse ao “colapso dos princípios da democracia consagrados na Constituição da República”.

Ao lidar com a fonte jornalística é preciso ter em mente que o jornal que chega ao leitor é resultado também de pensamentos e posicionamentos nem sempre convergentes. É possível por vezes identificar os delineamentos de um espaço de autonomia, ainda que discreto, no âmbito da atividade jornalística, o que permite a discordância no que diz respeito ao leque disponível de posições sobre um acontecimento ruidoso e candente. A produção de um jornal se faz de

⁸⁴ *A Notícia*, Joinville, 2 de abril de 1964, p. 7.

consensos, mas igualmente da pluralidade e das mudanças de orientação. (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

O editorial do dia 3 inventariou os últimos acontecimentos ligados aos posicionamentos políticos de Jango. Sob o título “A crise e suas causas”, *A Notícia* opinou em seu quadro “Comentário do Dia”:

Não era difícil prever que a crise política brasileira haveria de atingir o ponto de ebulação a que chegou, explodindo em mais um pronunciamento militar.

A teimosa insistência com que o Sr. João Goulart reclamava do Congresso as reformas nos moldes que ele próprio impunha, isto é, a começar pela reforma constitucional, provocando a resistência do Poder Legislativo, da maioria das cúpulas partidárias e de outros setores responsáveis da Nação, levou o Presidente da República às tentativas de sensibilizar as forças populares, estimulando as atividades das esquerdas que à sombra do prestígio oficial extremaram-se nas atitudes, gerando a perturbação, a intranquilidade e a ameaça.

Os apelos mais perigosos eram dirigidos aos camponeses, resultando em invasões de terras e constantes conflitos com os respectivos proprietários; aos operários, originando greves políticas e as agitações de rua, e atingiram finalmente os quartéis, originando os atos de indisciplina e pondo em risco os próprios princípios da hierarquia militar.

Culminaram essas perigosas atitudes com o caso dos marinheiros e fuzileiros navais, quando o Ministro da Marinha foi desprestigiado e forçado, consequentemente, a demitir-se pelo apoio que encontraram no governo os indisciplinados, contra os quais nem a mais leve punição foi imposta.

Era evidente que o comando e a oficialidade da Armada não poderiam aceitar passivamente essa subversão dos valores estabelecidos, dos princípios consagrados e indispensáveis à própria existência da Marinha de Guerra. E não só o fato em si, como as ameaças futuras que nele se continham, deveriam trazer para a Armada atingida na dignidade dos seus chefes a solidariedade dos quadros superiores das demais corporações militares, justamente receosas de virem a ser as futuras vítimas de insubordinações encampadas e tolerantemente abonadas pelo governo.

Atrás de tudo isso processava-se ainda, indisfarçável, a infiltração comunista, que os comícios esquerdistas estimulavam nas ruas e a política de relaxamento da disciplina incentivada nos quartéis.

O resultado é esse a que assistimos.

Não se pode louvar a violência, muito menos quando se exerce contra a Constituição da República, mas há emergências em que ele se justifica e se legitima como o meio de evitar maiores.⁸⁵

A opinião do prefeito da cidade, Helmuth Fallgatter (PSD), publicada no dia seguinte, 4 de abril, não destoa muito do editorial. Naquele primeiro momento, ainda não referendava inteiramente o desfecho da crise, em que pese

⁸⁵ A *Notícia*, Joinville, 3 de abril de 1964, p. 7.

o tom conciliatório, referindo-se ao bom comportamento dos joinvilenses diante dos acontecimentos:

Restaurada a tranquilidade no seio da família brasileira, pela remoção ou neutralização das causas que a perturbavam, não podia deixar eu, com as responsabilidades do cargo que me foi confiado, de expressar publicamente os mais profundos e fervorosos agradecimentos ao povo de Joinville pelo exemplar comportamento, de disciplina, compreensão e serenidade durante os angustiosos dias que a Nação acaba de viver, através de graves acontecimentos que, graças a Deus, tiveram seus feliz desfecho sem sacrifícios de vida, sem o derramamento de sangue entre irmãos.⁸⁶

O manifesto de Fallgatter segue argumentando sobre a origem da crise desde a renúncia de Jânio Quadros e as consequentes alterações na orientação política do país, sobretudo após o plebiscito de 1963. Na mesma linha do editorial de *A Notícia* do dia 3, o prefeito-empresário argumentava que as posições assumidas por Jango teriam sido responsáveis pelo “levante armado”.

Seu argumento, no entanto, faz um contrapeso. Segundo Fallgatter, as motivações dos dois lados teriam conduzido a um “choque de ideologias” que, por si só, deveria ser “motivo de séria meditação”. Segundo ele, não restavam dúvidas sobre a infiltração comunista no país, porém sem razões para supor que todo “o povo brasileiro” estivesse “contaminado pelo comunismo”. Para Fallgatter, a insatisfação do povo brasileiro diante das precárias condições de vida viria sendo manipulada pelos partidários de Jango. Nessa altura, o núcleo de sua mensagem fica mais objetivo quando evoca uma autocrítica ao sopesar os dois lados na crise:

Porque não restam dúvidas de que o povo estava e ainda está descontente e que tem sobras de razão para seu descontentamento, em face das privações a que tem estado submetido. Acabamos de ver, porém, que a solução dos problemas do povo não podem ser encontradas na demagogia dos extremistas, nas agitações, nas lutas de classes, em qualquer forma de violência e muito menos na derrogação da lei e das instituições democráticas, que ainda asseguram aos povos bem organizados o melhor sistema de vida e de governo. Para sermos justos temos que confessar que no conflito de ideias, de propósito, de métodos a que vínhamo assistindo, tanto as esquerdas quanto as forças que se lhes opõem, invocando o nome do povo, tinham e tem, ambas, igual culpa no prolongado desatendimento às necessidades e às aspirações populares.⁸⁷

⁸⁶ *A Notícia*, Joinville, 4 de abril de 1964, p. 7.

⁸⁷ *A Notícia*, Joinville, 4 de abril de 1964, p. 7.

Nesse ponto, Fallgatter se aproxima do viés legalista do editorial do dia 2. De um lado, desaprovava o que denominava por “agitações”, “demagogia” e “luta de classes”, incentivadas por Jango. Do outro, desaprovava a quebra da legalidade na “derrogação da lei e das instituições democráticas” que o golpe do dia 31 havia instaurado. O manifesto do prefeito admoestava uma reflexão dos dois lados. Embora não condenasse de todo o levante armado, também não o referendava como a melhor saída.

Àquela altura, contudo, dia 4 de abril, alguma coisa havia se enquadrado na ordem entre as elites locais, e o manifesto do prefeito-empresário soava como uma ideia fora do lugar. No editorial daquela mesma edição, *A Notícia* mudou completamente o tom. Sob o título “A Marcha da Nação”, em editorial bem mais extenso, concluía que a tomada do poder pelos militares demonstrava que a nação ansiava e estava preparada para tal desfecho:

Já estão plenamente restabelecidas a ordem, a lei e a tranquilidade em todo o Brasil. O Congresso não deixou de funcionar e elegeu, rapidamente, sem dificuldades, o substituto do Presidente deposto, de acordo com os ditames constitucionais. As tropas já retornaram aos quartéis, onde estão, como sempre, vigilantes no cumprimento da alta missão que lhes incumbe.

O rápido desfecho do movimento armado, com a completa vitória da causa democrática que tinha por bandeira, e sem que se verificassem choques mais graves nem tenhamos a lamentar o derramamento de sangue entre irmãos, veio demonstrar que não só as forças militares e as classes dirigentes, mas toda a Nação estava preparada para a decisão corajosa.

Bastou que alguns dirigentes civis e militares tomassem a iniciativa para que, apenas ao calor desse exemplo viril, se arregimentassem logo sob o mesmo estandarte da integridade constitucional e da intangibilidade do regime as forças mais decisivas da nacionalidade, evidenciando a fortaleza moral em que se fundamentavam aqueles que assumiram corajosamente a grande responsabilidade do enérgico pronunciamento contra o desvio do Brasil para a senda sombria dos extremismos onde se perderiam, com a liberdade, as garantias de sobrevivência dos valores morais e espirituais que inspiram as tradições do nosso culto de brasiliade à luz eterna do Cruzeiro do Sul. Agora que se reafirmaram de maneira tão impressionantemente unânime a firmeza e à fidelidade dos sentimentos democráticos do povo brasileiro, na comunhão dos dirigentes civis e militares, das classes populares e de suas legítimas representações nos poderes constituídos, afastados os perigos que ameaçavam o regime e até a soberania da Pátria, resta que tomemos os rumos do futuro conscientes da nossa força de povo capaz de realizar pacificamente, dentro da ordem, constitucional e no respeito às tradições cristãs, a sua libertação econômica, a sua prosperidade e seu progresso.

(...)

Não, o movimento não foi de classes nem em benefício de classes, não foi de partidos nem no interesse deles, mas foi da Nação, para

preservar o Brasil dos perigos que o espreitavam, das ameaças que pairavam sobre seu destino.⁸⁸

Há uma nítida guinada de opinião em *A Notícia* entre os dias 2 e 4 de abril. Do “pior aconteceu”, com a quebra da legalidade institucional, a opinião converte-se na qualificação do episódio como sábia decisão que havia preservado os valores democráticos. A partir desse momento o jornal alinha-se integralmente ao discurso golpista, atuando junto à opinião pública na formação de um consenso de que o levante armado teria preservado a democracia e a ordem constitucional no país.

Os editoriais do dia 5 de abril, sob o título “Os objetivos da Revolução”, e do dia 7, “Respeito aos direitos dos trabalhadores”, faziam a aberta apologia do novo regime instaurado. O primeiro posicionava-se contra grupos parlamentares que estariam usando os resultados do levante armado em benefício de seus grupos políticos, ao demandarem a punição de adversários. O editorial defende os expurgos políticos e na administração pública, mas pondera igualmente pela pacificação nacional. O segundo editorial, o da segunda-feira, dia 7, flerta com um tema caro ao operariado joinvilense: o trabalho. *A Notícia* esmerara-se em defender o regime contra os boatos de que a “Revolução” acabaria com os direitos trabalhistas, assegurando ao trabalhador joinvilense que a legislação seria cumprida.

De igual modo, o prefeito municipal procurou alinhar-se à situação dominante. Isso pode ser verificado em dois pronunciamentos por ocasião de convites dirigidos aos joinvilenses nos dias que se seguiram. O primeiro é do dia 15 de abril, e referia-se ao ritual cívico-religioso de ação de graças às Forças Armadas pela salvação nacional, em que as fábricas e sirenes ressoariam por cinco minutos, ininterruptamente, no ato de posse do marechal Castelo Branco. O segundo, publicado nos dias 21, 22, 23 e 24, referia-se ao apelo à população para a Marcha da Família Com Deus, que a União Cívica Feminina vinha articulando com outros setores da elite. O prefeito apelou aos joinvilenses em ambos os pronunciamentos a favor do regime:

Quando, no dia de hoje, pelas 15 horas, ouvirmos o badalar dos sinos das nossas igrejas e o som das sirenes das nossas fábricas, teremos um momento de emoção por que a nossa Pátria vibra de entusiasmo

⁸⁸ *A Notícia*, Joinville, 4 de abril de 1964, p. 7.

rumando para um porvir mais seguro, dentro do regime Democrático almejado pelos homens de bem.

Nessa oportunidade não deveremos festejar uma vitória, mas sim, elevar o nosso pensamento para o alto, pedindo a Deus que oriente os nossos dirigentes, iluminando-os para que o nosso Brasil se transforme numa terra de paz e se projete no cenário mundial como exemplo da verdadeira democracia.⁸⁹

Pelo presente o Prefeito Municipal tem o prazer de convidar todas as autoridades civis e eclesiásticas, pastores de todas as religiões, operários, comerciários, bancários, comerciantes, industriais, sindicatos de todas as classes, associações culturais, recreativas e esportivas, enfim, toda a população de Joinville fiel as tradições democráticas e cristãs da nossa Pátria, para, como uma só família, unida nos mesmos sentimentos, levar os cumprimentos do Povo ao glorioso Exército Brasileiro, tão dignamente representado entre nós pelo 13º Batalhão de Caçadores, por motivo de sua ação corajosa e salvadora que libertou o Brasil da ameaça do comunismo que tentava trair nossa própria soberana.⁹⁰

Outras duas falas do prefeito ganhariam as páginas do diário: o discurso da marcha, publicado integralmente na edição do dia 25 e o manifesto de agradecimento ao sucesso de público que compareceu à mobilização, na edição do dia 26.

Durante os meses de abril e maio foram dezenas de editoriais de *A Notícia* dedicados ao novo momento político no país e ao discurso de adesão ao regime instaurado.

Entendemos que o matutino cumpriu importante papel na criação de um consenso junto às camadas médias e altas da população, sobretudo na fabricação da ideia de que a tomada de poder no país se fazia em nome da salvação dos valores cristãos e da defesa da democracia. Essa construção do consenso em torno do regime serviria à criação de uma base social na cidade que lhe daria suporte (VASCONSELOS, 2019). Como parte dessa construção, forjou-se a ideia de que o golpe não era dado em nome de uma classe em detrimento de outras, mas em nome da nação.

É necessário refletir que o jornal que chega ao público leitor, não raro, oculta deliberadamente os acontecimentos de bastidores, pressões de grupos financeiros, anunciantes ou acionistas. A mudança de opinião em um curto espaço de tempo precisa ser entendida, tendo em vista o pressuposto de que o

⁸⁹ *A Notícia*, Joinville, 15 de abril, p. 1.

⁹⁰ *A Notícia*, Joinville, 21 de abril, p. 7.

jornal é resultado de elementos objetivos e subjetivos, mas também dos interesses subjacentes à empresa jornalística (CAPELATO, 1988) e, naquele momento, certamente orientava-se por eles.

Em que pese a dinâmica interna de um jornal, *A Notícia* manteve viva em suas páginas a memória pública do “Movimento Revolucionário de 1964”, com especial destaque nas ocasiões de aniversários do golpe ou das visitas dos generais-presidentes à cidade.

Tomando como referência exemplar um dos três editoriais alusivos ao 1º de maio de 1975 na visita de Geisel, é nítida essa percepção. Além de evocar a memória pública do golpe, o matutino esmerava-se em destacar uma suposta identificação da cidade com o espírito do regime:

As manifestações de apreço, simpatia, afeto, dispensadas por toda uma comunidade ao Presidente da República, tiveram o sabor legítimo de algo sincero, plenamente humano, além de mais uma vez revelarem o nível de civismo de nossa gente. Somos, por excelência, um povo eminentemente patriótico, trabalhador, consciente de sua participação efetiva no contexto nacional (...) De outra parte, a deferência honrosa da visita do Presidente Ernesto Geisel, que hora se soma às igualmente brilhantes de Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, ambos de saudosa memória, e de Emílio Garrastazu Médici, diz de si melhor do que tudo do prestígio de Joinville e da sua posição no cenário brasileiro, como também e especialmente do conceito que desfrutamos junto ao Movimento Revolucionário de março de 1964 e da nossa obrigação de apoiá-lo mais ainda.⁹¹

Como aponta Lohn (2014, p. 259), “o discurso jornalístico apresenta-se nas sociedades contemporâneas não apenas como emissor de informações, mas também como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social”. Nesse sentido o jornal organiza o que deve ser lembrado ou esquecido, tornando-se suporte de memórias de uma coletividade.

A Notícia permaneceu governista até o fim do regime. Os decretos e os famigerados atos de exceção foram regularmente publicados em suas páginas. Da mesma forma, as cassações parlamentares, prisões de subversivos, assim como morte de guerrilheiros da luta armada. Editoriais elogiaram as grandes obras do governo federal e aplaudiam os avanços econômicos no país.

Em pleno período de abertura política, é notório o silêncio dos editoriais sobre temas candentes como anistia, o retorno do exilados, a extinção do AI-5,

⁹¹ *A Notícia*, Joinville 3 de maio de 1975, p. 4.

entre outros. A única voz destoante no matutino é do colunista Claudio Loetz que tratava desses temas em seu espaço. Enquanto isso, o diário mirava em temas locais e em críticas à administração do MDB.

Os poucos editoriais entre janeiro e abril de 1979 tratando de temas da abertura defenderam o governo de João Batista Figueiredo. Em 31 de março de 1979, a despeito de toda mudança na maioria da grande imprensa nacional, a memória pública do golpe continuava sendo evocada no artigo de fundo de *A Notícia*.⁹² O trecho inicial do editorial dizia:

Depois de devolver ao País à tranquilidade de proporcionar a estabilidade social e econômica, de sanear a vida pública, antes engolfada em vícios e desmandos, a Revolução de Março de 1964, ao completar, hoje, seu 15º aniversário, atinge uma de suas etapas mais importantes para a vida da Nação: o compromisso de restaurar a plenitude democrática, meta fundamental do 5º Presidente do Movimento que tirou o Brasil de uma de suas piores crises.

O compromisso não quer dizer que o atual Governo vá afrouxar o mando, deixando que o caos volte a imperar, revivendo os períodos conturbados que exigiram a intervenção das forças Armadas, atendendo aos apelos civis. A reestruturação das liberdades democráticas, sem a égide de uma legislação excepcional, exige a compreensão e colaboração de todos os brasileiros bem intencionados e que reivindicam uma vida democrática sob o império do trabalho, da obediência à autoridade constituída e do prestigiamento às instituições. Querer o contrário, é defender a anarquia que se estabeleceu nos idos de 1964, é preferir o caos à ordem estabelecida.⁹³

Como um jornal governista, *A Notícia* não teve problemas maiores com a censura. Portou-se de modo a não tratar de temas politicamente sensíveis ao regime. Segundo Ternes (1983), os assuntos relacionados à censura eram resolvidos com um simples telefonema da Polícia Federal, avisando que este ou aquele assunto não deveriam ser abordados, determinação integralmente cumprida pelo redação do jornal. Para Ternes, que atuou no diário como cronista entre 1970 e 1973, os efeitos da autocensura, presentes na redação, podem ser percebidos através de um visível esforço em se analisar e comentar assuntos rotineiros e locais, desviando-se dos assuntos nacionais (TERNES, 1983, p. 195).

⁹² Ternes escreveu os editoriais de *A Notícia* de 1979 a 2007. Embora o artigo de fundo não venha com assinatura por representar a opinião do jornal, muito provavelmente tenha sido escrito por ele.

⁹³ *A Notícia*, Joinville 31 de março de 1979, p. 4.

De modo geral, pode-se compreender por meio da dinâmica interna de alinhamento ideológico ao projeto autoritário de 1964, que o principal matutino joinvilense e as diretrizes desta empresa jornalística, após alguma ambiguidade inicial, conviveram alinhadas com os ditames do regime.

Em 2014, aniversário de 50 anos do golpe, chamou a atenção como *A Notícia* relembrou o acontecimento do golpe e da ditadura na cidade. O diário, então pertencente ao grupo Rede Brasil Sul (RBS), publicou uma série de reportagens sobre pessoas presas ou que sofreram repressão em Joinville, erigindo uma memória que privilegiava as vítimas. Ao dar visibilidade à pessoas que foram alvo da ditadura, *A Notícia* absteve-se, contudo, de mencionar as base civis de sustentação da ditadura, omitindo a trajetória histórica do período. Em nenhuma das reportagens da série se mencionou o papel das empresas locais, veículos de imprensa ou de lideranças empresariais da cidade. Ao reorganizar a memória do golpe a partir das vítimas, o jornal ancorava-se estrategicamente na fronteira entre memória e esquecimento (SILVA, 2011, p. 28).

2 A URBE AUTORITÁRIA: “COMUNISTA AQUI NÃO SE CRIA”

“Comunista aqui não se cria”.⁹⁴ A frase, com nítida intenção autoritária, teria sido dita pelo então prefeito-empresário, Wittich Freitag, ao demitir João Facchini que realizava um projeto cultural na pasta da Secretaria de Educação Cultura e Turismo do município em meados da década de 1980. Fachini foi um dos fundadores da Pastoral Operária e Centro de Defesa de Direitos Humanos no final da década de 1970. Trataremos no último capítulo acerca das tensões entre o empresariado com membros da igreja progressista na cidade.

Em *“Leituras matinais: modernidade, utopia e heterotopias na imprensa joinvilense”* (1951-1980), Clóvis Gruner (2002), ao abordar uma história dos marginais e marginalizados, que na urbe industrial um desejo se insinuava na forma de uma utopia: uma cidade ordenada, regulada, disciplinada e vigiada. Por outro lado, o autor nota o descompasso entre os anseios das elites e a cidade “real”, pois o investimento e cobrança por policiamento e segurança evidenciava, sobretudo à partir do início da década de 1970, uma cidade que escapava ao ordenamento discursivo.

Corroboramos a ideia de que essa utopia presidia os sentidos da representação da “Manchester Catarinense”: um lugar regrado pelo espaço fabril e imune às tensões experimentadas em outros centros urbanos. O desejo expresso nessa representação pode ser melhor compreendido à luz das palavras expressas pelo industrial Dieter Schmidt ao falar de Joinville na capital paulista no início da década de 1960:

As greves, tão comuns em outros lugares, ali não existem (...) apesar de suas 500 indústrias, apesar da enorme concentração de operários, o elemento comunista não obtém êxito, as igrejas se entendem e se respeitam, as classes sociais não se distinguem, o trabalho e o senso de responsabilidade confortam e animam dirigentes e dirigidos. Bem quisera eu houvesse em todas as cidades do Brasil.⁹⁵

A feição da “Manchester Catarinense” que a classe empresarial desejava plasmar era a de um idílico lugar de harmonia, onde comunista não se criava, na

⁹⁴ João Facchini, 72 anos, depoimento concedido a Luiz Felipe Falcão e Izaías de Souza Freire. Balneário Barra do Sul, dezembro de 2019.

⁹⁵ *Correio da Tupy*, julho de 1963, p. 4-5

expressão de Freitag. Uma cidade em que inexistia razões para greves, pois patrões e empregados seriam supostamente irmanados pelo trabalho.

Como parte da estratégia discursiva das elites, na década de 1960, difundiu-se nesses anos o adjetivo “colaboradores” nas fábricas. Os operários passaram a ser qualificados de modo amistoso por um termo capcioso, que visava o congraçamento, ancorado sob a suposta diluição da barreira classista. No mesmo diapasão, a imprensa local, porta voz do empresariado, reiteradas vezes, designou Joinville como uma “colmeia de trabalho”. Metáfora a serviço da produção de um sentido: a cidade onde tudo funciona *dentro da mais perfeita ordem, dentro da mais santa paz*.

O mito da sociedade pacífica, cordial e sem conflitos, escamoteava o dissenso ao mesmo tempo em que era parte de uma concepção autoritária. A suposta harmonia capital-trabalho em Joinville envolvia um processo que não deixou de ser conflituoso em torno da construção de representações sociais com nítidas “convergências” com o que os militares pretendiam ver estabelecido no país.

Para José Murilo de Carvalho, a incapacidade de aceitar o operariado como novo ator político mobilizado pelo getulismo, ao longo da década de 1940 e desde então, estaria na raiz do “divórcio” entre Vargas e os militares. “As Forças Armadas, convencidas do poder que tinham adquirido e obcecadas pelo anticomunismo, foram incapazes de aceitar a competição de novos atores e o conflito democrático” (CARVALHO, 2019, p 151).

De sua parte, o amplo leque político conservado no qual se abrigou a chamada burguesia industrial, não apenas em Joinville, expressou contínua e crescente aversão ao protagonismo que os trabalhadores haviam adquirido desde o final do Estado Novo. As “correspondências” entre concepções acerca do lugar social da classe trabalhadora sob um ideal autoritário de sociedade no Brasil, converteu-se em “*attractio eletiva*”⁹⁶ entre empresariado e os militares com o advento do golpe. O golpe de 1964 foi saudado como o caminho para instaurar a paz e harmonia social e retirar o operariado da arena política.

⁹⁶ A afinidade eletiva é uma categoria sociológica que trataremos a seguir dentro da linha desse raciocínio.

Temos nessa convergência um ponto fundamental da “autocracia burguesa” (FERNANDES, 1976). Sufocar a pluralidade de interesses e conflitos de classes pela via estatal, tornar-se-ia um arranjo fundamental para o padrão da dominação burguesa instaurado em 1964. De acordo com a concepção de Florestan Fernandes:

O poder estatal surge como a estrutura principal e o verdadeiro dínamo do poder burguês. Sem a incorporação a si mesma daquele poder e o congestionamento que isso provocou nas funções do Estado, a dominação burguesa teria desaparecido como a brisas. Pois ela não pode, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, sustentar-se, impor-se coativamente e suplantar os conflitos de classes apoiando-se exclusivamente nos meios privados de dominação de classe e nas funções convencionais do Estado democrático-burguês. Por isso, em sua evolução recente o Estado nacional brasileiro foi plasmado pelas necessidades e interesses das classes burguesas e, em particular, pelo peculiar enredamento do padrão de dominação dessas classes com o controle de uma economia capitalista e de uma sociedade de classes dependentes e subdesenvolvidas (FERNANDES, 1976, p. 308).

Autocracia burguesa é uma categoria de análise empregada por Florestan Fernandes para explicar como na periferia dependente do capitalismo, em um país de passado colonial e escravista, o controle político é indispensável para a burguesia, que se reveste de uma capacidade para impor a chamada modernização do Estado. Manter o domínio do Estado a partir de estruturas políticas é fundamental para o exercício empresarial e a gestão do capital: o Estado age como um dínamo que move o poder empresarial e sua dominação de classes. Nesse sentido, a organização política empresarial assume contornos decisivos, demandando o exercício coercitivo de controle social pelo Estado, impactando os limites impostos à participação popular e às práticas democráticas possíveis em diferentes contextos históricos.

O golpe de Estado de 1964 criava as condições ideais para autocracia burguesa e nela se materializava o cerne da solidariedade política entre a burguesia industrial e os militares. A pressão exercida de baixo para cima das classes trabalhadoras, rurais e urbanas, necessitava ser sufocada como condição de preservação da ordem burguesa. A “contrarrevolução” posta em marcha torna-se a sua garantia.

A fala do industrial Dieter Schmidt, presidente da Fundição Tupy, logo após o golpe, corrobora em tom celebrativo a destituição de alguns meios de

autoafirmação do proletariado urbano. O industrial cita nominalmente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) como “falsas entidades” que não eram representativas dos “legítimos interesses do operariado”.⁹⁷

Figura 7 - Discurso de Dieter Schmidt diante do operários após o golpe



Acervo: Arquivo Histórico: Suplemento do *Correio da Tupy*, 10 de abril de 1964, s/p.

O CGT foi uma grande frente do movimento sindical urbano, muito atuante durante o Governo Jango (1961-1964). Além de reunir as principais lideranças do sindicalismo brasileiro, protagonizou diversas ações sindicais, greves e movimentações que ampliaram a participação do movimento de trabalhadores na arena política nacional. O movimento sindical organizado foi um dos responsáveis pelo comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, às vésperas do golpe. A celebração do golpe de 31 de março feita pelo industrial joinvilense, significava na verdade, a vitória contra o operariado como ator político. Havia claramente um temor que o movimento operário dos grandes centros pudesse contagiar o operariado supostamente “ordeiro”, ameaçando a ordem burguesa na “Manchester”.

O Ministro do trabalho do governo Costa e Silva, Jarbas Passarinho, visitou Joinville em maio de 1968. Havia estado no mês anterior em Contagem, Minas Gerais. As greves de abril na “cidade industrial” mineira trouxeram para a cena pública a primeira grande manifestação operária desde o golpe de 1964. A greve teve início em 16 de abril com paralisação de uma seção da Companhia

⁹⁷ *Correio da Tupy*, Joinville, abril de 1964, p. 1-2.

Siderúrgica Belgo-Mineira, e em poucos dias, o movimento atingiu diversas fábricas, paralisando cerca de 20 mil operários.⁹⁸ O ineditismo da greve era uma veemente resposta ao arrocho salarial imposto pela ditadura, ao mesmo tempo que acenderia o alerta do regime sobre um ator político que parecia adormecido desde o golpe. Para tentar conter o fervor das greves, o Ministro Jarbas Passarinho, foi pessoalmente à cidade mineira resolver o impasse entre patrões e operários. Ao participar de uma assembleia, propôs uma oferta sobre ameaça de guerra contra o movimento, não apenas recusada, como saiu vaiado, entrando então em cena a dinâmica repressora do Estado para impor a dominação autocrática⁹⁹. A noção de “guerra de classes” que aparece no discurso do de Jarbas Passarinho em sua visita a Joinville deve ser entendida à luz do que o ministro vivenciara em Contagem.

Oxalá vermos neste país a mentalidade que sinto aqui (...) que pudesse ser uma regra geral. Oxalá este Brasil se inspirasse no exemplo de Joinville para fazer a paz social. (...) Um Brasil que sonhamos exatamente assim: desenvolvido e sem guerra de classes.¹⁰⁰

A obsessão pela harmonia e paz social e o horror ao conflito, marca do pensamento autoritário, sempre estivera presente no discurso das elites industriais joinvilenses e correspondia ao ideal do regime instaurado. Uma das principais investidas do golpe de 1964 foi justamente promover, a partir do Estado, a desmobilização das massas urbanas e rurais no Brasil e impor seu projeto autoritário de Estado e sociedade.

A eliminação do conflito estava, portanto, na matriz dessa cultura autoritária. O país desenvolvido e saneado do dissenso estabelecia *afinidade eletiva* entre o regime de 1964 e o empresariado da “Manchester Catarinense”, especialmente no que diz respeito às suas aspirações na relação capital-trabalho.

O conceito de *afinidade eletiva* que Michel Löwy empregou em seus estudos sobre fenômenos culturais na Europa Central é instrutivo sobre como diferentes cosmovisões podem relacionar-se entre si em um dado momento

⁹⁸ O movimento grevista também estourou em julho em Osasco e novamente em Contagem e Belo Horizonte em outubro, cerca de dois meses antes do AI-5.

⁹⁹ <https://vermelho.org.br/coluna/o-1968-operario-as-greves-de-contagem-e-osasco/>. Acessado em 05/10/2023.

¹⁰⁰ *Correio da Tupy*, junho de 1968, p. 5.

histórico. Percorrendo o itinerário da expressão, perpassando saberes da alquimia, da literatura e sociologia weberiana, Löwy assim exprime esta categoria:

Designamos por “afinidade eletiva” um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível a determinação causal direta, ou a “influência” no sentido tradicional. Trata-se, a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar a fusão. (LÖWY, 1989, p.13).

Seus estudos sobre messianismo judaico e utopias libertárias na Europa Central, assim como sobre marxismo e cristianismo da libertação na América Latina, foram exemplares no manejo conceitual da afinidade eletiva.

O modo como a ditadura e o empresariado construíram afinidades, em especial, nas relações entre patrões e empregados, aponta para como visões de mundo pretensamente distintas (empresariado e militares) puderam estabelecer relações de “correspondências”, favorecidas por condições históricas e sociais determinadas. Mais precisamente no caso brasileiro, como liberalismo e autoritarismo não correspondem necessariamente a um par antitéticos, mas a continuidades e complementariedades.

Dito de outro modo: trata-se de um aspecto de comportamentos de classes que foram capazes de articularem entre si não apenas uma visão de mundo autoritária, mas um conjunto de práticas políticas com interesses mútuos na montagem de um regime de força que foi considerado necessário para a construção de uma forma de desenvolvimento do capitalismo. De modo preciso: o comportamento autoritário do empresariado da “Manchester” e sua visão de harmonia capital-trabalho convergiam nitidamente com a visão autoritária dos militares de 1964.

A *afinidade eletiva*, segundo Löwy é sempre favorecida por condições históricas. Nesse sentido, o golpe de 1964 deu bases materiais para que, embora distintos, setores militares e setores da burguesia estivessem associados numa concepção autoritária de sociedade.

Dentre todos os generais-presidentes que visitaram a “Manchester” durante o regime, possivelmente foi Geisel quem mais reconheceu na cidade os elementos distintivos de harmonia pelo progresso e pelo trabalho que

compunham o projeto autoritário e os supostos “ideais da revolução”. As falas de Geisel em duas ocasiões em que esteve em Joinville corroboram nossa hipótese:

Desejo referi-me ao ambiente de harmonia, de ordem e de cooperação que existe e deve continuar a existir entre os que trabalham, entre os que são dirigidos e os que dirigem, entre os que são empregados e os que são empregadores. (...) quando me dispus a vir passar o 1º de maio em Joinville, tive em vista prestar uma devida homenagem (grifo do *Correio da Tupy*) **ao povo desta terra que, pelo seu exemplo, constitui, dentro do nosso país, um fato singular**: é que aqui se trabalha com afinco, em harmonia, e de maneira realmente exemplar.¹⁰¹

Ao longo de minha vida já estive várias vezes em Joinville (...) hoje volto como das outras vezes, sempre com muito prazer porque me acostumei há muitos anos, em reconhecer em Joinville uma cidade que trabalha, uma cidade que vibra e luta diariamente para progredir e se desenvolver, onde não há ociosidade, contribuem com suas mentes e suas mãos para desenvolver essa comunidade, este município, este estado e o nosso país. É pois, não só com prazer, como também com reconhecimento pelo que aqui se luta.¹⁰²

Entre 1962 e 1978, Geisel visitou a cidade diversas vezes, ora nas funções de oficial militar, ora como general-presidente. Umas das visitas mais emblemáticas foi em 1º de maio de 1975, quando participou de grandes festejos de congraçamento na “Manchester Catarinense” alusivos ao “dia do trabalho”. A visita de Geisel incluiu um culto ecumênico no bispado entre católicos e luteranos e um ceremonial com operários na Fundição Tupy (FREIRE, 2015).

Após ter anunciado seu projeto de distensão, foi oportuno do ponto de vista político, que Geisel se mostrasse próximo ao trabalhador, sobretudo em uma cidade que produzia algum fascínio acerca do controle fabril sobre o ambiente operário. Seus discursos evidenciam que o modo como as questões ligadas ao trabalho eram conduzidas na cidade, constituía-se num elemento de “atração” sobre o general-presidente.

No que diz respeito a ascendência alemã de Geisel, a colonização de Joinville também possuía algo de aproximação. Natural de Bento Gonçalves (RS), o general era filho de imigrantes alemães e professava a religião luterana. Um mês após sua estadia na cidade, no 1º de maio, homenageou-a como um símbolo de progresso, indício da significativa aproximação que mantinha com Joinville.

¹⁰¹ *Correio da Tupy*, maio, 1975, p. 10.

¹⁰² *Jornal de Joinville*, Joinville, 20 de outubro de 1978, p. 5.

Figura 8 - Petrobrás inaugura o navio petroleiro Joinville



Acervo: Arquivo Nacional/Fundo: Agência Nacional

O maior petroleiro construído no país até então foi nomeado em homenagem à cidade. Pesando 131 mil toneladas, a Petrobrás batizou o navio como “Joinville”. O navio era parte das pretensões do Programa de Construção Naval do governo federal. Geisel pretendia “situar o Brasil entre os maiores construtores navais do mundo” (FICO, 1977, p. 82). A “Manchester Catarinense” “correspondia” naquele momento ao ideal do progresso pelo trabalho e harmonia social.

Por sua vez, as elites locais procuraram construir uma identificação duradoura com os militares. A memória de 1964 foi cultivada pelo empresariado, convivendo sem abalos com a ditadura até o fim. Mesmo quando parte do empresariado nacional procurou afastar-se da imagem do regime, na “Manchester” o empresariado manteve-se alinhado com a ditadura.

2.1 GENERAIS-PRESIDENTES NA MANCHESTER

Nos governos Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart a forma de aparição do poder fazia-se sob o contato direto com populares. Para Janaína Amado, nos governos militares este modus operandi esteve ausente. Para Amado, as noções de *mando, autoridade e severidade* (AMADO, 2012, p. 279) impuseram um distanciamento popular. Carlos Fico também atribui a esse distanciamento um traço distintivo dos governos militares, que segundo afirma,

teriam gestados sobre si “imagens soturnas, sombrias, sobretudo carentes de calor popular.” (FICO, 1997, p. 68). O fato é que os governos militares, intencionalmente ou ao acaso, romperam com aquele modo de aparição do poder, em que o governante cercava-se pelas massas. Talvez por ser um traço associado ao que as forças políticas alinhadas ao regime tendiam a considerar como um modo populista de governar, intensamente identificado nos governos civis anteriores, considerados demagógicos pela elite militar.

Sob esse aspecto, contudo, pode-se apontar que, em Joinville, cidade de porte médio, distante da agitação dos grandes centros, as práticas políticas das forças arregimentadas pelo regime nem sempre prezaram pelo distanciamento popular. As visitas dos generais-presidentes à “Manchester Catarinense” ao longo da ditadura foram marcadas por significativa presença popular nas recepções aos generais-presidentes, numa proximidade sempre mediada pelas elites da cidade.

A presença da população nas ruas garantia o êxito dos festejos de congraçamento com o regime. Nestas ocasiões a cidade era cuidadosamente preparada para receber os ilustres visitantes, tornando-se uma oportunidade de expô-la para uma vitrine nacional. O primeiro acontecimento dessa natureza foi a visita do Marechal Castelo Branco em 1966. Na ocasião, o general-presidente permaneceu por dois dias hospedado em Joinville. Segundo *A Notícia*, houve um mutirão envolvendo autoridades e população para preparar a cidade: “ruas, logradouros, muros, jardins, tudo foi revisto, arrumado”.¹⁰³

Castelo Branco recebeu o título de Cidadão Honorário de Joinville da Câmara de Vereadores e foi apresentado como o patrono da tradicional Festa das Flores daquele ano. Conforme a programação, visitou as instalações da Fundição Tupy, cumprimentou operários, caminhou pelas ruas centrais da cidade, cumprimentou populares e teve contato com crianças.¹⁰⁴ O jornal *A Notícia* trouxe como principal matéria no dia seguinte à chegada de Castelo: “Joinville tributou ao Presidente da República apoteótica recepção, ontem”.¹⁰⁵ Castelo respondeu a recepção ao receber o título honorífico:

¹⁰³ *A Notícia*, 12 de novembro de 1966, p.1.

¹⁰⁴ Esta percepção é fundada na cobertura dada pela imprensa, periódicos fabris e no álbum fotográfico da visita de Castelo a Joinville. *Álbum da Visita do Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco*. Arquivo Histórico de Joinville. Novembro de 1966.

¹⁰⁵ *A Notícia*, 12 de novembro de 1966, p.1.

Se há uma cidade e um povo do extremo sul que têm a simpatia dos brasileiros é Joinville. Avulta sobretudo o exemplo de seu trabalho, cada vez mais produtivo e que promove o bem-estar de uma laboriosa população. O espírito de ordem domina (...) Quanto mais perto dos filhos de Joinville mais se verifica que são ainda melhores do que visto de longe.¹⁰⁶

A memória da visita de Castelo Branco à Joinville permaneceu viva nas páginas da imprensa e periódicos joinvilense por longos anos durante o regime. Da mesma forma, sua memória foi perenizada em locais públicos para homenagear o líder da “Revolução de 1964”.

O segundo evento dessa natureza foi a chegada do Marechal Costa e Silva, em 28 de março de 1969, cercada de preparativos com a presença de populares, estudantes e operários para saudar o mandatário da nação. A vinda do general-presidente tinha como objetivo a inauguração do novo prédio do Hospital Municipal São José e a ampliação do sistema de abastecimento de água em Joinville, obra realizada pelo SAMAE (Serviço Autônomo de Água e Esgotos).

Segundo *A Notícia*, inúmeros preparativos vinham sendo feitos para que o general-presidente tivesse uma recepção à altura do povo joinvilense como “prova eloquente de apoio e simpatia” pelo governo.

A chegada de Costa e Silva a Joinville na sexta-feira, 28 de março, era significava. Preparava-se na ocasião, a inauguração de diversas obras pela administração municipal do prefeito-empresário Nilson Bender. No roteiro, havia duas obras maiores a receberem o batismo de Costa e Silva, e outras menores, justamente no dia 31 de Março, segunda-feira, data em que se celebraria o “5º Aniversário da Revolução de 1964”. Dentre as obras menores programadas para serem inauguradas no dia 31, estavam a pavimentação de ruas, a construção de duas pontes e duas escolas.

O periódico fabril *Atualidades Tigre*, ao referir-se à materialização dessas obras na cidade em parceria com o governo federal ressaltava:

O Brasil deixou de ser um país do futuro e passou a ser a grande nação do presente, já que obras desta natureza são reflexos da atenção e respeito do governo para com a coletividade verde e amarela. Descortina-se um horizonte próximo de tranquilidade e paz social para

¹⁰⁶ *Id.*

a Nação Brasileira (sic), fatores preponderantes para o progresso e desenvolvimento da Pátria.¹⁰⁷

Para recepcionar o general-presidente da “grande nação do presente”, a população foi concentrada na Avenida Getúlio Vargas, próximo ao hospital São José. A prefeitura decretou ponto facultativo e as empresas liberaram seus operários para estarem presentes no acontecimento. Jornais e periódicos fabris ressaltaram que a recepção foi calorosa e que o povo ovacionou o Marechal. O *Atualidades Tigre*, referiu-se assim:

Dia 28 de março, apesar da chuva que caía, o povo joinvilense tributou *apoteótica recepção* (grifos meu) ao Marechal Arthur da Costa e Silva, Chefe da Nação brasileira. (...) Joinville soube retribuir as melhorias, *aplaudindo entusiasticamente* o Presidente Marcehal Arthur da Costa e Silva.¹⁰⁸

A *Notícia* ressaltou a presença de populares, estudantes e operários e os aplausos ao Marechal que quebrou protocolos ao se aproximar do povo, cumprimentando estudante e afagando a cabeça de escolares.

Figura 9 - Conjunto coral Viva Gente canta para Costa e Silva



Acervo Arquivo Histórico de Joinville: *A Notícia* 29 de março 1969 p.1

Ao chegar ao palanque montado em frente ao Hospital São José, o general foi homenageado pelo conjunto coral jovem joinvilense, Viva Gente (figura 9). O Viva Gente cantou na chegada e na saída de Costa e Silva. As fotografias de *A Notícia*, durante a cobertura do ceremonial, demonstram um Costa e Silva sorridente e distante de uma imagem soturna ou fria em popularidade.

¹⁰⁷ *Atualidades Tigre*, abril, 1969, p. 1.

¹⁰⁸ *Id.*

Na visita do general-presidente, a imprensa também destacou outra obra que tinha parceria com o governo federal: 500 casas populares, construídas com recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação), que seriam inauguradas quatro semanas após: no 1º de maio. O conjunto residencial seria batizado como Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva 10 meses após a visita presidencial a Joinville.

Voltando às visitas dos generais-presidentes: os afetos que a “Manchester Catarinense” movia em relação aos generais-presidentes que a visitavam foram confirmados durante os governos de Médici e Geisel, para além de missões não oficiais, na condição de turistas ou a passeio.

Foi assim que numa manhã de quarta-feira, 13 de novembro de 1974, uma misteriosa comitiva com três carros chegou à cidade, estacionando na esquina da rua Princesa Isabel com a Rua do Príncipe, no centro. Eram um Dodge Dart, cor cinza, um Opala amarelo e um Maverick Super, na cor verde. Os ocupantes, ao desembarcarem defronte à Confeitaria Dietrich, prontamente foram reconhecidos por populares. Tratava-se do então ex-general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, sua esposa, dona Scyla, e familiares que passavam de férias pela cidade com destino à sua fazenda em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Durante o tempo que permaneceu na cidade, Médici foi cordial com as pessoas que o abordaram nas ruas. Conforme destacou *A Notícia*, “sorridente, afável, de óculos escuros, trajando roupa esporte”, cumprimentou pessoas, elogiou a cidade, entrou em comércios na Rua do Príncipe, comprou, conversou com balconistas e distribuiu autógrafos a populares (figura 10).

Figura 10 - Médici distribui autógrafo a populares em Joinville



Acervo do Arquivo Histórico de Joinville: *A Notícia* 14 de novembro de 1974, p.1 e 12

Médici havia governado o país entre outubro de 1969 e março de 1974 e desfrutou de grande popularidade enquanto ocupou a presidência, sobretudo por se tratar dos anos do “milagre”. A revista *Veja* o comparou a Juscelino Kubitschek em nível de popularidade.¹⁰⁹ Pesquisadores que se debruçaram sobre os anos do governo Médici demonstraram como a ditadura desfrutou de expressiva popularidade perante diferentes segmentos da sociedade civil durante esse período (CORDEIRO, 2012).

Retornava à cidade o general-presidente mais popular da “Revolução”, cujo gosto pelo futebol o aproximava de uma paixão popular nacional. Médici colecionava álbum de figurinhas, dizia-se torcedor do Flamengo, fazia embaixadinhas, frequentava estádios. Sempre que sua presença era anunciada, era ovacionado e aplaudido ao que respondia com acenos e sorrisos. Assomava-se a isso ter encarnado os signos do Brasil potência, da Transamazônica, da integração nacional, do *pra frente Brasil*, cantado em verso e prosa.

Janaína Cordeiro, por outro lado, problematiza o ostracismo a que Médici foi submetido, a efemeridade de sua popularidade e a rapidez com que foi “esquecido”. Segundo Cordeiro, o *consenso social* em torno da ditadura nos anos Médici foi relegado a um silêncio sepulcral durante o período da abertura e redemocratização. Médici morreu praticamente sozinho, em 1985, e nem de longe a parca quantidade de pessoas que compareceram ao seu velório representou sua popularidade junto aos diversos setores da sociedade civil (CORDEIRO, 2012).

Não foi possível apreender o quanto da memória social joinvilense tenha também submetido o antigo ditador ao “obsequioso silêncio” a que se refere Cordeiro. Por outro lado, é possível perceber que a visita de Médici, sete meses após deixar o cargo, demonstra que sua popularidade na “Manchester” mantinha-se viva.

A memória do nome de Médici foi perenizada na nomeação de importante estabelecimento de ensino e no título de Cidadão Honorário de Joinville, concedido ao general-presidente em 1971. Ademais, a memória de suas visitas

¹⁰⁹ *Veja*, 16 de outubro de 1985, p. 27.

à cidade continuaria viva nas páginas da imprensa joinvilense, lembradas e reverenciadas a cada nova visita de um general-presidente.

Médici veio a Joinville pela primeira vez para inaugurar a pavimentação asfáltica da BR 101 entre Curitiba e Florianópolis, no dia 10 de maio de 1971. Foi numa segunda-feira. As elites preparam a cidade para ir “às ruas saudar o presidente”¹¹⁰. Jornais e rádios¹¹¹ procuram destacar a presença massiva do povo joinvilense como componente fundamental ao espetáculo da recepção ao general-presidente. A Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) e o Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) baixaram portaria oficializando o funcionamento do comércio e indústria até as 11 horas para que todos estivessem presentes na recepção ao presidente. Ainda segundo *A Notícia*, a Coordenadoria da Educação decretou feriado escolar para que os estabelecimentos de ensino estivessem igualmente presentes com seus alunos. Uma fotografia (figura 11) retrata estudantes perfilados na Rua Padre Carlos esquina com a Rua do Príncipe por onde passaria a comitiva do general-presidente, cena comum nas recepções aos mandatários do regime.

Figura 11 - Estudantes aguardam passagem da comitiva presidencial



Acervo: Joinville de Ontem/ Fátima Hofmann¹¹²

¹¹⁰ *A Notícia*, Joinville, 07 de maio de 1971, p. 1.

¹¹¹ O radialista, José Eli Francisco, relembrou no grupo *Joinville de Ontem*, que a Rádio Cultura, da qual fazia parte, fez toda cobertura da programação da visita presidencial de Médici. Joinville de Ontem é um grupo de facebook com um pouco mais de 65 mil membros onde se compartilha fotografias e lembranças sobre Joinville.

¹¹² <https://www.facebook.com/share/p/ff4sgF7LFVcAMs7g/?mibextid=xfxF2i> . Acessado em 20 de janeiro de 2023.

Fazia parte da programação a cerimônia de entrega, no paço municipal, do título de Cidadão Honorário de Joinville ao general-presidente e um almoço com autoridades políticas e empresariais na Sociedade Harmonia Lira. No ceremonial defronte à prefeitura, um Médici simpático e soridente foi homenageado com música pelo conjunto jovem *Viva Gente* e recebeu das mãos das mãos da rainha nacional da cerveja, Maria Tereza Baumgaten, o escudo de bronze do município.

De todas as recepções a generais-presidentes, a mais notória foi a das festividades do 1º de maio de 1975, em que se previa¹¹³ a hospedagem de Ernesto Geisel na mansão de Dieter Schmidt, residência do industrial que presidia o grupo Tupy. Joinville tornou-se na ocasião, vitrine nacional. Isto porque atentava-se para os sinais da distensão política anunciada pelo general, assim como a primeira ocasião de demonstração pública, em que o general-presidente se mostraria próximo ao trabalhador numa data tão emblemática. Para a “Manchester Catarinense” foi, igualmente, uma ocasião afortunada de mostrar-se, mais uma vez, como o modelo de um centro de trabalho regrado e progressista. Em um ambiente de distensão, Joinville seria a garantia de que não havia como recuar ao que havia sido imposto desde 1964. A “obra” ditatorial teria perenidade. Não havia melhor lugar para demonstrá-lo. Joinville era governada pelo partido da oposição consentida ao regime, o MDB, que convivia sem dificuldades com o poder econômico de uma elite empresarial alinhada desde as primeiras horas com a ditadura.

Aquele 1º de maio se deu em um domingo e forjou-se uma grande festa de congraçamento da “Manchester” com o regime. A primeira aproximação do governo Geisel com o operariado foimeticulosamente preparada. Foi arregimentada uma expressiva recepção local com a presença de milhares de operários e estudantes para saudar o general-presidente.

¹¹³ As fontes demonstram que a hospedagem não ocorreu, pois o general-presidente retornou para Brasília as 15 horas.

Figura 12 - Geisel cumprimenta escolares defronte à catedral São Francisco Xavier



Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville: Visitas Presidenciais

Na fotografia, Geisel cumprimenta estudantes na chegada à catedral do bispado. A programação teve início com um culto ecumênico celebrado pelo bispo Dom Gregório Warmeling e pelo pastor luterano Heinz Ehlert. Vale ressaltar que as igrejas católicas, luteranas e evangélicas da “Manchester” sempre marcaram presença no eventos de recepções aos generais-presidentes ou cerimônias de congraçamento com os militares e o regime (FREIRE, 2015).

A culminância daquele 1º de maio foi uma grande festa oferecida aos trabalhadores nas dependências do Grupo Tupy, que inaugurava uma nova unidade de fundição. Geisel, conhecido por sua postura reservada e personalidade retraída (GASPARI, 2016, p. 110), portou-se à vontade, cumprimentou estudantes, conversou em reservado com dois operários da Tupy perante as lentes dos fotógrafos, quebrando o protocolo diversas vezes, tal como ressaltou a imprensa local.

Menos envolta em ares de grandeza foi a visita de Figueiredo em 5 de agosto de 1982 para assinar contratos de liberação de recursos para implantação do esgoto sanitário de Joinville, com financiamento pelo (BNH) Banco Nacional de Habitação. O general-presidente primeiramente esteve na capital, Florianópolis, e no dia seguinte rumou para Joinville. A visita de Figueiredo a Florianópolis foi marcada por apreensão. Fazia quase três anos que o general-presidente não visitava Santa Catarina, desde o episódio de novembro de 1979 na capital do Estado, a chamada *Novembrada*, quando um protesto estudantil quase transformou-se em motim popular contra o regime. Em 1982,

alguns acontecimentos que antecederam seu retorno a Florianópolis indicavam as tensões do momento. Na véspera da chegada de Figueiredo à capital do Estado, a sede do PT foi invadida:

Quatro homens fortes, altos e musculosos invadiram às 17 horas de ontem a sede do PT em Florianópolis (rua Conselheiro Mafra, centro), e armados de facões, destruíram todas as faixas com os dizeres: “Fora Figueiredo, Fora General”. Dali, foram ao calçadão da rua Felipe Schmidt e destruíram a ponta-pés dois murais de propriedade do PMDB, DCE, UCE e PT, amplamente ilustrado- inclusive com fotos- e textos sobre os incidentes de novembro de 1979, quando Figueiredo foi vaiado e envolveu-se em empurões, provocando a prisão e posterior enquadramento de sete estudantes na Lei de Segurança Nacional. Tudo isso ocorreu em apenas 10 minutos, numa investida rápida e fulminante, sem tempo para qualquer reação por parte dos agredidos.¹¹⁴

O jornal *Extra* de Joinville, ligado ao partido de oposição legal ao regime, relatou os acontecimentos daquela visita com um olhar moderadamente crítico. Segundo o relato jornalístico, os invasores da sede do PT fariam parte do Grupo Secreto de Reserva, uma espécie de destacamento avançado da segurança presidencial que tinha comando em Brasília. Ainda conforme o diário, o episódio criou um clima tenso em Florianópolis com “figuras muito estranhas”, circulando pelas ruas da capital. Essa ação de polícia política visava desarticular qualquer manifestação na capital que pudesse reeditar os eventos de novembro de 1979.

O editorial do *Extra*, às vésperas da chegada de Figueiredo a Santa Catarina, conclama “o espírito pacato e cortês do povo barriga-verde” a não fazer qualquer manifestação que pudesse “reascender o espírito exaltado do presidente”, pois Figueiredo parecia “ainda não ter esquecido completamente as injúrias de que foi alvo na capital”. E apelava às autoridades para que pudessem garantir a restrição de manifestações populares:

É fora de dúvida que medidas diversas deverão serem tomadas pelo atual governador, para que não se repitam fatos tão lamentáveis, pois apesar de erros governamentais, a figura do presidente representa o Governo Federal e a dignidade de sua posição, há que ser respeitada por partidário, como pelos oposicionistas, jamais permitindo denegrir a imagem do presidente, nem em Florianópolis e muito menos em Joinville. Uma repetição ou reedição dos acontecimentos de novembro de 1979, implicaria fatalmente numa ruptura definitiva entre Governo Federal e o Estado, que já é considerado no concerto nacional, Piauí do Sul e certamente não condiz com o sentimento catarinense que se primou por ser político e hospitaleiro. Principalmente em Joinville, apesar de ser uma cidade governada pelas oposições, há que se tomar

¹¹⁴ *Extra*, Joinville, 5 de agosto de 1982, p.1.

todas as medidas restritivas, no tocante a manifestações populares, afim de evitar repetições de fatos que mais tarde só teremos que lamentar e que jamais serão construtivos, porém destruirão a imagem de cidade progressista que Joinville mantém no contexto nacional, além de macular em definitivo o espírito trabalhador inegável do povo de nossa cidade, que recebeu de braços abertos a qualquer visitante e será súbita honra para Joinville, receber agora a visita presidencial.¹¹⁵

Embora Joinville fosse governada pelo MDB desde 1973, tratava-se de uma oposição bastante moderada como apontaremos adiante, e o editorial do *Extra*, em alguma medida, espelha essa moderação. Dos cinco parágrafos do editorial sobre a presença de Figueiredo a Santa Catarina, quatro deles são dedicados à lembrança do episódio da *Novembrada*, o que demonstra que havia uma grande preocupação com eventuais manifestações populares hostis ao general-presidente em Florianópolis. Em Joinville se apela para o discurso do comprometimento político das elites da “Manchester”: cidade progressista e povo ordeiro e trabalhador, sem dúvidas quanto à sua adesão à ordem constituída.

Figura 13 - Operários concentrados no Centro Social Urbano do Itaum



Acervo do Arquivo Histórico de Joinville: *A Notícia*, 8 de agosto de 1982, p.16

A imagem acima demonstra uma concentração de operários no Centro Social Urbano do bairro Itaum, onde Figueiredo foi recepcionado. Em uma das faixas (à esquerda) lê-se as boas-vindas de uma das maiores empresas de Joinville: “Os Trabalhadores do Grupo Hansen Saúdam o Presidente e Comitiva”.

O colunista do *Extra*, Celso Pereira, no dia seguinte à visita do general-presidente, avaliou que a recepção do povo em Joinville havia transcorrido sem

¹¹⁵ *Extra*, Joinville, 3 de agosto de 1982, p.4.

demonstrações de vibração e teria sido, no geral, fria. O jornal *A Notícia*, por sua vez, ressaltou o contrário, que Joinville aplaudiu e vibrou com a simpatia do general-presidente, e que Figueiredo “levou boa impressão” da cidade e da população que o recebeu:

A alguns assessores e políticos ele confidenciou a boa impressão que teve da cidade e da população, especialmente porque não viu nenhum semblante carregado ou manifestações de descontentamento, a exemplo do que se registrou em Florianópolis. E deixou a marca registrada, característica desde quando assumiu o poder: quando chegou ao aeroporto de Joinville fez exatamente os que os seguranças já previam e quebrando o protocolo e os esquemas de proteção, passou a cumprimentar os populares (em número aproximado de 500) que o esperavam. (...) a simples menção ao seu nome em meio à pequena multidão foi o bastante para que ele esquecesse por um momento o próximo compromisso e passasse a apertar a mão de todos que estavam por perto. Foram minutos tensos (para os homens da segurança) e de emoção para quem conseguiu dizer algumas palavras ao presidente e apertar sua mão. Algumas pessoas, inclusive, chegaram às lágrimas pelo simples fato de poderem apertar a mão do chefe da Nação.¹¹⁶

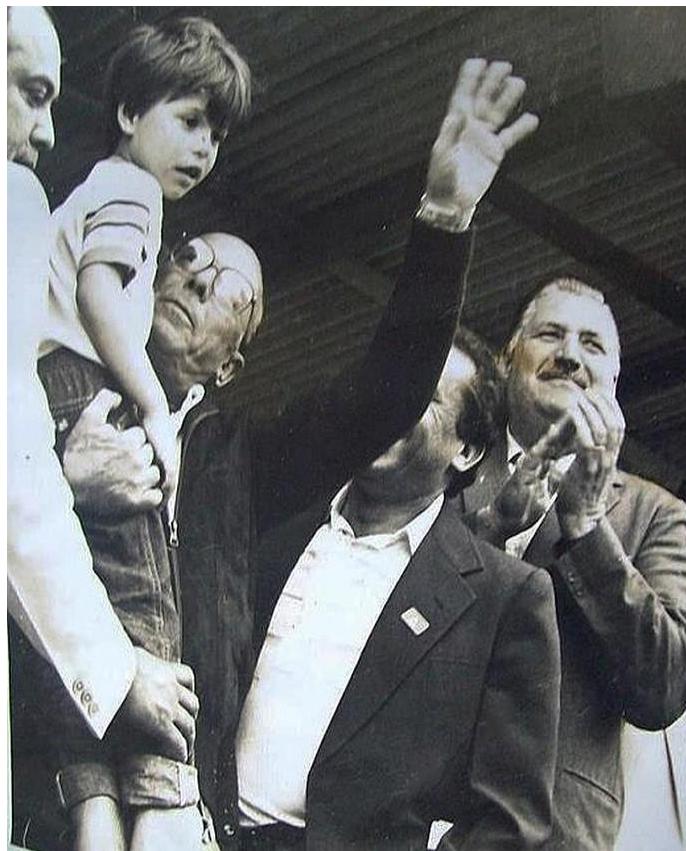
A afirmação de *A Notícia* de que a popularidade era uma marca do governo Figueiredo está em flagrante descompasso com a crônica política da época. Isto porque Figueiredo é lembrando, na comparação entre os generais-presidentes, como aquele que mais tinha ojeriza à presença popular. Uma de suas tantas frases infelizes proferidas em público, que entrou para o anedotário político, foi sua declaração de que preferia cheiro de cavalo ao cheiro de povo¹¹⁷. Uma das tentativas de marketing político no sentido de desconstruir a figura antipática, algo elitista do general, durante a campanha sucessória de Geisel, foi a de chama-lo de *João do povo*. Tal imagem foi logo destruída nas ruas de Florianópolis pelo protesto de 1979.

Em Joinville, em 1982, mostrava-se o contrário. Era ano eleitoral e os candidatos do PDS, o partido do general-presidente, estavam no palanque. Entre os presentes, destaque-se Nilson Bender, Luis Gomes (o Lula), Espíridião Amim, entre outros. O prefeito municipal em exercício do PMDB, Violantino Rodrigues, esteve presente na recepção no aeroporto, mas não esteve no Itaum. O palanque montado no Itaum era palco para o PDS.

¹¹⁶ *A Notícia*, Joinville, 6 de agosto de 1982, p.5.

¹¹⁷ [Folha Online - Brasil - Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo - 02/11/2000 \(uol.com.br\)](http://www1.folha.uol.com.br/Brasil/Figueiredo_disse_que_preferia_o_chheiro_do_cavalo_02112000.html) acessado em 21/07/2023.

Figura 14 - Figueiredo no palanque do Centro Social Urbano do Itaum



Acervo Joinville de Ontem: AN Memória/Jô Inácio¹¹⁸

A chegada do general-presidente no Itaum, a exemplo da recepção no aeroporto, foi marcada pela aproximação com populares, incluindo crianças, como a do menino que aparece no colo de Figueiredo (figura 14). A visita de Figueiredo foi marcada pela recepção com a presença de estudantes e operários.

A presença desses dois atores sociais, operários e estudantes, nas recepções aos generais-presidentes na “Manchester Catarinense” ao longo da ditadura, foi uma constante. Instituições oficiais, públicas ou privadas, garantiram a presença popular nas ruas pela mobilização nas escolas, no comércio, nos sindicatos e nas fábricas.

A questão que se coloca é: como essa presença popular nas ruas deve ser entendida em Joinville? É inegável que a ditadura desfrutou de imensa

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/2UE2BoEh3tbj4Gke/?mibextid=xfxF2i> . Acessado em 07 de janeiro de 2023.

popularidade na cidade, mas a presença popular nas ruas deve ser entendida como a expressão de adesão espontânea ou unanimidade?

Em estudo que analisou as festas de comemorações da Independência durante a ditadura militar brasileira, a historiadora brasiliense, Maud Chirio, chamou a atenção para a “obsessão” por parte do governo militar em dar densidade popular às festividades a partir de 1969, embora entre os opositores do regime, tenha se construído uma memória, sobretudo na década 1980, de que tais festividades seriam imposições da ditadura e que a popularidade não era real.

Chirio elencou alguns critérios que poderiam aferir a popularidade das festas da Independência. Tal apreciação é oportuna para compreendermos um pouco melhor a presença popular nas recepções aos generais-presidentes em Joinville. Segundo Chirio, para “apreender a percepção das festividades pela população” seria preciso “distinguir as seguintes formas de popularização: a popularidade suscitada (graças à transformação das cerimônias em espetáculo), a popularidade simulada e a popularidade real” (CHIRIO apud CORDEIRO, 2012, p. 94-95).

Sobre as visitas dos generais-presidentes é difundida uma memória estudantil em Joinville que se assenta em suportes como as bandeirinhas acenadas pelos estudantes na passagem das comitivas. Essa é uma lembrança comum em grupo que reúne perfis pessoais de uma rede social, intitulado *Joinville de Ontem*.

O grupo *Joinville de Ontem* é uma página do facebook que existe há mais de uma década e conta com cerca de 65 mil membros, é uma espécie de “comunidade nostálgica” como destacou Diego Machado. O grupo funciona como uma espécie de almanaque de pequenos recortes sobre o passado da cidade: um espaço virtual que busca estimular o apreço pelo passado da cidade por meio de fotografias, recortes de jornais, vídeos, entre outros (MACHADO, 2018, p. 25-26).

Embora, como assinala Machado, muitas das lembranças evocadas no grupo *Joinville de Ontem* sejam de “passados palatáveis, sem margens para

desconfortos e grandes celeumas de ordem política e social”, de vez em quando aparece algo relacionado à cidade e à ditadura militar.

As fotografias das visitas dos generais-presidentes geralmente são acompanhadas por lembranças afetivas, emolduradas por sentenças como “aquele sim era um tempo bom”, mas também por lembranças que evidenciam certa *distância entre intenção e gesto*. Ao relembrar o gesto das bandeirinhas acenadas, uma ex-estudante emprega o verbo no imperativo: “tivemos” que recepcionar o presidente com bandeirinhas. Outra ex-estudante da Escola Básica Giovani Pasqualini Faraco, corrobora: “Estive lá. A escola obrigava a gente a acenar com bandeirinhas do Brasil”.

É difícil apreender através da presença de populares em eventos envolvendo a ditadura em Joinville o que havia de popularidade real e os elementos de simulação que integravam esses cortejos, uma vez que a presença do operariado e da massa estudantil era garantida por mecanismos que tornavam a participação “obrigatória”, o que acabava por emoldurar uma aparência de popularidade do regime.

Por outro lado, podemos observar que esforços foram empreendidos em Joinville para suscitar a popularidade do regime durante anos. As elites da “Manchester Catarinense”, sobretudo através da imprensa, procuraram plasmar ao longo da ditadura uma identificação da população da cidade com os militares. A imprensa, porta voz do empresariado, manteve viva a memória da “Revolução de 1964” em suas páginas. Os aniversários da Revolução eram celebrados nas escolas e nas fábricas e clubes de serviços. Ritos litúrgicos foram instrumentalizados por aqueles que legitimaram e deram sustentação ao regime de 1964. Setores fabris e obras públicas foram inaugurados em datas do 31 de março como ganhos da Revolução. Negar a popularidade da ditadura em Joinville seria subestimar o discurso competente do braço civil do regime na cidade.

2.2 UNIÃO CÍVICA FEMININA JOINVILENSE

A UCF (União Cívica Feminina) foi um dos atores ligados às redes de sustentação da ditadura em Joinville e parte fundamental da construção das

formas de aparição do poder ditatorial na cidade. A entidade esteve presente nas recepções aos generais-presidentes, em atividades de rememoração ao golpe no 13º BC ou de civismos em estabelecimentos educacionais. Foram 18 anos de existência organizada, instalada em sede própria. Organizações femininas como essa, em que a participação de mulheres com finalidades políticas representavam uma novidade, visavam provocar impacto sobretudo na opinião da classe média (SKIDMORE, 1988, p. 30).

Boa parte dessas entidades femininas possuía ligação com o IPES, cujo papel fundamental foi o de coordenar a ação cívica dos setores oposicionistas ao governo Jango. As três organizações femininas mais importantes da classe média que surgiram na década de 1960 foram: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina (UCF) e a Liga de Mulheres Democráticas (LIMDE). No geral, o IPES foi responsável por financiar e orientar politicamente essas entidades que se espalharam por diversas cidades brasileiras (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 281).

O grupo de Joinville era composto predominantemente por mulheres casadas, identificadas profissionalmente como “do lar”. Ao longo de sua trajetória, a entidade foi composta por um grupo de mulheres de classe média mobilizadas pela defesa de valores tradicionais como propriedade, religião e família. O grupo era composto por professoras, esposas de políticos e empresários da cidade.

A mobilização da classe média foi um dos fatores decisivos no golpe de 1964. Para Otavio Ianni (1975), a classe média foi o segmento social que respondeu de forma mais dócil às soluções autoritárias para as sucessivas crises que precederam o golpe de 1964. Isto porque já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo. Manifestações políticas de massa em boa parte catalisadas pelo lacerdismo, janismo e ademarismo são reveladores dessas ligações com os setores médios da sociedade.

A participação política dos setores médios estava relacionada com o aumento progressivo de seus estratos na sociedade brasileira, sobretudo, pela expansão do setor terciário, multiplicado pelo fenômeno da urbanização e industrialização. As oportunidades nos setores de serviços, burocracia pública, civil e militar produziram sensíveis mudanças no crescimento da classe média.

Com o universo cultural impregnado de valores da classe dominante, sobretudo através de paradigmas difundidos pelo cinema, televisão, jornais e revistas, os setores médios tornam-se importantes segmentos de manobras políticas (IANNI, 1975, 129-135).

Ademais: à medida que cresciam em número, aumentavam também suas aspirações. Suas ambições econômicas e políticas entravam em descompasso com a participação na renda nacional, insuficiente para atender suas expectativas. A inflação, bem como a elevação dos salários mínimos de trabalhadores da indústria estariam colocando a classe média em condições de inferioridade. Soluções autoritárias que colocassem freios nas ambições da massa operária e seus representantes, tornaram-se, naquele contexto, altamente bem-vindas.

As mulheres joinvilense estavam situadas entre os estratos da chamada elite local e os setores médios, esposas e parentes diretos de industriais, políticos e profissionais liberais. Os sobrenomes da maioria das primeiras sócias fundadoras soam familiares aos joinvilenses: Marilú Colin, Vera M. Schmidt, Ivete Bornhausen, Ruth Buschle, Edla F. Jordan, Thea Meyer, Iris Silveira Monich, Elisabeth K. Bender, Helga de Loyola, Margit B. Wetzel, Mariza R. Schmidt, Maria Irma G. Karmann, Herondina P. Virmond, Marina Moreira Braga, Arlete S. Moeller, Maria Carola Keller, Beatriz Wetzel, Consuelo Moreira, Maria Zulma S. Moreira, Zulma Freissler, Hilda G. Meyer, Nora de O. J. Langsch, Nice Cordts, Silvia de O. Weber, Marga B. Metz, Myrta Berg, Zeila Wippel, Nany C. Keller, Lady G. Dória, Ilse L. Urban, , Isair M. da Silva, Nadir S. Enke, Maria C. Krause, Hilda de A. Pilla, Regina C. Zimath, Annette G. Neves, Silvia Grossenbacher, Guiomar B. Ferreira, Diahyr C. Salomão, Irmgard Vogelsanger, Vera L. Lindner, Lea da S. Jardim, Dora J. Baptista, Olivia M. Mazzolli, Irma T. Schmitt, Irma Gadoti, Erica B. Gonçalves.¹¹⁹

A entidade encontrou pontos de contato em Joinville a partir de sua sede, em São Paulo, por meio de uma articulação com a unidade de Curitiba no início de 1964. Em 29 de janeiro, o diário *A Notícia*, informava a articulação para fundar a sede regional da UCF em Joinville, cujo objetivo seria combater a “revolução

¹¹⁹ *A Notícia*, Joinville, 23 de abril de 1964, p. 3.

social, preparada e pregada abertamente pelos comunistas". Estiveram na cidade, discutindo pormenores da fundação da entidade, inclusive a possibilidade da UCF em Joinville tornar-se sede em Santa Catarina, a Conselheira da UCF de São Paulo, Maria Paula Caetano da Silva e as representantes de Curitiba, Dalila de Castro Lacerda e Maria Aparecida Puppi. Segundo a fala da Conselheira paulista, reproduzida por *A Notícia*:

Nesta altura dos acontecimentos, a situação não admite mais meios termos, e seria lamentável a ausência da mulher joinvilense (...) Seria de lastimar se a mulher joinvilense não demonstrasse capacidade de iniciativa, persistência e conhecimento da gravidade da situação, suficientes por merecer esta distinção de poder e desta forma contribuir eficazmente para oferecer a estes maus brasileiros uma reação em nosso Estado, da qual futuramente os seus filhos se possam orgulhar.¹²⁰

A entidade foi oficialmente fundada em 11 de abril de 1964, mas vinha empreendendo ações desde fevereiro, como a já mencionada agenda de conferências anticomunistas com a "exilada cubana", professora Nélida Garmendía. Como havia sido recentemente fundada, o convite para que os joinvilenses participassem da marcha foi mediado pelo prefeito com todo apoio da imprensa e das elites locais.

Nos dias 21, 22, 23 e 24 o jornal *A Notícia* publicou o convite do prefeito Helmut Fallgatter, conclamando a todo o povo da cidade a participar da marcha. Solicitava-se ainda que as indústrias, o comércio, os bancos e repartições públicas liberassem do ponto de trabalho seus funcionários para se concentrarem na Praça da Bandeira às 16:30 horas do dia 24 de abril, sexta-feira.

A concentração de blocos e pelotões iniciou-se antes do horário previsto. Às 17 horas, operários, estudantes, sindicatos, igrejas, trabalhadores do comércio, empresários e políticos, organizados com faixas que faziam alusão às Forças Armadas, marcharam pelas ruas XV de Novembro, 9 de Março, Rua do Príncipe e Ministro Calógeras, seguindo até 13º Batalhão de Caçadores. Em frente à unidade do exército aguardavam o Comandante Cel. Remo Rocha e a oficialidade. No pátio do quartel, aguardavam o batalhão em formação. Ruas e calçadas foram tomadas pela marcha. No trajeto, aviões do Aeroclube de

¹²⁰ *A Notícia*, Joinville, 29 de janeiro de 1964, p. 3.

Joinville fizeram manobras, lançando impressos de saudações as Forças Armadas brasileiras.

A multidão de cerca de 45 mil pessoas, segundo estimativas da imprensa, reunida no pátio do quartel e adjacências, ouviu os pronunciamentos do prefeito municipal Helmut Fallgatter, do bispo diocesano, Dom Gregório Warmeling e do pastor luterano, Hans Buerger, que falou em nome dos evangélicos, representados pelas igrejas Luterana, Batista, Presbiteriana e Assembleia de Deus. A marcha em Joinville, portanto, teve um caráter ecumênico, reunindo cristãos de diferentes vertentes confessionais.

Além das autoridade civis e religiosas discursou também o comandante do 13º BC. As mensagens reproduzidas na imprensa celebraram os valores da família, da liberdade e da democracia. Após os oradores fazerem uso da palavra, o comandante pediu para que as pessoas se postassem ao lado de fora do pátio do quartel para assistir um desfile do batalhão. Nas palavras do Cel. Remo Rocha, uma demonstração do entusiasmo com que aquele quartel iria “para as trincheiras para defender a causa da Democracia”.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Joinville foi noticiada pela imprensa e periódicos fabris nos dias que seguiram à sua realização, como empolgante manifestação popular que repudiou o comunismo e louvou as Forças Armadas pela salvação nacional.

Figura 15 - Marcha de operários e entidades sindicais em abril de 1964



Acervo do Arquivo Histórico de Joinville: *Correio da Tupy* 14 de junho de 1964, p. 6

Não foi um movimento exclusivo de Joinville, é verdade. Essas marchas ganharam abrangência nacional. Segundo Aline Presot (2010), que estudou o conjunto dessas manifestações em diversas cidades brasileiras, as marchas articularam um verdadeiro movimento de “celebração da revolução” país afora.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Joinville teve esse caráter de triunfo do golpe e significou ainda um marco na fundação da União Cívica Feminina, bem como do apoio irrestrito que receberia das elites joinvilenses nos anos em que a entidade atuaria na cidade.

Outra ação promovida pela UCF na cidade, logo após o golpe, foi a campanha denominada “Ouro de Joinville para o Brasil”. Esta campanha era mais uma iniciativa de abrangência nacional, neste caso encabeçada pelos *Diários Associados*, corporação à qual, como apontado anteriormente, fazia parte o *Jornal de Joinville*. Apesar do caráter nacional, a campanha ganhou alguns tons locais.

Foi organizada na cidade pela UCF entre maio e julho. Diversos recibos (figura 16) emitidos pela União Cívica foram compartilhados no grupo memorialista, *Joinville de Ontem*.¹²¹ A campanha visava a solidariedade com o novo governo do Marechal Castelo Branco, recentemente empossado. Por meio da ação denominada “Movimento Cívico Patriótico”, as senhoras joinvilenses instigaram a população a entregar alianças, joias e dinheiro para contribuir com o trabalho da “reconstrução nacional” a cargo do “Governo Revolucionário”. Toda arrecadação da campanha foi depositada em um banco da cidade.

¹²¹ <https://www.facebook.com/groups/1409744949277019/search/?q=ouro%20pelo%20brasil>. Acessado em 27 de novembro de 2023.

Figura 16 - Recibo da campanha Ouro de Joinville para o Brasil



Acervo: Joinville de Ontem/ Sandra Lúcia Tanner¹²²

Cinco anos depois, por ocasião da visita do Marechal Costa e Silva a Joinville, a União Cívica Feminina entregou uma petição ao general-presidente referente à campanha. O texto da petição foi publicada na íntegra pela imprensa local:

"Senhor Presidente"

Nós da União Cívica Feminina, entidade que congrega a mulher joinvilense, voltada inteiramente aos princípios e propósitos da Revolução Brasileira, agora mais do que nunca sedimentada pela ação decisiva e patriótica de seu Governo, sentimo-nos honradas em poder dirigirmo-nos à Vossa Excelência, ocasião em que pedimos vênia para tratar do assunto que segue.

Há quase cinco anos, ou seja, desde maio de 1964, encontram-se depositado em banco desta cidade o numerário e o ouro proveniente da campanha "Ouro de Joinville para o Bem do Brasil", campanha essa por nós instituída e que por sua elevada quanto nobre finalidade mereceu apoio e a contribuição espontânea dos cidadãos joinvilenses. (...)

Por isso, valendo-nos do ensejo da sua honrosa visita ao nosso Estado, permitimo-nos a liberdade de pedir a Vossa Excelência que autorize a entrega daqueles valores à CAMPANHA DE FUNDOS PRÓ UNIVERSIDADE NORTE CATARINENSE, sociedade civil sem fito de lucro e que objetiva unicamente a angariação de recursos para custeio das obras da futura Universidade, que reunirá as Faculdades desta progressista região.¹²³

Era a segunda vez que entidade feminina fazia a petição a um chefe de Estado para usar os recursos arrecadados em prol da comunidade joinvilense. Neste caso, para viabilizar a criação da Universidade Norte Catarinense, futura

¹²³ UFC Entregou Memorial ao Presidente Costa e Silva. *A Notícia*, 1 de abril de 1969, p.1.

Univille. Pedido semelhante foi entregue ao Marechal Castelo Branco em sua visita à cidade em 1966, sem sucesso. Costa e Silva também não atendeu ao pedido. Nas visitas de Médici e Geisel não se falou mais nisso.

Quando Costa e Silva assumiu o governo, segundo matéria do *Jornal do Brasil*, o marechal teria ficado surpreso quando descobriu os valores arrecadados pela campanha nacional “Ouro pelo Brasil” que se encontravam então em cofres do Banco do Brasil. A assessoria de imprensa de Costa e Silva afirmou que os recursos seriam empregados em obras educacionais.¹²⁴ Possivelmente, foi com base nessa informação tornada pública que a UCF sustentou seu pedido em prol do fundo “pró Universidade Norte Catarinense”.

Segundo o *Correio da Tupy*, a campanha “Ouro de Joinville para o Brasil” arrecadou a quantia de 6,2 quilos de ouro, 23 milhões de cruzeiros e vultosa quantia em moeda estrangeira: dólar e marco.¹²⁵ Não há conhecimento preciso da quantidade total arrecadada em diversas cidades brasileiras, assim como o emprego dos recursos. Durante as décadas de 1960 e 1970 especulou-se sobre a destinação dos valores. Oficialmente, nunca houve uma prestação de contas sobre o dinheiro arrecadado em 1964.¹²⁶

No início da década de 1970, a Câmara Municipal de Joinville aprovou uma lei que reconhecia a União Cívica Feminina como entidade de “utilidade pública municipal”.¹²⁷ A atuação dessa entidade durante os anos da ditadura em Joinville esteve muito ligada a cultuar a memória de 1964, sobretudo por meio de atividades de cunho educacionais, como a promoção de semanas de civismo nas escolas com apoio das Secretarias de Educação municipal e Estadual. Diários da imprensa local sempre deram visibilidade a ações cívicas realizadas pela entidade feminina joinvilense.

Nas administrações municipais da ARENA, a UCF pôde contar com o apoio direto da professora Iraci Schmidlin, que pertencia à Comissão Nacional de Moral e Civismo, e que ocupou, por dois mandatos consecutivos, a Pasta da

¹²⁴ *Jornal do Brasil*, 24 de março de 1967, p. 14.

¹²⁵ *Correio da Tupy*, Joinville, julho, 1964, p. 8.

¹²⁶ Para algumas das versões sobre o paradeiro dos valores arrecadados pela campanha ver: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/69515/ouro-para-o-bem-do-brasil-campanha-que-arrecadou-u-30-mi-foi-um-grande-estelionato-do-golpe-militar-de-1964>.

Acessado em 26/12/2023.

¹²⁷ JOINVILLE. Lei Nº 1. 171 de 22 de dezembro de 1971.

Educação municipal. Schmidlin foi uma das poucas mulheres da cidade que foi ao Rio de Janeiro receber formação na ESG (Escola Superior de Guerra), tornando-se a principal articuladora da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) em Joinville.

De igual modo, a administração da educação pública na cidade, no âmbito do governo estadual, era ocupada pela professora Jandira D'Ávila. Como titular da 5^a Coordenadoria Regional de Educação, Jandira D'Ávila, integrava também a direção da União Cívica Feminina. De modo que o sistema educacional em Joinville estava bastante sintonizado ao espírito do regime de 1964 e a difusão de seus ideais.

De um agente de proselitismo anticomunista em sua fundação, a UCF voltou suas ações para o civismo nos anos que se seguiram. A mudança de estratégia consolidava o apoio social para a manutenção da ditadura militar. As atividades cívicas educacionais por meio dos símbolos pátrios buscavam formar jovens cumpridores das normas, distastes dos vícios, aptos para o trabalho, além de cumpridores dos valores tradicionais: bons pais, provedores da família e ciosos na criação dos filhos (SOUZA, 2018, p. 393).

A UCF foi um agente que esteve no núcleo central do cortejo de celebrações da instauração do regime e manteve-se como um braço atuante de culto à memória de 1964 na cidade, contando com amplos apoios das elites joinvilenses. Sua atuação é fundamental para compreender a adesão social que o regime catalisou em Joinville, peça fundamental de uma ordem autoritária. Inaugurou suas ações na cidade com uma agenda anticomunista e permaneceu como um conveniente aliado do poder político-econômico local, que teve na participação política da mulher um parceiro integrado.

Para Motta (2002), a inserção dessas entidades com a presença feminina na política brasileira foi uma inovação em nossa tradição política, embora suas propostas não representassem novidade, uma vez que sua mobilização tinha como objetivo fortalecer ideais autoritários, a manutenção da ordem, batendo-se por valores tradicionais como Deus, pátria, família e propriedade (MOTTA, 2002, p. 241).

Criadas entre os anos 1962 e 1964, a maioria dessas entidades femininas extinguiram-se logo após o golpe. Vale ressaltar que União Cívica joinvilense, ao contrário de suas congêneres pais afora, possuiu existência duradoura, cobrindo quase todo o período da ditadura. A UCF deve ser compreendida como um componente importante na estrutura de uma base civil de legitimação e sustentação do regime autoritário na cidade. O regime autoritário no Brasil não teria se sustentado por tantos anos sem uma consistente base civil de apoio.

2.3 OS “LUGARES DE MEMÓRIA” DA DITADURA EM JOINVILLE.

Os engajamentos e adesões, expressos na forma de eventos, visitas, entidades e discursos, constituem um relicário de suportes de memórias que compõem registros do comprometimento e da cumplicidade de integrantes daquela sociedade com o regime autoritário. Esse relicário ocupa espaços sociais na forma de lugares de memória: espaços organizados e consagrados como atos de rememoração e frequentemente com finalidades comemorativas. A categoria de Lugares de Memória, foi proposta originalmente pelo historiador francês Pierre Nora (1993). Dentre as tantas reflexões apontadas por Nora, chama a atenção para como fragmentos de passado sobrevivem em lugares politicamente eleitos, seja de uma memória nacional ou local, permanecendo vivos no presente.

Pensar os lugares de memória em uma cidade como Joinville requer considerar onde tais espaços se situam. Há um sentido bastante comum que preside a compreensão acerca do que seriam os lugares de memória em uma cidade: os espaços públicos criados para depositar acervos e documentações. Estes “lugares” seriam os guardiões de uma “memória” que conta a história local. Essa compreensão normalmente se estabelece através dos sentidos que engendram as palavras: “lugar” e “memória” (GONÇALVES, 2015, p. 16). Assim, os diversos museus existentes numa cidade como Joinville, bem como seu arquivo histórico, em suas conexões com a história da cidade, referenciam o que seriam os seus lugares de memória. Os lugares de memória de uma cidade, no entanto, embora possam estar presentes também nestes espaços, situam-se para além do repositórios, dos espaços de guarda de acervos, encontrando-se igualmente em lugares de sociabilidades, ditos e interditos.

Uma de nossas visitas ao Arquivo Histórico de Joinville em 2018 pode ser ilustrativa do quanto os lugares de memória podem estar alhures, esquecidos, envolvidos por silêncios. Na ocasião, verificamos que havia biombo de uma exposição instalados, porém, cobertos por tecidos pretos.

Fotografamos naquela tarde, a *Carta Mensal* da ACIJ, uma espécie de boletim destinado aos seus associados. O exemplar Nº 135 trazia como destaque de capa, em letras de caixa alta, uma matéria federal sob o título: "IMPORTANTE!"¹²⁸ Tratava-se da reprodução integral do Ato Institucional Nº5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968 e assinado pelo então general-presidente, Arthur da Costa e Silva. O nefasto ato de exceção da ditadura estava completando 50 anos naquela ocasião.

A pretexto desse documento, custodiado pelo arquivo público da cidade, posteriormente, soube-se que a mencionada exposição que aconteceria no arquivo, vinculava-se a esse passado. Tratava-se da rememoração crítica sobre os 50 anos do AI-5, que vinham igualmente acontecendo em diversos espaços, promovidos por variados segmentos da sociedade brasileira em 2018. A exposição no arquivo da cidade porém, não aconteceria. Havia esbarrado em algo como uma interdição do poder público municipal, em especial por alguns de seus conteúdos que lembravam os vínculos do empresariado da cidade com esse passado.¹²⁹

¹²⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE. 135ª *Carta Mensal*. Joinville, 31 de dezembro de 1968.

¹²⁹ Em 2018, a ANPUH foi sediada, pela primeira vez, na Univille. Na ocasião, foi feita uma intervenção no campus universitário como parte de um projeto envolvendo alunos do curso de história da Univille, coordenado por alguns professores do departamento, em parceria com o arquivo histórico. O projeto consistia em uma rememoração crítica sobre os 50 anos do AI-5, tendo como fontes documentais a imprensa de Joinville. A primeira parte do projeto consistiu em expor frases e citações de personagens políticas liberais, conservadoras, assim como de pessoas que foram alvo de repressão durante a ditadura em Joinville. As citações foram expostas em muros e paredes da universidade, através da técnica conhecida como "lambe-lambe". As citações não traziam autoria, eram identificadas apenas com um QR Cod que direcionava para uma página do facebook, levando às informações completas da fonte. A técnica "lambe-lambe" que lembra grafites ou pichações, causou algum desconforto naquele contexto político de 2018, algumas das frases, inclusive, foram vandalizadas em alguns pontos da universidade. Os ataques a intervenção, para além dos atos de vandalismo, desdobraram-se em reclamatórias contra o projeto, que chegou a ser ponto de pauta do Conselho Universitário. A segunda parte da exposição aconteceria no arquivo histórico. Uma das fontes usadas trazia a visita de um general-presidente a Fundição Tupy, o que esbarrou numa espécie de censura da SECOM (Secretaria de Comunicação) do então prefeito-empresário, Udo Döhler, a pretexto de que a exposição visava "falar mal" das empresas de Joinville. Montada, a exposição não chegou a acontecer. Coberta por tecidos pretos, foi retirada do Arquivo Histórico, sem que a culminância do projeto acontecesse.

A interdição da efeméride em um órgão público da cidade, deve ser entendida como mais um indício das permanências desse passado e dos lugares de memória da ditadura que engendram silêncios. Ao mesmo tempo, evidencia um segmento social da cidade pouco disposto a remexer com esse passado. Os silêncios, por outro lado, não conduzem ao esquecimento (Pollack, 1989) nem anulam sua percepção.

A interdição do poder público municipal acerca de uma memória, cuja sombra continua a incidir sobre esse importante ator social no presente, que conviveu bem com a ditadura e o AI-5, precisa ser compreendida sob essa premissa.

Oportunidades políticas proporcionadas por efemérides, potencializam forças capazes de fazer emergir memórias silenciadas, ainda que seja inconveniente aos atores implicados nesse processo, sua emergência na forma de lembranças ou de memória pública. Por outro lado, é do ofício do historiador pôr-se na contracorrente dos “silêncios/esquecimentos” vigiados que visam encobrir-se por vontades e interesses, acima das evidências.

Controvérsias ligadas a passados recentes de autoritarismos em países que atravessaram guerras civis e ditaduras, a exemplo das que se instalaram na América Latina na segunda metade do século XX, tem sido comum. A cadêncio com que conflitos sobre o passado emergem na cena pública, despertando paixões e manifestando seus vínculos presentes, tem sido a toada do que se tornou comum chamar de justiça de transição.

A justiça de transição é movida por uma reação crítica de enfrentamento a um passado autoritário, cuja noção diz respeito a um conjunto de procedimentos jurídicos e políticos que tem como função revelar arbitrariedades cometidas pelo Estado ditatorial, reparar vítimas e criar condições para um pacto nacional fundamentado no direito à memória, a verdade e a justiça. São processos que tanto o Estado quanto a sociedade são confrontados com um legado de desrespeito aos direitos humanos e violências (ARAUJO, 2015, p. 78).

A permanência desses lugares de memórias da ditadura em Joinville tem muito a ver com as especificidade do processo político brasileiro e com o modelo justiça de transição adotado no país. Em diferentes países, monumentos a

ditadores foram derrubados ou tiveram seus nomes apagados de logradouros ou estabelecimentos públicos como parte do processo de reparação às vítimas e de saudar as dívidas com um passado autoritário.

Quadro 2: lugares que referenciam a ditadura de 1964 em Joinville

Rua: Presidente Castelo Branco	Bairro América	1971
Rua: Presidente Costa e Silva	Bairro América	1971
Praça Marechal Castelo Branco	Centro	1968
Grupo Escolar Presidente Arthur da Costa e Silva	Bairro Rio Bonito	1971/1981 ¹³⁰
Grupo Escolar Presidente Castelo Branco	Bairro Boa Vista	1968 ¹³¹
Escola Isolada Municipal 7 de Setembro	Distrito de Pirabeiraba	1969 ¹³²
Escola Estadual Presidente Médici	Bairro Boa Vista	1972 ¹³³
Grupo Escolar Municipal “31 de Março”	Bairro Iririú	1969 ¹³⁴

¹³⁰ Inicialmente chamava-se Escola Municipal Rio Bonito. Em 1971 foi reformada e reinaugurada e através do decreto nº 2482 de 07 de março de 1972, sendo renomeada como *Escola Reunida Municipal Presidente Arthur da Costa e Silva*. Em 03 de junho de 1981 pelo decreto nº 4330 do então prefeito municipal, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), passou a chamar-se *Escola Municipal Presidente Arthur da Costa e Silva*.

¹³¹ Criado pelo decreto nº 1816/68. Passou a ser nomeada como Escola Municipal Presidente Castelo Branco. Ingressou no projeto das escolas cívico-militares no governo Bolsonaro. Com a extinção do projeto em 2023, a gestão do prefeito-empresário Adriano Silva (Novo) vem mantendo-a como escola-cívico-militar.

¹³² Foi criada pelo decreto nº 1860/69 e inaugurada em 31 de março de 1969. Segundo a letra da lei: “ao ensejo do 5º aniversário da Revolução Democrática de 1964, se homenagear àquele histórico acontecimento Cívico Patriótico”. Atualmente chama-se Escola Municipal 7 de Setembro.

¹³³ A escola foi criada por reivindicação da comunidade do Boa Vista em 1972. Para atender a demanda por escolas de 1º Grau, após a visita do general-presidente Medici a cidade em 1971, e inúmeras pedidos da comunidade, a escola passou a funcionar em anexo à Sociedade Bakita das irmãs canonitas no Boa Vista. Em 1973, o terreno pertencente à prefeitura municipal foi doado ao governo do Estado através da lei nº 1280/73 para construção da escola. Até hoje a foto do patrono do estabelecimento escolar figura em um pôster no hall de entrada.

¹³⁴ Foi criada pelo decreto nº 1861/69 e inaugurada em 31 de março de 1969. Foi renomeada em 1990 a pedido da comunidade do Iririú para homenagear um pároco local na gestão do prefeito Luiz Gomes (PDS) através do decreto nº 6.454/90. Mudou-se o nome para Padre Valente Simioni, a mudança não possuía, entretanto, vinculação com políticas de memória.

Área de Instrução Presidente Medici	Bairro Atiradores	
Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva	Bairro Costa e Silva	1970 ¹³⁵
Centro de Educação Infantil Castelo Branco	Bairro Aventureiro	1991

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os lugares de memória da ditadura em Joinville compreendem o conjunto dos referentes que vinculam a cidade a esse passado autoritário referenciado em uma memória nacional com finalidades rememorativas. Alguns de seus signos são mais visíveis, outros menos, mas que continuam a reverenciar e homenagear esse passado.

A eleição dos principais lugares da memória autoritária em Joinville se deram, sobretudo, no auge da ditadura. Com o golpe civil-militar, a UDN, que seria posteriormente abrigada no seio da Arena com o bipartidarismo, lançou Nilson Bender, um diretor-gerente na Fundição Tupy, como prefeito da cidade, sendo sucedido pelo médico Harold Karman. Entre janeiro de 1966 até março de 1973 a cidade foi administrada pelo partido da ditadura, com ampla maioria no legislativo municipal, o que torna compreensível a eleição dos lugares de memória que homenageiam a ditadura de 1964.

Um dos mais evidentes lugares de memória da ditadura na cidade é o do populoso bairro Costa e Silva, na Zona Norte, próximo ao Distrito Industrial. É possivelmente a memória que mais tenha atuado sobre o reconhecimento público de modo a naturalizar o nome do ditador no cotidiano da cidade. Seu nome pode ser lido nas linhas de ônibus, nas placas de trânsito, em nomes de comércios, nos endereços residenciais, nas correspondências de correios.

O bairro Costa e Silva nasceu como um conjunto habitacional de 500 casas, construído pela COMASA (Construtora Comercial e Industrial S/A), empreiteira de Curitiba, responsável por diversos empreendimentos imobiliários

¹³⁵ Inicialmente era conhecida como Vila Comasa 2, com a morte de Costa e Silva o decreto nº 2007/70 de passou a denominar-se *Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva*. Em 1977, na gestão municipal do prefeito Luiz Henrique da Silveira (MDB), a lei nº 1526 estabeleceu seus limites territoriais e a Vila passou a ser chamada de *Bairro Costa e Silva*.

na cidade. Inicialmente, o conjunto residencial era conhecido como Comasa II. Foi inaugurado no dia 1º de maio de 1969, dias após a visita de Costa e Silva a cidade, como uma espécie de “presente” para o trabalhador joinvilense no ano que se celebrava o “5º aniversário da revolução”. Tinha como função, na verdade, prover moradias aos operários da Zona Norte, próximos ao Distrito Industrial.

Após a morte do marechal em 17 de dezembro de 1969, o Comasa II foi Batizado como Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva, por decreto do prefeito Nilson Bender.¹³⁶ O conjunto habitacional em seus primeiros anos após a inauguração, ficou em uma situação de completo abandono. Poucas casas foram adquiridas e habitadas por trabalhadores. A baixa procura para a aquisição dos imóveis mantinha relação com as péssimas condições de acesso ao conjunto residencial e a ausência de infraestrutura básica: ônibus, água, luz, policiamento, entre outros. A baixa ocupação tornaram os imóveis alvos de ações de vandalismos, furtos de pias, fechaduras, torneiras, fio elétricos, entre outros. Alguns dos primeiros compradores, por não conseguirem pagar as prestações, foram a posteriori despejados judicialmente.

Em 1974 já com o acesso à vila em calçamento de paralelepípedo, energia elétrica e uma infraestrutura mínima, as casas foram sendo adquiridas e efetivamente habitadas, com o nascimento do primeiro Conselho de Moradores. Na primeira gestão municipal do prefeito Luiz Henrique da Silveira, a lei nº 1526/77 estabeleceu os limites territoriais e a Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva passou a ser denominada de Bairro Costa e Silva.

O bairro possuía, segundo dados do IBGE de 2020, uma população estimada em 33,8 mil habitantes. Tornou-se um próspero bairro com um consistente comércio, redes de supermercados, farmácias, bancos, escolas, faculdades e todas as demandas de um bairro de classe média.

Em 2017, um coletivo de moradores do bairro, na esteira dos resultados e recomendações da CNV (Comissão Nacional da Verdade) decidiu levantar um

¹³⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. *Decreto N° 2007/70. Orçamento para o Exercício de 1971 e Demais Leis e Decretos do ano de 1970*. Joinville, SC, 17 de janeiro de 1970, p. 59.

debate na cidade sobre a mudança do nome do Bairro.¹³⁷ Segundo os idealizadores, o coletivo visava fomentar junto aos moradores um reflexão sobre o passado ligado ao nome do bairro. Uma das ações empreendidas pelo *Movimento para Mudar o nome do Bairro Costa e Silva*, que teve grande repercussão na cidade, foi a instalação artística 434: *sob o olhar de Costa e Silva* (figura 17), exposta na principal praça do bairro em um dia de sábado. 434 cruzes brancas foram fincadas no gramado e, em mesmo número, cordas com laços que simulavam forcas penduradas nas árvores. Em meio às cruzes, alguns painéis estampavam os olhos do marechal Costa e Silva como se fitassem os transeuntes.

Figura 17 - Instalação: 434 sob o olhar de Costa e Silva



Acervo: Movimento para Mudar o nome do Bairro Costa e Silva/facebook¹³⁸

A instalação artística, em alusão ao número oficial de mortos da ditadura militar brasileira, visava provocar uma fissura através do olhar, atuando sobre a desnaturalização do nome do ditador, na medida que o arrastava para dentro do curso da história, demonstrando a barbárie que seu lugar de memória representava/representa.

Embora o *Movimento* tenha ganhado alguma adesão social, com alguns de seus membros participando de alguns debates na mídia e em fóruns de discussões na cidade entre 2017 e 2018, não teve a aderência necessária entre

¹³⁷ Ver: www.facebook.com/MudaCostaeSilva/ Acessado em 05/06/2023. Ver também: [Movimento quer mudar o nome do bairro Costa e Silva em Joinville - NSC Total](https://www.facebook.com/MovimentoquermudarnomebairroCostaeSilvaemJoinville-NSCTotal/). Acessado em 05/06/2023. Ver ainda: <https://globoplay.globo.com/v/5875535/>

¹³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/pwursvSjz7wcKA1/?mibextid=xfxF2i> . Acessado em 20 de abril de 2023.

os moradores do próprio bairro. As quase cinco décadas de fundação da Vila Residencial Presidente Arthur da Costa e Silva atuaram sobre o reconhecimento público dos moradores e criaram uma identificação afetiva com esse lugar de memória em Joinville. Seu poder simbólico como ato de rememoração reside na força do convencimento de uma suposta irreversibilidade da história.

A eleição desses lugares de memória da ditadura na cidade é um dos sintomas dos vínculos estreitos e alinhamentos explícitos das elites locais com a ditadura de 1964. Possivelmente, mais do que uma afinidade eletiva no auge da ditadura, esses lugares de memória são indícios da permanência desses vínculos que cumprem uma função didática no presente: ensinar-nos quem são os vencedores de 1964.

E os vencedores da história não são reafirmados apenas pela memória de Médici, Castelo ou Costa e Silva na cidade, mas também a das elites locais que venceram em 1964: Helmut Fallgater, Dieter Schmidt e tantos outros, incluindo àqueles que posteriormente se abrigariam no PMDB e que governariam a cidade, como foi o caso de Witch Freitag e mais recentemente, Udo Döhler.

Quadro 3: personalidades, políticos, empresários que nomeiam lugares

Escola Municipal Deputado Lauro Carneiro de Loyola	1970
Rua Deputado Lauro Carneiro de Loyola	*
Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola	*
Rua Prefeito Helmuth Fallgater	*
Escola Estadual Prof. ^a Jandira D'Ávila	*
Escola Municipal Prefeito Baltazar Buschle	*
Rua Prefeito Baltazar Buschle	*
Escola Municipal Prefeito Luiz Gomes	*
Centro de Educação Infantil Prof ^a Teresa Campregher Moreira	*
Centro de Educação Infantil Vice-prefeito Ivan Rodrigues	1978
Escola Estadual Vereador Guilherme Zuege	1979
Conjunto Residencial Adhemar Garcia	1980
Conjunto Residencial Willy Schossland	1982
Rua Willy Schossland	1983
Rua Vereador Curt Alvino Monich	1982
Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	1984
Escola Municipal Prefeito Geraldo Wetzel	1991

* Não encontrada data de nomeação.

Rodovia Hans Dieter Schmidt	1993
Escola Municipal Professor Avelino Marcante	1995
Escola Municipal Vereador Curt Alvino Monich	1998
Viaduto João Hansen Júnior	1999
Avenida Edgar Nelson Meister	1999
Viaduto Norberto Willy Schossland	1999
Escola Municipal Doutor Hans Dieter Schmidt	2001
Escola Estadual Deputado Nagib Zattar	2003
Escola Municipal Prefeito Nilson Bender	2006
Escola Municipal Prof. Sylvio Sniecikovski	2006
Megacentro Prefeito Wittich Freitag	2006
Centro de Educação Infantil Odorico Fortunato	2006
Escola Municipal Prefeito Wittich Freitag	2008
Centro de Educação Infantil Professora Iraci Schmidlin	2008
Centro de Educação Infantil Profª Herondina da Silva Vieira	2008
Centro de Educação Infantil Deputado Pedro Colin	2008

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os nomes de personalidades políticas e empresariais na cidade que nomeiam logradouros e instituições públicas também tem seu espaço na galeria desse passado/presente autoritário, pois foram justamente aqueles que fizeram parte da coalizão vencedora.¹³⁹ O poder político na cidade, a pretexto de homenagear lideranças locais, opera com a memória do vencedor, prestando homenagem a esse passado autoritário. Toda uma elite local permanece na memória joinvilense. Fincada em tijolos, pedras e bronze, a construção desses “lugares”, politicamente eleitos, continuam a referendar esse passado e essas biografias na cidade.

Vale ressaltar que, mesmo prefeitos e outras personalidades que num dado contexto eram de oposição, em algum momento, se alinharam a esse projeto, como é o caso de Luiz Henrique da Silveira (MDB), ajudando a compor essa galeria que povoava a memória joinvilense. De um político de oposição em seu primeiro mandato como prefeito, Luiz Henrique da Silveira passou a ser um figura central ao longo dos anos, alinhando-se às elites da cidade.

Esses lugares de memória eleitos cumprem seu papel de estabelecer “a empatia com o vencedor”, na acepção do pensador judeu-alemão, Walter Benjamin. De sorte que os dominadores do presente “são os herdeiros de todos

¹³⁹ Essas personalidades políticas empresariais abrigavam-se originalmente na UDN ou no PSD. Com advento do bipartidarismo foram abrigadas na ARENA. A maioria permaneceu no partido da ditadura até o fim do bipartidarismo. Outros foram para o PMDB.

os que venceram antes” e “a empatia com o vencedor beneficia, sempre, portanto, esses dominadores” (BENJAMIM, 1987, p. 225).

Os lugares de memória da ditadura em Joinville permanecem pretensiosamente estabelecendo-se no presente como “patrimônio cultural” de todos os seus habitantes, mas cabe ao historiador apontar sua origem, acerca da qual “não pode refletir sem horror”. Os lugares de memória que referenciam esse passado autoritário, são “monumentos a barbárie” tal como afirmou Walter Benjamin, assim como são o passado que eles querem consolidar.

3 A MANCHESTER NA DISTENSÃO AUTORITÁRIA

Os acontecimentos narrados e processos interpretados neste capítulo estabelecem um jogo de escalas (REVEL, 1998) de observação entre Joinville e as relações políticas em âmbito nacional. A cidade era governada por um prefeito de oposição ao regime, Luiz Henrique da Silveira (1977-1982), e o Brasil pelo general-presidente Ernesto Geisel (1974-1978). As interações entre o regional e o nacional conjugam-se em um momento de incertezas políticas que pairavam sobre o país.

Ao observar em perspectiva os primeiros meses de 1974, a ditadura parecia ter vencido todos os seus principais obstáculos. A sociedade estava desmobilizada politicamente como garantia da ordem. A censura havia calado os órgãos de imprensa, até mesmo os mais conservadores. A guerra do aparelho repressivo havia destroçado a esquerda armada. A tortura, institucionalizada nos porões. O assassinato e o desaparecimento ecoavam pela voz dos exilados políticos. A gigantesca máquina de informação, onipresente, vigiava e punia as menores manifestações de inconformismo. A oposição consentida, vitimada por sucessivos expurgos, encontrava-se combalida, atuando em um Congresso que funcionava como instância homologatória do executivo. Nada parecia embaçar a imagem de competência da “Revolução de 1964” que a propaganda governamental esmerava-se em plasmar.

Em agosto de 1974, em um discurso presidencial, Geisel anunciou uma “lenta, gradual e segura” distensão política. Prenunciava-se no horizonte, de acordo com a interpretação contemporânea, seja da imprensa liberal ou da oposição ao regime, uma promessa de retirada dos militares do cenário político e seu retorno aos quartéis. A possibilidade de abrandamento do regime e sua retirada de cena parecia desenhar-se num horizonte de expectativas próximo, na visão mais otimista.

Para Maud Chirio, há uma construção de memória coletiva que favorece o governo de Geisel, este sendo visto como o estadista que desmontou a ditadura, beneficiando-se “amplamente do olhar retrospectivo sobre a transição política” (CHIRIO, 2012, p. 171). Os caminhos da distensão foram truncados, isto porque não havia um projeto político pactuado de retorno à democracia. O

processo de distensão foi marcado muito mais por acidentes eleitorais e pressões vindas do ambiente político e da corporação militar do que propriamente por uma disposição de devolução do poder aos civis a curto prazo (CHIRIO, 2012, p. 173). Nessa perspectiva, menos do que correspondentes a um plano meticulosamente concebido, os caminhos da chamada distensão passaram por desvios e incertezas.

Segundo Chirio, o governo Geisel estava muito mais imbuído da ideia de uma institucionalização dos ideais autoritários presentes em 1964 do que pela democratização e o reestabelecimento de uma ordem jurídica e social que fosse anterior ao golpe. Acontece que os discursos e a conduta do governo não eram tão inteligíveis aos contemporâneos à luz da interpretação que a imprensa liberal e a oposição fazia acerca de uma promessa de distensão. A outorga de uma distensão, em boa parte, improvisada, fez a oposição esperar (CHIRIO, 2012, p. 172-173), reservando para a elite da corporação militar no poder, os rumos e os contornos que garantissem uma saída segura.

De certo modo, o governo de Geisel é revelador da interação entre autoritarismo e horizonte liberal no Brasil. Diante de uma promessa de liberalização lenta de mecanismos institucionais, fez concessões seletivas, aceitando pressões aqui e ali, ao passo que governava o país com a mão sobre o AI-5, fazendo uso de seu arbítrio ao sabor das conveniências políticas, ditando os rumos da distensão. Paradoxalmente, extinto ao final do seu mandato, Geisel havia sido o general-presidente que mais fizera uso do dispositivo¹⁴⁰ de exceção. Com base no AI-5, cassou mandatos parlamentares, demitiu membros do funcionalismo público, aposentou compulsoriamente servidores, suspendeu direitos políticos, promoveu intervenção federal em Rio Branco, capital do Acre¹⁴¹, fechou o congresso, emendou a Constituição, reformou o judiciário,

¹⁴⁰ Hélio Silva contabilizou 65 usos do AI-5 feitos pelo governo Geisel. SILVA Hélio. História da República Brasileira. O Governo Geisel. São Paulo: Editora Três, 1988, p. 127-130.

¹⁴¹ BRASIL. Decreto nº 75626, de 18 de abril de 1975. Disponível em: [Diário das leis - DECRETA INTERVENÇÃO FEDERAL NO MUNICIPIO DE RIO BRANCO, ESTADO DO ACRE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. \(diariodasleis.com.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_atores/decres/75626.htm). Acessado em 14/09/2023. A intervenção foi motivada pela recusa do legislativo, que por três vezes, recusou dar posse ao prefeito. A intervenção federal permaneceu até 29 de junho de 1977, quando Geisel novamente usou o AI-5 para revogar o decreto.

despejou sobre o congresso o Pacote de Abril e investiu em estratégias de contenção do avanço da oposição.

Joinville era governada por Luiz Henrique da Silveira (MDB), vitorioso nas eleições de 1976. O novo prefeito havia deixado o cargo de deputado federal para o qual havia sido eleito em 1974. Sua rápida ascensão era indicativa da importância que o partido da oposição consentida havia conquistado ao aceitar as regras do regime e ter se apresentado como a única alternativa possível de contestação. Joinville era governada pela oposição desde 1973, quando o MDB saiu vitorioso numa eleição que a ARENA estava dividida em três sublegendas. O partido da oposição levou a melhor, colocando na administração municipal o coronel reformado do exército, Pedro Ivo Campos.

Luiz Henrique da Silveira, sucessivamente eleito com base no maior colégio eleitoral de Santa Catarina em dois pleitos, de 1974 e 1976, aproveitou muito bem o contexto que surpreendeu a ditadura pelo avanço do oposicionismo no país. Contudo, no dia primeiro de abril de 1977, foi a vez dos mais otimistas sobre a promessa de democratização serem surpreendidos, quando Geisel decretou o recesso parlamentar por tempo indeterminado, ao fazer uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional.¹⁴² A medida autoritária era a resposta mais contundente de seu governo a tentar impor sua concepção de “democracia relativa” por meio de uma reforma política, retardando os anseios da oposição.

A oposição tinha razões a temer, afinal, não seria o primeiro entre os generais-presidentes a acenar inicialmente para um processo de liberalização e, por fim, o regime acabava fechando-se. No início de seu mandato circularam boatos sobre um possível retorno da onda cassações parlamentares. Desde os primeiros dias de seu governo Geisel havia dado demonstração de força, quando o deputado Francisco Pinto (MDB-PB), em discurso na tribuna da Câmara, criticou o general Pinochet, presente na posse de Geisel. Quatro dias após, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, representou contra o deputado da oposição através da Procuradoria Geral da República. O STF (Supremo Tribunal Federal) foi acionado e condenou o parlamentar a seis meses de prisão. Foi cassado. Foi a única cassação para a qual Geisel não recorreu ao AI-5, possivelmente por

¹⁴² BRASIL. *Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-102-77.htm. Acessado em 14/09/2023.

não convir usá-lo como ato inaugural de seu governo. Todas as demais cassações parlamentares ocorreriam através do dispositivo de exceção na mão do general-presidente. A quantidade e a frequência com que o governo fez uso de medidas de exceção até 1977, trouxe para o ambiente político, uma forte dose de ceticismo, pois a liberalização e abertura, sob alguns ângulos, pareciam recuar, e a oposição, que no início do governo fora condescendente, muda de postura, passando a ser combativa após 1977.

Do lado de dentro da engrenagem militar, Geisel vinha lidando com os excessos de autonomia que a máquina repressiva havia adquirido desde o governo Costa e Silva. É do aparelho repressivo do Estado que viria a mais contundente reação ao processo de abertura política. Os grupos da direita radical militar, movidos pela obsessão anticomunista e pela manutenção e permanência da máquina repressiva, tornam-se o calcanhar de Aquiles nos caminhos da distensão, encontrando na figura do general Silvio Frota, Ministro do Exército, sua representação.

Para a direita radical, a “revolução de 1964” possuía um caráter redentor nacional e tratava-se de uma obra coletiva da instituição militar. Essa minoria radical, encastelada na máquina repressiva, enxergava-se como combatentes da ameaça contrarrevolucionária que punha em cheque a obra redentora de 1964.

A direita radical panfletária destilou inicialmente seu ódio ao Chefe de Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, principal articulador político do governo e visto como o artífice do jogo da abertura. Para o núcleo radical da direita militar, Golbery representava o mal do ambiente palaciano: corrupto, amoral, amigo dos comunistas e principal traidor da revolução. Geisel, por sua vez, era tão somente o “colonão crente”¹⁴³ e ingênuo, manipulado pela raposa do Gabinete Civil. Visto inicialmente como vítima, paulatinamente Geisel foi transformado em membro da quadrilha de “traidores da Revolução de Março de 1964”.

¹⁴³ A expressão pejorativa que remete as origens protestantes e alemãs de Geisel aparece em um panfleto de 1976 escrito por membros do Centro de Informação do Exército citado Chirio. Ver: CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

O extermínio da luta armada das esquerdas revolucionárias durante o Governo Médici não significou o fim da ameaça subversiva para a direita radical. Destroçada a luta armada, o foco virou contra o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que atuava na clandestinidade, mas também entidades tidas como lócus de infiltração do comunismo internacional: a imprensa, o clero progressista, o movimento estudantil e o MDB. A perspectiva da direita radical era de que a estratégia do comunismo internacional teria mudado: a conquista do poder não seria mais através da luta armada, mas por formas pacíficas de dominação, minando e corroendo as estruturas.

Durante o período da abertura política e o ressurgimento da sociedade civil organizada, a direita radical militar impetrou diversas ações contra entidades e pessoas. Desde os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI, no II Exército em São Paulo, e a consequente exoneração do general Ednardo D'Ávila de Mello, houve uma radicalização de ações terroristas que teve início em meados de 1976. A partir do segundo semestre houve o caso das bombas na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), todos reivindicados por grupos militares anticomunistas. Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ), que denunciava “os esquadrões da morte” foi sequestrado, espancado e abandonado nu à beira de uma estrada com o corpo coberto de tinta vermelha, seu carro foi explodido em frente à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Na mesma data do sequestro do bispo, uma bomba explodiu na casa do jornalista, Roberto Marinho, da rede Globo. No mês de novembro e dezembro bombas explodiram no semanário *Opinião* e na *Editora Civilização Brasileira*. O ano terminou com o episódio conhecido como “Chacina da Lapa” em que três militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) foram metralhados numa casa sem aviso prévio ou pedido de rendição.

O contundente confronto com a facção radical da corporação militar, deu-se através da destituição do Ministro da Guerra, Silvio Frota, principal adversário da continuidade do processo de abertura política, que representava a candidatura de João Batista Figueiredo, o Chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação).

As ações da “tigrada”, expressão largamente empregada por Gaspari em sua obra¹⁴⁴, intensificaram-se ainda mais após a demissão do Ministro da Guerra, em outubro de 1977. Geisel remanejou diversas posições de comando após a demissão do ministro, mas não foi suficiente para desmobilizar o núcleo radical. Trocava-se as peças de lugar, mas a engrenagem continuava funcionando. No ano de 1978, Gaspari contabilizou ao menos 26 bombas em diversas cidades brasileiras (GASPARI, 2016, p.390). Nos primeiros anos do governo Figueiredo foram outras dezenas. Os ataques no geral eram contra redações da imprensa, bancas de jornais, igrejas, residências, diretórios estudantis, teatros, entre outros. Sabia-se de onde partiam essas ações, mas as comunidades de informações trabalhavam em benefício da direita radical e os crimes não eram desvendados (GASPARI, 2016, p.109). O atentado Riocentro de 1981, no entanto, expôs a farsa do IMPs dos aparelhos de informação e a desmoralização pública final da máquina repressiva. A bomba explodiu acidentalmente no colo de um militar no dentro de um puma do DOI, no estacionamento do Riocentro, onde ocorria um show alusivo ao 1º de maio, mantando o sargento e ferindo gravemente o capitão envolvidos na operação.

A autonomia que o aparelho repressivo havia adquirido e a impunidade dos crimes praticados pela “tigrada” nos porões, funcionaram durante o período da abertura política como ingrediente que fermentava a massa da direita radical no seio da oficialidade.

Interagindo com tais relações, o que compreende a temporalidade da distensão e seus estritos limites, entre maio de 1977 e fevereiro de 1978, a “Manchester catarinense” vivenciou o encadeamento de uma série de incêndios consumados e outras tantas tentativas. O acontecimento intempestivo se abateu sobre a cidade de Joinville, contrariando a imagem de uma ordem monolítica.

¹⁴⁴ Utilizamos Gaspari como referência em algumas passagens desse capítulo, mas também como fonte. Para escrever sua obra em 5 volumes de aproximadamente 2000 páginas, o jornalista Elio Gaspari teve acesso a uma documentação privilegiada, compondo grande números de arquivos e longas entrevistas. No geral a obra de Gaspari propõe uma interpretação sobre o golpe e a ditadura que não deve ser acolhida acriticamente. Boa parte de suas teses tem sido consideradas revisionistas ou simplistas por historiadores, o que não quer dizer que se deva deitar fora “o bebe com a agua do banho”. Cabe a historiografia acolher a escrita jornalística criticamente sem desmerecer sua contribuição para a vasta literatura sobre a ditadura produzida no Brasil nas últimas décadas.

Fábricas, estabelecimentos comerciais, igrejas e escolas foram queimadas misteriosamente. O tempo da distensão aparece na forma de grandes incertezas políticas, oferecendo possibilidades a grupo radicais contrários a qualquer processo de negociação com as oposições, especialmente com a esquerda, e que passaram a agir de diferentes modos em diversas cidades brasileiras.

3.1 EIS QUE INCENDIARAM A CIDADE

Insistentes telefonemas anônimos foram atendidos em estabelecimentos comerciais, industriais e jornais de Joinville entre 20 e 21 de dezembro de 1977. Do outro lado da linha, uma voz masculina dizia: “no natal a cidade de Joinville arderá em chamas”. Poderiam ser tão somente a aplicação de “trotos telefônicos”. Mas, algo parecia estar fora da ordem. Edifícios e espaços da cidade, dos mais variados, passaram efetivamente a ser alvos de incêndios criminosos ao final daquele ano.

Carlos Heitor Cony¹⁴⁵ relembrou em crônica da época que não era a primeira vez que uma cidade seria alvo de um incendiário. Um louco havia incendiado a biblioteca de Alexandria, queimando um dos mais ricos acervos da antiguidade clássica. Outro havia tentado incender o Templo de Artemísia, em Éfeso. E mais: um imperador romano teria promovido notável espetáculo pirotécnico, ao incender uma área da capital do império para construir um luxuoso complexo palaciano na região central da cidade.

Quem estaria incendiando a cidade e suas razões? Esta indagação se constituiu em enorme desafio para autoridades políticas, econômicas, militares, setores de segurança pública e, sobretudo, para a população de Joinville. Durante 7 meses a cidade da ordem foi assombrada pela sirene dos bombeiros e o rolo de fumaça escura, anunciando novo incêndio. Ninguém ficou indiferente ao assunto. O cotidiano de Joinville foi afetado pelo impetuoso acontecimento.

As autoridades locais não conseguiam desvendar a trama incendiária. Foi assim que a “Manchester Catarinense” atraiu um contundente aparato repressivo. Diversos opalas escuros do DOPS (Departamento de Ordem Política

¹⁴⁵ CONY, Carlos Heitor. O mistério é fogo. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 26, ed. 1350, p. 20-23, 1978.

e Social) de Santa Catarina passaram a circular pelas ruas da cidade diariamente. Houve um recrudescimento no número de *blitzen* em pontos estratégicos. Promoveu-se verdadeira operação de caça aos possíveis responsáveis pelos sinistros. A lógica da suspeição estabeleceu-se de modo irreversível entre os habitantes da cidade. Todos eram suspeitos. Do transeunte parado, a olhar detidamente para uma empresa, a quem procurasse um posto de combustível para comprar gasolina em recipiente avulso. Dos menores contraventores ao motorista de taxi. Do desempregado em busca de trabalho ao viajante hospedado no hotel. Dezenas de pessoas suspeitas eram detidas semanalmente.

As forças repressivas instaladas na “Manchester” mobilizaram, além da Secretaria de Segurança e Informações do Estado de Santa Catarina por meio das polícias estaduais, da Superintendência Regional da Polícia Federal, de técnicos da polícia especializada do Rio de Janeiro e, no momento de maior expansão do policiamento, de investigadores do DOPS paulista, que integraram o QG na cidade.

O primeiro estabelecimento incendiado com grandes perdas materiais foi o ISPERE (Instituto Pedagógico de Reabilitação do Menor). A instituição era uma clínica-escola destinada a menores abandonados e excepcionais. Igrejas, colégios, automóveis, mas sobretudo estabelecimentos comerciais e industriais, tornaram-se alvo do(s) incendiário(s).

Boa parte dos incêndios seguiam um padrão: eram efetuados nas quartas-feiras e domingos à tarde, durante o jogo do JEC (Joinville Esporte Clube). Sempre que havia jogo de futebol do Joinville Esporte Clube (JEC), criava-se uma expectativa apreensiva sobre nova ocorrência. O depósito da Malharia Manz foi incinerado enquanto acontecia o jogo entre JEC e Confiança. A Companhia Wetzel Industrial ardeu em chamas durante o jogo Joinville e Maringá. A Vidraçaria XV queimou enquanto o Joinville jogava com o Vasco da Gama.¹⁴⁶

¹⁴⁶ Joinville continua em Estado de Emergência. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau, 21 de dezembro de 1977. Recorte s/p. FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Ver: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf

O Quadro 4 enumera por ordem cronológica, com base na documentação consultada, os incêndios e estabelecimentos atingidos pelos incêndios.

Quadro 4: Incêndios em Joinville

DATA	DIA DA SEMANA	HORA	ESTABELECIMENTO
02/05/1977	Quinta-feira	22:35	Prédio Velho
16/05/1977	Quinta-feira	15:00	Mayerle Boonekamp
29/06/1977	Quarta-feira	20:30	Prédio Velho
06/07/1977	Quinta-feira	22:30	Depósito da Tupy
02/08/1977	Terça-feira	18:45	Rancho Velho
18/09/1977	Domingo	21:40	Depósito de Papelão Stein
25/09/1977	Domingo	22:55	Lojas May Construções
16/10/1977	Domingo	16:55	ISPERE
19/10/1977	Quarta-feira	21:45	Henrique Eggert (residência)
21/10/1977	Sexta-feira	02:04	Hotel Tannenhof
23/10/1977	Domingo	01:00	Grupo Escolar João Colin
23/10/1977	Domingo	15:12	Imobiliária Stein S/A
05/11/1977	Domingo	02:30	Automóvel Residência
08/11/1977	Terça-feira	10:29	Residência de W. Schubert
11/11/1977	Terça-feira	01:07	Sagrado Coração de Jesus
20/11/1977	Domingo	01:02	Petisqueira Pinheiro
20/11/1977	Domingo	02:29	Edifício Natalie
27/11/1977	Domingo	15:30	Wetzel Industrial
01/12/1977	Terça-feira	04:30	Jardim de Infância B. Pastor
01/12/1977	Terça-feira	02:00	Bar do Sombra
07/12/1977			Papelaria Record
11/12/1977	Domingo		Malhas Matric S/A
11/12/1977	Domingo	...	Malharia Manz
11/12/1977	Domingo	...	Tricotagem Alfredo M.
14/12/1977	Quarta-feira	24:00	Carrocerias Shumacher
18/12/1977	Domingo	02: 15	Colégio D. Pedro II
18/12/1977	Domingo	16:35	Vidraçaria XV
07/01/1978	Sexta-feira	03:15	Cesita
08/01/1978	Sábado	17:30	Richilin
15/01/1978	Sábado	16:00	Catedral
19/01/1978	Quarta-feira	15:20	Grupo Escolar João Colin
22/01/1978	Sábado	14:00	Igreja Sagrado Coração de Jesus
01/02/1978			Quimidrol- Industria, comércio

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A cidade entrou no radar da imprensa nacional. O repórter Mairo Cavalheiro, da revista *Manchete*, descreveu assim sua chegada a Joinville para cobrir a pauta dos incêndios:

"Há vaga." Seria um simples anúncio, tão comum em qualquer cidade brasileira, se não estivesse afixado logo abaixo do letreiro da sede da Guarda Urbana de Joinville. Ali, aquele anúncio tão simples assume tons de uma dramaticidade até recentemente inconcebível. Na BR-101, pouco antes da entrada do polo industrial de Santa Catarina, existe um outro cartaz que, nestes dias, assume ar de humor negro: **Cidade Feliz**. Esta felicidade passou a ser abalada quando, a partir de outubro, começaram a surgir incêndios nos locais mais variados- de origem criminosa. Entre inúmeros boatos, diversas histórias e incontáveis versões, Joinville, a cidade que também é conhecida como "das flores", só vive em torno de um assunto. O terror dos incêndios.¹⁴⁷

O texto destaca a oferta do número de vagas de vigilantes. Havia demanda não somente para a Guarda Urbana, mas para ampliação das guardas fabris. A fábrica de geladeiras, Consul, por exemplo, triplicou o número de vigilantes e intensificou o sistema de iluminação no seu entorno, instalando lâmpadas a cada 50 metros. Torres de observação foram levantadas em fábricas e vigiadas 24 horas. Muros foram erguidos a alturas superiores a três metros, janelas foram cimentadas, a exemplo da fábrica de meias Centauro. A reportagem de *Manchete* prossegue:

Ninguém sabe quem deu ordem de "queima" contra a cidade de Joinville, SC, nem quem está seguindo. Mas, na realidade, 13 empresas do bucólico município de 250.000 habitantes pegaram fogo sem explicação aparente. Nos últimos meses, até os famosos jardins locais estão cercados de guardas. E a maioria das pessoas prefere ficar em casa à noite (...) O Nero ou os neros continuam não identificados e o pânico da população é tão visível que (...) os empresários começam a se armar por conta própria. Alguns deles têm verdadeiros arsenais particulares, como é o caso do sr. Walter Schumancer, proprietário da Fábrica de Trailers e Carrocerias (parcialmente incendiada) que anda sempre com sua Winchester de seis tiros, disposto a se defender a todo custo.¹⁴⁸

Diante da tensão, houve vertiginoso crescimento na venda de armas de fogo em Joinville. Operários foram recrutados de seus postos de trabalho e treinados para exercer funções de segurança em fábricas. Segundo o chefe de segurança da fábrica da Consul na época, Lothar Eckhoff, a unidade do exército

¹⁴⁷ CAVALHEIRO, Mairo. Joinville, uma cidade em pânico. *Manchete*, Ano 26, ed. 1342, p. 108-110, 1978.

¹⁴⁸ *Id.*

na cidade era quem treinava os vigias e mantinha o controle das armas utilizadas: “tudo era registrado oficialmente”, assegura.¹⁴⁹

Carlos Heitor Cony foi enviado a Joinville como repórter investigativo. Cony iniciou sua crônica-reportagem na revista *Manchete* comparando o isolamento e o drama existencial dos habitantes de Joinville aos dos habitantes de Oran, cidade na qual o romance *A Peste*, de Albert Camus, é ambientado. O subtítulo de seu texto afirmava que os “incêndios sem explicação e sem vítimas tornavam a cidade catarinense sitiada pelo medo”.¹⁵⁰

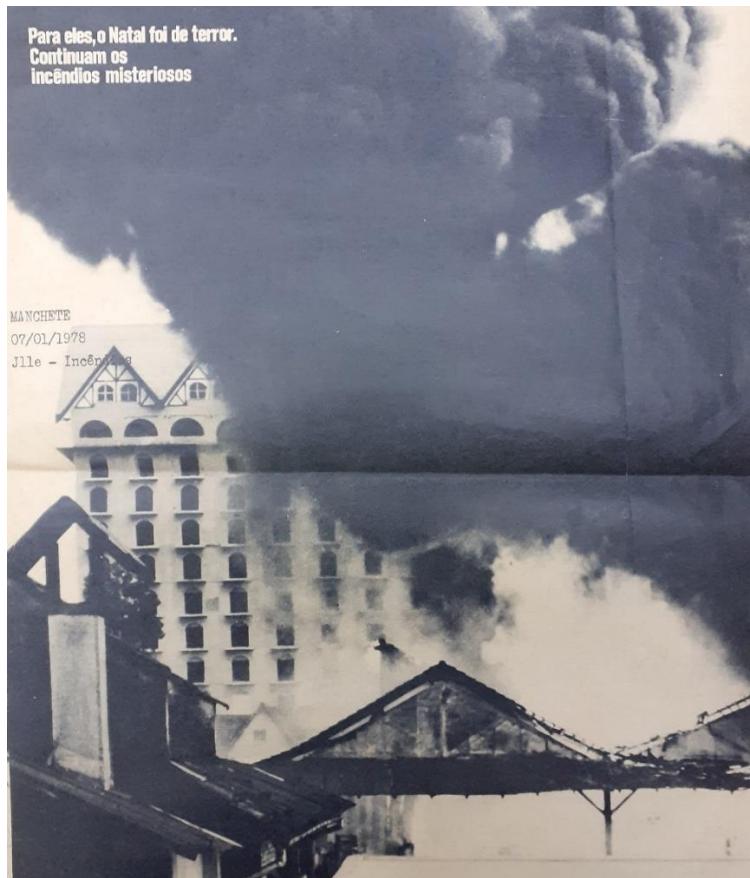
O medo e a apreensão sobre o que estaria por trás dos incêndios na cidade levaram a uma reunião entre 42 associações em uma Comissão Civil Comunitária. A comissão representava entidades classistas, sindicatos patronais, sindicatos de empregados e entidades religiosas. O objetivo imediato era cobrar das autoridades, sobretudo, do governo do Estado de Santa Catarina, resposta imediata e ações que pudesse dirimir a tensão social sobre os diversos setores em Joinville.

Havia um sentimento na cidade, sobretudo das elites locais, de que o governo estadual não dava a atenção necessária, pois o governador recusava-se a visitar Joinville, não obstante a gravidade da situação. Esses desentendimentos levariam a alguns atritos locais com o governo do Estado, que trataremos adiante.

¹⁴⁹ Aposentado lembra tensão. *A Notícia*, 9 de Julho de 1998, E-4.

¹⁵⁰ CONY, Carlos Heitor. O mistério é fogo. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 26, ed. 1350, p. 20-23, 1978.

Figura 18 - Incêndio no Hotel Tannehoff



Acervo: Arquivo Histórico Joinville/ *Manchete*, Ano 26, ed. 1342, p. 108, 1978.

Na metáfora da cidade “sitiada pelo medo”, o cronista de *Manchete* captou um elemento social relevante naquele momento: o medo. Temia-se os incendiários. Temia-se, por outro lado, sair de casa, sobretudo durante a noite. Bares e boates funcionavam com horário limitado. Viaturas do DOPS estavam nas ruas fazendo rondas. Circular fora de hora era submeter-se ao risco da abordagem policial ou ser levado para interrogatório. Era grande o número de detenções. O medo afetou, inclusive, o período de veraneio naquele dezembro de 1977. Os habitantes da cidade temiam ir às praias circunvizinhas na virada daquele ano, afinal, deixar as casas, seria correr o risco perder patrimônio valioso, à mercê de incendiários. A promessa apócrifa era de que a cidade arderia entre natal e ano novo.

O medo, quando permeia uma coletividade, diz Jean Delumeau, em *História do Medo no Ocidente*, pode conduzir a comportamentos nos quais a apreensão correta da realidade é afetada. Seus julgamentos adquirem um caráter absoluto, os rumores tornam-se contagiantes e há um enfraquecimento do espírito crítico (DELUMEAU, 2009).

O medo, por vezes imaginário, justificava-se também por riscos reais, como o de ser confundido com um incendiário. O jovem Marcos Luiz Felisbino, ao tentar acompanhar o trabalho dos bombeiros na contenção de um incêndio, provocado no meio da tarde do dia 22 de janeiro de 1978, teve tal infelicidade:

Assim como muitos joinvilenses, o jovem, que na época tinha 18 anos, saiu de casa, no Bairro Bucarein, para acompanhar o trabalho do Corpo de Bombeiros. Desta vez, a sacristia da Igreja Sagrado Coração de Jesus estava em chamas (...) Antes, porém decidiu entrar num bar para comprar cigarros. "Estava chegando no local do incêndio e percebi que tinha esquecido os fósforos. Resolvi pedir emprestado e, nesse momento, os policiais julgaram que eu fosse um dos incendiários", lembra. Depois de perseguido o jovem foi baleado pela polícia. (...) "Fui baleado porque me confundiram com um criminoso, mas nunca tive qualquer envolvimento com os incêndios. Depois de todos esses anos ainda tenho a bala na perna" diz, sem esconder a revolta e o ressentimento. "Tina dezoito anos e não perguntaram nada. Foram simplesmente atirando". A cicatriz na perna de Marcos não desapareceu e 21 anos depois ele lembra com mágoa as dificuldades que enfrentou depois do incidente com a polícia.¹⁵¹

O episódio com o jovem Marcos Luiz Felisbino dialoga com os indícios sugeridos pelas fontes que revelam um despreparo das forças de segurança pública de Joinville, mas também do Estado de Santa Catarina, que se debateram por meses diante da enigmática trama incendiária.

Os incêndios são referenciados na historiografia local como “misteriosos” (TERNES, 2010), (GEHLEN, 2011). Sirlei Souza (1998) foi quem tratou pioneiramente o acontecimento dos incêndios na historiografia. Sua abordagem por meio da imprensa situava-o em meio a suas análises sobre os governos do MDB em Joinville, notadamente o de Luiz Henrique da Silveira. Como é próprio da historiografia, é possível propor aqui uma releitura do acontecimento a partir da descoberta de nova documentação, abordando-o por outro ângulo.

3.2 OS INCÊNDIOS E A COMUNIDADE DE INFORMAÇÃO

Duas reportagens da revista *Manchete* e uma série de *A Notícia* que marcou a lembrança daqueles episódios 21 anos depois, compõem as fontes deste capítulo, além de quatro dossiês do Serviço Nacional de Informação (SNI)

¹⁵¹ Homem acusado e baleado vive na rua. *A Notícia*, Joinville, 7 de Julho de 1998, F-4.

e um da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça¹⁵², que atualmente estão sob custódia do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Os arquivos da repressão integravam a produção e difusão interna da “comunidade de informações”, um traço definitivo da natureza do regime autoritário implantado no país desde 1964. As redes de espionagem, repressão e informação produziram, durante 21 anos, milhares de papeis sigilosos, formando uma imensa teia de comunicação interna entre diversos órgãos do regime (FICO, 2001).

O acesso à informação de documentos produzidos durante a ditadura militar foi o resultado de um longo processo de lutas de parte da sociedade brasileira. Em nome da proteção à privacidade, o Estado brasileiro impôs, durante anos, excessivo sigilo aos fundos documentais classificados como “arquivos secretos”. Há pouco mais de uma década, em 2011, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) mudou esse panorama, trazendo para a esfera pública acalorados debates acerca do acesso a essa documentação. A lei de acesso foi saudada como uma conquista ao direito social à informação, mas por outro lado, houve quem considerasse o dispositivo jurídico contraditório ao direito à privacidade daqueles que foram vítimas (JOFFILY, 2012). A exposição

¹⁵²FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0002de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0001de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0004de0004.pdf

da intimidade e de eventuais condições degradantes de vítimas estaria em desacordo com princípio da honra.

Pesquisadores vêm qualificando, desde o final da Segunda Guerra Mundial, o perfil desses fundos documentais como “arquivos sensíveis”, na medida em que foram produzidos sob condições de “graves violações dos direitos humanos” (FICO, 2012). As questões éticas e o cuidado no tratamento desses arquivos vêm sendo debatidos desde então.

Esses arquivos, entendidos como “a memória do arbítrio” (FICO, 2012), oportunizam melhor entender as dinâmicas dessas “comunidades de informação”. No caso dos incêndios em Joinville, permitem um olhar sobre como questões regionais e nacionais, envolvendo segurança pública e questões políticas, foram acompanhadas por esses serviços de informação.

Os documentos do Fundo SNI e DSI sobre os incêndios em Joinville integram um conjunto de comunicações via telex da estatal EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), radiogramas, telegramas, ofícios, boletins do SNI, boletins de inquérito da 2^a Delegacia da Polícia Militar de Joinville e uma variedade de recortes de Jornais brasileiros e revistas que trataram da pauta dos incêndios. Boa parte dessas comunicações se repetem entre os dossiês. A produção de informação dos acontecimentos do incêndio ocorreu entre dezembro de 1977 a outubro de 1978, quando o processo finalmente foi arquivado no Ministério da Justiça.

O SNI havia construído uma estrutura complexa após os cinco primeiros anos do regime autoritário. Durante o governo Geisel, portanto, tal estrutura estava consolidada como parte intrínseca do Estado autoritário brasileiro. Tal rede era formada por um “corpo de especialistas” produtores de um discurso especializado, eficaz em “seus efeitos de sentido e de convicção” e “justificadores da repressão” (FICO, 2001, p. 21).

A documentação sobre os incêndios municiou de informações o gabinete do Ministro da Justiça Armando Falcão, através da DS (Divisão de Segurança e Informação) da pasta que comandava. As DS estavam distribuídas por cada estrutura ministerial do governo. Falcão era, naquele momento, um dos quadros civis mais importantes do regime autoritário e ocupava uma das pastas mais

atuan tes do governo.¹⁵³ A censura, um dos tentáculos autoritários do regime, era orientada diretamente pela pasta do Ministério da Justiça, através de diretrizes gerais ou de solicitações e demandas de outras áreas do governo (FICO, 2001, p. 168). O ministro havia há pouco coordenado a criação do “Pacote de Abril” de 1977. De forma autoritária, o Ministério da Justiça foi um dos principais responsáveis pelos mecanismos de governo que visavam conter o avanço da oposição nas eleições que se aproximavam. A “Lei Falcão”, que precedeu ao Pacote de Abril, já havia esvaziado a propaganda eleitoral que impedia que o governo fosse criticado pela oposição em veículos de comunicação de massa. Essa legislação autoritária vigorou até 1984, impedindo pronunciamentos das candidaturas pelos meios de comunicação, estabelecendo que apenas fotografias e dados biográficos poderiam ser veiculados.

Os dossiês sobre os incêndios demonstram ainda como a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça conectava-se com outros órgãos de informação. Em telex, o governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, dá ciência ao Ministro da Justiça acerca da série de incêndios e a mensagem foi prontamente enviada ao Chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação) e ao DPF (Departamento de Polícia Federal) em Brasília. Falcão instrui que o DSI/MJ tomasse ciência de todos os procedimentos e mantivesse todas as cópias do processo. Havia quase uma obsessão em arquivar cópias nessas comunidades de informação, tal como observa Fico (FICO, 2001).

A análise da documentação presente nos dossiês demonstra que Brasília estava atenta ao que ocorria em uma cidade que se constituía em polo industrial de Santa Catarina, governada pelo MDB. A “comunidade de informação” acompanhou de perto as investigações sobre os incêndios. Cabia compreender se o que ocorria na cidade do Norte catarinense era um problema de segurança pública, ligada a crimes contra o patrimônio, ou uma questão de Segurança Nacional, particularmente ligado a ações terroristas. Embora não houvesse uma definição precisa na legislação sobre Segurança Nacional, podendo o terrorismo ser tipificado tanto de direita quanto de esquerda, o “incêndio” era uma das ações perfiladas em uma lista que incluía “sequestro”, “atentado pessoal”, “ato de

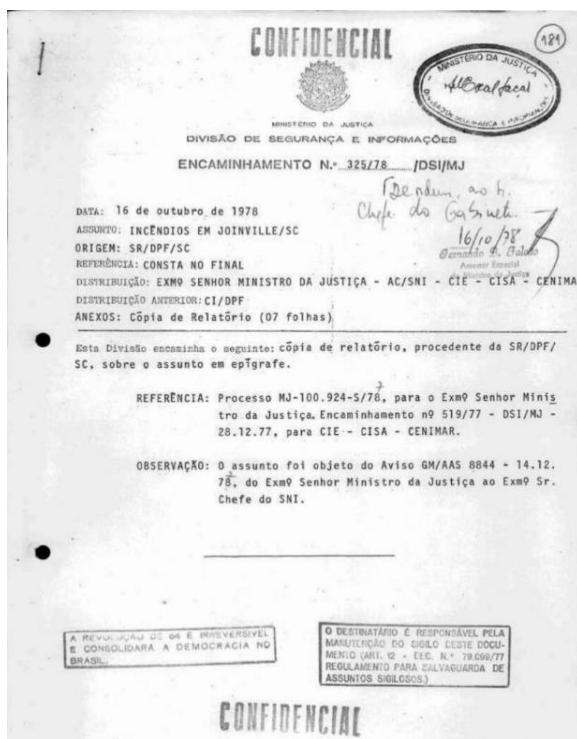
¹⁵³ Mencionamos, igualmente, no primeiro capítulo, a dimensão civil na Pasta do Ministério da Fazenda com Delfim Neto.

sabotagem”, “roubo”, “saque”, “massacre”, “devastação”, “depredação” (PACHECO, 2018, p. 196-197).

O documento produzido pela Superintendência da Polícia Federal de Santa Catarina, distribuído para o Ministério da Justiça, o CIE (Centro de Informação do Exército), o CISA (Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica) e o CENIMAR (Centro de Informação da Marinha), evidencia a grande troca de papéis entre os diversos órgãos de informação, o que explica a quantidade de documentos duplicados nos dossiês.

A documentação geral presente nos dossiês é classificada como “confidencial”. O documento (figura 19) apresenta um padrão em timbragem e carimbos, o que compreende outras peças encontradas nos arquivos da repressão. A mensagem imperativa comum a um desses carimbos, em letra de caixa alta, é uma espécie de celebração da memória de 1964 pelas comunidades de informação: “A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO BRASIL”

Figura 19 - DSI/MJ nº 325/78



Acervo: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo DSI, p. 194¹⁵⁴

¹⁵⁴ FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf

Uma das questões problemáticas em manejar essa documentação diz respeito a deparar-se com os nomes de pessoas vivas. Nesse sentido, trabalhar com os arquivos da repressão pode significar remexer com memórias sensíveis e feridas ainda abertas. Considerando esta questão, optamos por omitir nomes presentes nos inquéritos policiais e documentações. Acreditamos já terem sido expostos por mecanismos de Estado na época e posteriormente inocentados na justiça.

Tentamos contato com um dos principais acusados para um depoimento oral, mas não obtivemos sucesso, o que é compreensível. Para aqueles que vivenciaram traumas, o passado foi e continua sendo um caminho difícil. A família prefere não remexer nesse passado recente.

Lidar com processos inacabados do passado, e não raro marcados por experiências traumáticas, é um desafio que pesa sobre a História do Tempo Presente. Durante muito tempo, a tradição historiográfica primou por construir narrativas sobre processos transcorridos e que contavam, fundamentalmente, com o “peso dos mortos”. Elaborar o conhecimento do mundo dos vivos é estar sob o risco dos intermitentes embaraços. Esta dimensão incontornável no domínio da História do Tempo Presente permeia em alguma medida o acontecimento sobre os incêndios, como veremos.

3.3 OS INCÊNDIOS NA VITRINE NACIONAL

Até a semana que antecedeu ao natal de 1977, incêndios de grandes proporções haviam causado imensos prejuízos e feito saltar a procura por companhias de seguro. Na madrugada de 18 de dezembro, o fogo destruiu completamente o Centro Educacional Adventista Pedro II. Às 16:50 daquele mesmo domingo, enquanto o JEC disputava uma partida de futebol, a Vidraçaria XV, situada na Rua XV de Novembro, centro, foi completamente destruída pelo fogo, apesar dos esforços do Corpo de Bombeiros. A *Gazeta do Povo*, jornal de Curitiba, pautou o assunto:

Mais dois incêndios criminosos ocorreram na noite de domingo no centro da cidade de Joinville, fazendo com que o prefeito Luiz Henrique Silveira reunisse ontem seus assessores e decretasse “Estado de

Emergência". Enquanto isto a população preocupada com os acontecimentos pede uma ação mais enérgica por parte da polícia que até agora já deteve mais de cem pessoas, no entanto sem chegar a qualquer resultado. Com o grande número de suspeitos detidos pela polícia local, a população de Joinville pensava que pelo menos os piromaniacos não iriam agir tão cedo.¹⁵⁵

Diante desses dois novos incêndios e da falta de resposta das autoridades policiais, o prefeito municipal convocou a COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil)¹⁵⁶, órgão oficial criado para este fim desde que os incêndios se intensificaram. Os membros decidiram por unanimidade decretar "Estado de Emergência" com base na Lei Estadual nº 8.841/72 e Decreto Municipal nº 2.904/74. Tratava-se de um dispositivo jurídico para facilitar o trabalho dos órgãos de segurança pública. Dentre as medidas, o COMDEC poderia convocar órgãos e pessoas, assim como controlar a divulgação de informações por jornais, revistas, rádio e televisão.¹⁵⁷ A possibilidade foi criticada como medida de "censura" aos meios de comunicação locais. O texto do decreto justificativa conter o "pânico" da "população tradicionalmente ordeira e pacífica", transtornada pelos incendiários.

Um Decreto que ameaçava a imprensa, baixado por um prefeito do único partido oposicionista legalizado por uma ditadura que praticava a censura prévia, tinha um significado paradoxal. Isto foi percebido e criticado na seção Painel do jornal *Folha de São Paulo*, sob o título "Censura municipal":

Quando deputado federal pelo MDB, o atual prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, era o coordenador do grupo neo-autêntico e, como tal, um crítico feroz da censura à imprensa. Agora, ao decretar o estado de emergência naquela cidade catarinense, para enfrentar uma onda de incêndios criminosos e assaltos, Luiz Henrique outorgou-se vários poderes especiais, entre os quais, exatamente, a censura sobre o rádio, jornais e televisão locais. Diz o velho adágio: "nunca diga desta água não beberei".¹⁵⁸

¹⁵⁵ Joinville agora sob "calamidade". *Gazeta do Povo*. Curitiba, 20 de dezembro de 1977. Recorte s/p. Fundo: Serviço Nacional de Informação http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf, p.18.

¹⁵⁶ Membros: prefeito municipal e representantes do 62º Batalhão de Infantaria, Polícia Militar, Delegacia Regional de Polícia, CASAN, Corpo de Bombeiro, Secretaria de Bem Estar Social e Fundação XXV de Julho.

¹⁵⁷ PREFEITURA MUNIPAL DE JOINVILLE. Decreto nº 3510 de 19 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o Estado de Emergência perante a série de incêndios. Joinville, SC. Livro de Decretos e Leis Municipais. Arquivo Histórico de Joinville.

¹⁵⁸ Censura Municipal. *Folha de S. Paulo*, 21 de dezembro de 1977, p. 3.

A crítica justificava-se ainda, sobretudo, porque àquela altura, a censura à imprensa nacional havia sido flexibilizada, embora não extinta completamente. Por outro lado, o decreto de Luiz Henrique da Silveira possuía efeito limitado, uma vez que sua jurisprudência era em âmbito municipal. Em Joinville, contudo, visava algum controle, pois além dos jornais e TV locais, os programas de rádio possuíam grande inserção naquele contexto¹⁵⁹. Não foi possível aferir através da documentação a eficácia do decreto ou as estratégias de oposição. Fato é que a polícia passou a manifestar-se menos com declarações à imprensa, apenas de tempos e tempos, através do Secretário de Segurança do Estado, coronel Ary de Oliveira, por meio de notas. Os guardas e vigilantes locais, igualmente, ficaram proibidos de comentar o assunto, não respondiam a repórteres de outras cidades. Jornalistas que faziam reportagens sobre os incêndios chegaram a ser presos.¹⁶⁰

No mesmo dia da edição do decreto de Estado de Emergência, o prefeito Luiz Henrique da Silveira enviou telex ao Ministério da Justiça comunicando a medida em face ao “estado de pânico” em que se encontrava a população da cidade. A mensagem ainda solicitava que o ministro Armando Falcão adotasse medidas que pudessem fazer cessar os incêndios aos estabelecimentos industriais de Joinville.

Armando Falcão deu ordem ao chefe de gabinete para que juntasse o telex ao conjunto da documentação sobre o caso e determinou que o Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina acompanhasse as investigações, e que atuasse, caso a polícia estadual não conseguisse deslindar o problema.

Às 15:15 horas de 21 de dezembro, a Polícia Federal de Santa Catarina enviou radiograma para a sede da Polícia Federal em Brasília, relatando reunião

¹⁵⁹ Muitos repórteres das rádios faziam a cobertura de incêndios em tempo real. Em uma tentativa de cobrir o incêndio da madrugada do dia 18 de dezembro de 1977, o carro do taxista Teotônio da Cunha, que conduzia o repórter da Rádio Difusora de Joinville, o radialista Luiz Mauro Correia, chocou-se violentamente com o caminhão do Corpo de Bombeiros no cruzamento da rua Plácido Gomes com a Getúlio Vargas, vindo a falecer os dois ocupantes. Ver: Tragédia transforma-se em atração. A Notícia, série 21 anos dos incêndios. Recorte s/p. Arquivo Histórico de Joinville.

¹⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 17 de Janeiro de 1978. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 45

com os órgãos segurança do Estado e informando que telefonemas anônimos anunciam um grande incêndio em Joinville nas noites de 24 e 31 de dezembro. Os mesmos telefonemas foram feitos para a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), alertando que os incêndios também ocorreriam na capital.¹⁶¹ No dia seguinte, novo radiograma assegurava que os órgãos policiais estavam preparados, caso houvesse um “recrudescimento dos incêndios”. E que novos telefonemas ameaçavam incendiar fábricas em Blumenau e Florianópolis.¹⁶² Em ofício, o Diretor Geral da Polícia Federal, em Brasília, assegurava a Armando Falcão que a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina estava atenta e atuando de forma conjugada com os demais órgãos de segurança estadual.¹⁶³

Joinville permaneceu, durante os meses de dezembro 1977 e janeiro de 1978, no radar da imprensa nacional. O radialista Eli Francisco, em entrevista ao Jornal *A Notícia*, 21 anos após o episódio dos incêndios, afirmou:

Lembro que num domingo à tarde, em que eu estava almoçando na casa de um amigo, na praia de Itajubá, apareceu no meio do jornal do meio dia o Cid Moreira interrompendo a programação para dar a seguinte notícia: “atenção, informa o Jornal Nacional em edição extraordinária: nesse momento está acontecendo um incêndio de grandes proporções na cidade de Joinville, é mais um incêndio criminoso. Mais informações no Jornal Nacional”. A repercussão era nacional e nós que trabalhávamos na área atendíamos inúmeros telefonemas da imprensa de todo o Brasil, que buscava mais detalhes sobre os incêndios. Era o dia inteiro assim.¹⁶⁴

O caso dos incêndios havia se transformado em assunto nacional. O governo federal fora instado a agir desde 12 de dezembro de 1977, quando um

¹⁶¹ BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Telecomunicações. Radiograma n. 1652/GAB/SR/SC. 21. 12. 77. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 32.

¹⁶² BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Telecomunicações. Radiograma n. 1656/GAB/SR/SC. 22. 12. 77. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 33.

¹⁶³ BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Ofício n° 0407/77-CCP/DPF- Brasília, 22 de dezembro de 1977. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 34.

¹⁶⁴ Radialista lembra anos de terror. *A Notícia*, 6 de Julho de 1998, recorte s/p. Arquivo Histórico de Joinville.

telex foi enviado pelo governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, para o Ministério da Justiça:

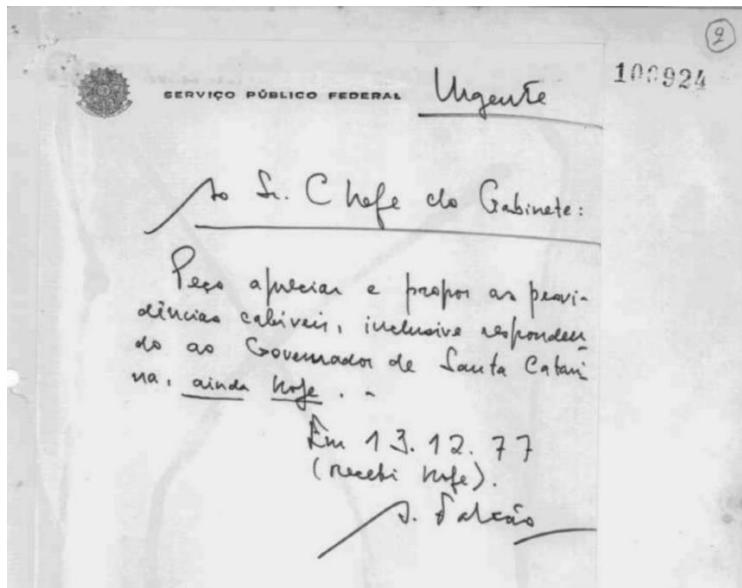
Pelo presente, tenho a honra de me dirigir a vossa excelência para dar conhecimento de anormalidades que estão ocorrendo no setor de segurança pública da cidade de Joinville e das providências que o governo do Estado está adotando. A par do crescimento dos índices de crimes e/ou contravenções contra a pessoa e a propriedade, de uma certa forma normais em uma cidade que está sofrendo o impacto da urbanização, preocupa-me a incidência de uma série de incêndios em estabelecimentos Industriais, comerciais e educacionais, com características criminosas. Nos últimos 30 dias 7 incêndios, sendo três de grandes proporções, ocorreram, verificando-se serem criminosos (...) os técnicos e peritos da Secretaria de Segurança e Informações identificaram um certo padrão nos demais incêndios, o que nos deixa diante de duas probabilidades: atuação de um piromaniaco ou de um grupo organizado, com um plano pré-estabelecido e possíveis objetivos terroristas. Nesse momento estou determinando o reforço dos efetivos policiais civil e militar, bem como o envio de uma equipe especializada sob o comando do próprio Secretário de Segurança, cel Ary Oliveira, assessorado pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado e pelo Superintendente da Polícia Civil. Os três já se encontram em Joinville. Manterei Vossa excelência informado, especialmente se confirmado indícios de ação terrorista.¹⁶⁵

Os grifos em alguns trechos da mensagem do telex, no documento original, estão à caneta. Em especial, no trecho onde se lê “possíveis objetivos terroristas”, além do grifo, há o desenho de uma flecha na margem, indicando destaque à sentença.

O documento anexado ao dossiê da DSI na sequência (figura 20), manuscrito e assinado por Armando Falcão, determinava ao Chefe de Gabinete: “peço apreciar e propor providências cabíveis”.

¹⁶⁵ SANTA CATARINA. Palácio do Governo. Florianópolis, 12 de dezembro de 1977. Embratel/Telex nº 467. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p.3.

Figura 20 - Manuscrito de Armando Falcão ao seu Chefe de Gabinete



Acervo: Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo DSI, p.4 (PDF)

Walter Costa Porto, Chefe de Gabinete, sugeriu levar o assunto ao conhecimento do SNI e da Polícia Federal, ao que Armando Falcão assentiu. Cópias do telex do governador são prontamente encaminhadas ao DPF em Brasília e ao Chefe do SNI, o General João Batista Figueiredo, a quem Armando Falcão se dirige como Ministro,¹⁶⁶ comunicando a recepção do telex do governador de Santa Catarina.

Uma das medidas do governador foi aumentar o policiamento em Joinville, fortalecendo setores de segurança pública. Transferiu para Joinville, em caráter permanente, o Chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Santa Catarina, o Coronel Zizimo Moreira, que passou a coordenar as operações conjuntas das polícias civil e militar. Transferiu para Joinville todo o comando e sede do 1º Batalhão da Polícia Militar de Itajaí para atuar junto a 2ª Delegacia em Joinville. Dezenas de viaturas e policiais de diversos lugares do Santa Catarina. No auge da caça aos possíveis autores dos atentados, as fontes mencionam um contingente entre duzentos e quatrocentos policiais, paisanos e fardados, atuando na cidade. O Secretário de Estado de Segurança e Informação, Coronel

¹⁶⁶ Embora o SNI não fosse um ministério, seu chefe possuía status de ministro.

Ary Oliveira¹⁶⁷, ficou entre a capital e Joinville durante o período, acompanhando as operações.

Em ofício enviado pelo governador Antônio Carlos Konder Reis ao Ministro da Justiça Armando Falcão, do dia 28 de janeiro de 1978, tem-se uma dimensão sobre as operações policiais montadas na cidade do Norte catarinense:

Há quase dois meses, vimos lutando para pôr um paradeiro aos repetidos incêndios que têm ocorrido naquela grande cidade industrial catarinense. Para lá temos deslocado centenas de policiais, assim como técnicos, oficiais superiores da Polícia do Estado, viaturas, pessoal de apoio; a meu pedido, os senhores Governadores dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo nos cederam técnicos experimentados para acompanharem as investigações; eu pessoalmente tenho acompanhado, não raro “in loco”, as operações policiais; temos efetuado centenas de prisões de marginais e suspeitos, a maioria liberada após os interrogatórios; mantemos atualmente preso 16 participantes ou suspeitos de participação nos incêndios, mas até agora não conseguimos identificar e deter o mandante ou mandantes desses atos criminosos. E nesse intenso trabalho para devolver a paz e a tranquilidade àquela tradicionalmente ordeira cidade de Joinville, o Estado tem dispendido vultosas verbas que, inclusive, comprometem o equilíbrio orçamentário da Pasta de Segurança e Informações do meu Governo.¹⁶⁸

Para além das operações conjuntas das Polícias Civil e Militar, além de agentes da Polícia Federal, integraram a investigação o suporte enviado pelo Almirante Faria Lima, governador do Estado do Rio de Janeiro: um delegado, Diretor-Geral do Departamento de Investigações Especiais, auxiliado por dois detetives especializados. Posteriormente, integraram a equipe os enviados pela Secretaria do Estado de São Paulo: 6 técnicos e 2 delegados pertencentes ao DOPS Paulista. O responsável pela missão paulista foi o delegado Raul Ferreira.

O jornalista Percival de Souza, autor de *Autópsia do medo*, relata um episódio perturbador protagonizado pela dupla formada por Raul Ferreira e Sérgio Paranhos Fleury, notório integrante do comando dos aparatos de repressão da ditadura. Fleury costumava se divertir com métodos de

¹⁶⁷ A escolha do Secretário de Segurança e Informação, assim como o chefe de Estado Maior da Polícia Militar era uma atribuição do governo federal. Os governadores não possuíam a autonomia de indicação para esses cargos.

¹⁶⁸ ESTADO DE SANTA CATARINA. Gabinete do Governador. Ofício nº 497- Florianópolis, 31 de janeiro de 1978. Assunto: Anormalidades na área de Segurança Pública em Joinville. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 126.

interrogatórios que aterrorizavam seus investigados. Em um de seus “teatros de terror”, no DOPS-SP, encarregou o delegado Raul Ferreira de interrogar padres do convento dominicano, vestindo batina, como num confessionário, e aplicava-lhes socos enquanto lhes perguntava em tom litúrgico se “renunciavam a Satanás”.¹⁶⁹

Segundo a revista *Isto é*, o envio de “especialistas de outros Estados” para Joinville teria sido uma solicitação do prefeito Luiz Henrique ao governador de Santa Catarina:

Muita gente vem comparando os incêndios ocorridos na cidade ao “caso Ludinho”, em Campo Grande, Mato Grosso, quando, depois de meses de investigação, o delegado Sergio Paranhos Fleury provou que elementos da própria polícia é que eram responsáveis. Essa hipótese, apesar de descartada pelo prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, é admitida por parte da população (...) **Surge Fleury.** (sic) Bastou que o prefeito mencionasse o adjetivo especialista, para que a imprensa especulasse em torno da contratação do delegado Sérgio Fleury. O jornal *O Estado*, de Florianópolis, abriu manchete de oito colunas sugerindo a convocação do “James Bond” brasileiro.¹⁷⁰

Carlos Afonso Fraiz, chefe de gabinete do prefeito Luiz Henrique à época, assegura que Fleury teria sido um dos delegados enviados a Joinville para investigar os incêndios. Fleury era àquela altura um símbolo da repressão e havia galgado o topo da hierarquia policial repressiva de São Paulo. Havia ganhado notoriedade e fama desde que assassinara o mais notável líder guerrilheiro Carlos Marighella, numa emboscada armada pelo DOPS paulista no início de novembro de 1969. Tornou-se, sabidamente, chefe do esquadrão da morte em São Paulo e mantinha vínculos com o tráfico de drogas. Adquiriu poderes como delegado ao ponto de blindá-lo com a impunidade por seus crimes. Denunciado, nunca chegou a ser incriminado, embora fosse visto como bandido por alguns setores militares, ao passo em que recebia solidariedade e defesa daquele com os quais mantinha contato direto. A justiça paulista juntou inúmeras provas contra Fleury, através do procurador Hélio Bicudo, e quando o

¹⁶⁹ SOUZA, Percival de. *A história do delegado Fleury, algoz da ditadura militar*. Ver: [A história do delegado Fleury, algoz da ditadura militar - Prisma - R7 Arquivo Vivo](#). Acessado em 07/08/2023.

¹⁷⁰ Os incendiários atacam o bispado. *Isto é*. São Paulo, 21 de janeiro de 1978. In: FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 147.

cerco judicial finalmente parecia enquadrá-lo pelo assassinato de um traficante, mudou-se um artigo da legislação penal que salvaria sua pele. Para Gaspari, a mudança da redação dos artigos 408, 474, 594 e 596 do Código de Processo Penal, por meio da chamada Lei Fleury, no final do governo Medici, era uma das tantas manobras para acobertar as anomalias dos agentes da repressão. Reformava-se a “lei penal para assegurar a liberdade de um condenado” (GASPARI, V.2 p. 384).

O fato é que, a equipe paulista do Dops não permaneceu na cidade por longo período em função de suspeitas de que agentes estivessem envolvidos com entorpecentes. Há extenso relatório na documentação sobre o caso de um agente proveniente de São Paulo que teria alguma ligação com ilegalidades no consumo de entorpecentes. Esta questão teria gerado um mal-estar entre a equipe paulista e os investigadores catarinenses e o consequente retorno da equipe para o Estado de São Paulo. Juarez Espíndola, comissário de polícia na época, ex-Diretor do Presídio Regional de Joinville, relembrou 21 anos após, em entrevista, que a equipe paulista trabalhava durante o dia “sob o efeito de drogas” e à noite frequentavam os prostíbulos e que teriam contribuído pouco nas investigações.¹⁷¹

O desfecho do acontecimento envolvendo os policiais do DOPS paulista ficou marcado pela ironia. Afinal, a polícia política, proveniente de outro Estado com a missão de decifrar o acontecimento, não estaria à altura de fazer o seu trabalho aos olhos dos joinvilenses. Os agentes da repressão política, peritos de notoriedade nacional, detentores da expertise em solucionar crimes, estavam, na verdade, envolvidos com drogas, e por fim, são descartados do processo investigativo por questões morais e pela suposta prática de ilegalidades.

3.4 VERSÕES, CONTROVERSIAS E INTRIGAS

Com o prolongamento das investigações, intrigas políticas aparecem, tendo no centro a figura do governador catarinense. Entre críticas à inépcia do governo do Estado e atitudes do prefeito municipal, surgiram rusgas entre grupos adversários internos que integravam a ARENA, partido do regime. No dia 21 de

¹⁷¹ Como a polícia agia nos anos de insegurança. *A Notícia*, 6 de Julho de 1998, recorte s/p.

dezembro de 1977, o *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau, publicou o que teria sido uma declaração do líder empresarial Dieter Schmidt com críticas às diversas autoridades:

"Falta a responsabilidade e a coragem devida das autoridades constituídas, tanto civis como militares, do município do estado e da federação, para pôr fim a evolução adversa. Todos sentem a revolta". Schmidt teme que a "omissão das autoridades na busca de entrosamento para defender a ordem e a paz social", ofereça condições para levar Joinville "a um regime policiaesco que não está absolutamente no espírito do povo desta terra que é de ordem, disciplina e trabalho. Naturalmente, ele precisa sentir que aventureiros, demagogos, agitadores, traficantes, incendiários não venham impor um regime de vida que a todos repugna".¹⁷²

As críticas vindas de um empresário partidário da ARENA levaram o governador Konder Reis a denunciá-lo ao gabinete da Casa Civil em Brasília. As intrigas despertadas entre lideranças empresariais, prefeito do MDB e governador, trouxeram para o acontecimento dos incêndios uma dimensão política, como veremos.

Schmidt defendeu-se em nota publicada no jornal *O Estado*, acusando o diário blumenauense de valer-se de "métodos dignos de jornais subversivos", ao distorcer sua fala. A nota é uma defesa do contexto de sua declaração, a qual seria dirigida às autoridades locais e jamais ao governo federal.

Konder Reis escreveu ofício endereçado ao general Golbery do Couto e Silva, chefe de gabinete da Casa Civil:

Não posso furtar-me ao dever de levar ao conhecimento de V. Exa. as declarações prestadas pelo industrial Dieter Schmidt, ao jornal "O Estado", edição de 21.12.77, às páginas 6, ao invectivar contra a autoridade constituída, especialmente no que diz respeito à esfera federal. (...) Mais grave ainda é a invectiva, posto que partida de quem se diz revolucionário e defensor do atual Governo Federal, especialmente da pessoa do Presidente da República, que o distinguiu com uma visita às instalações da Fundição Tupy S/A, da qual é Diretor-Presidente, coadjuvado pelo Dr. Nilson Bender, este anunciado como a pessoa da preferência do Chefe da Nação para exercer liderança no processo político catarinense. O gesto do Dr. Schmidt além de inóportuno é incoerente, pois esse mesmo empresário, ao procurar o Governador do Estado, no dia 16 de dezembro de 1977, em Joinville,

¹⁷² *O Estado*. Florianópolis, 21 de dezembro de 1977, s/p. Recorte. FUNDO: Serviço Nacional de Informações

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_77112785_d0001de0002.pdf, p. 23.

na sede da Câmara Municipal de Vereadores, apontou como solução capaz de acalmar os ânimos “atacar a pessoa do Prefeito Municipal”, o que foi, de plano, repelido, uma vez que, para o Governo, torno a reafirmar, a questão é de ordem pública.¹⁷³

Após cinco dias, novo ofício foi encaminhado a Golbery por Konder Reis, dando ciência e encaminhando em anexo telegrama do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. O telegrama elogiava o trabalho do governador e enfatizava o reconhecimento da classe industrial catarinense.¹⁷⁴ Claramente, o envio a Golbery procurava fazer um contraponto às críticas do industrial Dieter Schmidt.

As rusgas entre o governador catarinense e o empresário joinvilense foram objeto de relatório do SNI, anexado ao ofício endereçado à Casa Civil, junto com os recortes do Jornal *O Estado*. A posição do empresariado joinvilense era de que o governador estava sendo omisso com Joinville. Konder Reis, por outro lado, procurava defender-se atacando seus adversários.

Intrigas entre a força política da família Konder-Bornhausen e o grupo joinvilense, ligados aos empresários Dieter Schmidt e Nilson Bender, remontam às eleições de 1965 para Governador do Estado de Santa Catarina, ainda pela extinta UDN (União Democrática Nacional). Documentos confidenciais do Departamento de Estado Americano e da CIA deste período, que se tornaram públicos em 2014, demonstram como o grupo Konder-Bornhausen conseguiu, através de diversas artimanhas¹⁷⁵, emplacar o nome do grupo para o governo do Estado, após serem derrotados na convenção interna do partido, em que Bender conseguiu 136 votos contra 10 sobre o grupo oligárquico que vinha comandando o partido há mais de duas décadas e que disputava a hegemonia em Santa

¹⁷³ ESTADO DE SANTA CATARINA. Gabinete do Governador. Ofício n° 5242/77- Florianópolis, 23 de dezembro de 1977. FUNDO: Serviço Nacional de Informações - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0001de0002.pdf, p. 24-25.

¹⁷⁴ ESTADO DE SANTA CATARINA. Gabinete do Governador. Ofício n° 5290/77- Florianópolis, 26 de dezembro de 1977. FUNDO: Serviço Nacional de Informações - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0001de0002.pdf, p. 32-34.

¹⁷⁵ Dentre os artifícios são citados no documento: a anulação da convenção em que saíram derrotados, criação de novos diretórios, desqualificação de delegados vinculados ao joinvilense Bender, cooptação de integrantes da legenda que apoiavam o joinvilense através de empréstimos em dinheiro. Ver: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/documentos-confidenciais-revelam-bastidores-da-tentativa-de-nilson-bender-concorrer-ao>. Acessado em 22/08/2023.

Catarina com os agrupamentos vinculados à família Ramos desde a década de 1930.

O argumento de Konder Reis evocava uma fórmula comum de desqualificar um adversário político perante o regime: atribuir-lhe a pecha de revolucionário de fachada. O mesmo tipo de argumento aparecia em telegrama oficial da embaixada dos Estados Unidos, quando de uma ocasião em que Nilson Bender teria expressado seu descontentamento pela indicação de Colombo Salles para governador de Santa Catarina em 1970, quando mais uma vez teria sido preterido na ARENA. Consta no telegrama que Bender teria afirmado que Salles não era “tão revolucionário” como dizia ser. Mostrar-se autêntico, ou um “revolucionário histórico”, era uma virtude contra quem dizia ser apenas da “boca para fora”. Esta fórmula de autoafirmação pelo atributo “revolucionário” e a deslegitimização do adversário como um “pseudorrevolucionário” foi muito empregada nos meios militares, sobretudo na ala da chamada linha dura como uma espécie de régua moral na engrenagem do regime (CHIRIO, 2012, p. 52-55).

As intrigas políticas também se expressaram por meio de rumores sobre a autoria dos incêndios que passaram a circular na cidade. A observação técnica de que havia um padrão incendiário e, por outro lado, a ausência de respostas concretas que pudesse desvendar a trama, tornou-se fértil terreno para especulações diversas. A natureza do acontecimento, por um tempo, ficou situado à margem, afinal, não se sabia se era ou não um crime de natureza política.

A primeira hipótese presente na documentação acerca da autoria dos incêndios é evocada por Antônio Carlos Konder Reis, ao dar ciência ao Ministério da Justiça sobre os acontecimentos em Joinville. O governador indicou uma dupla suspeição: a “atuação de piromníaco” ou “indícios de ação terrorista”, o que na linguagem da época apontava para grupos de esquerda.

Mais específica foi a versão do deputado federal joinvilense, Pedro Colin (ARENA). Colin esteve pessoalmente no gabinete do Ministro Armando Falcão a fim de descrever o clima que havia se estabelecido em Joinville. Em carta enviada ao Ministério da Justiça no dia 20 de dezembro de 1977, o deputado reitera:

Desnecessário parece acrescentar que Joinville é um dos polos industriais do sul do Brasil, significando o valor de sua produção cerca de um quinto do total de Santa Catarina. Além de centro manufatureiro, Joinville é importante pela natureza da sua linha industrial com produtos que guardam especial interesse para a Segurança Nacional. (...) *Joinville pode estar sendo testada como padrão para futuras atividades de subversão urbana* (grifos ausentes no original).¹⁷⁶

O rumor de que os incêndios eram parte de um plano de ação organizado por algum grupo de esquerda, suspeição levantada por políticos catarinense da ARENA, foi uma das versões que circulou entre integrantes da legenda e que era acolhida por parte população da cidade.

Na segunda semana de janeiro de 1978 houve uma tentativa de invasão ao depósito de munição do 62º Batalhão de Infantaria. Esta ação foi atribuída aos incendiários, que supostamente teriam tentado explodir o depósito. Tratava-se, segundo hipótese do comandante, do tenente-coronel Otto Denys Gomes Porto, de atividade ligada a grupos comunistas. Segundo Gomes Porto, “toda essa ação segue uma linha chinesa de crimes, que se caracteriza pelo terrorismo, violência, explosão e fogo”.¹⁷⁷

Paralela a essa versão, circulava nos bastidores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na imprensa e em outros meios, a versão de que os incêndios estariam sendo promovidos por grupos de “extrema direita”, “inconformados com a derrota eleitoral” no pleito municipal.

O prefeito Luiz Henrique da Silveira (MDB) estava no início de sua gestão à frente do município.¹⁷⁸ Havia saído vencedor sobre a ARENA nas eleições municipais e tinha diante de si o desafio de administrar em meio a uma crise de segurança pública na cidade, com as tensões dela advindas.

¹⁷⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ofício s/n.* – Brasília, 20 de dezembro de 1977.

FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 26.

¹⁷⁷ Novo incêndio, agora na catedral. *O Estado de S. Paulo*, 17 de janeiro de 1978, s/p. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 45.

¹⁷⁸ A gestão Luiz Henrique à frente da prefeitura compreendeu o período de 15 de março de 1977 até 14 de maio de 1982.

Em 20 de dezembro o Superintendente Regional de Polícia Federal de Santa Catarina enviou ofício à Brasília descrevendo as ações da Polícia Federal na cidade:

Deslocaram-se para Joinville três (3) Agentes que, junto com autoridades da Polícia Civil e Militar, fizeram um levantamento dos fatos e posteriormente foi elaborado o planejamento das ações preventivas a serem postas em execução. Deste trabalho de planejamento participaram o próprio Secretário de Segurança e o Comandante da Polícia Militar. Face a repercussão dos fatos divulgados com ênfase pela imprensa e as veladas críticas que começaram a ser feitas ao Governo do Estado, a quem pretendem atribuir culpa pelos incêndios em consequência da falta de atenção dispensada pelo Executivo Estadual aquele município, desloquei-me a Joinville onde ainda se encontrava o Sr. Secretário de Segurança e seus assessores e com eles mantive prolongado contato, buscando a perfeita compreensão do que estava ocorrendo. Visitamos locais atingidos pelos incêndios mantendo contato com os proprietários das empresas afetadas, visitas estas feitas na companhia do Presidente da Associação dos Diretores Comerciais e Industriais de Joinville. Pelas informações colhidas, pela própria observação dos locais e circunstâncias outras que cercaram cada um dos incêndios foi possível descartar a possibilidade de ação terrorista. Ficou a quase certeza do envolvimento nos fatos de algum maníaco.¹⁷⁹

O superintendente assegurou que a Secretaria de Segurança do Estado estava agindo com recursos materiais e humanos suficientes para solucionar o problema. Seu entendimento era de que o governo estadual tinha condições de resolver a questão sem a ajuda federal. Por outro lado, acrescenta:

O fato transcendeu o aspecto puramente policial e vem tomando contornos políticos. O prefeito de Joinville pertence à oposição e está explorando o resultado dos acontecimentos em benefício de seu Partido. Tal conduta tem-se manifestado principalmente em críticas ao Governo do Estado, que teria abandonado Joinville, tentando atribuir ao Executivo Estadual a responsabilidade pelos acontecimentos (...). Joinville não está entregue à sua sorte, à mercê de um incendiário. As autoridades a quem está afeto o problema, tomaram providências próprias.¹⁸⁰

¹⁷⁹ BRASIL. Polícia Federal. Superintendência Regional de Santa Catarina. *Ofício 1.853 GAB/SR/SC.* – Florianópolis, 20 de dezembro de 1977. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 54-55.

¹⁸⁰ BRASIL. Polícia Federal. Superintendência Regional de Santa Catarina. *Ofício 1.853 GAB/SR/SC.* – Florianópolis, 20 de dezembro de 1977. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 57.

Cerca de uma semana após, em 28 de dezembro de 1977, em entrevista ao jornal *O Estado*, de Florianópolis, Luiz Henrique da Silveira manifestou-se publicamente sobre o assunto:

Estou surpreso e estupefato diante das notícias especialmente veiculadas pela imprensa, segundo as quais os incêndios que ocorreram em Joinville têm total conotação política com a finalidade de me derrubar da prefeitura. Inicialmente eu não estava acreditando nesta hipótese e considerava-a absurda, mas diante do quadro que se apresenta atualmente, estou começando a acreditar, embora isto me custe muito.¹⁸¹

A declaração do prefeito levantou uma linha de interpretação que poderia sugerir alguma hipótese de autoria, voltada contra sua gestão, numa ação política contra o MDB, portanto. Uma matéria no *Jornal de Brasília* apontou, dias depois, que o prefeito Luiz Henrique da Silveira “havia chegado naturalmente a esta conclusão”¹⁸² e, juntamente com o deputado Jaison Barreto (MDB/SC), havia procurado a cúpula de seu partido em Brasília.

Ao tomar ciência das suspeitas levadas pela ala do partido de oposição catarinense, a direção do MDB nacional enviou, em missão oficial, o deputado federal pelo MDB/SC, Walmor de Lucca, para acompanhar as investigações em curso em Joinville. O deputado permaneceu quinze dias na cidade. Durante sua estadia, houve o incêndio da catedral do bispado. A polícia recebeu telefonema anônimo, dias antes, em que teria sido passada a informação de que o “bispado seria queimado com o bispo dentro”. A revista *Isto é*, cuja redação era dirigida pelo jornalista Mino Carta, questionou a pretensa maquinção contra o MDB em Joinville, em matéria que trazia como título: “Os incendiários atacam o bispado apenas para desestabilizar o prefeito?”.¹⁸³

¹⁸¹ Por que Joinville? *O Estado*. 28 de dezembro de 1977, s/p. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 48.

¹⁸² Em Joinville, denúncia de complô contra o MDB. *Jornal de Brasília*. 17 de Janeiro de 1978, s/p. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, 46.

¹⁸³ Os incendiários atacam o bispado apenas para desestabilizar o prefeito? *Isto é*. São Paulo, 21 de janeiro de 1978. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 147.

Ao final de sua estadia em Joinville, o deputado Walmor de Lucca produziu um relatório, enviado para o líder do MDB em Brasília. O deputado catarinense sustentava a suspeição da autoria de um grupo de extrema direita, tendo como finalidade criar uma ambiência geradora de uma intervenção federal e destituir o prefeito Luiz Henrique da Silveira.

Antecipando-se ao relatório de Walmor de Luca, o deputado federal Jaison Barreto, que se encontrava no Norte catarinense em veraneio e em campanha para o senado, fez contundente declaração à imprensa com repercussões nacionais nos Jornais *Estado de S. Paulo*, *Jornal de Brasília*, entre outros. O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou no título da matéria: “Uma ‘diabólica trama política’”.

O deputado federal Jaison Barreto do MDB de Santa Catarina, disse ontem em Curitiba, acreditar que existe ‘uma trama diabólica para transformar Joinville em área de segurança nacional’. E para evitar que essa possibilidade se concretiza, irá hoje a Brasília para solicitar a Ulysses Guimarães que a direção do MDB e as bancadas estaduais e federais do Estado se reúnam em Joinville “o mais breve possível”. Segundo o deputado, sua apreensão se justifica pelo fato de que Joinville é o primeiro Município do Estado em arrecadação e em eleitorado a favor do MBD: “E toda vez que uma cidade prejudica politicamente as pretensões do governo- disse- ela é decretada de segurança nacional, como ocorreu com Anápolis (Goiás, que era um dos maiores redutos do MDB, e em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Por mais absurda que essa ideia possa parecer, o MDB tem que estar prevenido”.¹⁸⁴

Após a repercussão, o Departamento de Polícia Federal de Santa Catariana enviou radiograma ao coordenador da PF em Brasília, informando que as declarações do deputado Jaison Barreto visavam tirar proveito político para a oposição, valendo-se dos acontecimentos dos incêndios.

O argumento de Jaison Barreto era contundente e verossímil. O governo do general-presidente Emilio Garrastazu Médici havia cassado o prefeito José Batista Junior, do MDB, em Anápolis, Goiás. Por razões econômicas, políticas e de estratégias militares, o município foi declarado como Área de Segurança

¹⁸⁴ Uma “diabólica trama política” *O Estado de S. Paulo*. 17 de janeiro de 1978, s/p. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 45.

Nacional por meio de unilateral decreto federal. Apenas em 1986 a população de Anápolis pôde escolher novamente um prefeito nas urnas.

O relatório do deputado catarinense Walmor de Lucca foi encaminhado ao gabinete do Ministério da Justiça pelo vice-líder do MDB no congresso, que se encontrava no exercício de liderança, o deputado federal, Tarciso Delgado. O ofício trazia o seguinte texto:

Senhor Ministro:

Cumpre-me remeter a V. Exa. cópia do relatório de representante desta liderança sobre os inexplicáveis acontecimentos criminosos na cidade catarinense de Joinville, nos últimos meses, para as devidas providências no sentido de apoio e defesa da autoridade constituída daquele município.

Há indícios, pelo inopinado e reincidência dos crimes, que se trata de diabólico artifício de radicais adversários políticos do ilustre prefeito Luiz Henrique da Silveira que, inconformados com a derrota eleitoral e com o grande êxito daquela administração junto ao povo, desejam criar uma situação de intranquilidade na cidade, a falsamente justificar a utilização de medidas excepcionais naquele município. Incendiários presos recentemente, confessam terem recebido pagamento para a prática de tais crimes.

É necessário que as autoridades estaduais e federais se somem, decidida e concretamente, aos denodados esforços do respeitável prefeito de Joinville, para que seja desbaratada a maquiavélica quadrilha de crimes, processados e presos os responsáveis pela intranquilidade da boa gente joinvilense e, de uma vez por todas, comprovada a impossibilidade dessas mentes doentias alcançarem seu macabro objetivo.¹⁸⁵

Após a suspeição levantada pelo MDB catarinense ganhar as páginas da imprensa, Konder Reis enviou extenso ofício ao Ministério da Justiça queixando-se da versão de seus adversários políticos:

Senhor, ministro, causa-me preocupação o procedimento do deputado federal Jaison Barreto que, para confundir a opinião pública, vem ocupando as manchetes dos grandes jornais nacionais (“O Estado de São Paulo”, “Jornal de Brasília”, conforme anexos) para insinuar que os incêndios em Joinville sejam (*grifos no original*) “uma trama diabólica para transformar Joinville em área de segurança nacional” (...) O “Jornal de Brasília” (recorte anexo) é ainda mais direto ao reproduzir as gravíssimas acusações do deputado Jaison Barreto: “... os 26 incêndios já provocados em Joinville” “têm como meta principal ocasionar uma intervenção federal na cidade, que passaria a ser considerada área de segurança nacional. Assim, a oposição perderia o controle da mais importante cidade de Santa Catarina”. Essas calúnias do deputado Barreto estão se avolumando, a ponto de o já citado “Jornal de Brasília”, de 17 do corrente, falar em “complô para

¹⁸⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Ofício s/n. – Brasília, 25 de janeiro de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 116-117.

forçar o governo a intervir na administração local" (Recorte anexo). Tomo a liberdade de observar que essas acusações são de tal gravidade que não chegam a atingir as autoridades do meu governo, já que os Estados não têm atribuições de considerar áreas de segurança nacional ou de intervir em municípios, senão, nesta última hipótese, em casos especiais previstos na Constituição Federal. (...) Entendo que é ousar demais afirmar que os órgãos federais de segurança pudessem provocar vinte incêndios (inclusive numa igreja) e mais uma tentativa de assalto a um quartel do exército com a finalidade criminosa de transformar Joinville em área de segurança nacional, "como aconteceu com Anápolis" (SIC!).¹⁸⁶

A mensagem argumenta que tão “graves acusações” eram igualmente partilhadas pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira, que “numa atitude maliciosa” teria “tentado jogar as autoridades ao descrédito público” ao aventar a suspeição de conotação política quanto aos incêndios. A citação da fala do prefeito é seguida pelo referido anexo do Jornal *O Estado* para atestar seu argumento. E prossegue:

Nunca antes a falta de patriotismo, e o total desrespeito dos nossos adversários às autoridades constituídas, especificamente, às áreas de Segurança Nacional, atingiram tal extremo, a ponto de serem acusadas de repetidos atos criminosos consubstanciados em dezenas de incêndios propositais com prejuízos incalculáveis, para justificar, dentro do raciocínio mórbido do deputado Jaíson Barreto, “a inclusão de Joinville em área de segurança nacional”. Temo sinceramente pelos resultados altamente negativos que a reunião anunciada pelo deputado Barreto possa trazer a população de Joinville, pois será evidente que nessa oportunidade irão se repetir as calúnias e as ofensas aos órgãos de segurança do Governo Federal, exatamente aqueles que podem transformar Joinville em “área de segurança”.¹⁸⁷

Em que pese a versão de Konder Reis de que a suspeição levantada pelo MDB catarinense recaísse sobre os órgãos de segurança do governo federal, os emedebistas suspeitavam, por sua vez, que pudessem estar envolvidos segmentos extremistas ligados ao próprio Konder Reis, o que igualmente poderia justificar uma intervenção federal na administração emedebista.

No final de janeiro, novo ofício de Konder Reis foi encaminhado ao Ministério da Justiça, solicitando medidas legais contra seus opositores:

Tenho tomado conhecimento dessas provocações e calúnias, através da imprensa de circulação estadual e nacional, mas agora soube pelos jornais que o MDB, através de seu líder em exercício na Câmara,

¹⁸⁶ ESTADO DE SANTA CATARINA. Gabinete do Governador. Ofício nº 253/78- Florianópolis, 23 de janeiro de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 41-42.

¹⁸⁷ *Id.*

Deputado Tarcísio Delgado, formalizou essas denúncias, pedindo oficialmente a esse Ministério providências para “colocar um fim na onda de incêndios criminosos em Joinville”. Desconheço os termos da denúncia, e por isso consulto Vossa Excelência sobre a possibilidade de esse Ministério, com fundamento no caput do Art. 32 da Constituição da República e/ou do seu § 4º (ou ao abrigo de legislação específica mais apropriada), convocar os senhores deputados Jaison Barreto e Walmor de Lucca (...) a Oposição, pela voz dos deputados Jaison Barreto e Walmor de Lucca, e mesmo do Prefeito de Joinville declara aos jornais que esses atos são praticados por agentes do Governo Federal (dedução óbvia, pois apenas o Governo Federal pode considerar áreas de Segurança Nacional) ... E não satisfeita com essa provocação, dirige-se oficialmente ao Ministério da Justiça, formalizando pedido de providências e (suponho) confirmando essas suspeitas. Diante do exposto, renovo a minha consulta sobre se seria possível compelir legalmente esses deputados a prestarem as informações que dizem ter sobre as origens criminosas dos incêndios de Joinville.¹⁸⁸

O pedido de convocação dos deputados emedebistas foi encaminhado em março para consultoria jurídica do Ministério da Justiça. Konder Reis buscou enquadrar seus adversários políticos nas formas que dispunha, proporcionadas pelo regime de exceção, no que diz respeito ao tratamento de opositores. O governador sugeriu o uso de alguns dispositivos jurídicos e, nas entrelinhas, o uso de “legislação específica”, quiçá referindo-se ao AI-5, embora esta fosse prerrogativa do executivo. Aproximadamente três meses após, a assessoria jurídica do Ministério da Justiça emitiu o parecer:

Quanto à aplicação do dispositivo no art. 32 caput e seu parágrafo 4º da Lei Magna, como pretende a consulta do Sr. Governador de Santa Catarina, S.M.J. entendemos não haverem, na espécie, as figuras delituosas da injúria, da difamação ou da calúnia. Teriam os parlamentares feito referência a que os incêndios “...são de extrema direita”, como verificamos no texto da consulta formulada a este Ministério, sem, entretanto, citarem quem ou quais elementos seriam os mandantes ou autores dos sinistros. Não há, desse modo, a nosso ver, como promover-se, qualquer atitude mais objetiva contra os Deputados citados que teriam feito alegações impessoais, apenas com ressonância no campo político, sem maiores implicações. (...) Os comentários do Jurista PONTES DE MIRANDA sobre a Emenda Constitucional nº 1/69 não nos oferecem qualquer resíduo autorizativo no sentido de compelir os parlamentares às revelações pretendidas na consulta e, pessoalmente, acreditamos somente as autoridades encarregadas da apuração dos crimes poderiam dizer, conforme o caso, da existência ou não de mandantes ou executantes pertencentes ideologicamente à extrema-direita (...) Por último, ao examinarmos a consulta sob o prisma do Decreto-Lei nº 898, de 28 de setembro de

¹⁸⁸ ESTADO DE SANTA CATARINA. Gabinete do Governador. Ofício nº 497/78- Florianópolis, 31 de janeiro de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 128-129.

1969, Lei de Segurança Nacional, não encontramos quaisquer dispositivos que permitam concretar uma ação deste Ministério, em sua área de competência, visando satisfazer ao Sr. Governador consultante.¹⁸⁹

Segundo parecer da assessoria jurídica, era impossível atender legalmente o pedido do governador. Como havia se passado meses desde a petição do governador, a assessoria Jurídica sugeriu ao Ministério da Justiça solicitar ao Departamento de Polícia Federal verificar se os deputados continuavam a explorar politicamente o assunto, bem como o impacto na opinião pública, e se a imprensa continuava dando importância àquela versão.

A resposta da Polícia Federal ao Ministério da Justiça foi que, decorridos 8 meses, haviam cessado as manifestações de natureza política e, nem mesmo com o início da campanha eleitoral para as eleições daquele ano, o assunto teria voltado a ser explorado.¹⁹⁰ Por outro lado, menciona a declaração dada pelo Secretário de Segurança e Informação, coronel Ary Oliveira, ao Jornal *O Estado*, que poderia ser explorada pela imprensa: “pode ser que tenha mais gente de cima, algum graúdo mandando, pode ser um industrial envolvido. Mas chegamos num ponto que deu um branco”.¹⁹¹

Carlos Heitor Cony arrematou seu texto-reportagem, comentando as versões que ouviu com alguma pitada de humor:

Pela cidade- e pelo resto do Brasil- correm versões sobre os incêndios. Pensou-se numa jogada da Arena contra o MDB, numa tentativa de transformar o município em área de segurança nacional- o que terminaria definitivamente com o predomínio eleitoral emedebista. Mas com o AI-5, uma penada do governo central seria mais eficaz. Falou-se em grupos subversivos, de ideologia não esclarecida, que inauguravam um novo tipo de terror. Falou-se até mesmo no grupo alemão Bader-Meinhof - um exagero provinciano da imprensa carioca que aventou esta hipótese. Os terroristas internacionais têm rotas mais

¹⁸⁹ BRASIL. Ministério da Justiça. Consultoria Jurídica. *Parecer n. 119/78*- Brasília, 06 de junho de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 161-162.

¹⁹⁰ BRASIL. Departamento de Polícia Federal. *Processo n° 100.924-S/77-MJ/GAB/SR/DPF/SC*- Florianópolis, 21 de agosto de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 177.

¹⁹¹ *O Estado*. Florianópolis, 09 de julho de 1978, s/p. Recorte. Acervo do SNI. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 180.

pingues do que os plácidos remansos catarinenses. Não seria desta forma que a Europa se curvaria diante do Brasil. Pensou-se também num piromaníaco (a palavra é de meu especial agrado) mas psicólogos e psiquiatras ouvidos a respeito garantiram que o cara com essa tara gosta de curtir o fogo pessoalmente, dando uma de Nero: fica por perto e se for o caso, toca pandeiro, violão ou lira para celebrar o seu prazer. Fui para Joinville sem nenhuma opinião formada e volto de lá sem qualquer opinião, embora melhor informado. Pessoalmente, acredito na hipótese de um desafeto da cidade em geral. Teve infância difícil, talvez miserável. A assistência social não era lá essas coisas, o garoto engoliu afrontas, remou ressentimentos, talvez fosse um excepcional mais tarde reabilitado. Um dia deixou a cidade, venceu em outras praças e voltou. Voltou para botar fogo no circo que o repeliu.¹⁹²

Os rumores como ruídos da língua, espalham-se e produzem mobilizações. Não é nosso objetivo apreender como as pessoas se apropriavam da circulação dos rumores na cidade, mas não deixam de ser curiosas as respostas coletadas entre populares em matéria da *Folha Catarinense*¹⁹³ acerca da autoria dos incêndios.

Jorge Meccione, representante comercial, respondeu que acreditava ter origem no comunismo internacional, com ramificações em Curitiba e Joinville; Aldo Shmidt, comerciário, acreditava ser um piromaníaco dando guarida aos seus impulsos criminosos; Para Inês Fernandes, estudante, não passava de atos de vandalismo; José Ferreira, estudante, acreditava em ação terrorista; Miriam Friedrichsen, secretária, acreditava ser de origem comunista; Mízael, militar, achava havia relação com pessoas que não gostavam da cidade; Eliza Rosa Kroch, operária, acreditava em ação comunista e com envolvimento político; Margrid L. Niccolleti, digitadora, acreditava ser obra de vândalos perturbando a paz da cidade; Paulo C. Xavier, operário, acreditava haver infiltração terrorista; Argemiro Batista, auxiliar de escritório, afirmou não estranhar que fosse um foco comunista; Felisbino da Silva, industriário, estava confuso em meio a tantas versões; Janete Pereira, estudante, acreditava haver mandante intelectual; Raul Fagundes, jornalista, acreditava ser parte dos problemas sociais, mas também em elementos subversivos visando tirar proveito político.

¹⁹² O mistério é fogo. *Manchete*, 4 de março de 1978, p. 23. Acervo: Arquivo Histórico de Joinville.

¹⁹³ Polícia mantém-se calada, mas o povo está falando. *Folha Catarinense*. 30/01 a 05/02/1978.

Recorte. FUNDO: Serviço Nacional de Informações -

http://imagem.sian.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf, p. 63.

Com base em depoimentos colhidos pela polícia nos inquéritos, correram boatos de que o mentor dos incêndios seria um rapaz alto, cabelos castanhos, bem penteados, barba em estilo cavanhaque, usava calça jeans, dirigia um opala vermelho (ou azul, dependo da versão), quiçá um industrial de Curitiba, mas talvez fosse ainda o filho de um industrial de abastada família joinvilense.

“A imaginação coletiva trabalha sobre toda espécie de rumores”, escreveu Jean Delumeau, em *História do Medo no Ocidente* (DELUMEAU, 2009, p. 264). Em uma conjuntura de medo coletivo, um boato frequentemente recebe créditos em níveis sociais distintos, rompendo barreiras de idade, gênero ou classe social.

Numa população acometida pelo medo, o rumor transforma-se numa acusação que nomeia culpados. E, nesse sentido, funciona como rejeição do inexplicável, livrando, ainda que provisoriamente, uma coletividade de seu medo. Diante de uma ameaça, “a população que aceita um rumor faz uma acusação”, diz Delameau. Recusando a incerteza, desmascara-se o inimigo público e “isso já é um alívio” (DELUMEAU, 2009, p. 272).

A documentação envolvendo a trama dos incêndios permite enxergar a questão sob essa perspectiva. Temores foram suscitados, rumores foram acolhidos como parte do repertório político da época, do trabalho da imaginação coletiva no que se acreditava possível.

3.5 OS DESOCUPADOS, ESSES “HOMENS INFAMES”.

A revista *Manchete* em sua primeira edição de 1978 trouxe novidades sobre os incêndios:

O secretário de Segurança de Santa Catarina, Coronel Ary de Oliveira, reuniu repórteres de todo o país no dia 29 de dezembro de 1977 para as primeiras informações oficiais sobre a série de incêndios ocorridos em Joinville. Sem divulgar o nome do mandante- identificado, extra-oficialmente como João Fagundes de Oliveira, proprietário de um Opala com chapa de Curitiba-, o secretário entregou à imprensa uma relação de dezenas acusados, oito dos quais são menores. “Todos eles pertencem às classes sociais baixas”, disse o secretário de Segurança, sem esclarecer, porém, a razão dos crimes.¹⁹⁴

¹⁹⁴ EDUARDO, Jorge. Prisão dos incendiários em Joinville. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 26, ed. 1343, p. 108, 1978.

Desde a madrugada do dia 22 de dezembro os dezesseis homens, incluindo oito menores estavam presos. Os menores foram posteriormente encaminhados a Florianópolis para a FUCABEM (Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor). Segundo a versão produzida no inquérito, tratava-se de uma quadrilha organizada cujo mandante seria, possivelmente, um industrial de Curitiba, que pagava os executores. Como mediador, entre os presos, foi apresentado um taxista que faria o transporte dos incendiários e os pagava.

Três semanas depois, a Agência Regional do SNI, em telex enviado para a Agência Central, informava que, como ocorrera a prisão dos incendiários, a tensão emocional e a intranquilidade da população haviam diminuído. Contudo, a situação voltou a piorar desde a madrugada do dia 7 de janeiro, quando novos incêndios foram registrados na cidade. Os incêndios não haviam cessado com a prisão dos dezesseis acusados, portanto.¹⁹⁵

A operações policiais, em colaboração com a polícia do Paraná, passaram a mirar a prisão do suposto mandante de Curitiba. Na cidade, as operações policiais intensificaram as *blitzen*, mirando, sobretudo, forasteiros ou viajantes. Estação Rodoviária, estradas e pontos de entradas e saídas das cidades da região foram cercadas. O DOPS de Florianópolis iniciou na cidade, em 26 de janeiro de 1978, o que foi batizada como “Operação População Flutuante”. A estratégia era vigiar quem entrava ou saía da cidade, diariamente. Todos os hotéis da cidade passaram a ser vigiados e obrigados a entregar, diariamente, a lista de hóspedes que entravam ou saíam.¹⁹⁶

Suspeitos continuaram sendo detidos a esmo. Havia tanta desorganização das forças policiais, que suspeitos chegaram a ser presos e liberados diversas vezes em curto espaço de tempo por falta de um controle mais qualificado. A atmosfera policial esca de repressão instaurada na cidade mantinha-se à caça de possíveis suspeitos. Segundo o Secretário de Segurança

¹⁹⁵ Telex 415154 SNI AC 108/116 ACT 78. 17 de janeiro de 1978. FUNDO: Serviço Nacional de Informações -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf, p. 43.

¹⁹⁶ O Estado. Florianópolis, 28 de janeiro de 1978, s/p. FUNDO: Serviço Nacional de Informações http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf, p. 57-58.

e Informação, Ary de Oliveira, não se tratava de detenções, mas sim “recolhimento” para averiguações. Enquanto não se localizava o mandante, ressaltava-se a diminuição do tráfico de drogas e outras delinquências em função do policiamento ostensivo.

A polícia do Paraná chegou a prender um suspeito enviado a Joinville e solto pouco tempo depois por falta de provas. Posteriormente, descobriu-se que o nome do suposto mandante que apareceu nos inquéritos como João Fagundes de Oliveira, o proprietário do Opala com placas de Curitiba, era na verdade uma personagem fictícia. O nome havia sido forjado nos interrogatórios.

A confissão dos dezesseis executantes dos incêndios havia sido feita com base na truculência que permeava os porões da ditadura, e que naqueles tempos sombrios do regime havia se oficializado nas delegacias como práticas comuns de interrogatórios e como métodos para a obtenção de confissões. Carlos Heitor Cony, destemido jornalista, habituado a denunciar as arbitrariedades daqueles tempos desde 1964, descreveu o estado de um dos principais acusados:

Mostrou as marcas do tratamento que em linguagem policial, tem o nome de interrogatório severo e nos manifestos a favor dos direitos humanos é apenas tortura. Quase vinte dias depois dos severos interrogatórios, [o taxista]¹⁹⁷ tem uma enorme marca nos olhos, se sustenta mal das pernas, e me exibe a parte superior das coxas, onde ficaram vestígios da severidade com que seus testículos foram interrogados.¹⁹⁸

Os interrogatórios foram conduzidos no 8º Batalhão da Polícia Militar, o QG das operações. Os presos passaram 30 dias incomunicáveis. Encaminhados ao Presídio Regional de Joinville, permaneceram até o julgamento. Ao menos em duas ocasiões diferentes passaram por “interrogatórios severos” diante da autoridade policial.

Quando a mencionada equipe do DOPS paulista chegou à cidade, a imprensa anunciou que os presos passariam novamente por interrogatórios para o “aprimoramento” dos inquéritos, pois acreditava-se que poderiam revelar

¹⁹⁷ Os nomes que aparecem nas revistas e jornais da época foram suprimidos.

¹⁹⁸ CONY, Carlor Heitor. O mistério é fogo. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 26, ed. 1350, p. 20-23, 1978.

algo a mais que deslindasse as motivações dos incêndios e seu possível mandante.¹⁹⁹

O repórter de *A Notícia*, Antônio Anacleto, 21 anos após, conversou com policiais que atuaram nas operações, que optaram pelo anonimato e deram detalhes dos interrogatórios:

A prática mais utilizada para a tortura era o pau-de-arara. O método somava-se a outros. O pau-de-arara consistia em pendurar o preso nu, em posição de cócoras, sentado sobre as mãos algemadas juntamente às pernas- por entre elas era passada uma barra de madeira ou ferro pela qual o torturado é pendurado de cabeça para baixo, de maneira que os genitais ficasse expostos. Neles eram presos terminais elétricos ligados num dinamo (conhecido por macaca). Quando era girada a manivela do mecanismo o torturado recebia uma forte descarga elétrica. Quanto maiores as contrações nervosas, mais se debatia e se machucava.²⁰⁰

A descrição do método sinistro prossegue:

Outro recurso era o pau-de-arara usado como afogamento. Estando o torturado pendurado, usava-se uma mangueira com água escorrendo. Como ele estava com a cabeça para baixo, tapava-se sua boca e jogava-se esguicho de água no nariz. Com as contrações e tentando buscar oxigênio, o acusado mais se machucava. Outras práticas eram adotadas, como enfiar arames pontiagudos debaixo das unhas ou fazer disparos contra a pessoa interrogada com a arma descarregada.²⁰¹

A tortura foi uma prática institucionalizada de agentes de Estado durante a ditadura. A prática de tortura e diferentes formas de sevícias tornaram-se uma constante nos interrogatórios de presos políticos com forma de extrair informações. Embora os supostos incendiários não pudessem ser considerados presos políticos no sentido estrito, inicialmente pesava sobre eles a suspeição de que tivessem sido contratados com objetivos políticos. Esta hipótese foi levantada no argumento do deputado emedebista Walmor de Lucca.

A violência policial é pré-existente à ditadura: é elemento constituinte do autoritarismo social que viceja no Brasil. Porém, durante a ditadura, os órgãos de repressão foram incrementados pelo Estado brasileiro ao implantar uma

¹⁹⁹ *O Estado*. Florianópolis, 28 de janeiro de 1978, s/p. Recorte. FUNDO: Serviço Nacional de Informações -

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf, p. 57-58.

²⁰⁰ Como a polícia agia nos anos de insegurança. *A Notícia*, Joinville 10 de julho de 1998. s/p. Recorte. Caixa: Incêndios em Joinville. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

²⁰¹ *Id.*

complexa polícia política que mesclava militares das três forças, polícia civil e militar, que através dos Dops, as instâncias estaduais, foram os principais responsáveis pelos episódios de torturas e extermínios (FICO, 2004, p. 35).

Desde os primeiros tempos do regime de 1964, quando as denúncias sobre a tortura começaram a aparecer na imprensa e no congresso, as “investigações” do governo Castelo, através do general Ernesto Geisel, serviram tão somente para que o regime se esquivasse da questão. Admitiu-se alguns poucos excessos, sem punição aos autores. Ao longo do tempo a prática foi institucionalizada. Na avaliação de Gaspari, a posição oficial sustentada pelos militares quando a tortura começou a ser empregada, logo após o golpe, foi a dissimulação:

A tortura não era um fato em si, mas uma questão de opinião, uma “campanha dirigida”. O que o Correio da Manhã e os políticos oposicionistas conduziam era precisamente uma campanha, mas não era nela, e sim na tortura, que estava o fenômeno político. Mobilizando suas energias políticas contra a “campanha”, e não contra a tortura, o regime de 1964 comprometeu-se com uma mistificação e, por vinte anos, comportou-se como se o combate à tortura não fizesse parte da luta em defesa dos direitos do homem. Negar a tortura significava defender o regime. Denunciá-la ou confirmá-la era atacá-lo. A prática da tortura nas guarnições militares deixava de ser um fato em si, tornando-se matéria de opinião, contaminada por alguma forma de incompreensão a respeito da obra dos governos que a estimulavam e a protegiam (GASPARI, 2014a, p. 150).

Os militares negaram farisaicamente enquanto puderam a tortura, mas esta prática foi um dos traços definitivos desse período. Os militares de alta patente, assim como os generais-presidentes, tinham pleno conhecimento de sua existência. Em depoimento, em 1994, a Maria Celina D’Araujo e Celso Castro, o general Ernesto Geisel opinou sobre o que seria uma necessidade tática de extrair confissões:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões (...). Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1997, p. 225).

Geisel, ao contrário de alguns de seus pares, foi um dos poucos a admitir e defender a tortura abertamente após o fim do regime (MARTINS FILHO, 1995). A admissão pública da tortura pela elite das forças armadas equivalia à aceitação de uma mancha sobre a mística militar de sua superioridade moral sobre os civis.

Incapazes de admitir publicamente o jogo da força bruta dos porões, no máximo terceirizaram a responsabilidade, jogando nas costas do “pessoal de baixo”, de um delegado ou das polícias, tidas como inferiores e despreparadas.

No reverso dessa prática, sobretudo nos momentos de maior fechamento do regime, estava a censura à imprensa. Em caso de torturas que resultassem na morte do preso, a tesoura da censura servia, na maioria das vezes, à farsa montada nos porões sobre versões insustentáveis: reações, suicídios e casos em que a simulação poderia ser desmentida pela imprensa.²⁰²

Em áudios recentemente divulgados das sessões do STM (Superior Tribunal Militar) que julgava presos políticos na época, há relatos aterradores que comprovam o evidente reconhecimento de ministros acerca da prática. As falas de ministros, embora reconheçam, na maioria dos casos, limitam-se a circunscrever sua prática às delegacias, não mencionando sua recorrência também nos quartéis. O policial sádico, vítima de uma perversão moral é transformado no desvio da norma para salvar a honra da farda militar.²⁰³

Os áudios divulgados das sessões do STM evidenciam o constrangimento de algumas autoridades judiciais em lidar com autos que revelavam tortura. Por outro lado, a atribuição de responsabilidade pelo ato de tortura a um subalterno, um delegado ou policial, sem evidentemente levar a medidas práticas de responsabilização penal, era um modo conveniente de evitar chocar-se, eventualmente, com alguém do alto comando.

Através da figura do torturador a alta oficialidade que poderia manter alguma distância do “serviço sujo”. Oficiais-generais estimularam, ordenaram e defendiam a tortura como instrumento adequado aos porões e em troca articulava-se uma rede de lealdades e comprometimentos que foram

²⁰² Um dos casos emblemáticos que ilustra essa prática foi o assassinato e desaparecimento do corpo do deputado cassado, Rubens Paiva, depois de ter sido preso por agentes do exército. A versão inverossímil dada pelos militares foi a de que teria sido sequestrado por um grupo subversivo enquanto era transferido de uma unidade militar para outra. A carta de sua filha, Eliana Paiva, enviada ao Ministro da justiça foi terminante proibida sua divulgação por quaisquer meios de comunicação (MARCONI, 1980, p 232).

²⁰³ A divulgação dos áudios feitas em 2022 pela jornalista Mirian Leitão faz parte de um acervo de cerca de 10 mil horas de gravações das sessões do STM que vem sendo pesquisadas pelo historiador Calos Fico. Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/17/audios-do-superior-tribunal-militar-sobre-tortura-ouca-os-relatos-e-leia-as-transcricoes.ghtml>. Acessado em 26/08/2023.

estruturantes na máquina repressiva. Os torturadores eram publicamente reconhecidos através da “Medalha do Pacificador”, uma espécie de condecoração pelos serviços prestados ao exército brasileiro (JOFLY, M.; CHIRIO, M., 2014).

A tortura e a violência policial no Brasil foram práticas disseminadas no Brasil ao longo de largo período, envolvendo a dominação sobre populações escravizadas, atingindo o movimento operário, as populações camponesas e indígenas, em diferentes episódios dramáticos, ganhando musculatura institucional desde, pelo menos, o Estado Novo, e a legislação referentes à chamada Segurança Nacional.

Com a instauração do regime autoritário, agir de forma ilegal por meio da tortura, por mais paradoxal que possa parecer, mantinha relação com um dispositivo constitucional que atribuía aos militares a garantia da ordem. A constituição de 1967 manteve de constituições anteriores, a separação entre lei e ordem, sem uma definição precisa. Para Mathias e Guzzi (2010) a dicotomia entre lei e ordem e imprecisão dos textos constitucionais, dava aos militares a prerrogativa de definir a própria ordem que diziam defender. Ao atribuir aos militares a responsabilidade pela garantia da ordem, sem defini-la, segundo os autores, abria-se o caminho para a imposição da ordem (sem a lei), nesse caso agindo em cumprimento às funções constitucionais das Forças Armadas. Ou seja, a distância entre preterir a lei em nome da ordem era muito curta. (MATHIAS; GUZZI, 2010).

O Secretário de Segurança Informação de Santa Catarina, coronel Ary de Oliveira, procurou compartilhar socialmente a responsabilidade da violência policial cotidiana. Declarou à imprensa da capital, à época: “muitas vezes a comunidade e a imprensa influenciam para que o policial cometa violência, ao exigirem a solução de um crime.”²⁰⁴ A violência policial, no caso dos incêndios resultava da pressão social.

²⁰⁴ O Estado. Florianópolis, 09 de julho de 1978, s/p. Recorte. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 180.

Vale ressaltar que a continuidade da tortura na estrutura do Estado brasileiro é um passado que não cessa. A permanência da violência policial nas delegacias brasileiras é, paradoxalmente, uma prática socialmente aceita. Isto talvez explique por que a polícia inspire mais medo do que segurança entre os cidadãos. A violência policial é um traço permanente do autoritarismo social brasileiro.

Do mesmo modo, é parte desse autoritarismo social a crença de que os pobres teriam uma tendência natural à vadiagem e à criminalidade. Presos, acusados e torturados, os pobres e desafortunados, os “homens infames” da metáfora de Michel Foucault (1992), foram os únicos culpados pelos incêndios em Joinville. À exceção do taxista preso, que também era pobre e trabalhava com carro que não lhe pertencia, os demais acusados eram desempregados e menores desocupados.

Operações de higienização que se repetem tendo como alvos as chamadas “populações vadias”²⁰⁵ foram métodos que o aparato repressivo do Estado utilizou como meio para responder às demandas por segurança pública num episódio que tirou a tranquilidade da população do norte catarinense, durante meses. Homens pobres e ociosos na “Manchester Catarinense”: como não acreditar que havia incendiários entre eles? Ociosos e infames, ei-los culpados por crimes que só neles encontrariam explicações.

Os presos continuaram detidos até o julgamento em 10 de outubro de 1978, quando foram postos em liberdade provisória, e posteriormente inocentados por falta de provas materiais e terem confessado sob tortura. Os familiares dos menores alegaram, igualmente, que haviam confessado sob tortura.

Uma investigação policial, mesmo que não leve à punições legais, geralmente produz resultados negativos na vida cotidiana de quem é impactado. Além dos resultados físicos e psicológicos provocados pela prisão e tortura, os inocentados dos incêndios tiveram que lidar com o estigma de incendiários.²⁰⁶

²⁰⁵ Expressão presente nas fontes.

²⁰⁶ Um dos principais acusados, o taxista, jamais se recuperou da experiência, afetado por problemas de ordem psicológica durante décadas, escondeu durante toda a vida o trauma de seus filhos, que cresceram sob o segredo desse passado paterno.

Ser alvo de uma investigação policial era (e ainda é) uma forma de dominação pelo estigma. A lógica da suspeição policial acarretava um enorme peso: ser intimado para um interrogatório ou acareação perante órgãos de repressão gerava enorme constrangimento social no indivíduo (PACHECO, 2018, p. 200).

Quanto aos olhares de Brasília, as fontes indicam que o Ministério da Justiça acompanhou os desdobramentos do acontecimento do início ao fim. Após oito meses, ordenou que a Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina enviasse relatório sobre o andamento dos inquéritos instalados na comarca e as repercussões políticas sobre o caso. Em relatório, os investigadores da Polícia Federal asseguraram que as questões políticas haviam cessado e que os processos seguiam normalmente na vara criminal do Fórum de Joinville. Adiantava ainda, que o promotor encarregado havia informado que não denunciaria todos os envolvidos no inquérito e que a maioria dos presos seriam libertados, sobretudo os menores que ainda estavam retidos.

Com base no relatório da Polícia Federal, a consultoria jurídica do Ministério emitiu seu parecer:

Devem os autos ser arquivados, “levando-se em consideração que a Justiça Estadual está promovendo a responsabilidade dos culpados e sobretudo por inexistir qualquer circunstância que possa encaminhar o deslinde da questão para a órbita da Lei de Segurança Nacional”.²⁰⁷

O parecer foi assinado pelo Ministro Armando Falcão em 30 de outubro de 1978 e o processo sobre os incêndios arquivado. Ao Ministério da Justiça importava deslindar se a trama incendiária mantinha relação com a questão da Segurança Nacional.

O Ministério da Justiça portou-se tão somente dentro dos objetivos do regime autoritário, valendo-se neste caso, apenas dos instrumentos tradicionais do poder: o aparato jurídico, o poder de polícia, a burocracia e a relativa autonomia dos governos nas unidades da federação, que por si só resolveria suas questões de segurança pública. Através das comunidades de informação,

²⁰⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. Processo nº 100.924-S/77. Brasília, 30 de outubro de 1978. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 191.

sabia-se não haver razões ou condições de ordem pragmática, àquela altura, para promover ações que ameaçassem certa ordem federalista que a própria constituição autoritária consagrava, o que só forneceria munição para a oposição. Assim, não havia por parte do governo a intenção de fazer uma intervenção federal em uma cidade governada pela oposição, sobretudo naquele momento da abertura política. Se houvesse, certamente haveria meios, afinal o instrumento de exceção mais eficaz do executivo, o Ato Institucional nº 5, esteve em vigor durante todo o período Geisel, pelo qual foi possível fechar Congresso, cassar mandatos e prender a quem supostamente atentasse contra a segurança nacional, sem direito a habeas corpus.

Algo teria mudado desde o Pacote de Abril, em que o governo havia conseguido enquadrar seu projeto de governar com maioria parlamentar? Certamente²⁰⁸. Os últimos empregos do AI-5 após o mês de junho tiveram por finalidade promover demissões, sendo a maioria para aposentadorias compulsórias. A última vez que o dispositivo foi empregado foi para demitir um escrivão de justiça de Brasília, Luiz David de Freitas, em 17 de março de 1978. O AI-5 foi extinto em 31 de dezembro daquele ano, pouco depois de completar 10 anos de existência.

O episódio dos incêndios em Joinville evidenciou a precariedade da segurança pública de então e a desarticulação entre as autoridades para lidar com um crime daquela natureza. Nessas condições, o Estado autoritário transformou um caso de crime contra o patrimônio em uma atmosfera de forte repressão e controle social em Joinville.

Os incêndios continuaram a ser investigados pelo delegado local, mas nunca foram esclarecidos publicamente. Segundo Ternes (2009), ainda seria um dos segredos mais bem guardados da cidade. Uma das últimas declarações públicas sobre os incêndios foi aquela já mencionada, proferida pelo então Secretário de Segurança e Informação, Ary Oliveira, ao Jornal *O Estado*: “pode

²⁰⁸ As cassações diminuíram após o Pacote de abril. Houve duas no mês de junho de 1977, dos deputados de oposição, Marcos Tito (MDB/MG) e Alencar Furtado (MDB/PB).

ser que tenha mais gente de cima, algum graúdo mandando, pode ser um industrial envolvido. Mas, chegamos num ponto que deu um branco".²⁰⁹

Vale ressaltar que a memória social que prevaleceu sobre esse intempestivo acontecimento em Joinville foi a de que incêndios teriam sido provocados por pessoas situadas em posição de privilégio na estratificação social. Os ociosos e "infames" foram culpados, mas os responsáveis seriam provenientes de famílias abastadas. Essa memória pode ser aferida em diferentes versões que circularam ao longo dos anos, chegando aos tempos das redes sociais. Uma busca sobre os incêndios na página de rede social, *Joinville de Ontem*, revela frequentes comentários que reiteram essa memória. Quatro deles são exemplares:

Lembro muito bem desses incêndios, eram um grupinho de filhos de papai e alguns seguidores, as investigações morreram na casca, quem sofreu com tudo isso, mais uma vez, foi o povo trabalhador que quando saía para o trabalho era incomodado pela polícia.

Como os criminosos eram filhinhos de papai, faziam isso por diversão e a polícia abafou o caso pelo fato de serem de família muito rica de Joinville.

Os verdadeiros criminosos nunca foram presos. Foi tudo jogado debaixo do tapete, eram filhos de gente famosa de nossa sociedade.

Era filho de um homem joinvilense muito importante que se divertia. Claro, bem abafado. Da mesma forma que a neta teve problemas num shopping da Alemanha, só diversão. Lá o Cônsul brasileiro interferiu e aqui teve ajuda das autoridades também. O poder move o mundo. Eles nem são barrados pela polícia nas rodovias por dirigir máquinas em alta velocidade, tem isenção.²¹⁰

Embora nunca tenha sido provado, tal memória tornou-se uma espécie de senso comum entre as camadas médias da cidade. E de algum modo, é interessante porque destoa da concepção, algo comum, de que em Joinville predominaria uma subserviência automática às elites locais. Ainda que tenha sido erigida sob algum ressentimento, imaginado ou não, a nomeação do inimigo público, resguardando para si seu "desmascaramento", soa como se parte da população dissesse: essa elite do dinheiro também é desonesta e autoritária,

²⁰⁹ *O Estado*. Florianópolis, 09 de julho de 1978, s/p. Recorte. Acervo do SNI. FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mc_p_pro_1094_d0001de0001.pdf, p. 180.

²¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2195679557128837&set=gm.2038942719690569>
Acessado em 12 de janeiro de 2023 e 03 de maio de 2024.

tanto que incendiaram a cidade. Teriam feito valer seu poder e influência para acobertar-se, mas não estariam isentos do julgamento popular.

3.6 O EMPRESARIADO E A ABERTURA POLÍTICA

O clássico *1964, a conquista do Estado* de René Dreifuss segue como uma obra seminal na historiografia brasileira sobre o golpe. Foi o primeiro grande estudo que caracterizou o golpe como civil-militar, demonstrando a coalização que reuniu empresários e militares numa sofisticada trama conspiratória de tomada do poder. O estudo de Dreifuss demonstrou que o golpe teve um forte componente empresarial-militar.

Desde 1964, o empresariado nacional constituiu-se durante mais de uma década, em um dos núcleos de sustentação da ditadura. O apoio emprestado aos governos autoritários foi inabalável. O empresariado jamais embarcou na dissidência civil dos que romperam com o regime nos primeiros anos. Lacerda, uma liderança civil dissidente, não logrou êxito em atrair o empresariado para o campo de suas propostas. A elite empresarial, até o governo Médici, manteve uma espécie de consenso de classe em torno do projeto autoritário civil-militar, o que Florestan Fernandes chamou de “autocracia burguesa” (FERNANDES, 1976), na qual a burguesia viveu a ditadura sob o signo do acesso direto ao Estado brasileiro, tendo nos militares seu fiador.

Durante esse período, os governos autoritários foram frequentemente louvados pelo empresariado, acerca da obra saneadora que a “Revolução de 1964” havia produzido em termos de paz social e triunfos, seja na modernização do Estado, seja no campo da economia. Ou seja, os militares eram reconhecidos por seu papel de mover o processo histórico através da contrarrevolução preventiva e garantir, na periferia dependente do capitalismo brasileiro, a autocracia burguesa. E para isso pouco importava a normalidade democrática, na medida que para a burguesia nacional, segundo Florestan Fernandes, a democracia burguesa nunca havia sido a sua opção preferencial.

O chamado “milagre brasileiro”, do qual o empresariado muito se beneficiou, tornou os vínculos ainda mais sólidos com o regime. A consolidação da ditadura foi aplaudida pelo empresariado e algumas de suas frações

solidarizaram-se com a repressão, inclusive desempenhado papéis ativos, como nos notórios casos que envolvem a OBAN (Operação Bandeirante).²¹¹

Mas, essa passou por mudanças quando as possibilidades do Estado autoritário de manter um ciclo de crescimento econômico duradouro sofreram abalos. As primeiras rusgas significativas envolvendo a relação entre o empresariado, especialmente situado em São Paulo, e o Governo Geisel deu-se em função da escolha do governador desse Estado em 1974. Havia unanimidade no empresariado pelo nome de Delfim Neto, porém as pretensões das classes produtoras esbarraram no veto de Brasília, que indicou Paulo Egídio Martins para o cargo. A queixa das lideranças empresariais de sequer terem sido ouvidas recebeu do senador Petrônio Portella, porta voz da ARENA, uma dura resposta. Na altura, o senador estava envolvido na chamada “Missão Portella”, visando pacificar as relações entre a cúpula militar da ditadura e as lideranças estaduais civis da ARENA. Foi então que advertiu: sua missão seria a de ouvir as forças partidárias e não as forças extrapartidárias, o que era o caso do empresariado. E mais: ao empresariado seria permitido fazer política desde que dentro de um partido, mas não como classe. O veto oficial de Brasília ao nome de Delfim para governador de São Paulo foi recebido como uma agressão à elite empresarial de São Paulo. Não significou, contudo, uma ruptura, muito menos incitou o empresariado lançar-se na esfera pública acerca de temas políticos. (CRUZ, 1995, p. 215-216). Posteriormente, tais relações seriam ainda mais desgastadas quando setores liberais de empresariado e da imprensa paulista passaram a criticar o que seria o “estatismo” do governo Geisel (CODATO, 1995).

Em meados de 1977, o processo político fez lembrar a canção de Beto Guedes: quando entrou setembro, e a boa nova andou nos campos, não haveria mais perdão. O autoritarismo do regime seria duramente criticado pelo empresariado e a reivindicação aberta na esfera pública do reestabelecimento do Estado de Direito. Sebastião Velasco e Cruz, observa com alguma dose de

²¹¹ Sobre o caso de empresários que colaboraram com a política de repressão no Brasil destacam-se as controvérsias envolvendo o empréstimo de veículos do jornal Folha de S. Paulo a agentes do DOI-CODI, as relações envolvendo a Volkswagen e a polícia política e o envolvimento do diretor da Ultragás, Henning Boilesen, que foi "justiçado" pelos integrantes da luta armada. MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.

ironia acerca do último semestre de 1977: “setembro descobre, no Brasil, um empresariado de alma liberal democrática” (CRUZ, 1995, p. 210). O discurso empresarial irrompe na cena pública assumindo nova textura, com tons vivos de coloração política.

Em momento crucial da transição operou-se verdadeira metamorfose em um segmento do empresariado paulista. De defensores da repressão a democratas convictos. Palavras como “relações trabalhistas”, “direito a greve”, “democracia” e “direitos humanos” passaram a compor o vocabulário desses empresários na cena pública.

Como compreender que um dos núcleos de sustentação do regime manifestasse, então, publicamente, convicções liberais democráticas? O que teria levado à mudança de comportamento político de parte do patronato, passando a pronunciar-se sobre temas político-institucionais, tomando distância em relação ao regime militar?

A única forma sustentável de explicar, nesse caso, a mudança, é reconhecer que ela obedece a lógica do cálculo. Com um adendo: não propriamente o cálculo de quem observa tendências em curso e resolve se antecipar a elas, mas este outro- incomparavelmente mais simples, mais obtuso- de quem anota o resultado de um conflito e se ajusta, resmungando, a ele, prevendo as consequências da opção contrária. Falando mais claramente, uma parcela importante do empresariado adere a retórica do liberalismo a partir de uma leitura da correlação de forças políticas, num momento em que o fim do AI-5 e a abertura política estavam a ponto de ser celebrados pelo discurso oficial (VELASCO E CRUZ, 1995, p 271).

Para Bianchi (2001, p. 128), a súbita adesão ao discurso da democracia deve ser visto com cautela. Isto porque o ano de 1978 vinha sendo marcado pelas articulações para a sucessão de Geisel, a reboque de todas as incertezas da “abertura”, num movimento de vai e vem da conjuntura, ora avançando, ora recuando, ora vendo no movimento sindical um interlocutor necessário, ora protestando contra o caos e a desordem instaurada pelas greves. Tal incerteza, segundo Cruz (1995), não tornava aquela pequena “insurreição burguesa” um consenso nacional, tampouco colocava claramente o empresariado no campo da oposição. Muitos viam com ceticismo e temiam o processo de abertura, preferindo permanecer em silêncio.

A despeito desse jogo sinuoso no cenário nacional, muito longe das capitais, o empresariado da “Manchester” preferiu guardar silêncio sobre os temas políticos da abertura. As fontes indicam que se manteve fiel na sustentação ao regime sem maiores abalos. Quando se manifesta politicamente no início do governo Geisel, no dia de Caxias, patrono do exército, a burguesia de Joinville louva a memória de 1964.

Quando, em 1964, verificou-se que era impossível tolerar por mais tempo no poder um presidente que traíra a Constituição, renegara o seu juramento de defender as leis fundamentais do povo e governar segundo os interesses do bem comum, o Exército, com a participação das duas outras armas, o apeou da presidência e assumiu a responsabilidade pelo governo do País. Os presidentes CASTELO BRANCO, COSTA E SILVA, MEDICI e GEISEL saíram dos altos escalões do exército, mantendo, primeiro ao atual, a mesma linha de coerência com os princípios emanados da revolução de 31 de Março, dentre os quais cumpre salientar o desenvolvimento como meta, a paz interna como objetivo supremo e a concórdia entre os brasileiros [...] Hoje temos um Exército, o Exército que o presidente João Goulart procurou arruinar, deliberadamente o desarmando, para, mais facilmente, executar sua política, quinta-colunista, da qual resultaria, se bem sucedida, a satelização vermelha do Brasil.²¹²

O empresariado joinvilense compôs o núcleo fiel de sustentação do regime de 1964 até seus últimos suspiros. Contudo, é preciso ressaltar, como apontou Codato (1995), que o resultado prático da disputa entre as frações da burguesia nacional durante o governo Geisel com as cúpulas da burocracia estatal, modificou-se novamente após 1979.

Figueiredo procurou armar uma estrutura burocrática diferente, mais aberta e receptiva, reconstruindo os antigos canais de participação do grande capital nos assuntos do Estado e pavimentando novas vias de acesso ao seu aparelho. Houve, de fato, uma restauração dos padrões corporativistas suprimidos no pós-74 e uma redefinição dos centros de poder real. Nesse movimento, estreitaram-se de novo as relações da burguesia com o "Estado militar" (CODATO, 1995, p. 85).

A participação do empresariado joinvilense durante esse período em órgãos de Estado é um indício do reestabelecimento desses laços apontados por Codato. Em 1979, quatro empresários da ACIJ foram nomeados para ocupar cargos de confiança em centros decisórios do poder estatal. Oswaldo Roberto Colin foi nomeado para a presidência do Banco Central por Figueiredo. Klaus Meyer assumiu a direção do Badesc (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Luiz Gomes assumiu como diretor financeiro da Celesc. Dieter

²¹² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE. *As gloriosas forças armadas brasileiras*. Joinville, 31 de agosto de 1974, p. 21.

Schmidt, assumiu como Secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina na gestão de Jorge Bornhausen (GEHLEN, 2011, p. 178). Em 1981, Schmidt morreu após um acidente aéreo no Oeste catarinense, sendo seu nome substituído por seu escudeiro político-empresarial, Nilson Bender.

O que esteve mais próximo de uma queixa da classe empresarial joinvilense durante o governo Geisel não tinha vinculação política, mas econômica, sobretudo pelas medidas adotadas pelo governo ante a escalada da inflação, entre o segundo semestre de 1977 e meados de 1978. O relatório da ACIJ faz um balanço levemente pessimista do contexto:

Tivemos, no ano que se encerrou, mais um período de dificuldades, em decorrência não só da conjuntura mundial que atravessamos, como, principalmente, das medidas governamentais tendentes ao equilíbrio da balança comercial e ao controle da inflação. O “desaquecimento” da economia nacional mostrou a sua evidência, em alguns setores mais pronunciadamente, em outros de forma menos acentuada, mas o resultado global foi efetivamente uma “freada” nas atividades econômicas, principalmente através da redução do ritmo de investimentos. O crédito apertado, e as elevadas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras funcionaram como “ducha fria” no âmbito do empresariado. A liquidez do sistema financeiro como um todo afetou a demanda de bens e estreitou ainda mais algumas faixa de mercado que já vinham sofrendo contração, de causas localizadas dentro do próprio processo inflacionário. Por isso, certos setores tiveram suas atividades atingidas mais extensamente pela firme posição sustentada pelas autoridades, visando reconduzir a nossa economia a um processo de desenvolvimento mais equilibrado e compatível com o quadro de dificuldades que o mundo ocidental veio a conhecer após a crise do petróleo. A indústria joinvilense teve o comportamento esperado nas circunstâncias. O comércio igualmente. Mas nenhuma ocorrência negativa digna de registro se verificou. O que é sem, dúvida, alentador, nas circunstâncias.²¹³

Nota-se que tais manifestações não se caracterizam como uma crítica mais contundente à política econômica do governo, cuja crise seria resultado de um processo mais amplo, global. O mesmo relatório trouxe informações sobre a realização do V Ciclo de Estudos da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), sob o título “Segurança e Desenvolvimento”, organizado pela ACIJ em parceria com os “adesguianos” de Santa Catarina.²¹⁴

²¹³ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE. *Relatório das atividades da Associação Comercial e Industrial de Joinville, no período de 1º de maio de 1977 a 30 de abril de 1978*. Joinville, 30 de abril de 1978.

²¹⁴ Os Ciclos de palestras geralmente ocorriam no sede da associação empresarial. Algumas liderança de Joinville fizeram formação na ESG (Escola Superior de Guerra) no Rio de Janeiro. A ADESG reunia empresários, políticos, profissionais liberais, entre outros. Ver: FREIRE, Izaias de Souza. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime*

Para Alvaro Bianchi (2001), as razões dos conflitos entre o empresariado e o governo Geisel tinham raízes no fim do ciclo econômico do milagre e seus principais sintomas como o declínio da taxa de acumulação, aumento da inflação e as reivindicações não atendidas em participar das esferas decisórias dos rumos da economia brasileira.

A participação direta do empresariado na definição de políticas setoriais não encontrou paralelo na definição das linhas mais gerais da política econômica. A estrutura autoritária montada pelo regime militar afastou as entidades empresariais das esferas mais altas de decisão e, principalmente, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo que, a partir de sua criação em 1974, passou a coordenar a política econômica do governo definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (BIANCHI, 2001, p. 126).

Em que pese o momentâneo descontentamento com o governo Geisel, o empresariado nacional voltou rapidamente a apoiar o regime. A ACIJ, por sua vez, manteve-se calada publicamente praticamente ao longo da maior parte do processo de abertura, evitando qualquer manifestação de natureza política acerca da volta ao Estado de Direito. Nisso, há um desalinhamento com as bases da burguesia de São Paulo, cujo marco da entrada na cena pública através do discurso de liberalização do regime é o segundo semestre de 1977. No caso de Joinville, apenas no segundo semestre de 1982, quando a abertura política já era fato consumado, surgiram manifestações pontuais, as quais se pode acessar por meio de fontes indiretas. Tendo em vista as primeiras eleições diretas para governadores estaduais desde 1965, a associação forma um grupo de trabalho para elaborar um documento sobre as aspirações da classe empresarial para apresentar aos concorrentes ao pleito. A pauta mesclava interesses comunitários, empresariais e políticos. Os candidatos foram convidados para debater na sede da ACIJ, comparecendo apenas o postulante Esperidião Amin, em 3 de novembro. Em ofício datado do mesmo mês, a associação enviou mensagem ao presidente da república, Figueiredo, parabenizando-o pela abertura política (GEHLEN, 2011, p. 184-185).

O segundo momento ocorreu por ocasião da campanha pelas eleições diretas para presidente em 1984. Segundo Gehlen, que teve acesso à

militar em Joinville. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis: 2015.

documentação original da associação empresarial, foi a primeira manifestação oficializada em ata pela ACIJ, em 16 de abril de 1984. Na ocasião, o deputado Pedro Colin (PDS), ex-ARENA, discorreu para os associados sobre a situação política do país, posicionando-se favoravelmente às eleições diretas (GEHLEN, 2011, p. 184-185). Àquela altura o clamor pelas Diretas já havia tomado às ruas do país em grandes manifestações.

O tema da democracia apareceu na associação empresarial de modo tímido, portanto, circunscrito ao universo das eleições. Não houve por parte do empresariado joinvilense uma conversão pragmática e repentina à retórica da volta da democracia, como ocorreu com parte do empresariado nacional. O empresariado da “Manchester” não quis distanciar-se do regime, mantendo vínculos duradouros. Mesmo após o término do período ditatorial, parte do empresariado local continuou referindo-se ao período encerrado como a “Revolução de 1964”, e tributando aos militares a salvação do país do comunismo.²¹⁵

O golpe de 1964 combinou aspirações de grupos sociais distintos numa visão autoritária de sociedade e de tomada do poder. Ao matizar a participação civil na construção do regime de 1964 é preciso considerar que o golpe em si teve um conteúdo eminentemente empresarial-militar. A partir da ideia de legitimação pela eficácia, o autoritarismo foi consentido de modo a ser possível afirmar que a ditadura não foi corpo social estranho. Um autoritarismo social adubou o terreno, tornando-o fértil ao regime. Esse autoritarismo não saiu de cena no momento em que os militares voltaram aos quartéis.

3.7 A OPOSIÇÃO CONSENTIDA LOCAL

Cessado os incêndios, politicamente, a cidade continuaria sendo governada por um prefeito da oposição, sem maioria na Câmara Municipal. Ao menos nos dois primeiros anos de mandato, as relações do prefeito com o empresariado foram frias, sobretudo pelo desgaste provocado pelo episódio dos incêndios. Luiz Henrique da Silveira reconheceria, anos mais tarde, que sua relação com a associação empresarial durante o segundo (1997-2000) e o

²¹⁵ Esta é uma constatação que pode ser verificada em falas de empresários através da imprensa ou livros de memórias.

terceiro mandatos (2001-2004)²¹⁶ como prefeito de Joinville foi de parceria, diferentemente do primeiro (1977-1982).

Passada a tensão inicial, em setembro de 1979 o prefeito foi convidado a proferir palestra na associação empresarial sob tema de sua escolha. Silveira optou por fazer um panorama das condições sociais e econômicas do município, apresentando dados sobre o crescimento populacional e os graves problemas de infraestrutura, favelização que a cidade vinha enfrentando. Falou ainda sobre as dificuldades em governar a cidade com a arrecadação limitada da prefeitura. Comparou o faturamento dos dois maiores grupos empresariais com o orçamento municipal anual. Segundo o prefeito, o orçamento municipal equivalia então, ao faturamento de 15 dias do Grupo Hansen ou há um mês da Fundição Tupy (GEHLEN, 2011, p. 179).

O MDB governava a cidade desde 1973. Em 1972 Joinville foi uma das primeiras cidades do Brasil a ter um prefeito do MDB. Tratava-se de uma novidade em uma eleição na qual a ARENA tinha saído vitoriosa na maioria dos municípios brasileiros, passando a controlar 91% das prefeituras. A eleição de Pedro Ivo Campos naquele contexto, tinha um componente a mais de surpresa, pois o prefeito não seria um empresário ou algum nome apoiado pela elite econômica do município (TERNES, 2010). Pedro Ivo Campos era um coronel reformado do exército desde 1960, quando passou para a reserva por motivos de saúde.

Pedro Ivo era natural de Florianópolis. Chegou em Joinville no início da década de 1950. Casou-se com a filha do ex-senador Rodrigo Lobo, tradicional político da cidade, e por influência do sogro ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Quando houve o golpe, Pedro Ivo pertencia aos quadros do PTB.

Em 1965 candidatou-se a prefeito de Joinville pela legenda e foi derrotado por Nilson Bender, que pertencia a um campo considerado renovador da União Democrática Nacional (UDN) catarinense, cuja campanha teve forte apoio da Fundição Tupy, empresa na qual atuava como diretor-gerente.

²¹⁶ Os últimos dois anos do terceiro mandato foram cumpridos pelo vice, Marco Antônio Tebaldi, pois em 2002, LHS foi eleito governador de Santa Catarina.

Depois do AI-2 e a extinção do sistema partidário existente, aproveitando a recém-criada legenda do MDB, Pedro Ivo elegeu-se deputado estadual em 1966, atuando na vice-liderança da legenda no legislativo catarinense. Em 1969, candidatou-se novamente à prefeitura de Joinville, desta vez, sendo derrotado pelo médico Harold Karman (ARENA), sendo mais uma vez um nome apoiado pela elite empresarial. Posteriormente, Pedro Ivo foi eleito deputado federal em 1970, passando a atuar em Brasília.

Em 1972, candidatou-se pela terceira vez a prefeito de Joinville.²¹⁷ Nessa ocasião, a ARENA local estava em pé de guerra, o que culminou com a deposição de seu presidente, o empresário Wittich Freitag. Originário do PSD, o episódio de Freitag e seu paulatino rompimento com a ARENA é um indício de que antigas rivalidades com os provenientes da UDN permaneciam no interior da legenda de sustentação da ditadura (DUWE, 2016, p. 214-215). Tal condição favoreceu a oposição em diferentes municípios de Santa Catarina ao longo da década de 1970. Obviamente, dada a importância da cidade, o caso de Joinville é marcante, pois terá repercussões futuras na ascensão e hegemonia duradoura de um segmento conciliador do MDB em Santa Catarina com fortes vínculos com a “Manchester” e sua elite empresarial. Naquelas eleições de 1972, ao lançar três candidatos pela legenda, ARENA1, ARENA2 e ARENA3 (TERNES, 2010), o partido da ditadura foi derrotado por Pedro Ivo, que tinha como vice o engenheiro agrônomo e ex-vereador pela ARENA, Ivan Rodrigues.²¹⁸

A ascensão do MDB na cidade não se explica por questões ideológicas de contestação ao regime. Como bem observou Daniel Aarão Reis, as eleições municipais tendiam a ser menos politizadas, suscitando debates voltados para os problemas locais (REIS, 2014, p. 105). O comportamento político do MDB na cidade era bastante moderado. Acentue-se ainda que a vitória do MDB em 1972

²¹⁷ Pedro Ivo vinha de uma vitória de deputado federal por Santa Catarina nas eleições de 1970.

²¹⁸ Ivan Rodrigues trocou a ARENA pelo MDB em 1970, quando foi eleito deputado estadual. Contou para a vitória de Pedro Ivo, além do racha na ARENA, a pouca penetração da administração do médico-prefeito Harold Karmann nas periferias, lugar onde concentrava-se um novo tipo de eleitor, o migrante. Os apelos do MDB encontraram melhor acolhida entre os migrantes (SOUZA, 2005, p. 216-217).

estendeu-se ao legislativo. Pedro Ivo governou com maioria na câmara municipal.²¹⁹

Luiz Henrique da Silveira sucedeu a Pedro Ivo Campos na prefeitura, sendo eleito pelo MDB em 1976. Natural de Blumenau, criado em Florianópolis, onde formou-se em Direito pela UFSC, mudou-se para Joinville em 1966, onde lecionou no colégio Bom Jesus e na Fundação Universitária da Região de Joinville (FURJ). Conduzido ao MDB a convite de Pedro Ivo, firmou-se como nome influente na legenda. Em 1970 candidatou-se a deputado estadual. Suplente, assumiu a vaga em 1973, quando atuou na Comissão de Constituição e Justiça. Nas eleições de 1974 foi eleito o deputado federal mais votado por Santa Catarina, destacando-se no chamado grupo neo-autêntico do MDB em Brasília, mas sua vitória como prefeito o fez retornar a Joinville para assumir a prefeitura no início de 1977.

Na prefeitura, não governou com maioria na câmara e enfrentou literalmente sua prova de fogo logo no início do mandato com a série de incêndios criminosos abordados anteriormente. Ao contrário de seu antecessor, os dois primeiros anos de mandato seriam marcados por relações frias com o empresariado. Aos poucos ampliou sua interação com a elite empresarial: como assinala Sirlei de Souza (2005), as administrações do MDB nunca chegaram a questionar a ordem vigente, política e economicamente. Luiz Henrique da Silveira, desde o início, mostrou-se um hábil articulador político, atraindo muitos jovens arenistas para sua administração, na medida em que representava a renovação na cidade naquele momento. No final do seu mandato, em 1982, elegeu como seu sucessor o conhecido industrial Wittich Freitag, fundador dos grupos Consul e Embraco e ex-presidente da ARENA local.²²⁰

²¹⁹ Ao final do mandato, Pedro Ivo foi eleito deputado federal por Santa Catarina, em 1978. Em 1982, já pelo PMDB, concorreu ao senado, mas perdeu a vaga para Jorge Bornhausen. Foi eleito governador de Santa Catarina nas eleições de 1986, falecendo ao final do mandato em 27 de fevereiro de 1990, quando o cargo passou para seu vice, Casildo Maldaner. Ver: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/798-Pedro_Ivo_Campos. Acessado em 28/01/2024.

²²⁰ Luiz Henrique elegeu Freitag como seu sucessor e elegeu-se, naquele mesmo ano, deputado federal por Santa Catarina. Foi Ministro da Ciência e Tecnologia do governo Sarney entre 1987 e 1988. Foi eleito por em mais três pleitos consecutivos, exercendo o mandato como deputado federal até 1996, quando foi eleito pela segunda vez, prefeito de Joinville e reeleito quatro anos após. Em 2002 foi eleito governador de Santa Catarina, derrotando Esperidião Amin e foi o primeiro governador a ser reeleito no Estado. Em 2010 elegeu-se senador por Santa Catarina,

O segundo e o terceiro mandatos de Luiz Henrique como prefeito, já pelo então PMDB, foram marcados por relações amistosas e de proximidade com a elite empresarial. Muitos atores ligados às redes de sustentação da ditadura acabaram integrando o PMDB local. Empresários ligados à direita local foram realocados na legenda, a exemplo de Wittich Freitag, Jose Henrique Carneiro de Loyola, vice-prefeito em seu segundo mandato, e mais recentemente, Udo Dohler, empresário ligado à indústria têxtil.²²¹

É digno de nota que Luiz Henrique da Silveira tenha levado para o gabinete da prefeitura, ainda em seu primeiro mandato, o ex-tenente R2 do 62º Batalhão de Infantaria, Carlos Afonso Fraiz. Fraiz havia atuado como agente da repressão durante a Operação Barriga-Verde no final de 1975. Em seu depoimento à *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth*, Rosemeri Cardoso narrou sua prisão em Joinville, quando teve contato com Fraiz, este na condição de um de seus algozes. É nítido em seu depoimento a surpresa e o constrangimento ao narrar o posterior reencontro com o ex-tenente em uma administração do partido da oposição local.²²²

O falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira, em 2015, fez evocar uma série de referências às suas capacidades como articulador político. Nas redes sociais, muitos joinvilenses expressaram sua admiração pelo ilustre ex-prefeito da cidade. Mas, ressentimentos também afloraram: o jogo político manejado por Luiz Henrique da Silveira no âmbito local, pautando-se menos por questões ideológicas e mais pela lógica da oportunidade suscita discussões.

falecendo em 10 de maio de 2015. Ver: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/638-Luiz_Henrique_da_Silveira. Acessado em 28/01/2024.

²²¹ Udo Dohler, conhecido industrial joinvilense, foi por cinco vezes presidente da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville). Filiou-se em 2011 ao PMDB através da articulação feita pelo então senador, Luiz Henrique da Silveira, que levaria à sua vitória em 2012 como prefeito municipal pela sigla, contra o então candidato à reeleição, Carlito Mers, do Partido dos Trabalhadores (PT). Dohler foi prefeito de Joinville entre 2013 e 2020, sucedido pelo empresário, Adriano Silva do Partido Novo.

²²² Rosemeri Cardoso era assistente social, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na época estava filiada ao MDB. Foi presa e torturada, acusada de pertencer ao PCB. No momento de sua prisão trabalhava na Secretaria de Bem-estar Social da prefeitura. Em seu depoimento narra em detalhes a espionagem e a prisão feita pelo ex-tenente da unidade do exército em Joinville, referindo-se sempre a uma de suas características físicas, os “olhos azuis”. Ver depoimento In: *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth*, Florianópolis, março de 2013 a dezembro de 2014, p 123-128. Carlos Afonso Fraiz permaneceu por décadas como chefe de gabinete de prefeitos nas administrações do PMDB.

O MDB, batizado pejorativamente em nível nacional de “oposição consentida”, em Joinville, portou-se perfeitamente como tal, alinhando-se, paulatinamente, às elites. Embora a bandeira da justiça social tenha entrado no discurso político, sobretudo com as mazelas do fenômeno da urbanização crescente e a ocupação desordenada da cidade, os incentivos às atividades empresariais e à expansão do parque industrial mantiveram-se hegemônicos na agenda política dos governos do MDB. Os discursos continuaram apelando para a “cidade do progresso”, a “Manchester Catarinense” e a “cidade feliz”, embora palavras em voga como “povo” e “participação” entrassem como novos ingredientes no repertório político (SOUZA, 2005, 216-217).

O MDB em Joinville, mostrou-se pragmático e ambivalente em relação ao poder e as elites locais. Antigos atores de sustentação do regime foram realocados em posições-chave no interior do partido, sem embaraços ou constrangimentos. De um político de oposição, Luiz Henrique da Silveira passou a ser uma figura central do jogo político local ao longo dos anos, alinhando-se às elites da cidade. Essa marca, tornar-se-ia um estilo próprio, não apenas de Luiz Henrique, mas de seu partido, tanto em âmbito local, quanto nacional. O partido da “oposição consentida”, transformar-se-ia em componente chave do poder constituído, aliando-se indistintamente à direita e à esquerda.

4. SOB AS CINZAS HAVIA FOGO: SURGEM NOVOS PERSONAGENS

Os brigadistas treinados para combater incêndios, desde cedo, aprendem a se resguardar de fenômenos surpreendentes do fogo. Um incêndio controlado não deve ser dado como encerrado. A decisão de encerrar uma operação de combate a um incêndio, dispensando brigadistas, não é tão simples. É reservada apenas ao chefe de brigada. Se falhar, todos os esforços poderão ser anulados e seu comando terá que lidar com o retorno do fogo em intensidades variáveis, podendo mesmo ser superior ao seu início. Há uma prática conhecida como “rescaldo”, que consiste no repasse do serviço, cuja finalidade é apagar todo e qualquer foco remanescente de fogo que eventualmente possa reincidir.

Tais observações apresentam-se como uma alegoria que permite afirmar que em Joinville, quando os incêndios pareciam cessados, a “Manchester” efetivamente pegou fogo. Quando as disputas se insurgiram no interior da experiência operária através de novos personagens que entravam em cena, o fogo retornou em intensidade maior e surpreendente. O mesmo se pode dizer dos episódios de repressão política e social as quais a cidade esteve sujeita: a temperatura da vigilância e do autoritarismo chegou a um ponto insuportável.

Enquanto a ordem autoritária sofria desarranjos internos e externos, provenientes de injunções políticas que diziam respeito tanto às negociações nas cúpulas partidárias quanto das disputas locais, um novo fator político emergia das periferias da cidade. Em bairros distantes da prefeitura e dos clubes e associações empresariais, alternativas políticas constituíam-se em projeto social de longo alcance, ameaçando uma ordem consolidada. Enquanto prédios ardiam em chamas, chamando a atenção para ameaças imaginárias, nos bastidores do teatro social novas narrativas eram elaboradas na materialidade da vida de operários e operárias há pouco estabelecidos na cidade. Migrantes que procuravam formas de ganhar a vida nas indústrias que haviam transformado Joinville em uma “Manchester”, esboçavam práticas que desafiavam a ordem de sujeição.

As mudanças urbanas a partir do final da década de 1970 e início da seguinte haviam arrastado para o centro das preocupações das elites políticas e empresariais “a questão do migrante”. A migração suscitada pelas indústrias

locais transformou a paisagem social e cultural de Joinville. Como assinalou Ilanil Coelho (2011), as elites passaram então a enxergar “a questão do migrante” com apreensão, na medida em que a cidade caminhava para uma “diversidade em descontrole” (p. 63-64).

O poder público e as elites locais tornaram-se importunados pela presença crescente das populações migrantes. No início da década 1980, a cidade passaria a ser governada pelo prefeito-empresário Wittich Freitag. O industrial estava à frente de um dos maiores grupos econômicos da cidade e vinha de uma carreira política ligada ao partido da ditadura, a ARENA, mas acabou dentro do partido da oposição consentida por arranjos políticos de Luiz Henrique da Silveira e Pedro Ivo Campos.

Gruner (2002) demonstrou que o drama da questão do migrante já estava presente na imprensa joinvilense desde o final de 1978. A ocupação dos mangues vinha redesenhando a periferia da cidade e agravando as tensões sociais desde o final daquela década. Este quadro ganhou tons ainda mais dramáticos em função de que, como observa, a maioria das empresas já não contratava mais como antes, muito embora a migração continuasse intensa:

E se, num primeiro momento, a formação do “exército industrial de reserva” é uma necessidade vital para o capital, que assim garante o volume de produção praticando baixos salários e obtendo altos lucros, a situação vai se tornar insuportável a ponto de, já nos anos 80, inverter-se a lógica. O mesmo Wittich Freitag que, quando empresário, lotava ônibus com trabalhadores para suprir as necessidades de suas linhas de produção, como prefeito opta por lotar os mesmos ônibus para fazerem o caminho inverso, e despejarem trabalhadores de volta às suas cidades de origem- sem emprego, sem casa e, agora, sem perspectivas (GRUNER, 2002, p. 145).

O migrante, antes desejado, passa a ser categorizado como “o forasteiro”, estereotipado e enxergado sob preconceitos generalizantes, a quem se imputava as causas das feridas do território urbano (COELHO, 2011, p. 68). Ao próprio Freitag foi atribuído, à época, uma frase sintomática de como parte das elites encaravam o problema dos habitantes das áreas de mangue: “Estamos criando uma sub-raça que dificilmente poderá ser útil a sociedade”.²²³ A frase, foi manchete de capa de um órgão de imprensa local. Freitag teria dito em uma

²²³ Sub-raça está surgindo nos mangues de Joinville. *Extra*, Joinville, 28 de abril de 1984, p. 1 e 3.

reunião de prefeitos da Associação de Municípios de Santa Catarina (AMUNESC), realizada na Faculdade de Engenharia de Joinville.

Uma das tensões do poder público municipal com lideranças da Igreja progressista naquele contexto foi localizada justamente em torno dos loteamentos irregulares. A gestão Freitag passou a acusar na imprensa que as invasões aos mangues estariam sendo incentivadas pelos setores da Igreja e do nascente Partido dos Trabalhadores.

Uma coisa era certa: a presença do migrante havia tornado Joinville uma cidade multifacetada e as elites sentiam a incômoda sensação de estarem perdendo o controle sobre a ordem. Os novos tempos descortinavam, igualmente, o dissenso social e a suposta harmonia entre capital e trabalho, tão cara ao discurso do empresariado da “Manchester”, revelava-se muito mais como o resultado da hegemonia de uma representação que pouco dava conta do surgimento de outros conflitos, muito mais complexos.

Coelho (2011) observa que esse olhar sobre “o forasteiro” como o portador do indesejável na cidade também se aplicava ao ambiente das “perturbações operárias”. Ao analisar a carta da Embraco, empresa fundada por Wittch Freitag, documento intitulado “À comunidade de Joinville”, a autora identificou o mesmo sintoma da ameaça externa. Ou seja, as greves e mobilizações operárias daquele período eram atribuídas a forasteiros, “profissionais da agitação, vindos de regiões conturbadas do país” para destruir “uma tradição de trabalho, ordem e disciplina” na cidade (COELHO, 2012, p. 70).

Essa forma de encarar o elemento externo não era inteiramente nova. Havia possibilitado, inclusive, construir a legitimação da tomada do poder em 1964, sob a ideia de um regime que havia salvado o país de projetos estranhos à nação, insuflados de fora. Ao longo das décadas de 1960 e 1970 outros “estrangeiros” entraram na cena joinvilense. Pintá-los de vermelho seria uma tarefa quase impossível: tratá-los como terríveis ameaças comunistas elaboradas em Havana ou em Moscou não mais se constituía em possibilidade de ação política eficiente. Foram trabalhadores e trabalhadoras das indústrias mais poderosas de Santa Catarina que apareceram na cena pública de modo inesperado, ameaçando uma ordem que nem os incêndios dos anos anteriores conseguiram destruir.

Os novos personagens, categorizados por forasteiros, não pertencentes ao *stadtgeist* da “Manchester”, antes desejáveis, adquirem contornos ambivalentes na medida em que a cidade se mostrava mais plural e fora de controle. A presumida incompatibilidade desses “outros” tornar-se-ia algo a ser repelido. As tensões e conflitos oriundos desse desafio imposto à “Manchester” incendiariam a cidade de uma outra forma.

4.1 O COMBUSTÍVEL: NASCE A IGREJA DOS POBRES²²⁴

Ao desenvolver uma consistente reflexão sobre o fenômeno religioso a partir da crítica à religião feita por Karl Marx, Michael Löwy apontou para a natureza contraditória da religião, que pode servir tanto para “a legitimação das condições existentes como um protesto contra ela” (LÖWY, 2016, p. 35). A religião é um fenômeno que se manifesta dialeticamente, podendo funcionar como alienação, a serviço da dominação social, como também ser agente transformador com potencialidades libertárias e emancipatórias.

A Igreja Católica em Joinville durante a ditadura assumiu um comportamento ambivalente. De uma Igreja comprometida com a ordem autoritária instaurada em 1964, uma vertente pôs-se em desalinho com os discursos de dominação, apontando as contradições sociais da “Manchester Catarinense”, como o aumento da pobreza e exploração da classe trabalhadora. Tal posicionamento esbarrou na reação do empresariado local. Em ensaio escrito no segundo semestre de 1980, Florestan Fernandes observou que a ala progressista da Igreja Católica encontrava extrema desaprovação na burguesia nacional, pois a ótica do “evangelho dos pobres” abria-se para uma “revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1982, p. 115). Naquela conjuntura, assim avaliou a ação da igreja dos pobres:

É a primeira instituição-chave que avança no sentido de quebrar o nó górdio do impasse, que pesa sobre a sociedade civil e o Estado, separando a “defesa do oprimido” da “ameaça do comunismo” ultrapassando a paralisia burguesa sem reforçar o extremismo e fincando no solo histórico a emergência de uma democracia de participação ampliada de crescimento progressivo e auto-regulado. Por essa razão, ela se tornou mais perigosa e renegada que os ultra-

²²⁴ Este capítulo recupera fontes e depoimentos colhidos desde 2013 para a escrita da dissertação.

radicais e a extrema-esquerda. Ela suscita, a partir de um núcleo conservador da ordem, o movimento de revolução democrática que as classes burguesas só podem absorver se abandonarem a arte de conciliar seus interesses ignorando ou submetendo os interesses de todos os demais, inclusive os da nação como um todo (FERNANDES, 1982, p. 116).

Vale ressaltar que a vertente majoritária da Igreja em Joinville era marcada por uma tendência bastante conservadora e muito alinhada aos interesses patronais. Mas, embora fosse minoria, o impacto da vertente progressista foi significativo nas lutas populares no contexto da chamada redemocratização do país. Denunciando a agudização das contradições sociais, um setor significativo da Igreja em Joinville abraçou a “opção preferencial pelos pobres”, agindo com propostas emancipatórias das condições de vida das populações abrigadas nas franjas da urbe industrial, com forte apelo para organização do movimento operário.

Os pioneiros da igreja progressista em Joinville foram os irmãos Facchini. A partir de 1975, com o trabalho de base que vinha sendo desenvolvido no bairro Floresta, foi fundada a Paróquia Cristo Ressuscitado, de onde surgiram os principais movimentos populares, culminando com a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade no início dos anos 1980. João Facchini relembrou em depoimento sua formação teológica na Europa, o retorno a Joinville e o início do trabalho pastoral:

Eu fiquei de 70 a 73 na Suíça, na Universidade Federal de Friburgo que falava a língua francesa, dividido, metade francês e metade alemão. Nos anos 72, mais ou menos, teve o Segundo Congresso Mundial de Teologia da Libertação em Madri. E eu como estudante pude participar desse segundo congresso. Lá conheci teólogos como Hugo Assmann, Leonardo Boff, Juan Luis Segundo, Gustavo Gutierrez, o peruano, pai da Teologia da Libertação. Então com essas leituras alternativas a gente voltou de lá absolutamente convencido de que teríamos que fazer uma Igreja nova, uma Igreja participativa, assumindo as lutas, as esperanças do povo. Voltei para o Brasil como diácono, eu disse: não vou me ordenar na Suíça, quero me ordenar no Brasil, no meio do povo. Voltei em agosto, fui ordenado em dezembro, enquanto isso o Luiz já estava morando no Floresta. Aí nós começamos as Comunidades Eclesiais de Base para restituir ao povo a palavra, a vez e a voz, que na verdade, traduzindo numa linguagem política, seria a democracia. Começamos com o padre Luiz, seis meses de estudos para doze casais, o Círculo Bíblico, que era discutir a bíblia e apresentar experiência. Hoje está meio distorcido, é grupo de reflexão. Veja a pedagogia do tempo: o círculo é redondo, a mesa é redonda, então favorece absolutamente que você esteja dentro de uma forma participativa. E então na verdade, a região Sul foi esse fermento

a partir de um grupo que começou a fazer uma Igreja diferente, uma Igreja democrática, uma igreja Comunidade Eclesial de Base.²²⁵

A narrativa de João Facchini destaca seu contato com a Teologia da Libertação em Friburgo, assim como o início da implantação das CEBs em Joinville. Dá relevância ao caráter democrático das CEBs e a disposição pastoral em experimentar uma Igreja diferente daquela tradicional que existia em Joinville, organizada hierarquicamente e identificada com as classes dominantes. O caráter participativo das CEBs mantinha naquele contexto afinidade eletiva com estruturas democráticas (LÖWY, p. 97) e, pode-se sugerir que foram fundamentais na qualificação dos movimentos populares no contexto da democratização brasileira. Com raízes no dia a dia das pessoas comuns e com preocupações bastante concretas, as comunidades de base, formadas por vizinhos pertencentes à comunidade da Zona Sul da cidade, passaram a se reunir regularmente para rezar, cantar, ler e discutir a Bíblia à luz do cotidiano dos trabalhadores.

O movimento de base promovido pela igreja progressista em Joinville foi decisivo ao introduzir um discurso e ação de ressignificação das condições de vida de trabalhadores na comunidade do bairro Floresta. O primeiro elemento a incidir sobre a experiência operária em Joinville foi a “matriz discursiva” da Teologia da Libertação (SADER, 1988). De acordo com Eder Sader, o vocabulário e a ação que aborda a realidade, nomeando e interpretando conflitos e atribuindo novos sentidos é o resultado visível de uma matriz discursiva sobre sujeitos em lutas.

Os depoimentos de ex-operários e militantes estruturam-se de acordo a matriz discursiva da Teologia da Libertação. Ruth Boettcher relembrava que sua família vinha do catolicismo tradicional da cidade, praticantes de uma religiosidade mística que se resumia a ir à missa, cuja liturgia era distante da realidade operária sentida na cidade. Ao lembrar dos irmão Facchini, contrapõe uma outra religiosidade que começava a ser praticada na periferia:

Eles vieram lendo a bíblia revolucionariamente, dizendo que todos têm que ter comida, as divisões têm que ser iguais. E daí começaram o

²²⁵ João Facchini, 72 anos, ex-padre, membro-fundador do PT, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Barra do Sul, 17 de setembro de 2019.

movimento da Pastoral Operária, de várias pastorais, mas a gente como era operária, eu trabalhava na Hansen, comecei a participar da Pastoral Operária. E a gente revolucionou a cidade porque tinha um período que Joinville não tinha nenhum sindicato que pudesse atender o trabalhador, os sindicatos estavam tudo na mão dos patrões.

Boettcher não apenas nomeia as condições de vida operária e o sindicalismo praticado na cidade, mas atribui um sentido as mudanças introduzidas pelos novos agentes sociais pela ideia de “revolução”. Foi significativa a importância da iniciativa dos irmãos Facchini, com especial destaque ao padre Luiz, nas lembranças da depoente.

Contrapondo-se à memória de Boettcher, vale destacar o modo emblemático como a trajetória do pároco Luiz Facchini foi lembrada na cidade por ocasião de seu falecimento em 2018. Falou-se muito, nas redes sociais e imprensa, sobre o trabalho assistencial desenvolvido pelo pároco em suas últimas duas décadas de vida.²²⁶ Por outro lado, houve um notório silêncio aos tensionamentos que o trabalho pastoral de Facchini provocou na cidade com as ações encampadas pela igreja progressista, assim como seu papel em relação ao nascimento dos principais movimentos populares na paróquia Cristo Ressuscitado no bairro Floresta. Ao trabalho historiográfico, dentre outras atribuições, cumpre uma função de problematizar os silêncios e a circunscrição dialética entre o que é lembrado ou esquecido. Este capítulo revolve informações, memórias e discursos que envolvem esse esquecimento.

O trabalho pastoral desenvolvido pelos irmãos Facchini recebe nas lembranças de Boettcher a atribuição de um sentido que subvertia uma ordem local estabelecida que possivelmente a palavra “revolução” procura traduzir:

Escolhiam textos revolucionários da bíblia e faziam aqueles encontros do dia inteirinho de reflexão. E a gente ia vendo como era usada, explorada. E muita gente se convertia, digo, se convertia na linguagem da Igreja, mas tomava consciência de que precisava muito mais do que tinha.

Suas lembranças corroboram a importância dos irmãos Facchini a respeito da Pastoral Operária como agente de resistência à exploração e a

²²⁶ A Fundação Padre Luiz Facchini, conhecida popularmente como as cozinhas comunitárias, iniciou suas atividades em 1998, quando foram descobertos 19 focos de fome em Joinville. A fundação chegou a ter 36 cozinhas servindo uma refeição diária para crianças carentes da periferia de Joinville.

necessidade de responder aos desafios do mundo do trabalho urbano, frente a um sindicalismo atrelado aos interesses patronais. A Pastoral Operária é dimensionada em suas lembranças como o significado da Boa-Nova.

Pioneira no Estado de Santa Catarina, a Pastoral Operária atuou no centro da contradição de uma cidade industrial: o embate entre capital e trabalho. Valendo-se dos depoimentos, a investigação oral demonstra uma presença externa fundamental na gênese da Pastoral Operária em Joinville: o padre operário, Domingos Barbé.

Domingos Barbé era um padre francês, residente no Brasil e atuava desde 1968 em Osasco, São Paulo. A experiência de padres operários buscava o engajamento político por meio da convivência com o operariado nas fábricas (CORRÊA, 2024). Ao contrário dos sacerdotes comuns, a sensibilidade social dos padres operários, levava-os a dividirem a vida religiosa com o trabalho fabril. Agenor Fernandes da Silva e Gines Salas Neto (2023), corroboram a perspectiva de Löwy (2016) para quem a igreja brasileira encontrou uma grande fonte de inspiração no catolicismo francês, em especial na experiência capitaneada pelos padres operários nas periferias dos grandes centros urbanos e no trabalho pastoral junto à classe trabalhadora.

Os primeiros contatos dos irmãos Facchini com os trabalhos de Barbé se deram no segundo semestre de 1976, quando uma caravana levou 23 pessoas do bairro Floresta, sobretudo operários, em dois automóveis Kombi, para conhecer a realidade do movimento operário em Osasco. Barbé estava na linha de frente da Pastoral Operária na região de Osasco e em contato direto com a oposição sindical através de José Pedro da Silva, o “Zé Pedro”. A caravana pôde conhecer de perto o trabalho de Barbé e presenciou na ocasião a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Osasco. Dois anos após a visita, o Centro de Direitos Humanos seria fundado na paróquia Cristo Ressuscitado em Joinville com a presença de Dom Paulo Evaristo Arns.

As trocas de experiências com pessoas engajadas em um centro operário dinâmico como era Osasco foram decisivas na organização do movimento da pastoral em Joinville. Em 1977 com a intensificação dos contatos com o pessoal de Osasco, nasceu a Pastoral Operária na Cristo Ressuscitado. Em consulta ao Livro Tombo da paróquia, verificamos a presença constante do padre Domingos

Barbé em Joinville durante os primeiros anos de organização e amadurecimento da Pastoral Operária.

No mesmo período intensificaram-se os contatos com o trabalho das CEBs em Curitiba. Mudaram-se da capital paranaense para Joinville, o casal Ideli Salvatti e Eurides Mescolotto, que se destacaram como lideranças importantes no fortalecimento dos trabalhos de base dos irmãos Facchini. Posteriormente, a Pastoral Operária também seria organizada em outras cidades de Santa Catarina, tendo sempre os membros da paróquia Cristo Ressuscitado à frente da coordenação estadual. Em 1980 a pastoral já havia sido implantada em 13 cidades catarinenses e realizado quatro encontros anuais em Santa Catarina.

Os encontros quinzenais da Pastoral Operária nas CEBs joinvilenses discutiam o cotidiano dos trabalhadores dentro das fábricas à luz de uma proposta de libertação universal da condição oprimida do operariado. Tal projeção visava o despertar para uma autêntica consciência da luta operária como modelo de transformação social e política e, no horizonte, a própria superação do sistema capitalista.

As críticas ao sistema capitalista como raiz da exploração da classe trabalhadora se intensificaram, sobretudo após o encontro episcopal realizado em Puebla, no México, em 1979, que estabeleceu como missão da Igreja a “opção preferencial pelos pobres”. O cotejamento dos depoimentos dos ex-militantes da CEBs com o Livro Tombo da paróquia Cristo Ressuscitado, evidencia a crítica às injustiças sociais produzidas pelo capitalismo.

Ao fazer a opção preferencial pelos pobres, a Teologia da Libertação trazia para o centro de seu discurso a denúncia do capitalismo como a raiz do empobrecimento do povo. O foco na injustiça social construía o discurso mais intransigente dentro da tradição da esquerda católica em seu *ethos* anticapitalista (LÖWY, 2016).

Segundo Löwy, havia uma tradição, sobretudo em uma vertente do pensamento católico francês, de rejeição do espírito do capitalismo. Tal atitude era expressa pelo que o autor denomina de “antipatia cultural” ou “afinidade negativa” (LÖWY, 2016, p. 53-69). Para Löwy essa tendência foi bastante visível

na influência francesa sobre a esquerda católica brasileira do início dos anos 1960, em especial a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Mas, foi a “Igreja do Pobres” quem encarnou a rejeição mais contundente à ética capitalista, denunciando-a como falsa religião, a religião do dinheiro e da idolatria. O capitalismo foi então denunciado como uma estrutura monstruosa, baseada em todos os tipos de abusos e exploração.

Os novos personagens que entraram em cena em Joinville, preconizando um discurso em favor dos pobres e do operário explorado como os preferidos do reino de Deus, tornou-se o fermento que provocaria mudanças. A democratização constitui-se na entabulação de um processo que se vincula às práticas de atores sociais (AVRITZER, 1995). Assentada nesse pressuposto, é possível entender que a democratização em Joinville começa a ganhar visibilidade quando esses novos atores começaram a encampar lutas no mundo do trabalho fabril. Em Joinville, tais práticas estiveram ligadas ao embate que negava a harmonia entre capital e trabalho, denunciando a contradição entre progresso fabril e aumento da pobreza. Na órbita da experiência das CEBs, emergia no cotidiano o conflito como legítimo componente democrático, movido por uma nova orientação que puxava para o centro a “questão operária”.

O eixo de rotação das classes trabalhadoras introduz um novo tipo de democratização, rompendo com o padrão de democracia restrita desenhada durante o processo de uma liberalização outorgada, tornando-a obsoleta, enquanto a burguesia girava em torno de si mesma (FERNANDES, 1982), agarrando-se ao que restava do padrão autocrático da contrarrevolução em franco declínio.

4.2 HISTÓRIA ORAL: A MILITÂNCIA COMO FONTE

Há muito a história oral superou objeções no âmbito historiográfico, adquirindo estatuto definitivo de fonte histórica e metodologia de investigação. Há, atualmente, algo de consenso na historiografia de que o testemunho é fonte legítima para a escrita da história, quebrando hierarquias e operando em pé de igualdade dentro do estatuto das fontes. No Brasil, acompanhando tendências internacionais consolidadas, as transformações ocorridas na historiografia nas

décadas de 1970 e 1980 provocaram movimentos de desestabilização de verdades e de procedimentos metodológicos em que a fonte documental e o discurso foram alvos de reflexões teóricas que alteraram o fazer história (GUIMARÃES NETO, 2012).

Sabe-se que a memória na oralidade não é menos problemática que a memória escrita, e como qualquer outra fonte, cabe ao historiador enfrentar as complexidades envolvidas em seu manejo com engenhosidade. O depoimento oral não possui em si uma certificação de validade como expressão imediata de uma verdade absoluta e inquestionável, por outro lado, não deve ser tomado como incontrolável e propenso à mistificação. A oralidade requer a operacionalização analítica, levando em consideração as especificidades que atravessam seu discurso enquanto expressão singular e apreensão subjetiva do vivido.

Tampouco faz com que o depoimento torne obrigatório, ou, ao inverso, prescindível, o encontro e o cotejamento com outras fontes, impressas, sonoras, fotográficas, etc., num âmbito em que a História Oral é percebida antes de tudo e, sobretudo, como História, com os regramentos que orientam a disciplina. Em realidade, levando-se em conta que um depoimento é, por definição, algo subjetivo, constituindo uma perspectiva específica de um acontecimento qualquer, o que se faz indispensável é submetê-lo a uma análise, a um tratamento crítico que o observa com distanciamento (FALCÃO, 2014, p. 101-102).

Tomada como um gênero específico de discurso, a história oral evidencia o movimento da palavra e da memória, atravessadas por vestígios do tempo: o passado vivido, o presente em que se vive e o futuro que se espera viver. A testemunha histórica está entrelaçada por essa multitemporalidade. Cabe ao historiador, como apontou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), colocar-se como um mediador de temporalidades, situando-se numa “terceira margem”, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

Consolidada como um privilegiado campo de investigação social, conectado a questões contemporâneas, a história oral tem ampliado horizontes do conhecimento histórico, dando consistência às indagações sobre a realidade social e histórica de sujeitos que vivenciaram processos que continuam a reverberar no tempo presente, através do campo da memória, muitas vezes inacessíveis por outras vias. A História Oral guarda em si, o potencial de fornecer elementos e impressões reveladoras para o trabalho de interpretação

historiográfica, muito embora, como já afirmado, não deva ser tomada como expressão exata de uma pretensa objetividade que a eleve a um estatuto transcendente.

As memórias de ativistas e militantes de esquerda envolvidos na resistência à ditadura e democratização brasileira nas décadas de 1970 e 1980, como nos ensinou Luiz Felipe Falcão, são reveladoras de algo que pode ser designado como uma espécie de *ethos* do engajamento político à época, movido por sentimentos, ressentimentos, temores, sonhos e esperanças. E como tal, é preciso ter em conta aspectos da dimensão subjetiva que tendem a superlativar a experiência:

O envolvimento entusiasmado com a política; a convicção de estar no lado correto do enfrentamento das injustiças e arbitrariedades; a certeza da iniquidade intrínseca dos adversários; os valores aprendidos e defendidos com dedicação, tudo isto tende a ganhar um sentido hiperbólico para sublinhar que aqueles não eram tempos comuns e, por isto, não abrigavam práticas e representações ordinárias nos embates por um mundo mais justo, livre e igualitário (FALCÃO, 2014, p.102).

Para assegurar uma tradução e interpretação verossímil das lembranças, de modo a produzir “uma alegoria da verdade” na forma de uma “invenção controlada e necessária” (FALCÃO, 2014, p 89), ao longo do trabalho não dispensamos outras fontes, como é possível perceber nos capítulos anteriores. Não se trata de desconfiança da idoneidade da fonte ou alguma ambição totalizadora. O cotejamento dos depoimentos com outras fontes tem tão somente o intuito de multiplicar as possibilidades de interpretação e lidar com tantas temporalidades e experiências no espaço de uma cidade complexa.

Os depoimentos aqui mobilizados²²⁷ são fundamentalmente lembranças de ex-militantes da igreja progressista que organizaram, ao final da ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores e encamparam lutas por um novo sindicalismo na cidade. Vale ressaltar que o sindicalismo que emergiu nesse período possuía uma face nitidamente identificada com os novos tempos. A elite empresarial perdia o monopólio da nomeação da cidade e de suas divisões, tal qual impôs em 1964.

²²⁷ Os depoimentos arrolados foram editados, sem alterar seu conteúdo, para facilitar sua leitura.

Como já assinalamos no primeiro capítulo, o golpe de 1964 não teve necessariamente o significado de uma quebra da experiência da luta sindical em Joinville, uma vez que o sindicalismo era alinhado aos patrões antes da ditadura militar, embora seja inegável que o advento do golpe tenha criado um atrelamento ainda maior. A nova experiência sindical na cidade não deve, portanto, ser entendida como a reconstrução de um elo partido, tampouco como algo surgido do nada. A nova sensibilidade era proveniente, em grande medida, pela experiência inaugurada pela militância da Igreja progressista em contato com outros centros operários dinâmicos do país, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro.

Para dar conta desta dimensão do objeto de pesquisa, mobilizamos seis depoimentos. Foram fundamentais porque, ao contrário das falas das elites empresariais, o processo histórico que ocorre nas franjas sociais ao longo da ditadura não foi registrado pela imprensa hegemônica ou por órgãos oficiais. As rememorações dos ativistas são essencialmente urbanas, embora algumas estivessem no limiar do ambiente rural, na medida em que alguns desses sujeitos históricos habitavam zonas periféricas da cidade. A ser indagada onde teria nascido, a primeira depoente, Ruth Boettcher, foi taxativa:

Aqui nesse mato. A gente falava Quilômetro 7, porque não tinha nome de bairro. Por um tempo se chamou Santa Catarina, agora é o Itinga. Quilômetro porque começava a medir a quilometragem lá da Estação Ferroviária. Eu nasci aqui, trabalhando na roça. Esses morros eram roças que trabalhei na adolescência. Depois fui para o Grupo Hansen. Trabalhei lá nove anos montando peças. Ninguém podia falar com ninguém, só montando peças numa mesa comprida.²²⁸

Relembrando o tempo que trabalhou no Grupo Hansen, assim como as reuniões da Pastoral Operária e os trabalhos de base com o pároco Luiz Facchini, Rute destacou: “eu aprendi muito com o Facchini”. Ao rememorar sua demissão do Grupo Hansen naquele contexto lembrou:

Eu tomei consciência, bem interessante isso! Quando eu quis mudar meu horário de trabalho depois de oito anos, fui pedir para o meu chefe de setor. Eu queria mudar meu horário para estudar. Na época eu estava morando numa pensão, lavava, cozinhava, fazia tudo sozinha. E ele disse: “não, não tem vaga”. Aí a minha ficha caiu. Cara, eu trabalho há nove anos aqui, nunca faltei, nunca chegou tarde, agora a primeira vez que eu queria algo não tinha. Deu uma revolta em mim! Daí o que eu fiz? Minha única arma era diminuir a produção. Tipo

²²⁸ Ruth Carmen Boettcher, depoimento citado.

assim: ah, tinha que montar, sei lá, mil peças durante o dia, peças de plásticos, comecei a diminuir, diminuir. A gente jogava as peças montadas num saco, diminui menos um saco, menos dois. Aí eu saía lá para as outras mesas conversar. Ganhei uma advertência! Não sei se você já trabalhou em empresa! Advertência por quê? “Ah porque diminuiu a produção”. Sabe o que eu fiz? Rasguei e joguei pra dentro do setor pessoal, assim por uma janelinha. E era uma tarde vento e espalhou por tudo. Fui suspensa por três dias e pra rua por justa causa. Aí eu não era sindicalizada, mas fui no sindicato mesmo assim, o cara, o presidente do sindicato, era meio amigo da minha mãe, lembra Lenete? (Pergunta dirigida irmã da depoente presente). “O Ary Schubert”. Aí ele encaminhou o advogado pra mim e ganhei todos os meus anos de trabalho. E foi aí que tomei consciência que patrão era só pra te explorar.²²⁹

Segundo Ruth, sua demissão do Grupo Hansen teria ocorrido em 1979, momento em que já se esboçavam práticas de resistências na cidade e projetos de ruptura por meio de experiências até então silenciadas. Um ano após, haveria a paralisação do Grupo Hansen, numa greve inédita, incentivada pela Pastoral Operária e que culminou com a demissão de centenas de trabalhadores grevistas.

O segundo depoimento mobilizado é do ex-militante João Schmitz, à época com 82 anos. Seu depoimento foi feito na sala de visitas de sua casa, residência simples da Zona Sul da cidade.

Eu nasci e me criei em Biguaçu. Daí o meu pai se mudou, vendeu a terra e nós fomos trabalhar na madeireira. Com 19 anos eu fui morar em Rio do Sul, saí da roça pra trabalhar com madeira, e lá eu me casei. Depois eu morei em Itajaí, morei também no Paraná, Ivaiporã, morei em Lages, sempre trabalhando com marcenaria. Eu estava em Lages e a família cresceu, tinha a minha filha já mocinha, queria trabalhar, elas queriam trabalhar e não tinha emprego. E meus dois irmãos já moravam aqui em Joinville. Aí eu resolvi vir pra cá em 1975 porque aqui tinha bastante emprego. Na época as empresas aqui buscavam gente fora pra trabalhar. Comecei a trabalhar aqui na Schultz e depois passei pra Riachuelo, e participando na comunidade de base, nas lutas, na Pastoral Operária, Centro de Defesa de Direitos Humanos e nas lutas sindicais.²³⁰

João Schmitz foi um típico migrante de Joinville. Atraído pela promessa de trabalho e oportunidade para a família, mudou-se para a cidade em meados da década de 1970. Cantador de Terno de Reis e música sertaneja, ao chegar à comunidade da Zona Sul foi convidado pelos irmãos Facchini a tocar e cantar nas missas da paróquia Cristo Ressuscitado. Tornou-se uma respeitável

²²⁹ Ruth Carmen Boettcher, depoimento citado.

²³⁰ João Schmitz, depoimento citado.

liderança comunitária. João Schmitz foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores na cidade e o primeiro candidato a prefeito pela sigla.

O terceiro depoimento é do ex-padre João Facchini, natural de Taió, município catarinense do Alto Vale do Itajaí, proveniente de uma família de treze irmãos. A exemplo de alguns de seus irmãos mais velhos, fora enviado ainda menino para o seminário franciscano da ordem dos Capuchinhos em Curitiba, onde permaneceu até 1968. Fez complementação em filosofia na UFSC e após esse período, recebeu uma bolsa para fazer teologia na Suíça, onde teve contato com a Teologia da Libertação no início da década de 1970.

Voltando ao Brasil, foi ordenado padre em 1973 e foi atuar ao lado de seu irmão, Luiz Facchini, que havia iniciado um trabalho de base no bairro Floresta. Ante as dificuldades da resistência da Igreja tradicional na cidade, João abandonou o sacerdócio em 1977:

Eu casei porque vi que a Igreja, com tudo aquilo que eu te coloquei do estudo lá na Suíça, da participação, das leituras feitas, achei que a Igreja deveria estar muito mais avançada, muito mais em favor dos pobres do que era. E quando eu vi que ela me exigia muito e não era, na minha concepção, voltada para a maioria, para os pobres, eu saí. Eu disse: "não compensa me sacrificar para uma Igreja que não é capaz de defender os pobres".²³¹

Para além da frustração com a igreja tradicional, outro fator assomou-se. Há registros no Livro Tombo sobre rumores acerca de João e Justina, uma militante da CEBs, pelo fato de serem frequentemente vistos juntos no trabalho de base. Os comentários entre membros da paróquia chegaram a ser assunto tratado em reunião, isto porque a questão da moralidade sexual sempre foi muito presente no catolicismo, mesmo em vertentes mais progressistas.

O fato é que João Fachinni deixou o sacerdócio em 1977 e casou-se com Justina, com quem constituiu família. Continuou no trabalho de base junto ao seu irmão, Luiz Facchini, ora como coordenador da Pastoral Operária, ora como presidente do Centro de Defesa de Direitos Humanos, firmando-se como liderança nos movimentos populares e tornando-se o primeiro vereador eleito pelo PT em Joinville nas eleições de 1988.

²³¹ João Facchini, depoimento citado.

O quarto depoimento arrolado é do poeta e ex-militante, Valmir Neitsch, o “Capim”. Capim é natural de Joinville. Chegou a morar junto aos padres Facchini e possuía uma relação próxima com os irmãos. Capim foi uma liderança fundamental no nascente Partido dos Trabalhadores e o candidato a vereador mais votado nas eleições de 1982.

Eu nasci em Joinville em 1957. Cresci aqui. Conheci bem a vida operária. Meu pai era operário de metalúrgica. Conheci bem essa vida, muita coisa da minha poesia é motivada, às vezes, por essa inspiração, por ter vivenciado isso. Comecei com os padres Facchini e era realmente um ponto de resistência a todos os desmandos que aconteciam na época da ditadura. Aqui em Joinville, bem antes, já existia a JOC que era a Juventude Operária Católica. Já existia um foco da JOC em Joinville, que inclusive um dos líderes era o Ferreirinha. O Ferreirinha era um joinvilense que foi exilado na Bélgica. Depois tem uma lacuna. Depois dessa lacuna é que surge a primeira comunidade cristã de base que é toda uma ideologia, todo uma teoria e uma fé, que é a Teologia da Libertação.²³²

Há indícios no depoimento de Capim, ainda não estudados pela historiografia local, sobre a atuação da JOC (Juventude Operária Católica) em Joinville. A JOC fez parte do que se designou no início da década de 1960 como “Esquerda Cristã”. Era um movimento leigo católico e simpatizante de diversos movimentos socialistas e revolucionários. Segundo Löwy, a JOC foi responsável por introduzir uma maneira profundamente original em sua forma de atuação: “ver, julgar e agir”. A ação católica leiga foi inspiradora para a Teologia da Libertação, mas guardou particularidades. A JOC agia com autonomia em relação a instituição e o clero. Com o tempo, acabou por romper com a Igreja, ao passo que a Teologia da Libertação possuía uma ambição de mudança da instituição Igreja (LÖWY, 2016).

O depoimento de Capim em cotejamento com o Livro Tombo da paróquia Cristo Ressuscitado permite identificar que havia um foco da JOC e da ACO (Ação Católica Operária) em Joinville. Contudo, tais núcleos deixaram de existir na cidade em 1968, muito provavelmente após o impacto do AI-5, algo ainda por ser melhor compreendido. Após esse período houve uma lacuna no campo progressista católico até a consolidação do trabalho de base dos irmãos Facchini no bairro Floresta e o surgimento da Pastoral Operária em 1977.

²³² Valmir Neitsch, 56 anos, poeta, depoimento concedido ao autor em Joinville, 08 de novembro de 2013.

O quinto depoimento mobilizado é o de Francisco João de Paula, o Chico de Paula. Chico nasceu em São Francisco do Sul e transferiu-se para Joinville em 1965. Por influência de uma namorada, começou a frequentar a paróquia Cristo Ressuscitado em 1977, onde se envolveu com o trabalho de base dos irmãos Facchini:

Montamos uma juventude muito boa na igreja do Floresta: eu, Capim, Beto, Gilberto, Cleusa, Aldo, Geni, vários! Essa turma toda que tu vê por aí hoje tava na juventude, uma situação bastante radical. Seu João Schmitz ainda era novo, tinha força, a filha dele. Tinha o grupo do Quilômetro 4 e o grupo do Floresta. O grupo do Floresta era mais forte por estar no foco do movimento.²³³

Chico tornou-se um importante quadro da militância. Trabalhou como operário na Tupy e atuou posteriormente como educador em um centro de recuperação para menores infratores. Foi eleito presidente do SINSEJ (Sindicato dos Servidores de Joinville) na chapa de oposição sindical, liderando uma greve de 42 dias no início dos anos de 1990.

O sexto depoimento mobilizado é do ex-sindicalista João Batista Souza, o “João Porrada”. Seu apelido referia-se ao modo enérgico e sem papas na língua com que falava nas assembleias sindicais, mas também por insistir sempre na máxima: “a maior porrada que a gente pode dar num patrão é fazer ele botar a mão no bolso e pagar o que deve!” João Porrada foi o único entre os depoentes cuja experiência não provinha da Igreja. João é natural de Imbituba. Desde muito cedo a experiência sindical na família foi presente, remontando suas memórias de infância:

Eu morava do lado do sindicato. Meu pai era sindicalizado no sindicato dos portuários em Imbituba, meus tios eram marítimos, trabalhavam no porto com descarregamento de navio. Dois tios meu chegaram a ser presidente do sindicato dos estivadores. E o sindicato fazia divisa com o terreno do meu pai, uma cerca dividia o sindicato com a nossa casa. Então a minha infância foi ali participando das assembleias, porque eles tinham uma boa organização lá na época né. Participando das assembleias e vendo os embates que tinham, das reivindicações que faziam, e dos interesses, porque ali tinha muito interesse pessoal e de relações, sabe como funciona os estivadores! Então eu acompanhei alguns conflitos ali. Conflito interno, conflito com a direção do porto, movimentos que eles faziam. E quando foi 64 o meu tio, presidente do

²³³ Francisco João de Paula, 62 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 31 de outubro de 2013.

sindicato, na época foi um dos presos políticos por conta de que diziam que ele fazia parte do Grupo dos Onze.²³⁴

João era proveniente de uma família de 8 irmãos. Após a aposentadoria, seu pai decidiu mudar-se para Joinville, e seus irmãos mais velhos, começaram a trabalhar na Tupy. Contemplado com uma bolsa, João estudou no SENAI, qualificando-se na área de mecânica. Foi trabalhar em São Paulo na região do ABC, lugar em que conheceu o movimento sindical. Voltou em definitivo para Joinville em 1979 e trabalhou em duas empresas no Bairro Boa Vista. Em 1980 ingressou na Cônsul, atuando na área de manutenção do setor de ferramentaria. Foi na Cônsul que iniciou sua experiência com o movimento sindical na cidade.

João Porrada fez parte da articulação da oposição que conquistaria o Sindicato dos Mecânicos, destacando-se como um dirigente sindical combativo no final dos anos de 1980. Indagado sobre seu contato com os irmãos Facchini, respondeu:

Sou amigo deles, mas não tive relação direta com eles. Na verdade, teve um rompimento com a família quando o João Fachini saiu do partido. Em 88 o Dentinho era candidato a vereador e eu fiz campanha para o Dentinho, mas quem se elegeu foi o João Facchini. E o João tinha uma divergência muito grande com o Carlito. O Carlito também tinha sido candidato.²³⁵

As desavenças no interior do nascente Partido dos Trabalhadores em Joinville serão tratadas adiante. As memórias dessa militância, no geral, estão marcadas pela partilha do campo da experiência, ligada por vínculos identitários e, portanto, são aqui tomados em sua potência de ressignificação do vivido.

As lembranças dessa militância constituem-se em memórias de lutas políticas, cujo potencial subversivo se distancia de um passado neutro. Todos os militantes parecem recordar imbuídos da convicção de sua importância para a história local. É como se o exercício da lembrança fizesse emergir seu potencial de resistência, contando uma história como motor de consciência política.

Abordaremos ainda as tensões dos novos atores com as elites locais, sobretudo, pelo viés do testemunho. A “verdade testemunhal”, como analisou Beatriz Sarlo, traz consigo o perigo de construir-se um conhecimento ingênuo,

²³⁴ João Batista de Souza, 50 anos, ex-sindicalista, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013.

²³⁵ João Batista de Souza, depoimento citado.

baseado na confiança da primazia do sujeito da lembrança. Porém a memória dos que viveram períodos de autoritarismo e repressão está amparada numa ordem jurídica, moral e política própria. E é sob essa premissa que os depoimentos foram mobilizados.

4.3 TENSÕES SOCIAIS NA MANCHESTER DA ORDEM

O segundo semestre de 1978 foi um marco na comunidade Cristo Ressuscitado do bairro Floresta. Primeiro, pela vinda do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns para inaugurar o Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDH), que se juntava a outras duas experiências semelhantes então existentes no país no ocaso da ditadura. O contato com a experiência do CDH de Osasco e seu fundador, o padre operário, Domingos Barbé, foi decisivo na criação da entidade civil na cidade. João Facchini relembrou a ideia da criação do CDH na paróquia Cristo Ressuscitado e a finalidade a qual se prestaria:

Nós já trabalhávamos com as Comunidades Eclesiais de Base com o foco de dar voz e vez a população, dentro de um quadro onde o operariado tinha sindicatos pelegos e também o poder público possuía uma boa separação da população. Nós já tínhamos a Comissão de Justiça e Paz que era muito mais ligada ao bispo e ao clero, então o Centro de Defesa foi procurado exatamente como um instrumento mais eficaz e de participação popular para poder trabalhar muito mais a questão cidadã, de direitos cidadãos com posse popular, muito mais que a Comissão. A Comissão estava mais longe, por isso nós fomos a Osasco, trouxemos o Domingos Barbé para cá. Então começou-se a operar algumas mudanças: começamos a dar um suporte a Pastoral Operária. Nós tínhamos uma Comissão de Pastoral em Joinville, mas o pessoal não podia abrir a boca. A Tupy, a Hansen, a Dohler, essas empresas aqui eram umas empresas com uma visão muito autoritária, diferente de Blumenau, por exemplo. Se o operário denunciasse lá dentro da fábrica estava na rua, então na hora que precisava denunciar o Direitos Humanos fazia.²³⁶

A viagem a Joinville do Cardeal dom Paulo Evaristo Arns para fundar o CDH, realizando uma missa em um bairro operário e falando em direito a greve, deixou a comunidade do padre Facchini no radar das elites conservadoras. Temia-se que Joinville, a partir de uma movimentação do meio operário, pudesse se transformar numa espécie de sucursal de agitação operária dos grandes centros, sobretudo da região do ABC paulista. As fontes indiretas indicam que a associação empresarial joinvilense acompanhava com preocupação o que vinha

²³⁶ João Facchini, depoimento citado.

ocorrendo em importantes centros operários do país. Despontava àquela altura a figura do sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, cuja passagem por Joinville no final de 1978 seria pautada como ponto de discussão de uma reunião da entidade.

Figura 21 - Edson Machado e os industriais



Acervo Arquivo Histórico de Joinville: *Extra*, 20 a 22 de setembro de 1978, p. 16.

O artista plástico Edson Machado produziu em 1978 (figura 21) uma representação do empresariado local que é significativa a respeito dos conflitos sociais que então atravessavam a cidade. A charge foi publicada por ocasião da visita do Cardeal Arcebispo Arns, com vistas à inauguração do CDH de Joinville. A imagem dos homens-chaminés representados por Edson Machado procurava exprimir uma classe patronal pouco sensível ao tema dos Direitos Humanos e da abertura política.

Duas semanas após a visita de Dom Paulo Evaristo Arns, o pároco Luiz Facchini se viu envolvido publicamente na primeira grande tensão com representantes das elites locais da cidade. Entre o final de setembro e primeira quinzena de outubro inaugurou-se uma campanha contra o trabalho pastoral do pároco na comunidade Cristo Ressuscitado.

O episódio teve início na Câmara de Vereadores, envolvendo a bancada da ARENA. Membro da bancada apresentou denúncia contra a pregação de doutrina marxista nas igrejas locais, acusando o padre Luiz Facchini de pregar a luta de classes em sua paróquia. Acusado de comunista e subversivo, o pároco

foi assunto em sessões do legislativo e nos dois diários de imprensa local, assim como nos programas das rádios da cidade.

A repercussões alcançaram diversas regiões de Santa Catarina, chegando a ganhar destaque em telejornais do país. Como parte da campanha, o pároco foi acusado de vender, sem consentimento, uma igreja pertencente à sua paróquia, a capela São Pedro. A venda da capela, localizada próxima à BR 101, teria sido consentida entre os fiéis para aquisição de outros dois terrenos em que seriam construídas duas novas capelas. A documentação do Livro Tombo atesta que as tratativas vinham acontecendo há cerca de um ano, inclusive com o conhecimento da Diocese.²³⁷

As matérias da mídia local especulavam sobre o dinheiro e a finalidade da venda do imóvel. Dentre as versões noticiadas, dizia-se que a venda da capela visava beneficiar o irmão do pároco, o ex-padre João Facchini, que havia há pouco deixado a vida sacerdotal. Incluía-se entre as versões, uma que dizia que o pároco havia sumido com o dinheiro da venda do imóvel e a então, capela São Pedro, seria transformada numa discoteca. O conjunto das denúncias figurou por alguns dias na cidade, procurando desacreditar o trabalho pastoral do pároco, fomentando uma dupla suspeição: a acusação de corrupção e de subversão.

O empresário Dieter Schmidt, manifestou-se veementemente na imprensa, condenando as pregações do pároco. Sob o título, “Empresariado não tutela a agitação”, Schmidt fez declarações contundentes nos dois diários locais, dando relevância ao papel do empresário na construção da cidade como polo industrial de destaque no país e advertindo que a classe patronal não toleraria ser taxada como inimiga do operariado em prejuízo da harmonia social e da ordem na cidade. Segundo declarações do empresário em *A Notícia*:

O padre sairia ferido, se na sua sensibilidade de construir o progresso, tivesse que ver jogados os seus empregados contra ele. “Isto sim seria

²³⁷ De acordo com o Livro Tombo, a venda do imóvel aconteceu por uma solicitação da comunidade em função do barulho próximo à rodovia, da distância que os fiéis tinha que percorrer até a igreja e da questão da segurança, pois uma criança havia morrido em consequência de um atropelamento. Após uma consulta por escrito à comunidade e decisão em assembleia, efetuou-se a venda, contrariando os interesses do sr. Severino Losi, pertencente à comunidade e que possuía ligação com o vereador da Arena, Adolar Schultz. Ver Livro Tombo, 1978, p. 107.

subversivo. A agitação de classe não só repugna o espírito dos joinvilenses, mas da própria índole brasileira".²³⁸

Letras de cânticos das missas da paróquia Cristo Ressuscitado foram publicadas integralmente em *A Notícia*. Declarações ressentidas em relação à igreja joinvilense tanto na tribuna do legislativo quanto na imprensa, atestam as pressões sobre o bispo diocesano por conta do trabalho pastoral que vinha sendo feito pelo padre Luiz Facchini:

"Nós ajudamos a construir a catedral de Joinville e agora vem esse padre tentar subverter a ordem, pregando a subversão e a greve na sua igreja, incitando os operários a se revoltarem e deixarem o trabalho", reclamou um influente empresário da cidade aos Diários Associados.

A acusação dos empresários de Joinville se baseia no tipo de pregação religiosa feita pelo padre Facchini na Igreja Cristo Ressuscitado e demais capelas de sua jurisdição. Utilizando-se de mimeógrafos, o padre criou livretos que são vendidos aos fiéis e onde contém cânticos afirmando "Operário, onde está o pão, Cadê sua Casa?", assumindo uma posição de crítica aos baixos salários pagos nas indústrias de Joinville.²³⁹

A bancada do MDB na Câmara de Vereadores saiu em defesa das Comunidades Eclesiais de Base e do trabalho social feito pelo pároco Luiz Facchini. Os vereadores que fizeram uso da palavra, Celso Pereira e Aderbal Tavares Lopes, culparam o governo federal pela difícil situação da classe operária, mas igualmente reprovaram a pregação do pároco que estaria divulgando a doutrina marxista e pregando a luta de classes em Joinville.²⁴⁰ Assim, embora não diretamente, a bancada do MDB acabou chancelando o discurso que condenava a pregação do pároco.

O depoimento de Valmir Neitsch, o Capim, militante das CEBs, corrobora o teor reacionário ao movimento da igreja progressista na cidade e suas repercussões locais:

Não se fala mais em luta de classes, mas ela existe. Vai dizer que não existe luta de classes? Na Pastoral Operária a gente já discutia o marxismo. Tinha na Escola dos Ministérios o *marxismo & cristianismo*. (...) e a elite generalizava, todo mundo que participava das comunidades de base, Pastoral Operária então nem se fala, Pastoral da Terra então nem se fala, eram todos comunistas. Era assim que éramos tratados, todos comunistas! Isso inclusive me enraidecia! Para

²³⁸ *A Notícia*, 7 de outubro de 1978, p. 1.

²³⁹ *Jornal de Joinville*, 4 de outubro de 1978, p. 3.

²⁴⁰ CÂMARA DE VERADORES DE JOINVILLE. Ata 9^a Legislatura, 2^º ano, 69^a reunião ordinária. Joinville, 05 de outubro de 1978.

mim era um prazer ser chamado de comunista! Agora, essa era a visão da elite. E isso estava estampado em Jornal, diariamente, isso estava no rádio: tinha uns programas famigerados terríveis. E o rádio era o meio de comunicação mais ouvido! Mais forte que a televisão! Eram as rádios AM, e detonavam. E depois, claro, com o surgimento do PT, era petista e nesse caso, a pecha do comunismo sempre grudada, sempre grudada.²⁴¹

As elites políticas e empresariais associaram o movimento das comunidades de base ao comunismo, o que envolveu uma campanha por meio da imprensa. A publicação de trechos de materiais e letras de cânticos da paróquia Cristo Ressuscitado tinha como objetivo identificá-las como subversivas, corroborando as lembranças de Capim.

As repercussões desse primeiro momento de tensão sobre o trabalho do pároco em Joinville foram sentidas em diversas regiões do Estado de Santa Catarina. O pároco recebeu dezenas de mensagens de solidariedade por telefone e defesa de seu trabalho pastoral por dezenas de paróquias de cidades como Chapecó, Xanxerê, Blumenau e Florianópolis, além da Comissão Pastoral da Terra de Curitiba. A Comissão Pontifícia de Justiça e Paz de Florianópolis emitiu nota oficial publicada no jornal *O Estado* em defesa do padre Luiz Fachini, além carta de solidariedade assinada por sete bispos da Regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ainda houve nota de apoio das ações do padre Luiz Facchini feita pelo Movimento Feminino pela Anistia organizado em Florianópolis.²⁴² Diferentes conexões e contatos para além da região e das fronteiras estaduais davam conta que as vozes dissonantes em Joinville rompiam algumas das barreiras impostas pelo discurso unívoco de políticos e empresários da “Manchester”.

Mas, a linguagem da força mantinha-se hegemônica. Em função de ameaças de morte que pesaram sobre o pároco, o bispo diocesano determinou que o padre Luiz Facchini não mais poderia atender enfermos à noite ou sair sozinho. As lembranças do militante das CEBs, João Schmitz, corroboram esse acontecimento:

Aí a comunidade toda se reuniu e ficou uma tarde toda para mostrar força. Todos reunidos ali na paróquia no Floresta. Então foi decidido que ele não ficava mais sozinho. Não posava mais ali. Ele dormia

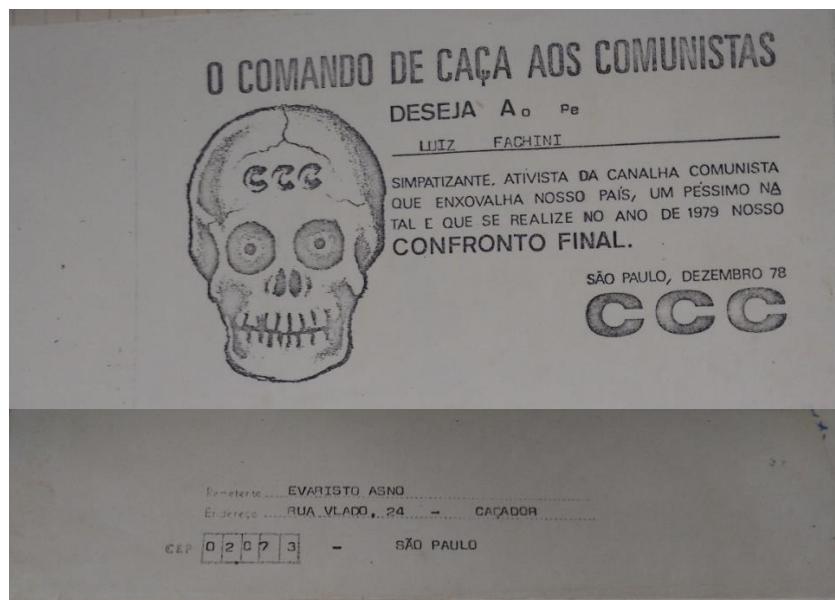
²⁴¹Valmir Neitsch, 56 anos, poeta, depoimento concedido ao autor em Joinville, 08 de novembro de 2013.

²⁴² *O Estado*, 8 de outubro e 14 de novembro de 1978. Recortes Livro Tombo, 1978.

sempre numa casa diferente que ninguém sabia. E como a comunidade se mobilizou acho que eles recuaram.²⁴³

Passados dois meses desde o primeiro momento de tensão, quando os momentos de radicalização e ameaças pareciam ter sido superados, o pároco recebeu um sinistro cartão de natal remetido de São Paulo com uma expressa ameaça de morte (figura 22). A correspondência foi recebida no dia 4 de dezembro de 1978 e informava ser proveniente da organização de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC). O CCC atuou ao longo da ditadura, assumindo diversas faces e composições ao longo de um largo período, com integrantes movidos por um anticomunismo radical e que se sentiam plenamente identificados e representados pelos militares (MAGALHÃES, 1997).

Figura 22 - Cartão de Natal do Comando de Caça aos Comunistas



Acervo: Livro Tombo da Paróquia Cristo Ressuscitado- 1978

Clarissa Brasil (2010) investigou em sua dissertação de mestrado a atuação do CCC ao longo da ditadura. A autora trata da dificuldade encontrada em defini-lo. Segundo a autora, não se tratava de um grupo ou organização, pois o CCC revelou-se na forma de vários grupos. Durante o período assumiu diversas faces, ora formado por estudantes, ora por membros da repressão, ora por opositores ao processo de abertura política (BRASIL, 2010, p. 18). Algumas características, no entanto, estão presentes em seu estudo acerca da trajetória

²⁴³ João Schmitz, depoimento citado.

do CCC: métodos de violência, atuação clandestina e terrorismo de extrema direita paramilitar.

Em capítulo específico da dissertação, Clarissa Brasil (2010, p.87-94) analisa a série de cartões de natal enviados a pessoas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O cartão recebido pelo padre Luiz Facchini integra a série. A autora usou como fonte um dossiê de um processo produzido pelo DOPS/PR. Segundo a autora, a primeira investigação oficial da ditadura sobre o CCC, que redundou inconclusiva e manteve seus integrantes impunes, marca da trajetória do CCC em suas ações durante a ditadura.

Clarissa Brasil classifica o episódio dos cartões de natal como “o retorno do comando”. Desde sua ação mais ousada, em 1968, contra os atores da peça Roda Viva, escrita por Chico Buarque, foram quase 10 anos de silêncio sobre ações do CCC, o que não significava, como observa, seu desaparecimento, mesmo porque alguns de seus membros vinham atuando nos quadros repressores do regime. Na avaliação da autora, a ação de dezembro de 1978 foi a segunda maior em abrangência na trajetória do CCC: endereçava-se a religiosos, artistas²⁴⁴, advogados, políticos e jornalistas em diversos lugares. As ações subsequentes após o cartão de natal foram: bombas, ameaças a donos de bancas de jornais, intimidações, panfletos, cartas-bombas, tiros, entre outras, embora circunscritos geograficamente a espaços menores.

A investigação conduzida pelo DOPS-PR trazia em específico os casos dos envios dos cartões ao padre Luiz Fachini, de Joinville, além de Dom Romeu Alberti e Dom Agostinho José Sartori, bispos de Apucarana e de Palmas, no Paraná. Deste mesmo estado era o advogado Jose Kanawate, de Ponta Grossa. Significativo ainda foi o grupo ter como alvo o deputado Dejandir Dalpasquale, o mais votado pelo MDB de Santa Catarina, em 1978, e então presidente regional da sigla em Santa Catarina.

Os cartões analisados por Clarissa Brasil seguiam um modelo tipográfico comum: a caveira, símbolo do esquadrão da morte, seguida de uma mensagem

²⁴⁴ Segundo Clarissa Brasil, o mesmo cartão foi enviado a Chico Buarque. O cartão constou na exposição de itens e objetos pessoais do cantor em homenagem aos seus 60 anos em 2004.

padrão. Os nomes do destinatário e do remente eram datilografados, acompanhados por um suposto endereço de São Paulo. Segundo o relatório final do investigador do DOPS em Curitiba, apresentado pela autora, os dados do remente eram falsos. O nome fazia um trocadilho (figura 22), referindo-se ao arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, assinado como “Evaristo Asno” e a rua Vlado número 24 era uma nítida referência ao jornalista Vladimir Herzog (BRASIL, 2010, p. 93), assassinado nos porões da ditadura.

Receber um cartão de natal dessa natureza, em um momento em que a comunidade da Cristo Ressuscitado estava saindo de uma tensão com elites locais, inclusive com ameaças de morte ao pároco, deixou os membros da paróquia sob tensão e medo. O medo aparece como um dos elementos estruturantes nas lembranças dos ex-militantes. Rute Boettcher falou do sentimento de apreensão que o pároco transmitia diante de tais ameaças e tensões:

Então ele dizia pra gente que não iria existir o tempo todo, acho que ele achava que um dia ia ser preso. Ele recebeu carta de caça aos comunistas, dizendo que ia dar um fim nele. Ele leu para a gente e ficamos com muito medo. Então ele preparava a gente porque sabia que podia ter um fim, o fim da vida dele de repente ou que ele fosse expulso da Igreja.²⁴⁵

O medo lembrado possuía lastros contundentes. Havia pouco mais de 9 anos o padre Jose Henrique, assessor de Dom Helder Câmara, fora encontrado morto, dependurado numa árvore com visíveis sinais de tortura, pouco tempo depois de receber uma série de ameaças anônimas que se identificavam como do CCC.

Em que pesem as ameaças ao trabalho pastoral do padre Facchini, a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos e o Encontro Episcopal de Puebla, realizado no México no início de 1979, deram um novo sopro ao trabalho que já vinha sendo feito na Zona Sul da cidade. Com a definição de Puebla acerca da missão evangélica da Igreja, a “opção preferencial pelos pobres”, intensificou-se o apelo pastoral contra as injustiças sociais e a denúncia da exploração operária pelos baixos salários pagos pelas empresas de Joinville.

²⁴⁵ Ruth Boettcher, depoimento citado.

Em documento da Pastoral Operária da diocese em que se discutia a preparação do 1º Encontro Regional da Pastoral Operária em Santa Catarina, que aconteceria em meados de 1979, apontava-se que 80% da população da diocese girava em torno do trabalho fabril e estabelecia como diretriz o dever de atrelar a fé a luta operária e política “para a transformação do mundo, no sentido da construção de uma nova ordem social com a libertação de todas as dominações e a superação da própria sociedade de classes”.²⁴⁶ O documento destacava, entre outras metas de trabalho para a Pastoral Operária, a consciência de classe, a promoção do engajamento na luta operária, a denúncia à exploração nas fábricas e o fomento à organização autônoma do operariado.

A atuação dos novos personagens teve como importância reintroduzir naquele contexto de abertura, as disputas que engendravam as contradições no âmbito capital-trabalho. Fez-se, contudo, sob forte tensão, pois o empresariado expressaria evidentes sinais de resistência acerca das mudanças de orientações que vinham ocorrendo.

Os dias que antecederam a realização do I Encontro Regional da Pastoral Operária em Joinville foram marcados por grande tensão envolvendo uma denúncia da morte de dois operários na Metalúrgica Schultz e da agressão física de um médico da empresa a um terceiro operário. O ex-militante João Schmitz relembrou este momento de forte tensão envolvendo a Pastoral Operária de Joinville, o CDH, o bispo da diocese e o empresariado.

Fizemos um panfleto e panfletamos a cidade inteira sobre as mortes dos trabalhadores e da agressão do médico. O médico se mandou, ficou fora um mês. O Dom Gregório estava na praia. Aí a ACIJ se reuniu, ligou para o Dom Gregório, que veio que nem um leão contra nós. Panfletamos até a catedral no domingo. E esse panfleto deu uma repercussão tremenda né! Aí aquele Zeguedé da Rádio Cultura leu no programa dele também, aí essa diretoria lá queria que o Centro de Defesa fosse lá se reunir com eles. Aí dissemos não, vocês venham cá, nós temos a nossa sede, venham se reunir aqui, eles não vieram. E era ditadura.²⁴⁷

O panfleto era um manifesto datilografado, reproduzido por mimeógrafo, sob o título: “Eu vi a aflição do meu povo”. Além dos casos citados de desrespeito aos direitos humanos, o documento denunciava que trabalhadores vinham sendo demitidos por participarem de reuniões da Pastoral. Lido em celebrações

²⁴⁶ Livro Tombo da paróquia Cristo Ressuscitado, 25 de abril de 1979.

²⁴⁷ João Schmitz, depoimento citado.

litúrgicas de algumas paróquias e no rádio, o assunto ganhou dimensões imprevisíveis e passou a predominar nas conversas dos operários nas fábricas. A repercussão da denúncia envolvendo a Pastoral Operária e o Centro de Defesas dos Direitos Humanos reverberou aos quatros cantos da cidade através da imprensa falada, escrita e no ambiente fabril, por seguidos dias.

A denúncia ganhou foros ainda mais dramáticos quando houve o início de um surpreendente movimento grevista dos operários da Schultz. A primeira greve de metalúrgicos na cidade foi associada pela própria direção da empresa ao panfleto da Pastoral Operária. Um diário da capital, *O Estado*, destacou o sentimento presente na paralisação como uma grande revolta dos trabalhadores. “O movimento de revolta dos trabalhadores era sentido desde segunda-feira quando souberam do manifesto”, afirmou o chefe de divisão de pessoal da Schultz.²⁴⁸

A Metalúrgica Schultz e a Sociedade Joinvilense de Medicina cobravam publicamente a punição dos responsáveis pelo documento nomeado como “manifesto apócrifo” que visava tumultuar e perturbar a paz social que supostamente reinava na comunidade operária de Joinville. A bem da verdade, o documento não era apócrifo, pois era assinado conjuntamente pela Pastoral Operária de Joinville e Centro de Defesa de Direitos Humanos.

Para aumentar a fogueira, mais duas fábricas paralisaram naquela semana: as Indústrias Schneider e a Metalúrgica Duque. Por se tratar de algo inédito na cidade, mais uma vez o movimento do pároco Luiz Facchini seria acusado de insuflar o levante operário.

Quando da divulgação do manifesto da Pastoral Operária e do Centro de Defesa de Direitos Humanos, o bispo diocesano não se encontrava em Joinville. João Facchini relembrou o dia seguinte à denúncia em que Dom Gregório retornou às pressas a cidade, após ligação telefônica que lhe informava do ocorrido:

Aí na segunda feira o bispo me liga: “oh João quero falar contigo urgente, vem aqui pra mitra diocesana”, eu lembro bem! Eu já imaginava o que era. Eu disse: “Dom Gregório eu tô sem carro”. “Não tem carro, pega um taxi aí e vem aqui”. Aí eu vou lá e ele diz: “você,

²⁴⁸ *O Estado*, agosto, 1979, p. 11. Recortes do acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

você, você e você tão quebrando a Igreja, estão quebrando, fazendo uma coisa que não deveriam fazer". E diz: "fala no jornal que aquilo lá foi um erro, desmente isso no jornal". Aí eu disse: "Dom Gregório, não vou fazer isso, não vou fazer isso! Quem disse isso não fui eu, só estamos repercutindo, não vou tirar uma vírgula daquilo que foi dito e escrito, não vou tirar uma vírgula!" Dom Gregório ficou chateado, mas eu não tinha autoridade para fazer, era uma denúncia.²⁴⁹

O episódio exerceu grande pressão sobre o bispo diocesano, que até então possuía uma relação muito amistosa com o empresariado local, sobretudo, Dieter Schmidt, diretor-presidente da Fundição Tupy²⁵⁰.

A direção da empresa Schultz reuniu-se com o bispo e publicou na imprensa um comunicado.²⁵¹ Dentre as negativas de desrespeitar os direitos humanos, a diretoria assegurava que em reunião, o bispo diocesano disse desconhecer que fosse uma iniciativa da Pastoral Operária e se comprometeu em apurar as responsabilidades do uso indevido da pastoral para tumultuar a comunidade joinvilense.

Após reunião com a diretoria da empresa, o bispo convocou o presbitério para tratar o assunto, deixando alheio, contudo, o padre Luiz Facchini. O pároco registrou no Livro Tombo, três dias após o manifesto, sua frustração ante a atitude do bispo no tratamento do episódio:

D. Gregório que até hoje tinha ouvido apenas o lado dos patrões, convocou os padres da cidade, menos eu, para avaliar o documento e a reação dos poderosos. Fiquei chateado e menos esperançoso de poder conseguir um verdadeiro trabalho de evangelização com os companheiros do sacerdócio. Comigo mesmo, mais e mais. Comecei a ver que a grande tarefa da evangelização libertadora dos oprimidos é feita com e pelos pobres trabalhadores, que são sempre as primeiras vítimas da fome, da doença, do analfabetismo, enfim, de toda marginalização, apesar de serem eles os construtores de toda a riqueza da nação. Tornou-se difícil, sofrida e delicada minha posição na comunhão do presbitério da Diocese. Senti-me jogado de lado pelo próprio bispo, ao convocar os padres e não me convocando junto com eles, ao ouvir os patrões e não ter se sentado também com os operários.

À noite deste dia, D. Gregório deveria estar aqui para uma celebração eucarística as 19:30 hrs e para a reunião de Programação do 1º Encontro Regional de Pastoral Operária a ser realizado nos dias 7-8-9. 09. 79. Mas, minutos antes telefonou pedindo perdão por não poder vir, dizendo que não estava em condições psicológicas para tanto. Esta atitude da parte de D. Gregório pesou ainda mais sobre os meus olhos.

²⁴⁹ João Facchini, depoimento concedido ao autor em Barra do Sul, 30 de novembro de 2013.

²⁵⁰ No início da década de 1960, Dom Gregório havia feito o casamento do jovem industrial na capital paulista, com certa regularidade participou de eventos na Tupy e havia mantido uma relação muito amistosa com Dieter Schmidt.

²⁵¹ Extra, 04-11 de agosto de 1979, p. 4.

O sentimento de que a hierarquia do clero não estava a fim do grande desafio dos Evangelhos e de Puebla: a “opção preferencial pelos pobres”.²⁵²

O silêncio do bispo foi interpretado pelo pároco como falta de comprometimento do clero joinvilense com o desafio radical de Puebla. Em carta enviada para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Brasília, dez dias após o panfleto da denúncia, uma das lideranças da Paróquia Cristo Ressuscitado, Ideli Salvati, solicita apoio em razão do silêncio do bispo diocesano.

Ao relembrar o posicionamento do bispo diante do episódio, João Schmitz afirmou: “Dom Gregório balançava para lá e para cá”²⁵³. Ruth Boettcher, corroborando as lembranças de Schmitz afirmou que o bispo hesitava: “em cima do muro. Não caía nem pro lado do patrão e nem pro lado do trabalhador, ficava mudo”²⁵⁴. Tanto a carta de Ideli Salvati quanto as anotações do pároco no Livro Tombo, reiteram inteiramente as lembranças acerca do bispo diocesano, demonstrando coincidir percepções do passado e do presente.

Vinte dias após o incidente da denúncia, o pároco Luiz Facchini recebeu um telefonema do bispo comunicando uma determinação do Serviço Nacional de Informação:

“O SNI pediu que você faça uma lista de todos os participantes da Pastoral Operária e do Centro de Defesa de Direitos Humanos de Joinville até hoje à noite”. Minha resposta verbal e escrita em carta a D. Gregório foi a seguinte: “não darei nenhum nome de leigos a não ser o meu próprio nome. Eu sou e repondo por qualquer responsabilidade pastoral. Não se entrega o ouro aos ladrões de mão beijada. Este nosso ouro- vidas humanas- só pode ser entregue como resgate de maior Libertação para o povo.”²⁵⁵

O inusitado pedido de uma lista de militantes feito pelo bispo para repassar a um agente do SNI gerou um sentimento de intriga. Tudo indica que houve insistência do SNI, pois dias após o bispo insistiu com um novo telefonema. João Facchini relembrou o contato do bispo:

Aí o Dom Gregório telefona e diz: “olha hoje o SNI vai visitar vocês, mas não tenham muito medo”. “Porra o Dom Gregório?” Imediatamente me veio, “o Dom Gregório está de acordo com o SNI, porra?” Como

²⁵² Livro Tombo da Paróquia Cristo Ressuscitado. Joinville 01 de agosto de 1979, p. 118-119.

²⁵³ João Schmitz, depoimento citado.

²⁵⁴ Rute Boetcher, depoimento citado.

²⁵⁵ Livro Tombo da Paróquia Cristo Ressuscitado. Joinville 21 de agosto de 1979, p. 120.

quem diz: "se puder fazer alguma coisa que não os mande aqui nos interrogar". Aí Luiz e eu começamos a nos preparar. Eu disse: "olha nós temos que nos comportar da maneira para que um possa refazer aquilo que o outro possa ter deslizado por acaso". E aí tá, veio o cara, ele se apresenta, nós estávamos lá esperando, já sabíamos a hora através do Dom Gregório, e aí quando ele começa a conversar, ele ficou branco, ao invés de nós estarmos com muito medo, ele ficou visivelmente nervoso, muito nervoso. E aí ficou bem claro o seguinte, que ele tinha o dever de nos interrogar, que ele foi mandado.²⁵⁶

As antecipações do bispo e sua intermediação com o SNI tinham a ver com as relações entre o agente da repressão e a catedral do bispado. Segundo Fico, os agentes do SNI não faziam interrogatório, mesmo porque muitos eram civis. Em Joinville não era o caso, o agente com relações próximas à catedral do bispado era o delegado Telvino Scipioni, que atuava junto à 2º Delegacia da Polícia Militar, que estava sob responsabilidade do delegado João Pessoa Machado. Outro aspecto é o fato do agente estar sob tensão, como quem interrogava em cumprimento de alguma determinação, não ficando claro a sua origem. Havia um interesse local por uma lista com os nomes dos militantes. Meses após, o pároco seria visitado novamente na paróquia, desta vez pela radiopatrulha da polícia local em busca de nomes e integrantes da PO e CDH. Retornaremos ao tema da lista adiante.

Voltando ao silêncio público do bispo. Há duas semanas da realização do I Encontro Regional da Pastoral Operária, o pároco Luiz Facchini procurou o bispo para consultar sobre a necessidade do lançamento de um novo documento à comunidade joinvilense. Diante do argumento exposto pelo pároco e da proximidade do Encontro Regional da Pastoral Operária, o bispo consentiu em ouvir o lado operário da denúncia. Dom Gregório convocou o presbitério e firmou o compromisso de responsabilizar-se publicamente pela atividade da Pastoral. Com base no segundo documento produzido pela militância da Pastoral e do CDH, o bispo fez um pronunciamento, publicado no jornal *A Notícia*. Em tom conciliatório, justificou que a Pastoral Operária estava credenciada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja posição era a de colocar-se ao lado dos vulneráveis. Assegurava, contudo, que a Pastoral Operária era religiosa e social, mas não seguia sistemas e ideologias seculares.

²⁵⁶ João Facchini, depoimento citado.

O documento tornava público que a Pastoral Operária havia sido assumida em assembleia do clero da diocese ante a realidade do desenvolvimento industrial e apelava para o diálogo entre operários e patrões. O bispo finalmente rompia o silêncio, assumindo publicamente o trabalho da Pastoral Operária. Publicado 27 dias após a polêmica do manifesto contra a Schultz, o pronunciamento do bispo tornava público o alinhamento da diocese com as diretrizes da CNBB.

O posicionamento público do bispo não agradou o empresariado. O diretor-presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt ressentiu-se na imprensa que o bispo estaria preterindo a figura do empresário, ao manter em sua diocese um “padre subversivo” que pregava a luta de classes e o levante de “operários contra patrões”.²⁵⁷ Dieter Schmidt teceu críticas contundentes ao afirmar que alguém vindo de fora, como era o caso do pároco, não teria autoridade para “pregar lições de moral e justiça” na cidade. E insinuava a necessidade de sua expulsão, decisão que caberia ao bispo.

Através dos depoimentos dos militantes, evidencia-se a moderação do posicionamento de Dom Gregório quando comparada à de outros setores da chamada igreja progressista em Santa Catarina. Pode-se mencionar o caso de Dom José Gomes, bispo de Chapecó, reconhecido por um nítido posicionamento no campo progressista (SIQUEIRA, 2021).

Contudo, o episódio demarcou uma tomada de posicionamento público do bispo diocesano, Dom Gregório Warmeling, prevalecendo as diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como instância superior que chancelava as práticas da igreja progressista.

Pesava ainda o evento do I Encontro Regional de Pastoral Operária em que estivera presente o bispo de Santo André, São Paulo, Dom Cláudio Hummes, pertencente à Coordenação Nacional de Pastoral Operária. Um dos compromissos assumidos por Dom Gregório juntamente com Dom José Gomes, naquele encontro em Joinville, foi o de sensibilizar os demais bispos do Estado para a Pastoral Operária.

²⁵⁷ Matéria fotocopiada da imprensa que se encontra no acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

4.4 REPRESSÃO PATRONAL

Nos últimos anos os esforços em elucidar a participação civil na repressão durante a ditadura têm demonstrado, por meio de pesquisas, o envolvimento marginal de empresas que colaboraram, direta ou indiretamente, com o regime e que desempenharam papel na repressão. Além dos casos conhecidos como veículos de imprensa tais como a *Folha de S. Paulo*, *Rede Globo* e a *Ultragás*, no emblemático caso de Henning Boilessen, surgiram evidências recentes do envolvimento da Volkswagen brasileira na colaboração com a repressão ao movimento de trabalhadores em São Paulo.

O caso da ditadura brasileira não é único. Diversos pesquisadores latino-americanos interessados na investigação acerca do papel de empresas na repressão aos trabalhadores durante as ditaduras do Cone Sul têm trocado experiências sobre métodos de pesquisa e levantamento de fontes que possibilitem a abordagem da repressão aos trabalhadores e da colaboração entre regimes autoritários e grupos empresariais (NAGASAVA; CORRÊA, 2019).

A história do trabalho no Brasil vem aumentando consideravelmente sua produção de estudos ambientados no período da ditadura de 1964, desde então. Estimulados, sobretudo pelas pesquisas organizadas em grupos de trabalhos temáticos que deram origem ao Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a continuidade e aprofundamento dessas investigações tem ganhado cada vez mais espaço.

Embora o acesso à documentação das empresas em Joinville e, de modo particular, o da associação empresarial, seja muito difícil, há indícios consistentes que apontam para o papel do patronato na repressão aos trabalhadores locais. Em particular, a Fundição Tupy, lembrada pela memória local por aquilo que a Escola Superior de Guerra designava como Área de Segurança Nacional, desempenhou significativo papel na repressão do movimento operário.

As lembranças de João Facchini permitem acessar indícios de quem nem mesmo o poder político local, embora representasse a oposição ao regime autoritário, estava incólume à pressão do segmento civil mais atuante do regime em Joinville: o empresariado. O governo do MDB respondeu pragmaticamente

quando pressionado a demitir João Facchini, o irmão do pároco, que ocupava então um cargo no gabinete do prefeito:

Aí o Luiz Henrique me chama e diz “João o empresariado quer a tua cabeça, mas eu não vou dar, só que você tem que sair daqui do gabinete porque você sabe, eu faço as obras com o dinheiro das empresas. Eles me pediram a tua cabeça, se eu te mantendo aqui não vou ter IPTU para fazer as obras”. Eu disse: “Luiz Henrique, você me chamou pra trabalhar e a hora que você quiser eu estou à disposição, você que sabe”. Claro que queria permanecer, quem é que não queria permanecer, ninguém é mártir dessa bandeira, eu tinha filhos, tinha família. (...) o empresariado nunca me perdoou. Nunca me perdoou, desde aquele evento da Pastoral Operária.²⁵⁸

A repressão patronal implicava em amarga experiência para trabalhadores que dependiam unicamente de vender sua força de trabalho. Mesmo o poder político municipal, tido como de oposição, cedia a pressão por expurgos de seus quadros. Perder o emprego por razões políticas, numa época de crise e arrocho salarial, implicava em um tipo de violência material e psicológica comparável a uma degola. Ao relembrar o I Encontro Regional da Pastoral Operária, cerca de um mês após o manifesto contra a Schultz, João Schmitz falou sobre sua demissão da empresa:

Houve um encontro das comunidades, veio um bispo de São Paulo lá de Santo André, quando esse trabalho da Pastoral já tava visado pelos empresários. Aí eles já sabiam que foi dali que fizeram a denúncia, então eles mandaram um espião nessa celebração ali pra ver quem tava ali, se tinha algum da Schultz. Eu fiz uma colocação lá na hora da celebração, um tipo de oração que falou alguma coisa da exploração do trabalhador. Era um domingo. Segunda-feira cheguei lá pra trabalhar e me chamaram na seção pessoal e me mandaram embora.²⁵⁹

Na esteira do autoritarismo vigente, o segmento patronal da cidade empreendia práticas que visavam combater, mas também dissuadir movimentações que pudessem significar tentativas de mobilização operária. Francisco João de Paula, o Chico de Paula, mensurou a escala persecutória de vigiar e punir:

Eles monitoravam! Era grave! Eles estiveram nas nossas reuniões dentro da Igreja. Uma perseguição muito forte dentro das indústrias. Fui visto numa reunião que estava e no outro dia fui para empresa e fui demitido. Na Tupy era uma perseguição sem tamanho! Aqui em Joinville era nítido assim: participou, entrou, está demitido. Falar em greve aqui era pecado mortal com direito a guilhotina, o bicho pegava.

²⁵⁸ João Facchini, depoimento citado.

²⁵⁹ João Schmitz, depoimento citado.

(...) se a gente estava numa reunião, tinha que fugir pra não ser filmado. Se você fosse filmado no outro dia você tava na rua. O pessoal fugia da TV, fugia de fotógrafo porque era aparecer e ter certeza, ia embora.²⁶⁰

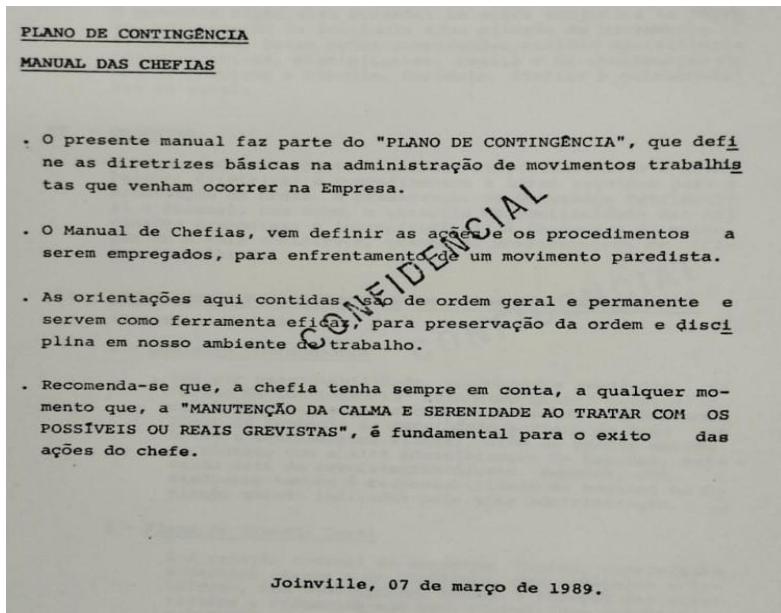
Havia um eficiente serviço de informação da Fundição Tupy sobre seus quadros. Operários egressos poderiam ou não retornar a empresa, dependendo de seus registros de antecedentes. Em dado momento, o próprio serviço de segurança da Tupy, passou a levantar informação de ordem política e policial sobre quem se candidatava a uma vaga de emprego na fundição: uma espécie de atestado de antecedentes para ingressar na empresa. A atividade política ou sindical estavam sempre na mira dos serviços de informação da empresa. Em depoimentos colhidos para Comissão Estadual da Verdade, trabalhadores afirmaram que a empresa usava uma espécie de código que punia ex-funcionários: ter a carteira de trabalho assinada com caneta vermelha era estar marcado para não mais arranjar emprego nas empresas locais.

Recentemente, descobriu-se documento produzido por serviços de informação da Fundição Tupy (figura 23 e 24) que atesta a prática de monitoramento de seus quadros, muito próxima ao que os aparelhos de informação do regime praticavam. O documento, integralmente carimbado como “CONFIDENCIAL”, foi encontrado no interior de um livro que pertencia à biblioteca do antigo Colégio Tupy. O documento foi doado ao Arquivo Histórico de Joinville.²⁶¹ Trata-se de um manual de instrução detalhado, destinados às chefias de diversos setores da empresa, estabelecendo ações e procedimentos a serem empregados para reprimir eventuais sinais de movimentação operária entre seus empregados.

²⁶⁰ Francisco João de Paula, 66 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 31 de outubro de 2013.

²⁶¹ Após a desativação e extinção da antiga biblioteca do referido colégio, os livros foram doados. Uma das pessoas que recebeu um exemplar, ao manuseá-lo encontrou o documento e julgou ter algum valor histórico e doou ao Arquivo Histórico de Joinville.

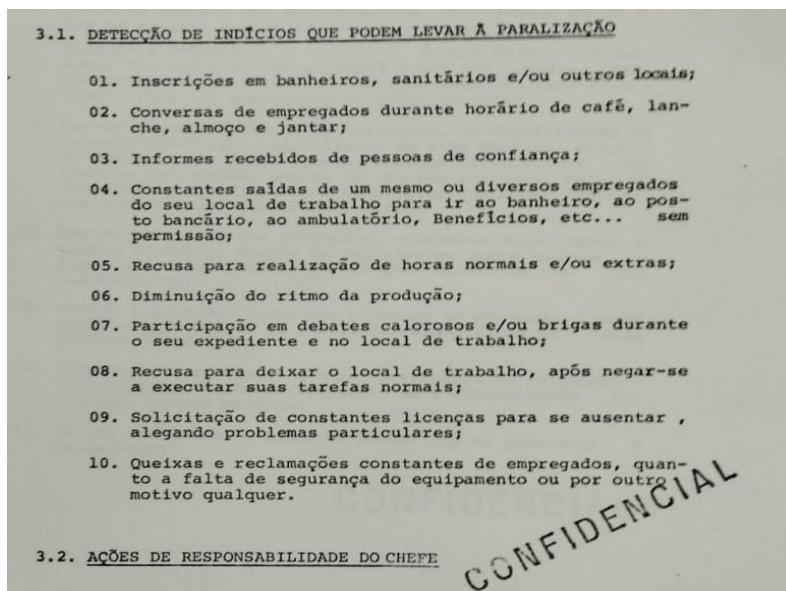
Figura 23 - Plano de Contingência Fundição Tupy



Acervo: Arquivo Histórico de Joinville

Observe-se que o referido manual foi produzido após a histórica greve da Tupy de 1985 (FREIRE, 2015). O documento instruía que o treinamento da "SUPERVISÃO" para detectar indícios de movimentação trabalhista fosse constante e realizado periodicamente. Como se pode observar nas instruções abaixo (Figura 24), os indícios ou suspeções do que poderiam configurar movimentações de natureza trabalhistas eram bastante variados. Das conversas em horários de refeições até mesmo a recusa em se trabalhar na modalidade de horas extras deveria ser motivo de vigilância.

Figura 24 - Plano de Contingência Fundição Tupy



Acervo: Arquivo Histórico de Joinville

As “ações e responsabilidade do chefe” estabeleciam que se registrasse por escrito qualquer ocorrência dentro da área de atuação da chefia, tendo o dever de comunicar ao seu superior imediato e remeter os registros para a Área de Administração Pessoal e Segurança. Além de uma extensa lista de nomes com telefones, ramais e locais onde todas as chefias poderiam ser encontradas, o Plano de Contingência trazia um fluxograma elucidativo de como o circuito de comunicações internas deveria fluir no caso de uma movimentação operária.

O Plano trazia ainda uma sessão, por meio de uma tabela, denominada “Controle de Movimentos Trabalhista”. A tabela se dividia em colunas: “Movimentos Tipos”, “Definição das Ações do Movimento” e as “Ações Saneadoras da Chefia”. A primeira coluna criava uma tipologia das diversas formas de paralizações: “assembleias sindicais”, “greve relâmpago”, “falta ou atraso do pessoal em setores vitais”, “operação tartaruga”, “greve convencional”, “greve pipoca”, “operação vaca braba” e “greve branca interna”. A segunda coluna, tratava das ações do movimento, definindo os tipos estabelecidos na primeira coluna. Já as “Ações Saneadoras da chefia” se subdividia em outras duas colunas: as medidas “Disciplinares” e “Administrativas”. A primeira dizia respeito às diversas sanções disciplinares a serem aplicadas aos operários para cada tipo de paralização. As medidas administrativas, por sua vez, referiam-se a produção e manutenção de serviços considerados vitais na empresa.

O plano de contingência da empresa demonstra a operação de um consistente serviço de espionagem interna sobre os operários, assim como um conjunto de medidas repressivas para desarticular quaisquer movimentos de natureza trabalhista, isto em um momento em que a ditadura já havia chegado ao fim. Esse tipo de prática de vigiar e punir no interior da Fundição Tupy corrobora o depoimento de Chico de Paula que chegou a ser detido por horas e interrogado por ter levado “mosquitinhos”²⁶² para dentro da fundição. Após décadas, as lembranças sobre seu interrogatório e demissão testemunham a permanência subjetiva desse tempo de repressão:

²⁶² Após interrogado por horas foi demitido por justa causa. Os chamados “mosquitinhos” constituíam uma tática secreta de militância que visava levar uma pequena mensagem escrita em pequenos pedaços de papeis com objetivo de fazer circular uma informação ou alguma chamada para a organização. Geralmente eram deixados em banheiros, refeitórios ou em pontos estratégicos que os operários pudesse encontrar sem serem notados.

Depois mais tarde, após 30 anos, eu entrei naquilo lá de volta, só para ver uma situação de um camarada, aí eu disse: “meu Deus do céu não vou ficar aqui dentro, quero ir embora desse negócio o quanto antes”. Me dá uma bronca só de passar lá e sentir aquele cheiro de ferro.²⁶³

A repressão aos trabalhadores no Brasil e na América Latinha foi instrumento central na atuação das ditaduras do Cone Sul (CORRÊA, SILVA; MARTINS, 2019). Grandes centros urbanos industrializados como São Paulo exemplificam a cumplicidade patronal na repressão. O caso mais emblemático foi da filial da montadora alemã no Brasil: a Volkswagen. Em relatório encomendado pela própria montadora (2017), a multinacional reconheceu que sua filial em São Paulo, agiu em colaboração com regime de 1964 na repressão ao movimento de trabalhadores.²⁶⁴

Uma das medidas repressivas adotadas por empresas em Joinville no período de redemocratização consistiu na criação do que então se chamava de “lista-negra” de trabalhadores considerados nocivos ao ambiente do setor produtivo local, o que não chegava a ser uma novidade. Há indícios dessa prática já nos primeiros anos de fundação da associação empresarial joinvilense. Por fonte indireta (Gehlen, 2011), sabe-se que uma das primeiras vezes que se falou em “lista negra” de operários na entidade remonta o ano de 1916, quando houve uma movimentação operária na cidade para pressionar os patrões por aumento de salários. Segundo Gehlen, que teve acesso às atas da ACIJ, a proposta de se criar uma lista de operários desordeiros teria partido do então proprietário do Moinho de Trigo Boa vista, o empresário Arthur Ferreira. Além da proposta da lista, consentida por seus pares, combinou-se ainda a uniformização dos salários de trabalhadores de categorias comuns.

Essa ata traz dois registros importantes. Primeiro, esclarece a postura da entidade diante do primeiro movimento do operariado a ocorrer na “cidade do trabalho” e que não chega a redundar em greve, o que só viria a ocorrer no ano seguinte, em agosto de 1917, como consequência de uma ação reivindicatória nacional; segundo, confirma a elaboração de uma nominata dos participantes do movimento, que ficou conhecida como “lista negra” dos operários. Também fica patente que a “reação dos empresários” é liderada por Arthur Ferreira da Costa que, a partir da próxima eleição de diretoria da associação, assumirá sua presidência (GEHLEN, 2011, p. 29-30).

²⁶³ Francisco João de Paula, depoimento citado.

²⁶⁴ Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-relatorio-volks-reconhece-colaboracao-com-ditadura-militar-no-brasil-22190990>. Acessado em 18/12/2017.

De igual modo, Iara Andrade Costa (1996) assinalou em sua dissertação de mestrado os indícios dessa prática na Joinville de 1919. Segundo Costa:

Os “agitadores” eram demitidos a título de lição para os demais e, de um modo geral, entravam para as listas negras das companhias, principalmente naquelas em que possuíam associações de classe eficazes. Uma vez na lista negra, o trabalhador tinha forçosamente que procurar outro emprego em outra “freguesia” e para tanto era obrigado a migrar (COSTA, 1996, p.155).

A criação das chamadas “listas-negras” no final da década de 1970, presentes na memória viva de trabalhadores da cidade, também possuí indícios na imprensa da capital.²⁶⁵ Após a emblemática greve dos plásticos em 1980, incentivada pela Pastoral Operária, houve grande número de demissões na Companhia Hansen. Operários queixavam-se de não estarem conseguindo novo emprego na cidade em função da troca de informações entre a Hansen com outras empresas locais.

Chico de Paula, ao fazer um balanço da ação persecutória no jogo de correlações de forças, ponderou a seguinte analogia relacionando as forças militares e empresariais contra a organização dos trabalhadores na “Manchester Catarinense”:

O processo de perseguição havia mudado a questão. Não era mais um processo de prisão: o “crime” era combatido com o desemprego. Eu sempre dizia: “gente os caras mudaram, não precisam matar mais como fizeram em 64, e em 70. Matam de desespero e fome”. Então você tinha que ficar do lado dos caras pra não ficar desempregado.²⁶⁶

A correlação entre a prática repressiva dos chamados anos de chumbo com os anos da abertura política e redemocratização em Joinville reveste-se de grande significado nas lembranças do depoente. Sua fala atribui um sentido particular sobre a repressão em Joinville. É como se aqueles anos tivessem sido vividos na cidade sob o signo de um regime empresarial-militar. De acordo com seu argumento, se num primeiro momento a ditadura punia com prisões e desaparecimentos, no segundo “o crime” era punido com o desemprego. Era como se a balança da repressão empresarial-militar mudasse de lado, sem

²⁶⁵ O Estado. Recorte. s/d. s/p. Acervo: Centro de Direitos Humanos Maria da Graças Braz. É provável que a matéria seja do mês de abril ou maio de 1980, logo após o final da greve.

²⁶⁶ Francisco João de Paula, depoimento citado.

desaparecer a ameaça da morte. Esta, apresentava-se com uma face diferente, mas não menos ameaçadora: a fome e o desemprego.

Há indícios de que essas “listas” perduram por anos. Após retornar de uma viagem para um curso de formação na Alemanha Oriental, em 1987, juntamente com um grupo de brasileiros, Capim relembrou:

A primeira coisa que eu fiz quando voltei foi dar uma entrevista para a para o rádio e a televisão falando da Alemanha Oriental. Pensa: quem é que vai me dar emprego em Joinville? Pensa! Já era! Daí foi uma luta, minha mulher ganhando um misere, duas filhas, eu desempregado. Tentei um acordo no Hospital Regional aonde eu trabalhava para retornar quando voltasse da Alemanha. Quando eu cheguei lá e o cara me viu disse: “esse comunista aqui a gente não quer mais no hospital”. E a minha prima era do RH na época, então ela foi lá no arquivo e olhou: “puxa vida a tua ficha é terrível. Tu és um cara de alta periculosidade, tu és um bandido, isso tudo está no arquivo lá do hospital”. Então surgiu um emprego na Koerich. Me deram uma dica: “tem um emprego lá na área burocrática” Ah vou pra lá! Fiz a entrevista e o cara falou: “tu já é nosso empregado, pode esperar minha ligação”. Vim feliz pra Joinville! Depois de umas duas semanas talvez, me chamaram lá. O gerente me falou: “ó cara a gente lamenta muito, mas muito mesmo que não possa ser nosso empregado porque tu tens todo o perfil”. “Mas por quê? Por que não posso ser?” Daí ele abriu a gaveta e puxou uma pasta com quinhentas mil fotos minha na greve da Tupy, na greve da Duque, nas reuniões da Pastoral Operária. Tudo, em tudo! Em tudo! “Ó, por isso a gente não pode te contratar”. Era terrível!²⁶⁷

Remexer com esse passado autoritário em Joinville e as práticas repressivas de empresas locais contra trabalhadores durante o processo de abertura e redemocratização significa remexer um tema candente e em desalinho com uma narrativa que atribui ao empresariado um espaço privilegiado na galeria da história da cidade. Investigar a memória do autoritarismo e repressão em Joinville é produzir estilhaços sobre uma narrativa que jamais relacionou a imagem do homem de empresa da “Manchester” com essa face autoritária.

4.5 “QUEM ENTRAR METE O PAU, O PÁROCO QUE MANDOU”: É GREVE!

A representação de Joinville como a “Manchester Catarinense”, um lugar regrado pelo trabalho, ordem e progresso, onde as reivindicações e greves não possuíam razão de ser, prevaleceu enquanto o contexto político das liberdades de manifestação e organização estiveram restritas. Nesse sentido, podemos

²⁶⁷ Valmir Neitsch, depoimento citado.

compreender que foi, certamente, discrepante o poder material e simbólico das elites locais em representar a cidade desejada. Igualmente, favorecida por nítidas convergências com o regime estabelecido no país em 1964. Ao passo que outros atores subalternos se viram reduzidos na sua já precária aptidão de conferir legitimidade a outras versões de cidade possível.

Porém, quando aquela dominação em que havia se fundado começou a sofrer abalos significativos, um novo estágio tornou propício uma disputa mais aberta e incerta, permitindo atores e grupos subalternos aspirar de maneira realista, não apenas contestando uma representação dominante de cidade, como também e sobretudo a pretender que prevalecessem suas posições e ambições.

Entre o final da década de 1970 e a seguinte, Joinville foi contagiada pela contestação social e política, em que pese a tentativa do empresariado de manter o molde tradicional (e autoritário) de como a cidade deveria ser. Com um misto de surpresa e indignação, o patronato joinvillense viu irromper um consistente movimento dos trabalhadores e das camadas populares na região, caracterizado por mobilizações, associativismos e contestação do *status quo* vigente.

A “Manchester” dificilmente poderia continuar sendo caracterizada pela ausência de conflitos entre capital e trabalho. O processo de democratização reintroduzia o dissenso como elemento constituinte da nova sociedade, cuja greve era uma de suas manifestações.

Estimulados por setores progressistas da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação e se espelhando no que acontecia nos centros mais dinâmicos do Brasil, os trabalhadores locais forjaram, entre outras coisas, oposições sindicais combativas, organizaram greves vitoriosas em diversas categorias e elegeram direções comprometidas com suas lutas em vários sindicatos.

Os setores progressistas da Igreja, inegavelmente agiram como fermento a partir do final da década de 1970. Desde o fortalecimento da Pastoral Operária, as datas de 1º de maio vinham ganhando uma conotação de luta, contrapondo-

se aos festejos e celebrações com que os trabalhadores tradicionalmente eram “presenteados”, a cada efeméride, pelo patronato local.

Um importante personagem que se somou aos trabalhos dos irmãos Facchini foi a chegada de um novo pároco à cidade. Ligado à Teologia da Libertação, Monsenhor Boleslau chegou a Joinville em 1981. Ao assumir a Paróquia Imaculada Conceição, situada próxima à Fundição Tupy, engajou-se na luta pelas causas operárias e na defesa das populações que passaram a habitar a faixa do mangue, as margens do Rio Cachoeira, no bairro Boa Vista. Famílias de migrantes que eram atraídas pela indústria foram os principais agentes da ocupação daquelas áreas de mangues, denominada então de invasão. Monsenhor Boleslau esteve à frente da Pastoral dos Mangues foi um defensor daquelas populações, unindo-se ao Centro de Defesa de Direitos Humanos, enfrentou a especulação imobiliária e até mesmos industrias que se diziam donas das terras pertencentes a marinha brasileira (ZIMMERMANN, 2006).

Monsenhor Boleslau mostrou-se, desde sua chegada, um religioso interessado na “questão operária”. Na homilia da missa do 1º de maio de 1981 fez um claro contraponto discursivo a uma prática estabelecida por indústrias locais, e em particular, a Fundição Tupy por meio de sua Associação Atlética Tupy, situada há cerca de 400 metros de sua paróquia:

Nós somos uma cidade operária. Precisamos conhecer um pouco da história do 1º de maio, onde veremos que há mais de cem anos, os trabalhadores já lutavam por seus direitos, eram oprimidos e sofriam as consequências da exploração capitalista (...). Primeiro de maio é um dia de luta e não um dia de festas como os patrões fazem hoje. Torneios, almoços, bailes. É o dia que o trabalhador deve parar para refletir sobre seu salário, suas condições de trabalho e discutir seus problemas (ZIMMERMANN, 2006, p. 30).

Monsenhor Boleslau passou a pregar contra a exploração capitalista das empresas e a injustiça social que se desenhava na paisagem dos mangues do através das casas de palafita. Não demorou a ser acusado de pregar a doutrina marxista e a receber ameaças por seu posicionamento político. O pároco fez confrontamentos abertos a grilagem de terras da marinha por empresas e a especulação imobiliária na venda de terrenos sem nenhuma infraestrutura. Em reuniões da paróquia falou contra a Tupy, questionou a legalidade de reduções

de salários feitas pela fundição, denunciou o sindicalismo atrelado aos patrões e chegou a propor denúncias nominais nas missas contra empresas joinvilenses que demitiam em momentos de grave desemprego na cidade.

O pároco exerceu ainda um papel fundamental na greve da Tupy de 1985, cuja maioria dos operários frequentavam sua paróquia. Ruth Boettcher assegura em seu depoimento: “a fundição Tupy parou por causa do padre Boleslau, a missa dele era uma revolução, não era missa”.²⁶⁸ Para João Porrada, líder sindicalista que se destacaria à frente do sindicato dos mecânicos no final daquela mesma década:

A greve da Tupy, na verdade, foi ele que fez. Foi ele quem estimulou e incentivou para fazer a greve, foi dentro da igreja, com a palestra dele, com o posicionamento dele, com a adesão dele ao movimento (...). Ele que colocou aqueles negão com porretes lá na frente da fábrica, eu sei porque estava lá, eu vi. Botou uns porretes na mão dos negão e disse assim ó: quem entrar mete o pau, o pároco que mandou! Botou lá e o pessoal furava lá pelo mangue, lá pelo rio, entrava de canoa lá por trás no rio, mas os negão tudo com um porrete deste tamanho na mão, não entrava ninguém, cara.²⁶⁹

O engajamento do pároco na greve da Tupy foi notório no bairro Boa Vista. Sua paróquia se tornou uma espécie de QG da greve dos metalúrgicos. Aliando-se ao Padre Luiz Fachini, Pastoral Operária, CDH e o nascente Partido dos Trabalhadores deu todo suporte necessário aos grevistas, incluindo uma cozinha montada na paróquia para produzir e servir lanche aos operários. Todo o equipamento de som montado sobre o caminhão que serviu de palanque em frente à fundição foi fornecido pela paróquia. Juntamente com padre Luiz, intermediaram por telefone as audiências realizadas na capital no Tribunal Regional do Trabalho em função das rodadas de negociações realizadas durante os dias da greve.

O intempestivo acontecimento de paralisação da maior fundição privada da América Latina tomou de surpresa as elites locais, incluindo o sindicato dos metalúrgicos. Sem aparente sinais de paralização, muitos assistiram estupefatos a uma movimentação operária jamais vista na cidade. A greve da Tupy, firmou-

²⁶⁸ Ruth Boettcher, depoimento citado.

²⁶⁹ João Batista Souza, depoimento citado.

se como um verdadeiro lugar de memória para os depoentes pela magnitude e pela simbologia da erupção de novos tempos que se anunciam.

Durante dias, a imprensa local especulou sobre o movimento, dada a surpresa com que a paralização se insurgiu na cena pública. Na falta de explicações endógenas, as elites buscaram explicações alhures. Recorria-se ao argumento de que o movimento havia sido deflagrado por infiltração externa aos interesses locais: tratava-se de gente baderneira vinda do ABC a mandado do Lula e até mesmo dinheiro enviado de Cuba para financiar o movimento.

A experiência inédita de paralisação da maior fábrica da cidade provocou profundo impacto no sentimento operário pela grande demonstração de força que a greve exprimia. Uma boa medida da experiência vivenciada pelo operariado durante a greve pode ser expressa pelas lembranças de João Facchini:

Eu lembro muito bem de um operário que lá pela madrugada, com chuva, tremendo de frio, porque ele não podia largar o piquete, a luta era braba, muito intensa, ele quase chorando, esgotado, já estava há três dias no piquete, dizia assim emocionado: “nós conseguimos parar esse monstro que se satisfez do nosso sangue até agora!”. Realmente isso arrepiava!²⁷⁰

É significativa a qualificação pela qual o operário faz referência à Fundição Tupy como o “monstro” a fartar-se do sangue do trabalhador. Designação interessante porque se contrapunha a outra bastante recorrente na imprensa local em que a fábrica era qualificada como a “colmeia de trabalho”. Isso exemplifica como as lutas por representações não produzem resultados homogêneos. Fosse ela a colmeia a lidar com sua primeira “insurreição”, fosse ela o “monstro” contido, a greve da Tupy era sinal de novos tempos na cidade. Como havia cantado o poeta: “Cabeças levantadas/ Máquinas paradas/.../Pois quem toca o trem pra frente/Também de repente/ Pode o trem parar”.²⁷¹

A greve teve duração de uma semana e adesão de quase 100% dos trabalhadores e encerrou-se com uma grande vitória operária. Elmar Zimmermann, em “O descanso do pescador”, livro memorialista que escreveu sobre o pároco Monsenhor Boleslau, registrou que o final da greve da Tupy foi

²⁷⁰ João Facchini. depoimento citado.

²⁷¹ *Linha de montagem*, canção de Chico Buarque feita para o filme homônimo de Renato Tapajós em 1981.

marcado por grande festa dos trabalhadores e uma emblemática missa de ação de graças, alusivas àquela mobilização inédita entre os operários da fundição (ZIMMERMANN, 2006, p. 110-111).

Após a greve da Tupy, a nova diretoria da ACIJ (1985-1986) fez uma gestão voltada a preparar o empresariado para enfrentar “as grandes turbulências da época”, sobretudo “os movimentos sindicais” (GEHLEN, 2011, p. 182). A capacidade de mobilização operária demonstrada naquela paralisação acendeu um aviso de incêndio no empresariado local. Delineava-se um duro período de aprendizagem, no qual a luta operária alcançava um ponto em que parecia não haver retorno e, independente dos interesses antagônicos, tornava-se imperativo preparar-se para o prenúncio dos novos tempos.

Pelo lado dos trabalhadores, os depoimentos permitem apreender, especialmente, o significado daquela experiência partilhada. São lembranças que acessam uma memória vivenciada sob novos tempos na cidade, denominado pelo que Raymond Williams chamou de “estruturas de sentimentos” (WILLIAMS, 1979). Ou seja, a experiência viva do movimento operário que renascia no país demonstrava também em Joinville essa nova sensibilidade, respondendo às mudanças que se anunciam no horizonte.

O depoimento de João Porrada corrobora que à partir daquele momento a luta operária na cidade não seria mais a mesma. Quando juntamente com Dentinho, outro conhecido sindicalista da cidade, conquistou a direção do Sindicato dos Mecânicos, o movimento operário incendiou a cidade:

A nossa chapa foi a de número três em 89. Tudo peão de fábrica, pessoal que a gente conheceu assim pela categoria, onde eu e o Dentinho lideramos o movimento. Fomos pro confronto e ganhamos fácil a eleição de 89. Com três chapas nós fizemos um percentual altíssimo (...). Aí foi uma porrada, teve uma guerra fodida! Com sete dias no sindicato, nós fizemos a greve geral de 89. Paramos trinta e uma empresas. As maiores empresas da categoria nós paramos! O problema é que a greve geral era só pra três dias e não tinha mais como fazer o povo voltar para dentro da fábrica (...). E a peãozada não queria nem saber, tavam com aquilo represado, aí as greves demoravam um tempão e nós não tínhamos muita experiência e tínhamos que fazer. E todo dia pipocava, pipocava uma, pipocava outra e ia tocando, e era greve atrás de greve, movimentos efervescentes.²⁷²

²⁷² João Batista Souza, depoimento citado.

Incapaz de aceitar a “Manchester” incendiada pelo novo momento político, o empresariado passou a alegar que a combustão social era explicada por interesses externos e alheios a classe operária da cidade. Os movimentos grevistas seriam resultado de infiltração de profissionais de regiões conturbadas do país para promover a quebra da ordem a pretexto da luta por democracia. Em que pese essa forma autoritária de encarar o dissenso como anomalia, a nova organização social havia conduzido a uma sensível mudança a favor dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e contra o despotismo fabril.

4.6 DA IGREJA AO PARTIDO: SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NO ALVORECER DE NOVOS TEMPOS.

No início da década de 1980 nasce entre a militância da paróquia Cristo Ressuscitado uma célula do Partido dos Trabalhadores que se constituiu no núcleo da agremiação em Joinville. João Schmitz, um dos fundadores e primeiro candidato do partido nas eleições de 1982, procurou traduzir as dificuldades iniciais, assim como a ideia de forjar um operário como candidato a prefeito:

Foi bastante difícil. Para registrar o PT precisava atingir aquele número exigido de filiados, e aí foi uma batalha pra achar pessoas que se dispunham a se filiar num partido político num período de repressão da ditadura militar. Mas conseguimos e a primeira convenção nós não buscamos ninguém em casa, foi todo mundo, e às duas horas da tarde, já tinha dado quórum pra votação. E os empresários diziam: “deixa eles, eles não vão conseguir registrar esse partido, eles não têm capacidade e tal”, mas nós tínhamos pessoas com estudo, experiência. Fizemos tudo certinho e conseguimos. Aí depois veio a época da eleição. Aí tinha que ser um trabalhador, um operário, aí eles começaram a falar: você vai ser o candidato a prefeito. Digo: “eu não, não tenho como, não tenho condições, não sei falar, como é que eu vou ser candidato a prefeito?” Não, tu vai ser o candidato a prefeito, aí o Osvaldo Miqueluzzi era a vice. E eles iam lá em casa, foram várias reuniões, mas depois eu fui mentalizando que era um projeto e eu tava envolvido na luta, tava na Pastoral Operária, tava no Centro de Defesa, por que que eu não pego esse negócio também? E aí aceitei. Na última hora eu disse: “eu vou assumir esse cargo”, aí foi aquela luta. Sem dinheiro, né! Aí fazíamos nossos folhetos coletivo, os vereadores tudo num folheto só, candidato a prefeito, vice, governador, senador, tudo num folheto. Era assim a maioria das propagandas: fazíamos com jornal velho, pegava jornal e fazia com aquelas chapas de raio X, cortava as letras e pintava.²⁷³

Primeiramente, montou-se uma Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, o Diretório. O PT nasceu dentro da Igreja. As

²⁷³ João Schmitz, depoimento citado.

primeiras tratativas envolveram membros da Pastoral Operária. Inicialmente não houve consenso na aposta da criação do partido. Alguns de seus membros achavam que suas forças deveriam continuar investidas nas lutas pastorais, sindicais e no Centro de Defesa de Direitos Humanos (CELESTINO, 2009, p. 4).

O próprio pároco, Luiz Facchini, mostrou-se resistente em se criar o partido na comunidade da Cristo Ressuscitado, temendo que pudesse criar dificuldades ainda maiores para o seu trabalho pastoral. João Schmitz relembrou o episódio:

Estávamos reunidos na Pastoral Operária na comunidade, mas o padre Luiz, no momento, já tinha falado até com a Ideli para não deixar criar partido político que ia atrapalhar a comunidade. Então estávamos todos reunidos num círculo dentro da igreja e já tinha ordem pra não chamar eles para sentar. E como eles falaram que não era pra criar o PT, eu me levantei, conversei com eles (João Sucas e Cleber Pinheiro) e levei eles lá pra minha casa. Fizemos a reunião lá na minha casa e eles foram embora. Mas aí o Eurides Mescoloto e a Ideli apareceram lá em casa à tarde. Aí a Ideli disse: "eu pensei que tinha reunião". Aí eu disse: "não, a reunião nós já fizemos e eles já foram embora. Eles vieram pra fazer a reunião lá, vocês não quiseram". Mas aí eles perceberam que eu estava firme e eu era, na época, uma liderança também na comunidade. Aí todos eles, o Eurides, a Ideli, todo mundo abraçou a causa e começamos a organizar.²⁷⁴

A resistência inicial em se criar o partido foi demovida, prevalecendo, por fim, o entendimento sobre a importância da criação do PT. Das memórias de João Schmitz sobre a fundação do PT e a convenção para escolher o primeiro candidato a prefeito, emergem as lembranças dos primeiros atritos com os irmãos Facchini. Estes teriam tentado apresentar a candidatura do irmão mais velho, Justino Facchini, que residia há pouco tempo na cidade.

O PT foi ficando forte, ia lançar candidato a prefeito e o João Facchini e o padre Luiz articularam com o Justino, trouxeram o Justino pra cá. Aí eles começaram a ir nas casas do pessoal fazendo uma campanha pra na convenção votar pro Justino ser o candidato, e o pessoal percebeu que não, o projeto não era é esse, o projeto nosso era um trabalhador que tava lá engajado na luta. Eu tinha um trabalho muito estreito com o padre Luiz, muito amizade também, aí eu também não queria, mas eu fui entendendo o que que era o projeto do PT, que ele (o Justino) não estava engajado e que talvez ia mudar o rumo do partido, aí foi aonde eu aceitei ser candidato e houve esse atrito. No momento eu também não fiquei muito bem visto com o padre Luiz, né, e com o João, mas eu tive que ser firme, aceitei e enfrentei a luta. Nós fizemos a reunião de manhã no dia da convenção e eu não tinha dito ainda que iria aceitar aí eu dei a palavra final que seria candidato, o Justino estava junto e o João Fachini, eles se levantaram e saíram. E

²⁷⁴ João Schmitz, depoimento citado.

a tarde nós fizemos a convenção, até foi por aclamação, não teve nenhum voto contra.²⁷⁵

Em 1982, o industrial Wittich Freitag foi indicado como o candidato escolhido pelo PMDB à prefeitura de Joinville, sendo posteriormente eleito. Por uma questão ideológica, o nascente PT optou pela candidatura de um trabalhador para se contrapor à ideia do prefeito-patrão. A lembrança do desacordo inicial entre os irmãos Facchini e parte da militância quanto à candidatura no primeiro pleito do PT em Joinville ecoa igualmente em outros depoimentos.

O embate maior ainda estaria por vir nos anos seguintes, quando a organização partidária ganhou consistência na cidade. O processo envolveu a consolidação interna de duas lideranças do partido: João Facchini e Carlito Merss.²⁷⁶ As disputas, contudo, provocaram fissuras contundentes. Os ressentimentos presentes nas memórias dos depoentes evidenciam o quão marcante foi o rompimento e saída de João Facchini do PT:

O PT nasceu dentro da Igreja, mas infelizmente o poder não permite a comunhão. Eu tive uma divergência grave com o Carlito, aliás uma competição. A minha saída do PT por exemplo, depois de dois anos como vereador, foi motivada por gente do PT falando que eu tinha traído o partido com meu primeiro voto para a presidência da Câmara de Vereadores. Fiquei dois anos sendo caluniado como traidor, quando percebi isso já tinha ido para a base do PT. Isso inclusive rendeu para minha mulher um câncer. Digo para vocês com muita tristeza porque fez parte de nossas lutas. O PT foi a grande esperança de uma mudança, e sem igual.²⁷⁷

Uma versão que complementa as memórias de Facchini, mas também as contrapõe, está presente no depoimento do ex-sindicalista e militante, João Batista Souza, o “João Porrada”. O ex-sindicalista reiterou sua análise sobre o que teria representado a saída de João Facchini naquele momento de aprofundamento da luta sindical na cidade:

O João não queria ficar sob a diretriz do partido. O vereador não se elege sozinho, ele se elege com o voto dos demais. Entendeu? Então ele tem obrigação e dever de escutar o partido, mas ele não queria escutar o partido (...). Ele mudou de partido, ficou no começo sem partido e depois foi pro PDT, então ali houve um rompimento e a gente se afastou de vez por um bom período. Até porque a gente ficou muito

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ Após dois anos de fundação do partido, Carlito e Marinete Mers ingressaram na militância a convite de Ideli Salvatti, Jairo Maciel e Ruth Boettcher.

²⁷⁷ João Facchini, depoimento citado.

triste: "pô que presente dos trabalhadores no dia dos trabalhadores"! Cara, no dia primeiro de maio! Nós tínhamos passado a noite inteira montando palco na Praça da Bandeira pra fazer a manifestação do primeiro de maio. E aí olhar de manhã no jornal e ver que o cara tinha renunciado ao PT, tinha rejeitado no dia primeiro, dia do trabalhador! Não, aquilo foi difícil cara! Foi difícil pra entrar, pra engolir. E aí junto foram aqueles que faziam parte ali. O Capim foi junto com ele e outros. Ele levou junto! O Capim ficou marcado! Pô, o Capim tinha uma história bonita cara, e o Capim foi com eles! E ali houve uma ferida cara no PT de Joinville!²⁷⁸

O acontecimento, lembrado com paixão, ganha foros ainda mais emblemáticos nas lembranças da militância, pois a saída teria sido anunciada pela imprensa na data de 1º de maio, dia do trabalhador. As dissensões de Capim e João Facchini não foram simultâneas, mas foram igualmente marcadas por ressentimentos e disputas no interior do partido. Capim havia sido presidente da Comissão Provisória na fundação do partido, foi vice-presidente do Diretório e foi Secretário Geral do PT.

Os sentimentos e ressentimentos são partes integrantes da história dessa militância. Emergem espontaneamente das memórias de lutas políticas de sujeitos históricos que partilharam um mesmo campo de experiência. As lembranças se misturam em um *ethos* do engajamento político da época, transbordando, igualmente, sonhos e esperanças, em um período em que acordos e desacordos geravam tensões profundas. A cidade havia saído de um período de ditadura, mas as relações sociais políticas permaneciam marcadas pelo passado autoritário.

Ao tratar da ferida provocada pela saída de João Facchini, o ex-sindicalista João Porrada fala simultaneamente da estruturas de sentimentos presente naquele momento de luta na cidade:

Porque era um momento da efervescência com o novo sindicalismo, as novas posturas de enfrentamento na cidade, a nova perspectiva de uma sociedade melhor aqui, o estabelecimento de uma cultura de enfrentamento bem mais acentuado que tinha sido! Naquele momento a saída feriu o partido.

As estruturas de sentimentos (WILLIAMS, 1979) são traduzidas por uma experiência social que se distingue historicamente de outra por meio de como determinadas visões de mundo e valores sentidos e vividos ativamente em um

²⁷⁸ João Batista, depoimento citado.

período. São estruturas dinâmicas e não formas fixas ou abstratas. Constituem sensibilidades que mobilizam leituras comuns do mundo, mas também formas de mobilização social, expressas tanto em programas políticos quanto em sensibilidades. “Naquele momento” é o indicativo na fala do depoente sobre uma ação definida e afastada no tempo. Por se tratar de uma experiência social viva, que se dá no presente, e portanto ainda em processo, só é dada a ser reconhecida e interpretada como tal a posteriori. Primeiro vem a experiência viva, depois a memória e o reconhecimento.

É importante salientar como o depoente acentua na fala o que acontecia na cidade, enfatizando o adjetivo “novo” como o componente inédito daquela experiência: “o novo sindicalismo”, “as novas posturas de enfrentamento” e “a nova perspectiva de uma sociedade melhor”. Experimentava-se algo que escapava ao conhecido e ao vivido anteriormente na cidade, até então. Este componente novo designava uma mudança na estrutura de sentimentos. Segundo Williams, a estrutura de sentimentos é a qualidade particular de uma experiência social que “dá o senso de uma geração ou de um período” (WILLIAMS, p 133). Os depoimentos da militância expressam pela lembrança seu pertencimento a um período distinto vivenciado em Joinville e partilhado pela geração que sentia o alvorecer de uma mudança.

Merece destaque ainda aquilo que o depoente denomina na fala como o “estabelecimento de uma cultura do enfrentamento”. Segundo Williams, a emergência de uma nova estrutura de sentimentos pode estar relacionada à ascensão de uma classe, outras vezes com a contradição, com o rompimento ou o esgotamento de uma sensibilidade até então hegemônica (WILLIAMS, p. 137). No caso da experiência operária com o sindicalismo na cidade, essa “cultura do enfrentamento” designava uma experiência de rompimento com uma tradição de sindicalismo sob a tutela dos patrões. Williams observa ainda que quando essa nova experiência social se distancia de normas que até então estavam estabelecidas, é comum o elemento de tensão se fazer presente na experiência vivida. Não se faz um enfrentamento sem desafiar a ordem estabelecida.

O depoimento de João Porrada corrobora que a partir daquele momento a luta operária na cidade não seria mais a mesma. Quando juntamente com

Dentinho, outro conhecido sindicalista da cidade, conquistou a direção do Sindicato dos Mecânicos, o movimento operário incendiou a cidade:

A nossa chapa foi a de número três em 89. Tudo peão de fábrica, pessoal que a gente conheceu assim pela categoria, onde eu e o Dentinho lideramos o movimento. Fomos pro confronto e ganhamos fácil a eleição de 89. Com três chapas nós fizemos um percentual altíssimo (...). Aí foi uma porrada, teve uma guerra fodida! Com sete dias no sindicato, nós fizemos a greve geral de 89. Paramos trinta e uma empresas. As maiores empresas da categoria nós paramos! O problema é que a greve geral era só pra três dias e não tinha mais como fazer o povo voltar para dentro da fábrica (...). E a peãozada não queria nem saber, estavam com aquilo represado, aí as greves demoravam um tempão e nós não tínhamos muita experiência e tínhamos que fazer. E todo dia pipocava, pipocava uma, pipocava outra e ia tocando, e era greve atrás de greve, movimentos efervescentes.²⁷⁹

É interessante como o termo “efervescência” ou seu adjetivo correlato, “efervescente”, aparece de modo recorrente na fala do depoente para atribuir sentido ao que se passava na cidade naquele momento. O termo deriva do verbo latino *effervere* que designa uma ação provocada pelo fogo. Mais uma vez a cidade havia sido incendiada, embora dessa vez seus autores fossem conhecidos, não obstante o empresariado insistir na atribuição de incendiários externos para promover a quebra da ordem.

A cidade havia sido incendiada pela cultura do confronto, desafiando a hegemonia da “Manchester”. Com surpresa e indignação, o patronato local viu irromper um consistente movimento de trabalhadores e das camadas populares na região. A “Manchester” teria que lidar com os novos tempos. Trabalhadores forjaram nesse embate, oposições sindicais combativas, conquistaram o Sindicato dos Mecânicos, Sindicato dos Plásticos, Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTE), Sindicato dos Metalúrgicos e fundaram a Regional Norte da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fortalecendo o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores que chegou a eleger Carlito Merss como prefeito da cidade entre 2009 e 2012.

²⁷⁹ João Batista Souza, depoimento citado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passado não é território pacífico. A memória apresenta-se, quase sempre, como um campo em disputa. Entender o passado, atribuir-lhe sentido, contudo, é um dos pressupostos fundamentais da historiografia. Abordar um passado próximo, em que o autoritarismo se fez presente em diversas instâncias, seja através do Estado ou mesmo através de amplos setores da sociedade que apoiaram um regime ditatorial, é um desafio ao historiador do presente, dado que revolve não apenas ações pretéritas, mas diz respeito aos desafios enfrentados em sociedades assaltadas constantemente por mobilizações e discursos regressistas.

Durante bom tempo, pouco se tratou desse passado de Joinville. A referência às relações entre importantes segmentos sociais da cidade e esse passado autoritário pode soar inconveniente a alguns. Mas, sabe-se o quanto a historiografia tem a contribuir no que diz respeito às diferentes relações que distintos grupos sociais estabelecem com seu passado. Neste trabalho demonstramos que grupos locais identificados ou localizados nos estratos das chamadas elites econômicas e políticas, setores médios, igrejas e imprensa formaram uma consistente base civil de apoio e sustentação do regime autoritário, contribuindo para sua longevidade. Muitos desses setores jamais se distanciaram da ditadura, como o empresariado, inclusive com capítulos de colaboração com a repressão política como a Fundição Tupy.

Após 21 anos, encerrado aquele ciclo, pouco se quis tocar nesse assunto em favor de uma orientação que propunha um virar a página e olhar para o futuro democrático, incluindo a reintegração nesse processo de antigos atores de sustentação do regime realocados no partido da oposição consentida local. Nos últimos anos, contudo, novas demandas sociais e historiográficas vêm procurando romper esse silêncio, abordando esse passado e suas permanências.

Chamamos a atenção neste trabalho para os diferentes lugares de memória da ditadura em Joinville que dão indícios dos vínculos estreitos das elites locais com esse passado autoritário e sua permanência simbólica por meio de uma patrimonialização que se consolida no presente. Um passado ainda

atravessado por relações políticas autoritárias, ao ponto do poder público municipal ter interditado uma exposição que lembrava os 50 anos do AI-5 em 2018.

São alguns casos, explorados ao longo deste trabalho, em que a narrativa construída não abriu mão de procurar dar sentido ao passado, mas de debater o tempo presente. As relações políticas construídas pelo segmento empresarial de Joinville com os próceres da ditadura militar são reveladoras de uma forma de exercício do poder que não se esgotou com os votos nas urnas das sucessivas eleições que marcaram o país “redemocratizado”.

A democratização da sociedade brasileira não é tema que se limita ao âmbito institucional e que se encerra em uma superação de um passado abstratamente qualificado como autoritário. A repressão materializada no cotidiano de operários e operárias fabris da “Manchester catarinense” extrapola os marcos definidores de uma história centrada no Estado. Se as formas assumidas pelo Estado entre as décadas de 1960 e 1980 alteraram-se profundamente, isto não quer dizer que na vivência de uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras a democracia tenha se efetivado.

Mesmo quando alteravam-se instituições e garantias de direitos no país, as relações de trabalho em Joinville ainda permaneciam marcadas por continuidades de práticas autoritárias. Os depoimentos de trabalhadores sobre a repressão em Joinville durante o novo ordenamento institucional que entrava em vigor no país demonstram que a vigência da democracia precisa ser incorporada ao cotidiano das pessoas, do contrário haverá um hiato entre a existência de normas institucionais e direitos e o experimento cotidiano da democracia.

Nesse sentido, acreditamos ter contribuído com este trabalho para o debate e a compreensão de mecanismos sociais que materializam práticas autoritárias em âmbito local, tomando a cidade de Joinville como campo privilegiado de observação. Sabendo que a historiografia não é estática, é necessário considerar que muito do que foi investigado permanece inconcluso e com acepções e interpretações provisórias. Resta a sensação de algo ainda por fazer, de pendências não resolvidas e fios soltos que a trama não deu conta na urdidura do processo de escrita.

Esta tese comprehende que as práticas autoritárias do regime imposto em 1964 ganham uma dimensão particular quando vislumbradas no âmbito de uma história de relações políticas e empresariais locais, sendo que as formas de dominação sobre o mundo do trabalho são indispensáveis para a compreensão de práticas repressivas que não se esgotam no âmbito institucional. Para tanto, a narrativa histórica construída procurou possibilitar a discussão sobre práticas e representações sociais em Joinville durante a ditadura, problematizando alguns indícios que pudessem lastrear, ainda de modo precário, uma história do autoritarismo em âmbito local que conectasse as estruturas que promoveram a junção entre empresariado, trabalhadores e ditadura. Procuramos demonstrar nessa história que as relações de trabalho foram estruturantes de práticas autoritárias que engendraram formas de mediação social entre interesses econômicos e mecanismos de dominação, constituindo arranjos políticos que favoreceram ganhos privados e a imagem de eficácia econômica atribuída à “Manchester Catarinense”.

Procuramos, ainda, demonstrar que os esforços para atribuir sentidos identitários para uma cidade não são unívocos, nem seus resultados homogêneos ou monolíticos. E isso mesmo que as elites políticas e empresariais da cidade, comprometidas com a sustentação da ditadura militar, tivessem a seu alcance inúmeros instrumentos para mostrar Joinville como uma colmeia disciplinada e ordeira. O processo histórico evidenciou que não foi possível seguir negando a existência de divisões no tecido social, com a finalidade de plasmar uma imagem de cidade unida e imune às tensões que eram experimentadas em outros lugares, quiçá por receio de um desfecho imprevisível. Tal representação não se sustentou à medida em que se aprofundou a crise de legitimidade do regime autoritário. Neste caso, há um cruzamento necessário entre a história local e a nacional, sendo que a primeira aparece como fator considerável no que diz respeito a compreender os desgastes em uma engrenagem institucional que passou a sofrer uma combustão social que explodiu em diferentes episódios. Os incêndios anônimos que queimaram a cidade logo foram sucedidos por ruas tomadas por agentes sociais e grevistas, desfazendo a representação acalentada pelas elites.

A concepção autoritária da cidade regrada, do consenso permanente, onde a subordinação dos trabalhadores era um ponto indiscutível, base da representação da “Manchester Catarinense”, revelou-se insustentável. Isto porque cidades são construtos sociais que engendram diversidades, interesses conflitantes e, portanto, demandam negociação contínua, equilibrando formas políticas de coerção e consensos precários.

Assim, a “Manchester Catarinense” como modelo autoritário da ordem não escapou das intensas disputas sociais e políticas que sacudiram o país no final da década de 1970. Em meio a uma transição política cujo resultado era incerto, Joinville também começou a experimentar as agitações operárias. Isso demonstra que os processos de produção de identidades, para além dos desejos manifestos ou não de seus promotores, tem mais propriamente a feição de lutas por representações nunca concluídas, em que os agentes são envolvidos em um jogo sinuoso que pode mudar de rota. Com Joinville não foi diferente.

Das versões e tensões em disputa na cidade e dos embates concretos por melhores condições de vida e de trabalho emergiram a regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), que chegou a eleger o prefeito de Joinville (Carlito Merss), com mandato entre 2009 e 2012. No entanto, o efeito mais duradouro de tudo isso foi acuar o “despotismo fabril”, superando o sindicalismo colaboracionista e reconhecendo o espaço da cidade como algo mais plural e democrático, ainda que traços conservadores e autoritários continuem visíveis no presente com evidentes sinais de que a “Manchester” continua em disputa.

Concluímos este trabalho observando que a Nova República, embora tenha inaugurado um precário período de prestação de contas do regime autoritário, não significou o rompimento com o padrão da autocracia burguesa. A transição democrática de conciliação pelo alto procurou readequar a nova Constituição e a Nova República ao modelo capitalista brasileiro, de forma que o novo regime político se tornasse um prolongamento do poder da burguesia nacional por outros meios. A necessidade de conciliar mostrou-se como uma arte de sobrevivência e de conservação de forças em suas relações com o Estado, criando um novo ponto de equilíbrio que garantisse a autoproteção de interesses de classe com a estabilidade da ordem. Florestan Fernandes interpretou a

autocracia burguesa como um fenômeno persistente na constituição do poder político no Brasil. Mesmo com a Nova República e a instauração de instituições democráticas, quando da iminência de crises políticas agudas em que interesses do poder burguês são confrontados, esse princípio ordenador ameaça sair da sombra.

As expressões de polarização política no tempo presente têm dado sinais de que a velha autocracia burguesa, revestida de novos tons, volta-se para uma longa tradição na história republicana por saídas políticas não institucionais. O alinhamento do empresariado joinvilense a setores do empresariado nacional como os que ocorreram em 2016 e os posteriores desdobramentos que aprofundaram aquele arranjo, em 2018, são indícios de uma renovada tradição autocrática entre os setores que dominam e hegemonizam os padrões políticos, sociais e econômicos sobre os quais se assenta a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas:

A NOTÍCIA. Joinville, 1964-1985. A coleção é custodiada pelo Arquivo Histórico de Joinville. Foi utilizada ainda uma série de reportagens “Os incêndios, 21 anos depois”, de julho de 1998. Utilizou-se ainda a coluna semanal da Acij entre março e maio de 2016.

JORNAL DE JOINVILLE, Joinville, Julho de 1970, outubro de 1978. Arquivo histórico de Joinville.

EXTRA Joinville, agosto de 1982, abril de 1984. Arquivo histórico de Joinville.

CORREIO DA TUPY, Joinville, 1962-1985. Arquivo histórico de Joinville.

ATUALIDADES TIGRE, Joinville, abril de 1969 e agosto de 1969. Arquivo histórico de Joinville.

BOLETIM STEIN. Joinville, janeiro de 1965 e maio/junho de 1967. Arquivo histórico de Joinville.

CARTA MENSAL. Associação Comercial e Industrial de Joinville, 1964, 1968, 1974, 1978. Arquivo Histórico de Joinville.

CÂMARA DE VERADORES DE JOINVILLE. Ata 9^a Legislatura, 2º ano, 69^a reunião ordinária. Joinville, 05 de outubro de 1978.

LIVRO TOMBO Paróqui a Cristo Ressuscitado, Joinville, 1975-1985.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS MARIA DA GRAÇA BRAZ. Caixa recorte diversos.

LIVRO DE DECRETOS E LEIS MUNICIPAIS. Arquivo Histórico de Joinville.

Fontes digitais:

BRASIL: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol. II.

SANTA CATARINA: Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth, Florianópolis, março de 2013 a dezembro de 2014.

BRASIL. Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-102-77.htm. Acesso em 14/09/2023.

BRASIL: Decreto de Intervenção no município de Rio Branco- Acre. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/498266>. Acesso em 14/09/2023.

CAVALHEIRO, Mairo. Joinville, uma cidade em pânico. *Manchete*, ano 26, ed. 1342, 7 de janeiro de 1978, p. 108-110. Acervo Revista Manchete.

CENSURA MUNICIPAL. Painel. *Folha de São Paulo*, 21 de dezembro de 1977, Acervo Folha.

CONY, Carlos Heitor. O mistério é fogo. *Manchete*, ano 26. Ed. 1350, 4 de março de 1978, p. 20-23. Acervo Revista Manchete.

JORGE, Eduardo. Prisão de incendiários em Joinville. *Manchete*, ano 26, ed. 1343, p. 108, 1978.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL:

FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_tt/0/mcp/pro/1094/br_rjanrio_tt_0_mcp_pro_1094_d0001de0001.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0001de0004.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0002de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/77112785/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77112785_d0001de0002.pdf

FUNDO: Serviço Nacional de Informações – Dossiê: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/81001352/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001352_d0004de0004.pdf

Websites:

ACIJ. Vídeo: Vamos juntos por um Brasil melhor! Pelas pessoas, pelos empregos, pelas empresas, pelo país. HOJE, 16 horas, na Praça da Bandeira. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/ygFUBKDaycUwBwZE/?mibextid=tUvUA8>. Acesso em 16/ 10/ 2018.

ACIJ. Vídeo: Pelas pessoas, pelas empresas, pelos empregos, pelo país. Por um Brasil melhor! Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/opojKsJ6azT5nD1v/?mibextid=tUvUA8>, acesso em 16/ 10/ 2018.

Bolsonaro cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> . Acesso em 20/03/2023.

Diário Regional Digital. Por que Manchester Mineira? <https://diarioregionaldigital.com.br/?p=71370>. Acesso em 03/08/2023.

Disponível em: [Paulo Egydio presta depoimento na Comissão da Verdade-SP.](https://www.abi.org.br/107339/) <https://www.abi.org.br/107339/>. Acesso em 09 de maio de 2004.

[A trajetória de um dos mais importantes intelectuais de Joinville, Carlos Adauto Vieira \(ndmais.com.br\)](https://ndmais.com.br/). Acesso em 18/12/2023.

SOUZA, Percival de. A história do delegado Fleury, algoz da ditadura militar. Ver: [A história do delegado Fleury, algoz da ditadura militar - Prisma - R7 Arquivo Vivo](#). Acesso em 07/08/2023.

<https://www.facebook.com/share/p/ff4sgF7LFVcAMs7g/?mibextid=xfxF2i>.

Alunos recepcionando o general Médici em 1971 na rua Padre Carlos. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

[Folha Online - Brasil - Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo - 02/11/2000 \(uol.com.br\)](#) acesso em 21/07/2023.

<https://www.facebook.com/share/p/2UE2BoEh3tbj4Gke/?mibextid=xfxF2i>.

Nilson Bender e general João Batista Figueiredo no bairro Itaum em 1982. Acesso em 07/01/2023.

<https://www.facebook.com/groups/1409744949277019/search/?q=ouro%20 pelo %20brasil>. Recibo UCF da campanha Ouro pelo bem do Brasil. Acesso em 27/11/2023.

<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/69515/ouro-para-o-bem-do-brasil-campanha-que-arrecadou-u-30-mi-foi-um-grande-estelionato-do-golpe-militar-de-1964>. Acesso em 26/12/2023.

<https://oglobo.globo.com/brasil/em-relatorio-volks-reconhece-colaboracao-com-ditadura-militar-no-brasil-22190990>. Acesso em 18/12/2017.

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2195679557128837&set=gm.2038942719690569>. Comentários e lembranças sobre os incêndios no bairro Joinville de Ontem. Acesso em 12 de janeiro de 2023 e 03 de maio de 2024.

<https://www.facebook.com/MudaCostaeSilva/>. Página de rede social do Movimento Muda Costa e Silva. Acesso em 05/06/2023.

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/movimento-quer-mudar-o-nome-do-bairro-costas-e-silva-em-joinville>. Acesso em 05/06/2023.

<https://globoplay.globo.com/v/5875535/>. Jornal do Almoço, reportagem sobre o Movimento Muda Costa e Silva. Acesso em 05/06/2023.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/17/audios-do-superior-tribunal-militar-sobre-tortura-ouca-os-relatos-e-leia-as-transcricoes.ghtml>. Acesso em 26/01/2023.

https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/798-Pedro_Ivo_Campos. Acesso em 28/01/2024. Acesso em 28/01/2024.

[Folha Online - Brasil - Figueiredo disse que preferia o cheiro do cavalo - 02/11/2000 \(uol.com.br\)](#). Acesso em 21/07/2023.

<https://vermelho.org.br/coluna/o-1968-operario-as-greves-de-contagem-e-osasco/>. Acesso em 05/10/2023.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/para-ex-membro-da-cnv-documento-sobre-geisel-e-estarrecedor-e-forcas-armadas-deveriam-reconhecer-responsabilidade.ghtml>. Acesso em 20/09/2023

Entrevistas orais:

Francisco João de Paula, 66 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 31 de outubro de 2013.

João Batista de Souza, 50 anos, ex-sindicalista, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013.

João Facchini, 66 anos, ex-padre, depoimento concedido ao autor em Barra do Sul, 30 de novembro de 2013.

_____ 72 anos, depoimento concedido a Luiz Felipe Falcão e Izaias de Souza Freire. Balneário Barra do Sul, dezembro de 2019.

João Schmitz, 82 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 23 de setembro de 2013.

Rute Boetecher, 56 anos, aposentada, depoimento concedido ao autor em Joinville, 17 de outubro de 2013.

Valmir Neitsch, 56 anos, poeta, depoimento concedido ao autor em Joinville, 08 de novembro de 2013.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. 8^a ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: ARAÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. *Studia Historica. Ha Contemporânea*, v. 33, p. 67-85, 2015.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 10, nº28, 1995.

_____. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: Intercon – *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 18, n. 2, 1995.

BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, 2022, p. 22-53.

BASUALDO, Victoria. Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina. *Revista Engrenajes*, Federación de Trabajadores de la Industria y Afines, no 5, mar. 2006, p. 1-21.

_____. O Lugar da História Local. In: BARROS, José d'Assunção. *A expansão da História*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas*; v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIANCHI, Alvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. *Revista de Sociologia Política*, n. 16, p. 123-142, 2001.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATIEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol 1 e 2, 11ª. ed, Brasília: Edunb, 1998.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRASIL, Clarissa. *O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1981*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG). Porto Alegre: 2010.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo Presente: entre operações e tramas. Ouro Preto: *História da Historiografia*, n. 24, 2017, p. 97-113.

CAMPOS, Monique Ferreira. Jornalismo empresarial pra o publico interno: reflexões sobre segmentação e identidade. Ouro Preto: *XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, 2012, p. 1-15.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Estranhas Catedrais": as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

_____. O empresariado, Delfim Netto e a ditadura civil-militar brasileira. Rio de Janeiro: *Revista Continentes*, ano 9, n. 16, 2020, p. 227-255.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A opção política brasileira. In: SIMONSEN, Mário Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *História do tempo presente*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDENUTO, Ricardo. O golpe no cinema: Jean Manzon à sombra do Ipes. Überlândia: *ArtCultura*, v. 11 n. 18, 2010, p. 59-77.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. A Utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991 p.82-99.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. In: *Revista História Hoje*, v.07, nº13, p.272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393/271>.

_____. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-99.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura política e política cultural*. Estudos Avançados 9 (23), 1995, p. 71-84.

_____. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.* São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. *Questões para a História do Tempo Presente.* Bauru: Edusc, 1999.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. São Paulo: *Revista Brasileira de História.* V. 24, nº 47, 2004, p. 271-302.

_____. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classes e os rumos da transição. *Revista de Sociologia e Política*, n. 4/5, p. 55-87, 1995.

COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante.* Joinville: UNIVILLE, 2011.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972.* Confluenze, vol. 4, n. 2, 2012, p.82-102.

_____. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa. Comunismo y catolicismo en Brasil: la actuación de los sacerdotes obreros durante la dictadura militar (1964-1976). In: Patricio Herrera González; Santiago Aránguiz Pinto. (Org.). 'Los comunismos en América Latina. Recepciones y militancias (1948-1991). 1ed.Santiago: Editorial Historia Chilena Limitada, 2024, v. 4, p. 01-20.

CORRÊA, Larissa R; SILVA, Marcelo A. C; MARTINS, Richard (orgs). *Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Editora PUC-rio, 2019.

CORRÊA, Marcos. A propaganda política do golpe de 1964 através dos documentários do Ipés. *Revista de História e Estudos Culturais.* Vol. 3, Ano III, nº 1, 2006, p. 1-14.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes (Coord.). *História dos bairros de Joinville* (Arquivo Histórico de Joinville). Joinville: Seigraph, 1992.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violações dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. *Organizações & Sociedade (O&S)*, v. 25, n. 84, 2018, p. 15-29.

COSTA, Iara Andrade Costa. *A cidade da ordem: tensões sociais e controle* (Joinville 1917-1943). Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1996.

CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n.35, 2007, p. 253-270.

CRUZ, Sebastião Velasco e MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade Política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Edelstein, 2008.

_____. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1995.

CUNHA, Dilney Fermino. *História do trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: TodaLetra, 2008.

_____. Suíços em Joinville: o duplo desterro. Joinville: Letradágua, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). Ernesto Geisel. 3 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 225.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História do tempo presente*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

DUWI, Ricardo. *Entre a técnica e a tradição: relações culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)*. Dissertação de mestrado em história do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALCÃO, Luiz Felipe. Militância nas margens: lembranças da resistência à ditadura e das lutas pela democratização. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

_____. Alegorias da verdade: esboços nas conexões entre História Oral e História do Tempo Presente sobre a resistência à ditadura e o processo de democratização do Brasil nas últimas décadas do século XX. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, núm. 24, pp. 87-109, 2014.

FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

_____ *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____ *A Ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1982.

FERREIRA, Cristina; ZIMMERMANN. O golpe vira uma festa: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). *Revista Brasileira de História* DOI. <https://doi.org/10.4025/rbhe>. Vol. 23, no. 1, p.1-26, 2023.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____ *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº 47. 2004. p. 29-60.

_____ Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

_____ *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

FREIRE, Izaias de Souza. *Ecos de democratização: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis: 2015.

_____ Uma cidade e a utopia autoritária. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, 2017, p. 553-563.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A Ditadura Escancarada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A Ditadura Derrotada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- _____. *A Ditadura Encurralada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- _____. *A Ditadura Acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GASPAROTTO, Alessandra. “O caminho da reconciliação”: Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por militantes que combatiam a ditadura no Brasil (1970-1975). *Perseu*, n. 3, ano 3, 2009, p. 11-38.
- GEHLEN, Joel. *O Século Singular: participação empresarial na formação de Joinville*. Joinville: Letradágua, 2011.
- GELCKE, Wilson; SCHMIDT, Raul. *Raul Schmidt: reflexões ao longo de uma vida*. Joinville: Letradágua, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- GONÇALVES, JANICE. Lugares de memória, memórias concorrentes e lei memoriais. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015.
- GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes – Por Uma História Democrática*. Rio de Janeiro, n. 1, mai/ago, 1988.
- GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: modernidade, utopia e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marilia Gervasi. *O Exército e a Cidade*. Joinville: UNIVILLE, 2008.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica 2013.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Otavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- IMHOF, Afonso. A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação. *Revista de História*, São Paulo, v. LVI, n.111, jun./set. 1977.
- JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. *ESTUDOS HISTÓRICOS (RIO DE JANEIRO)* , v. 25, p. 129-148, 2012.
- _____; CHIRIO, Maud . A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). *Revista de História da Unisinos*, v. 18, p. 440-451, 2014.

Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 204-251, 2018.

A 'verdade': sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões - Revista de História da UFES*, v. 32, p. 2-28, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

LAPUENTE, Rafael. A imprensa como fonte: Apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*. Fortaleza, v. 4, n.6, p.11-29, jan. – jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEMOS, Renato Luís do Couto Nato e Lemos. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós- 1964. In: Martins, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pereira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Política econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Empresários e militares conspiraram para o golpe de 64. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, março de 2014. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/empresarios-e-militares-conspiraram-para-o-golpe-de-64/>

Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil (1964-1979). Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LENCINA, Daiana Castoldi. *Camarada Aldo Pedro Dietrich: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. "O tempo passou na janela": imprensa, sociabilidades urbanas e espaço público durante a ditadura- um tempo presente brasileiro (Florianópolis, SC, 1968-1985) In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *História do tempo presente*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2ª ed. 2016.

Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva). São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACHADO, Diego Finder. *Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville- SC*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: 2018.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *História do tempo presente*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MAGALHÃES, Marionildes Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História* [online]. 1997, vol. 17, n. 34, pp. 203-220.

MAIA, Tatyana de Amaral. As “comemorações cívicas” do 1º de maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura militar (1964-1979). *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 09, p. 280-299, 2017.

MAMIGONIAM, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau". *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro. Vol. 27. Nº 3, p. 63-155, 1965.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global Editora, 1980.

MARTINS, Paulo Henrique. *Cultura Autoritária no Brasil*. Revista de Ciências Sociais, 1999, v. 30 (1/2), p.105-132.

MARTINS Filho, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos, Editora da UFSCar, 1995.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller. Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, 2010, p. 41-173.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes Político-Empresariais de Santa Catarina (1961-1970)* Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UDESC), 1998.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

MORAES, RAFAEL. *Os governos João Goulart e Castello Branco vistos pela FIESP: uma análise da relação entre o Estado e o Empresariado industrial*. Dissertação de mestrado em economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Rio Grande do Sul- UFRS, Porto Alegre: 2010.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAUJO, V. L. de (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, p.91-111, p. 2011.

Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

A Formação Do MDB e a Influência Do Quadro Partidário Anterior. *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996, p. 201-212.

MUSTAFA, Izani Pibernat. *Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), 2009.

NAGASAVA. H. & CORRÊA, L. R. Trabalhadores, empresas e movimento sindical na ditadura militar brasileira (1964-1985): fontes e métodos. *Sociohistórica*, 44, e092. <https://doi.org/10.24215/18521606e092>, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, 2015, p. 9- 44.

NASSAR, Paulo. A evolução das publicações em Jornalismo empresarial para o jornalismo em empresas. *Anuário Unesco/ Metodista de Comunicação Regional*, ano 13, n.13, 2009, p. 127-144.

NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis: 2000.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PACHECO, T. da S. Polícia política, inteligência e segurança na ditadura militar (1964-1984). *Saeculum, [S. l.]*, n. 39 (jul./dez.), p. 191–204, 2018.

PEREIRA, Juliano Cabral. *Santa Catarina sob suspeita: a atuação dos órgãos de segurança e informação da ditadura militar em território catarinense (1964-1985)*. Dissertação de mestrado em história do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

POLLAK Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos históricos, n III, 1989, 2 v. PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAMIRES, Hernán. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971. *Dialogos*, v. 13, n.1, 209-240, 2009.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise: QUADART, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*.v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADART, Samanta Viz. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 337-397.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo, Marco Zero, 1987. p. 103-120.

SILVA, Agenor Fernandes da; NETO, Gines Salas. Da fábrica ao sacrário: os padres operários, a Juventude Operária Católica (JOC) e a repressão da ditadura Militar em Santos/SP 1967-1973). *Projeto História*, São Paulo, v. 77, pp. 61-86, 2023.

SILVA, Helio. *O Governo Geisel*. São Paulo: Editora Três, 1998.

SILVA, Sonia Menezes. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação- A folha de S. Paulo e o Golpe de 1964*. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. *O progresso entre a cruz e o poder: culturas políticas em Chapecó (1968-1996)*. Tese de doutorado em história do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SOUZA, Giane Maria de. *Cidade onde se trabalha: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville*. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.

SOUZA, Jesse. *A radiografia do golpe*. Rio de Janeiro: Le Ya, 2016.

SOUZA, Sirlei. *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da revolução de 1964 em Joinville*. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis: 1998.

_____. Movimentos de Resistência em tempos sombrios. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (I)migrantes: O cotidiano de uma cidade*. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

SOUZA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 31, n. 65, 2018, p. 389-412.

SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras*. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SATARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. Revista Maracanan, n. 12, jul. 2015, p. 37-46.

TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, José Carlos de. *O Grande Salto para o Caos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986.

_____. *A Estratégia da Confiança*. Joinville: S. ed., 1988.

_____. *História do A Notícia (1923-1983)*. Joinville: A Notícia, 1983.

_____. *Tempos modernos: a presença de italianos em Joinville, 1973-2008*. Joinville: Editora Univille, 2010.

THIAGO, Raquel S. *Eu, Wittich Freitag*. Joinville: Movimento e Arte, 2000.

- TRINDADE, Hélgio. *Bases da democracia brasileira: Lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945)*. In: ROUQUÉ, LAMOUNIER e SCHVARZER (orgs), *Como renascem as democracias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. da UNB, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ZIMMERMANN, Elmar. *O Descanso do Pescador*. Joinville: Editora Joinvilense, 2006.